

CENTRO DE ESTUDOS GERAIS
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
MESTRADO EM HISTÓRIA

FABIANO GODINHO FARIA

AÇÃO, TRADIÇÃO E ORGANIZAÇÃO: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE
PARTIDO DO PCB AO PCBR, ALN E PCdoB. (1962-1979)

NITERÓI
2008

UNIVERSIDADE FEDERAL FLUMINENSE
INSTITUTO DE CIÊNCIAS HUMANAS E FILOSOFIA
DEPARTAMENTO DE HISTÓRIA
PROGRAMA DE PÓS-GRADUAÇÃO EM HISTÓRIA

AÇÃO, TRADIÇÃO E ORGANIZAÇÃO: A EVOLUÇÃO DO CONCEITO DE
PARTIDO DO PCB AO PCBR, ALN E PCdoB. (1962-1979)

FABIANO GODINHO FARIA

ORIENTADORA: VIRGÍNIA FONTES

Dissertação apresentada para a defesa,
junto ao Programa de Pós-Graduação em
História do Departamento de História da
Universidade Federal Fluminense (UFF),
como requisito para a obtenção do título de
mestre em História.

NITERÓI, RJ, BRASIL
2008

AGRADECIMENTOS.

Venho de uma família simples numa cidade do interior do Estado do Rio de Janeiro. Ainda é muito viva em minha memória a lembrança de como aquele menino se impressionava com as narrativas sobre o mundo feitas por seu avô. Sempre me impressionei especialmente com o que se contava sobre a capital, o mar e as cidades grandes. Não fossem meus pais, que desde os primeiros anos de vida estimularam em mim a curiosidade e o sonho, jamais teria ousado me mudar de Friburgo para Niterói, cidade onde não possuía nenhum conhecimento ou parentesco. Ouço com muita frequência pais e mães manifestando o desejo de dar a seus filhos tudo o que não tiveram: escolas particulares, brinquedos caros e outros bem materiais. Mas como o mundo seria um lugar melhor se todas as crianças tivessem o que eu tive: valores e sonho! A esta iniciação para a vida, devo minha eterna gratidão.

Gostaria de agradecer à minha orientadora Virgínia Fontes, que sempre me estimulou e soube me ajudar a desenvolver o que eu tinha da melhor. Os méritos desta pesquisa têm a sua marca (as limitações são minhas).

Quero agradecer também ao apoio e “torcida” dos meus colegas de trabalho e dos meus alunos, divido com eles o sucesso na conclusão desta etapa.

Não poderia deixar de mencionar a enorme ajuda de Edson (que inclusive faz parte desta banca) pelo grande número de fontes que me cedeu, sem as quais eu não poderia desenvolver esta pesquisa.

Também necessito agradecer ao professor Badaró, outro membro da banca, que desde a minha graduação nesta universidade, teve a paciência de me aturar (e isto não é fácil).

Desejo manifestar minha gratidão e admiração aos ex-guerrilheiros que me cederam entrevistas fundamentais para este trabalho, são eles: Cláudio Gurgel, Carlos Eugênio Paz e Lúcio. Este último, especialmente, ainda agradeço por me ceder vários documentos do PCBR e ainda por fazer o meu abstract.

Por último, nem esta dissertação estaria sendo entregue, e tão pouco este mestrado teria sido feito se não fosse por minha querida mulher, Marília (ou “Nenzinha”). Sem teu estímulo e amor, os sonhos não teriam o mesmo sentido. Muito obrigado por ter me escolhido para sua vida.

RESUMO

O presente trabalho analisa o processo de dissidência do Partido Comunista Brasileiro (PCB) no período compreendido entre 1962 e 1968, bem como o processo de formação das principais organizações surgidas a partir de suas disputas internas: o Partido Comunista do Brasil (PCdoB), a Ação Libertadora Nacional (ALN) e o Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Inicialmente, é desenvolvido o conceito de organização partidária com base no referencial teórico de Lênin e Gramsci. Em seguida, o stalinismo e a inter-relação deste com a Linha da III Internacional ou Komintern com o PCB. O processo de ruptura das mencionadas organizações, é analisado a partir da evolução da linha política e organizativa dentro do PCB, especialmente a discussão sobre a legalização do partido e a adoção da linha do “caminho pacífico” para o socialismo. Além destes pontos, também é levado em conta, o impacto entre os militantes comunistas das revoluções Cubana e chinesa, as implicações destas sobre as novas formas de organização propostas e as ações concretas dos Estados chinês e Cubano em exercer influencia política internacional sobre o movimento comunista. Ao final, conclui-se que as três organizações dissidentes, reproduzem de maneira diferente a práxis política formada dentro do PCB, de modo que não basta constatar a herança pecebista sobre estas, mas sobretudo, o que em cada caso, era tido como mais importante.

Palavras - chaves: teoria de organização, leninismo, castro-guevarismo, maoísmo.

ABSTRACT

The present paper analyses the process of the inner dissident trends of the Brazilian Communist Party (PCB) comprehending the elapsed period between the years of 1962 – 1968 as well as the dynamics which grounded the outcome of the political organizations derived from these internal disagreements: the Communist Party of Brazil (PCdoB), the National Liberation Action (ALN) and the Revolutionary Communist Brazilian Party (PCBR). Primarily, it is developed the concept of party organization as stated by the theoretical works of Lenine and Gramsci. Following that, the stalinism and its interconnection with the Guidelines of the III International – the Komintern – adopted by the PCB. The split – up process of the above referred organizations is analysed departing from the evolution concerning the discussions of political/organic – oriented guidelines inside the PCB, especially the quarrels involving the legalization and the “peaceful path” towards the socialism. Furthermore, it is also taken into account the impact among communist activists reflecting the Cuban and Chinese revolutions, their internal entanglements on the organic forms and the concrete steps taken by the Chinese and Cuban states in order to exert an overwhelming influence on the internal communist movement. Finally, one concludes the assumption of the same political praxis generated in the PCB embraced by these three organizations although in different ways.. Thus, it is not only the the PCB legacy itself which actually matters but what each organization taken solely considers as most important above all.

Key – words: organizing theory, leninism, castro-guevarism, maoism

SUMÁRIO

AGRADECIMENTOS.....	3
RESUMO.....	4
ABSTRACT.....	5
INTRODUÇÃO.....	8
CAPÍTULO 1: INSPIRAÇÃO LENINISTA E PRÁXIS STALINISTA, TESE E ANTÍTESE DO PCB.....	12
1.1: O CONCEITO DE ORGANIZAÇÃO EM MARX, LÊNIN E GRANSCI: LUTA DE CLASSE E CONSCIÊNCIA.....	12
1.2: IMPLICAÇÕES ORGANIZATIVAS DA TEORIA LENINISTA: O CENTRALISMO DEMOCRÁTICO E A ORGANIZAÇÃO DOS REVOLUCIONÁRIOS.....	29
1.3: A ASCENSÃO DE FENÔMENO STALINISTA.....	37
CAPÍTULO 2: EVOLUÇÃO E CRISE DA LINHA POLÍTICA NO PCB.....	52
CAPÍTULO 3: O CONTEXTO “DIPLOMÁTICO”: OS PARTIDOS COMUNISTAS NO PLANO INTERNACIONAL E AS VIAS PARA O SOCIALISMO.....	96
3.1: ALGUMAS QUESTÕES SOBRE O SIGNIFICADO DA REVOLUÇÃO CUBANA.....	98
3.2: ALGUMAS CONSIDERAÇÕES SOBRE O MODELO DE ORGANIZAÇÃO PARA ATUAÇÃO NA GUERRA DE GUERRILHAS NOS TEXTOS DE RÉGIS DEBRAY E CHE GUEVARA.....	112
3.3: AS ETAPAS E A INDEPENDÊNCIA DA GUERRILHA FRENTE À POPULAÇÃO.....	117
3.4 AS DISPUTAS E DESENTENDIMENTOS DENTRO DAS ESTRUTURAS COMUNISTAS INTERNACIONAIS NO CONTEXTO PÓS – STÁLIN.....	140
3.5: PC do B: DE CUBA À CHINA.....	147
CAPÍTULO 4. ALN : A AÇÃO.....	172

4.1: INÍCIO DAS ATIVIDADES DA ALN.....	203
4.2: A DERROTA DO MOVIMENTO GUERRILHEIRO E O BALANÇO REALIZADO PELOS MILITANTES REMANESCENTES DA ALN.....	223
CAPÍTULO 5. PCBR: A ORGANIZAÇÃO.....	248
FONTES E BIBLIOGRAFIA.....	316

INTRODUÇÃO

Quem nunca ouviu falar da luta entre Davi e Golias? Quantas frases elogiosas não foram proferidas em homenagem aquele que, contrariamente ao bom senso, decidiu enfrentar um gigante e logrou mudar a história de seu povo? Ao lembrar este mitológico exemplo, alguns de nós poderiam ficar tentados a acreditar que tal confronto é lembrado por milênios por causa da bravura do pequeno guerreiro. Mas certamente quase ninguém lembraria deste episódio se Davi tivesse sido abatido naquele duelo, ou se lembrasse, o faria como uma chacota, ou um aconselhamento à prudência. Acostumamos-nos a pensar que admiramos a bravura, mas a verdade, o que a humanidade admira mesmo são os “vencedores”. A enorme popularidade do combate mitológico entre Davi e Golias se explica fundamentalmente porque este venceu, não por que foi bravo.

Durante os duros anos da ditadura militar no Brasil, toda uma geração de revolucionários ousou, com singular desprendimento, enfrentar um Estado truculento, com plena consciência que o inimigo era muito mais forte e que grande parte deles não sobreviveria seja qual fosse o desfecho da luta. Tal enfrentamento, entre algumas centenas de militantes e um Estado com reservas numéricas e materiais enésimamente superiores pode ser comparado a um episódio em que um “tampinha” decide enfrentar um grandalhão e é por ele derrotado! “Ele não teve a menor chance”, dirá o brigão após uma fácil vitória. Mas a bravura de seu oponente, não obstante o resultado da contenda terá sido muito maior, muito mais louvável.

O mito de Davi é utilizado hoje para louvar os “vencedores”, o personagem desta trama abateu seu inimigo com uma pedra, um simples fragmento de minério tão parecido com aqueles lançados hoje na palestina contra blindados israelenses por crianças que raramente são lembradas. No Brasil, virou moda nos meios de comunicação, fazer filmes e minisséries exaltando o “romantismo” de nossos revolucionários, que num gesto supostamente tresloucado pegaram em armas contra a ditadura militar (que favoreceu tanta gente ainda no poder e na mídia) e tentaram fazer a revolução socialista. Enquanto isso, jornais e emissoras de televisão, em pleno ano de 2008, ressuscitam a designação “terrorismo” na hora de falar seriamente sobre os episódios da resistência armada.

Nos dias atuais, a perspectiva de que o capitalismo seja superado, que o socialismo venha a renascer, é uma hipótese muito mais distante que no período em questão. E é bem possível, que essa alternativa não esteja assim tão longe como estamos acostumados, em nosso tempo, a crer. Sob o impacto da queda do muro de Berlin e da reconversão ao capitalismo da antiga União Soviética, da descrença com o socialismo da China (que a muitos parece mais um capitalismo ultra-selvagem), boa parte de nós vê a revolução se afastar, a cada dia, para horizontes mais distantes. Os teóricos do chamado neoliberalismo lograram até este momento incrustar nas consciências e corações seus pressupostos mais caros. Até há pouco tempo diziam que, “a história tinha acabado” que, o sistema econômico do capital havia triunfado sobre seu rival para reinar até um futuro impensado. Diante de inúmeros questionamentos a um argumento tão ideológico, alguma relativização foi ensaiada. Contudo, os meios de comunicação e, a maior parte dos intelectuais, ainda tratam com desdém aqueles que ousam falar em marxismo e socialismo. Essa massiva propaganda ideológica chega a parecer exagerada, afinal, se existe tanta certeza quanto a estes fatos, por que perseguir tanto os divergentes? Por que negar aos intelectuais marxistas os mínimos canais de expressão? O fato, é que essa repetição incessante da ideologia neoliberal nos contamina. Vivemos hoje, um estado de espírito que, em linhas gerais, é o oposto àquele que viveu a esquerda dos anos de 1960 e 1970. Não conseguimos enxergar num futuro definido o desfecho histórico que, há tantas gerações, ansiamos. Contudo, para aqueles que viveram a resistência armada à ditadura militar, que acompanharam em tempo real as revoluções cubana e chinesa, que viram os Estados Unidos serem derrotados no Vietnã, a revolução era uma possibilidade palpável, real. Mesmo as declarações dos representantes da “linha dura” militar, de que os “terroristas” representavam um sério risco à “democracia” no Brasil, faziam os guerrilheiros acreditarem mais ainda, que realmente poderiam representar um risco para o poder do capital.

Hoje retrospectivamente analisando suas lutas (e já cientes de seus desfechos) poderíamos, de uma forma, um tanto injusta, dizer que estes revolucionários estavam fora da realidade. Aliás, não faltam comunistas arrependidos (guerrilheiros ou não) a verbalizarem frases do tipo com ares de autoridade. Mas o fato é que, naquela época, o socialismo e a revolução eram possíveis, ou seja, não havia ainda elementos que pudessem determinar

peremptória e terminantemente as cores usadas para pintar o futuro. Sendo assim, por que não se lançar com todas as forças na direção que se deseja?

Acreditavam firmemente que a guerrilha rural seria decisiva e mudaria a correlação de forças desfavorável aberta com o AI5. Estaria esta crença absolutamente fora da realidade? Seria fruto de idealizações e análises superficiais, como diversos acadêmicos e mesmo ex-guerrilheiros repetem tão insistentemente? Pode ser que tenha sido, mas também pode ser que não. A guerrilha do Araguaia, com pouco mais de 60 guerrilheiros mal armados resistiu por mais de dois anos às forças do exército regular. Se a guerrilha rural se espalhasse por todos os Estados e territórios, como queriam os guerrilheiros, qual teria sido o desfecho? Impossível saber. Logo, também as críticas feitas aos guerrilheiros das décadas de 1960 e 1970, algumas desdenhosas e infantilizadoras, são também um julgamento superficial e “fora da realidade”.

A presente dissertação tem como objeto o processo de ruptura do PCB, iniciado em 1962, e a formação das principais organizações no rastro de seu desmembramento. São elas, o PCdoB, o PCBR e a ALN. O problema proposto é a permanência dentro dessas novas organizações da práxis política aprendida e desenvolvida na vida interna do PCB. A hipótese central é que cada uma destas agremiações se utilizou, de forma diferente, deste elemento. Pondo em relevo aspectos da experiência anterior que foram marcantes na definição de seus respectivos perfis políticos.

No primeiro capítulo é feita uma discussão teórica sobre o conceito de partido, referenciado especialmente em Gramsci e Lênin, bem como uma avaliação do impacto do fenômeno do stalinismo na práxis dos partidos comunistas, em especial no PCB.

No segundo capítulo, é feito um apanhado dos principais elementos da trajetória do PCB entre o período de 1947 a 1968. É enfatizada sobretudo, a evolução da linha política e de organização desde o Manifesto de Agosto de 1950, até a linha do caminho pacífico, depois do XX Congresso do PCUS e das repercussões das denúncias dos crimes de Stalin e a crise deste partido no pós-64. Entre os anos de 1962 e 1968 ocorrem as cisões que darão origem às organizações analisadas. Uma discussão mais aprofundada, neste capítulo, caberá especialmente ao processo de cisão do PCdoB, pois tal ruptura constitui uma etapa distinta em relação às outras duas organizações.

No terceiro capítulo, é feita uma análise do contexto internacional do movimento comunista, e das novas propostas de organização difundidas no rastro das repercussões das revoluções Cubana e chinesa. Abordaremos em primeiro, os atritos entre China e URSS nas Conferências Internacionais dos Partidos Comunistas e operários, realizadas em Moscou, nos anos de 1957 e 1960. Em seguida as teorias de atuação e organização revolucionárias difundidas a partir de Cuba, nas obras de Debray e Che Guevara, bem como o papel desempenhado por Cuba na diplomacia do movimento comunista internacional. Por último, serão analisados os princípios básicos do maoísmo e algumas de suas influências nas organizações da esquerda revolucionária analisadas.

O capítulo quarto será especialmente dedicado à ALN e, o quinto, ao PCBR.

Um resultado não pensado no início deste trabalho, foi um apanhado geral das teorias subjacentes aos principais modelos de organização da esquerda, o leninista, o stalinista, o maoísta e o castro-guevarista. A feitura da dissertação implicou na realização de tal elaboração, o que ajuda a compreender os diferentes feitos organizativos.

Esperamos que a leitura deste pequeno trabalho, que não pretende de nenhuma maneira esgotar este rico debate, sirva ao menos como combustível para suas chamas.

Capítulo 1.

INSPIRAÇÃO LENINISTA E PRÁXIS STALINISTA, TESE E ANTÍTESE DO PCB.

O objeto deste capítulo é a organização partidária que ficou conhecida historicamente como “marxista-leninista”, ou “stalinista”. O foco da análise será dirigido para o Partido Comunista do Brasil¹ (PCB) e a forma como este partido se espelhou no exemplo do partido soviético para organizar sua estrutura e forma de atuação. Neste movimento, será necessário analisar inicialmente a teoria partidária construída por Lênin a fim de dotar o Partido Social Democrata Russo, especialmente a fração bolchevique, de uma estrutura apropriada, de acordo com as condições russas para a tomada do poder, compreender sua engenharia política, de uma organização de revolucionários profissionais dedicados de corpo e alma à atividade partidária. Pensar as repercussões do exemplo da vitória bolchevique para o movimento comunista em todo o mundo e a inter-relação que esta desempenhou na formação dos partidos comunistas em escala internacional e no Brasil em particular. Nesse movimento será necessário estudar também, como, após a ascensão de Stalin ao poder, o marxismo foi deturpado em uma ideologia que buscou conservar no poder uma burocracia alçada ao poder na URSS, de modo que o pensamento de Lênin foi engessado e seu modelo partidário foi introduzido em escala mundial sem qualquer consideração pelas realidades nacionais.

O conceito de organização em Marx, Lênin e Gramsci.

Luta de classe e consciência.

¹ Até inícios da década de 60, a sigla “PCB” indicava “Partido Comunista do Brasil”, a mudança para “Partido Comunista Brasileiro”, ocorrida em 1962, foi na verdade uma tentativa de se conseguir o registro eleitoral, uma vez que o artigo “do” foi usado como principal argumento para sua cassação em 1947, sob a acusação de representar a submissão à uma organização internacional: o Partido Comunista da União Soviética PUCS. No mesmo ano, um grupo de militantes rompe com o PCB, que já significava “Partido Comunista Brasileiro” e funda o PCdoB, significando novamente “Partido Comunista do Brasil”.

O marxismo, desde o seu surgimento está relacionado com o projeto de superação da ordem capitalista e com a instauração de uma nova ordem política econômica e social. A partir do primado da luta de classes, sucessivos teóricos socialistas têm procurado, debatido e buscado encontrar o modo de realizar essa passagem. Marx e Engels, os iniciadores de tal doutrina, desde o início sublinharam o papel do proletariado revolucionário como o agente fundamental desse movimento, apesar disso, não se encontra nem em Marx, nem em Engels, um desenvolvimento sistemático de como deve se constituir essa luta, ou seja, uma teoria de partido. De acordo com Anderson:

O legado que Marx deixou, fundamentalmente, foi uma coerente e elaborada teoria *econômica* do modo de produção capitalista, exposta em *O Capital*; contudo, sua teoria *política* sobre as estruturas do estado burguês ou sobre as estratégias e táticas de luta socialista revolucionária não estão no mesmo nível. (...) Marx não poderia caminhar mais rapidamente que o ritmo histórico real das massas na invenção de seus próprios instrumentos e modalidades de auto-emancipação. (Anderson,2004:26)

No “Manifesto do partido comunista” certamente o texto mais lido de Marx e Engels, o proletariado nasce das relações burguesas de exploração do trabalho, e tão logo vem ao mundo entra em conflito com o sistema que o gerou: “A burguesia, porém, não forjou somente as armas que lhe darão morte; produziu também os homens que manejarão essas armas - os operários modernos, os proletários.” (Marx & Engels, 2001:5). A razão dessa luta, reside na contradição entre a necessidade da sobrevivência, por um lado, e a necessidade de ampliação do capital, por outro. Ou seja, os trabalhadores lutam pela participação o quanto maior no quinhão da riqueza produzida no rastro das sucessivas inovações tecnológicas do capitalismo. As quais, em termos materiais simplesmente, possibilitariam um avanço nas condições de vida para toda a humanidade. O avanço industrial e científico poderia prover a alimentação, educação e conforto a todos. No entanto, na medida em que essas potencialidades estão sob o poder da burguesia - classe proprietária dos meios de produção, a luta dos trabalhadores entra em contradição com o interesse burguês em manter a produção organizada socialmente concentrada sob a sua propriedade. A ampliação da riqueza no capitalismo, sob a burguesia, significa tão somente a ampliação do capital, da mais-valia e da concentração de renda. Assim a sobrevivência dos trabalhadores depende dos interesses do capital: “só podem viver se encontrarem trabalho, e que só encontram trabalho na medida em que este aumenta o capital.” (idem). A

organização mesma do trabalho e a coletivização, ainda que por meio da exploração, favoreceria nesse sujeito social a comunhão de interesses e a atuação coletiva:

Massas de operários, amontoados na fábrica, são organizadas militarmente. Como soldados da indústria (...) O proletariado passa por diferentes fases de desenvolvimento. Logo que nasce começa sua luta contra a burguesia. A princípio, empenham-se na luta operários isolados, mais tarde, operários de uma mesma fábrica, finalmente operários do mesmo ramo de indústria, de uma mesma localidade, contra o burguês que os explora diretamente. Não se limitam a atacar as relações burguesas de produção, atacam os instrumentos de produção (Marx e Engels, 2001:5,6)

Em obras subseqüentes, Marx aprofundará aspectos da organização proletária e de suas formas de luta, como se vê neste trecho da “miséria da filosofia”:

Os primeiros ensaios dos trabalhadores para se associarem entre si sempre se verificaram sob a forma de coalizões. A grande indústria aglomera num mesmo local uma multidão de pessoas que não se conhecem. A concorrência divide os seus interesses. Mas a manutenção do salário, este interesse comum que têm contra o seu patrão, os reúne num mesmo pensamento de resistência - coalizão, pois, tem sempre um duplo objetivo: fazer cessar entre eles a concorrência, para poder fazer uma concorrência geral ao capitalista. Se o primeiro objetivo da resistência é apenas a manutenção do salário, à medida que os capitalistas, por seu turno, se reúnem em um mesmo propósito de repressão, as coalizões, inicialmente isoladas, agrupam-se e, diante do capital sempre reunido, a manutenção da associação torna-se para eles ainda mais importante que a manutenção do salário. (...) nessa luta, verdadeira guerra civil -, reúnem-se e desenvolvem todos os elementos necessários a uma batalha futura. Uma vez chegada a esse ponto, a associação adquire um caráter político. (Marx, 1965:158,159)

Conclui-se a partir da leitura acima que a luta econômica, motivada por necessidades objetivas de sobrevivência, evolui, mediante um processo de lutas, para uma organização política da classe trabalhadora contra a burguesia.

Dois pontos devem ser destacados, o primeiro relativo à atividade sindical e sua configuração e o segundo relativo caráter político da luta de classes, e logo à consciência de classe.

O conceito da organização revolucionária em Marx ainda é muito incipiente, fala de um desenvolvimento da luta num acúmulo mais ou menos linear, primeiro os operários de uma fábrica, depois de uma região ou categoria, logo mais de um país e adiante da classe trabalhadora organizada em escala internacional, mas não se vê no pensamento de Marx uma sistematização desse processo.

De acordo com Gramsci, o conceito de organização em Marx, não poderia ser muito desenvolvido em virtude das experiências históricas vividas até sua época, pela referência deste revolucionário no processo organizativo da Revolução francesa, e das demais formas de organização de sua época, ainda características de uma fase inicial do movimento dos trabalhadores. Assim: “o conceito de organização em Marx ainda permanece preso aos seguintes elementos: organização profissional, conspirações secretas de pequenos grupos, organizações jornalísticas”. (Gramsci, 2002:119).

A questão que se coloca é se o movimento operário deixado a si mesmo, traz consigo o germe de sua consciência de classe e poderá, em longo prazo, pleitear o rompimento com o capitalismo. Para Lênin, a luta econômica no terreno sindical, luta essa intrínseca à lógica da produção capitalista desenvolve na classe trabalhadora a comunhão de interesses e a atuação coletiva, esse é o elemento espontâneo: “o ‘elemento espontâneo’, no fundo, não é senão a *forma embrionária* do consciente”. (Lênin, 1988:24 –grifo do autor). Todavia o movimento puramente sindical não pode ultrapassar em suas reivindicações os marcos capitalistas; “a história de todos os países atesta que, pelas próprias forças, a classe operária não pode chegar senão à consciência sindical” (Lênin, 1988: 24). Para que a classe trabalhadora desenvolva um projeto político original, deveria evoluir, a partir de sua atuação para si, de um nível de consciência imediatista, ou seja, de uma luta por resultados econômicos palpáveis, para reivindicações mais radicais e superiores. Em seu famoso livro “Que Fazer?”, esse ponto constituía o cerne da questão. A principal polêmica que vai pautar todo o livro é o caráter da luta de classes, se devia ser uma organização de revolucionários profissionais, rigidamente centralizada para enfrentar a autocracia organizada em Estado, ou se o caminho deveria ser a “tática-processo”, ou seja, a priorização do sindicalismo e as lutas econômicas de modo a permitir que o movimento operário se desenvolvesse a partir de sua experiência real seu caminho ao socialismo.

Para Gramsci, o movimento sindical voltado para si, tendo como fim unicamente o resultado imediato e palpável, o “sindicalismo”, é típico do primeiro momento ou nível da consciência de classe:

O primeiro e mais elementar é o econômico corporativo: um comerciante sente que *deve* ser solidário com outro comerciante, um fabricante com outro fabricante, etc., mas o comerciante não se sente ainda solidário com o fabricante, isto é, sente-se a unidade homogênea do grupo profissional e o

dever de organizá-la, mas não ainda a unidade do grupo social mais amplo. (Gramsci, 2002:40)

Neste trecho, podemos compreender o movimento sindical em si mesmo, como o momento onde a classe trabalhadora se organiza contra o inimigo próximo e pela satisfação imediata das necessidades: o aumento de salário para uma determinada fábrica ou categoria e/ou a redução da jornada de trabalho, uma garantia contra as demissões, etc. Mas não ainda por uma mudança nas leis que venha a transformar as relações de trabalho para o conjunto de sua classe social. Luta-se por uma melhoria, e neste momento, costuma-se mesmo recusar o envolvimento com partidos políticos e lideranças que não pertençam à categoria, ou seja, é um momento arredo à discussão política. Ilustrando a questão, Lênin toma como exemplo as greves na Rússia, ainda nos anos 80 do século XIX:

Tomadas em si mesmas, essas greves constituíam uma luta sindical, mas não ainda social democrata²: marcavam o despertar do antagonismo entre operários e patrões; porém, os operários não tinham, e não podiam ter, consciência da oposição irreduzível e de seus interesses com toda a ordem política e social existente, isto é, a consciência social democrata

O alvo de Lênin é a despolitização do movimento operário, efetuada principalmente pelos chamados economistas, os quais reduzem a política social-democrata, os seja, aquela que se propõe a superar o modo capitalista de produção a uma concepção de política puramente sindical. Como já ficou demonstrado, Lênin distingue entre consciência sindical - que não ultrapassa os limites do imediato e das reivindicações econômicas situadas dentro da ideologia burguesa - e a consciência política - que supera o imediato e o estritamente econômico para atingir a teoria marxista, a dominação de classe e a tomada revolucionária do poder. Nesse sentido, não desconsidera a importância da agitação sindical, mas argumenta que através dela “devemos empreender ativamente a educação política da classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política.” (Lênin, 1988:45)

A exemplo de Lênin, Gramsci também distingue a organização partidária e o sindicalismo. Este último caracteriza-se por sua condição não estratégica, ou seja, por não ser capaz de propor formas de luta que vão além dos objetivos

² Antes de Lênin popularizar o termo “comunismo” em “O Estado e a Revolução”, os militantes de seu partido se entendiam como “sociais democratas”, a designação é típica da II internacional. A “social-democracia” a que se refere Lênin, entretanto, não deve ser confundida com siglas partidárias da atualidade.

iniciais. Não nega o caráter de organizador coletivo ao sindicato, todavia, um caráter não permanente, já que satisfeita ou não a demanda imediata, aumento de salário, suspensão das demissões, redução da jornada etc., demandas que motivaram a luta, (fase negativa), esta é considerada findada. E assim a inexistência de um partido que capitalize essa experiência e a agregue a um programa de transformações estratégico, tem como consequência a dispersão do movimento e a descontinuidade da organização política.

Uma “atividade passiva”, por assim dizer, ou seja, de caráter negativo e preliminar (o caráter positivo é dado somente pelo acordo alcançado nas vontades associadas) de uma atividade que não prevê uma fase própria “ativa e construtiva”. Mas essa vontade coletiva assim formada de modo elementar, não deixará imediatamente de existir, pulverizando-se numa infinidade de vontades singulares, que na fase positiva seguem direções diversas e contrastantes? (Gramsci, 2002:14,15).

A polemica sindicalismo x organização partidária, travada no seu tempo por Gramsci e Lênin, permeia o movimento dos trabalhadores até os dias atuais, quem nunca ouviu da boca de dirigentes sindicais ditos “pelegos”, de parlamentares ou mesmo nos meios de comunicação que os sindicatos deveriam agir somente no interesse de sua categoria, sem se envolver em política? Também faz parte da luta de classe, a defesa da politização do movimento dos trabalhadores. Em todas as épocas, setores ligados aos interesses da burguesia defenderam e vão defender sempre a “independência do movimento sindical”. Exatamente por isso, para Lênin, limitar-se a uma atividade estritamente sindical é reservar ao movimento dos trabalhadores precisamente a posição que lhes pretendem dar os burgueses: “O movimento operário espontâneo, por si mesmo, só pode engendrar (e infalivelmente o fará) o sindicalismo: ora a política sindical da classe operária é precisamente a política burguesa da classe operária” (Lênin, 1988:74).

Gramsci em seu tempo enfrentava os mesmos argumentos. Discorrendo sobre as semelhanças e diferenças entre o sindicalismo e o liberismo³, afirma que o sindicalismo teórico e a centralidade do aspecto econômico em detrimento da luta política, a despeito de alguma pequena influência do marxismo, guarda mais pontos em comum com o liberismo, uma vez que a atuação é estritamente

³ Doutrina derivada do liberalismo que prega essencialmente o livre cambismo, distinto do liberalismo clássico pela centralidade que atribui ao mercado e às trocas econômicas, sem um Estado à moda liberal, o liberismo é a tradução liberal da teoria das elites de Pareto e Mosca.

econômico imediatista. A grande diferença entre as duas correntes de pensamento, seria que:

A primeira é própria de um grupo social dominante e dirigente; a segunda, de um grupo ainda subalterno, que não adquiriu ainda consciência de sua força e de suas possibilidades e modos de desenvolvimento e, por isso, não sabe sair da fase de primitivismo. (...) a questão apresenta-se com maior complexidade no movimento do sindicalismo teórico: é inegável que, neste último, a independência e a autonomia do grupo subalterno que ele diz exprimir são sacrificadas à hegemonia intelectual do grupo dominante. (Gramsci, 2002:47, 48)

De acordo com Gramsci, a hegemonia do grupo dirigente sobre o movimento operário não se dá somente no nível de consciência econômico corporativo. Mas permaneceria também em um segundo momento da consciência de classe, superior ao primeiro, mas ainda sob o risco de cooptação, que é o seguinte:

Um segundo momento é aquele em que se atinge a consciência da solidariedade de interesses entre todos os membros do grupo social, mas ainda no campo meramente econômico. Já se põe neste momento a questão do Estado. (idem)

Neste nível, o movimento rompe com seu caráter sectário e pode aproximar-se de organizações políticas, pleiteiam-se mudanças nas relações de trabalho não apenas para uma fábrica ou categoria, pensa-se no país. Mas não necessariamente na classe trabalhadora, fala-se no “bem do povo”, ataca-se o governo, mas não o governo da burguesia, pois ainda se crê que o governo é de todos. A fronteira entre as classes sociais ainda não está claramente delimitada. É o momento do “reformismo”, ou seja, de mudanças nas relações capitalistas de produção, mas não a superação do sistema. Acredita-se que é possível humanizar o capitalismo, que os interesses dos trabalhadores e da burguesia podem ser equacionados. Propostas mais radicais são descartadas como “utópicas”, pratica-se a política do “possível”, do “mundo como ele é” e não como poderia e “deveria ser”. Existe mesmo o risco de que as vitórias do movimento dos trabalhadores sejam capitalizadas por partidos da própria burguesia, o que poderia resultar na colaboração de classes e levar o movimento a retroceder. Neste ponto, Lênin alerta também sobre o risco de conferir excessiva importância às pequenas reformas arrancadas à burguesia e ao governo, uma vez que sem o trabalho político necessário, essas pequenas reformas não fazem mais do que iludir os trabalhadores com o capitalismo.

As concessões, (ou pseudoconcessões) “econômicas” são evidentemente as menos dispendiosas e as mais vantajosas para o governo, pois, dessa forma, espera ganhar a confiança das massas operárias. Mas é precisamente por isso que nós, os sociais democratas, *não devemos* de forma alguma e por motivo algum ceder a essa opinião (ou a um mal-entendido) de que as reformas econômicas pretensamente nos agradam, e que as consideramos as mais importantes etc. (Lênin,1988:50)

Persiste ainda uma certa tendência à despolitização, ou uma politização liberal. Esse nível é superior ao primeiro, uma vez que se luta não mais contra um capitalista isolado ou um grupo destes, mas contra a organização do Estado, ainda que não pela transformação radical desse Estado. Este momento ainda compõe o habitat sindicalista: ao longo da segunda metade do séc. XX, na vigência do chamado Estado de Bem-Estar Social, vários partidos ligados à atividade sindical, como o Partido Trabalhista Inglês, por exemplo, defenderam uma política de conciliação de classes, de conquistas econômicas no seio do capitalismo. Não eram forças de transformação radical da sociedade, mas forças de conservação da ordem capitalista. Não há, de acordo com Lênin, mudança de qualidade no reformismo, por isso adverte mais uma vez que não basta a luta sindical para que os trabalhadores organizados em classe atuem no sentido da implementação de um projeto político independente. Fazendo nesse raciocínio uma crítica a importantes correntes do movimento operário que por vezes, sob o discurso de um reformismo radical, na verdade mantinham o movimento sob a tutela dos interesses da burguesia. O movimento por vitórias econômicas imediatas seria importante, educaria a classe, mas também teria seus limites:

Todo mundo está de acordo que é preciso a consciência política da classe operária. A questão é saber como fazê-lo e o que é preciso para isso. A luta “econômica” incita os operários a “pensar” unicamente na atitude do governo em relação à classe operária, por isso, *quais quer que sejam os esforços que façamos* para “conferir à luta econômica um caráter político”, *jamais poderemos*, dentro desse objetivo, desenvolver a consciência política dos operários (até o nível da consciência política social-democrata), pois, *os próprios limites desse objetivo são demasiado estreitos.*(Lênin,1988:62 – grifo do autor)

Finalmente, Gramsci fala de um terceiro nível da consciência de classe que marca a passagem da quantidade para a qualidade, de “ser” para o “dever ser” e coloca em questão o conjunto das relações econômicas e culturais capitalistas, o momento da emancipação da luta de classes:

Um terceiro momento é aquele em que se adquire a consciência de que os próprios interesses corporativos, em seu desenvolvimento atual e futuro, superam o círculo corporativo, de grupo meramente econômico, e podem e

devem tornar-se os interesses de outros grupos subordinados. Esta é a fase mais estritamente política, que assinala a passagem nítida da estrutura para a esfera das superestruturas complexas; é a fase em que as ideologias geradas anteriormente se transformam em “partido”. (Gramsci, 2002:40)

Os três níveis de consciência acima descritos devem ser pensados como referências gerais, isto é, não devem ser pensados através de uma sucessão mecânica e necessária do primeiro para o segundo e deste para o terceiro. Dado o dinamismo da realidade, podem evoluir e retroceder de um para o outro, dando saltos para frente e para trás. E pode acontecer até mesmo que coexistam características de dois ou mais níveis numa mesma conjuntura, cabe ao historiador (ou ao político) com o devido distanciamento avaliar caso a caso.

Por outro lado, essa abstração nos serve para dirigir nosso foco de análise para uma esfera superior, do partido político. Em cada época histórica, a uma determinada organização política e social correspondeu uma determinada formação do Estado e sua forma de luta política adequada. Assim, no capitalismo moderno, o partido político é a organização por excelência, de luta pelo poder. Em Gramsci, esta organização é dada pelo acúmulo de experiência de luta política, sendo expressão da vontade organizada de uma classe social. Esta forma de conceber o partido pressupõe que uma dada organização só existe realmente como expressão organizada de uma vontade social: “Evidentemente será necessário levar em conta o grupo social do qual o partido é expressão e a parte mais avançada: ou seja, a história de um partido não poderá deixar de ser a história de um determinado grupo social.” (Gramsci, 2002:87). Os partidos se formam no curso das lutas e não as lutas nascem a partir da agitação partidária. Todavia não se deve perder de vista que após a existência de tal organismo, essas lutas tendem a se fortalecer graças a maior capacidade de organização e articulação, ganhando desta forma um impulso orgânico.

O partido, como expressão orgânica de uma classe social deve, além de exercer o papel de dirigente nas lutas econômicas, assumir seu papel de dirigente intelectual. Em Lênin, o partido assume a função de guardião da teoria marxista. Formação indispensável para a o crescimento quantitativo não significar o decréscimo qualitativo, mantendo sua identidade e perfil e ampliando seu poder de influência. Essa teoria, a teoria marxista, diferente da luta pela sobrevivência, não surge espontaneamente: “A consciência política de classe não pode ser levada ao operário senão do exterior da luta econômica, do exterior da esfera das relações

entre operários e patrões.” (Lênin, 1988:62), para o revolucionário russo, a teoria da classe trabalhadora não se forma simplesmente a partir dos interesses corporativos e simplesmente econômicos, mas também pela atuação elaborativa de intelectuais que, mesmo não sendo oriundos da classe trabalhadora, se identificam com seus interesses e com suas lutas: “Quanto à doutrina socialista, nasceu das teorias filosóficas, históricas, econômicas elaboradas pelos representantes instruídos das classes proprietárias, os intelectuais.” (Lênin, 1988:25). Em Gramsci temos uma formulação muito parecida, ao considerar que a teoria marxista (filosofia da práxis) desenvolve-se como expressão orgânica da classe trabalhadora, através de alguns dirigentes que evoluem intelectualmente permanecendo a ela ligados, os “intelectuais orgânicos”.

Essa diferença entre os dois teóricos pode se explicar, entre outras coisas, pelo ambiente de atuação política em que cada um viveu. Gramsci fala de dois tipos de Estado, os “orientais” e os “ocidentais”. A Rússia de Lênin, de acordo com a conceituação de Gramsci, tem as características do Estado de tipo oriental, ou seja, onde as relações de produção capitalistas não teriam se desenvolvido a ponto de que a burguesia industrial pudesse impor seus interesses de classe como sendo os de toda a sociedade. Dentro deste tipo de Estado, a poder se dava principalmente pela força e pela coação direta. Ao mesmo tempo em que o Estado assegura sua existência pelo recurso, por vezes em demasia, da violência, a massa desta população teria um nível de consciência, no geral, mais “mágico”, místico e atrasado que nos Estados de tipo ocidental, onde a predominância do capitalismo também é marcada por uma maior experiência sindical e política. Desta forma, nos Estados de tipo oriental, a exemplo da Rússia de Lênin, a teoria marxista não encontraria, ou encontraria menos, uma experiência de luta contra o capitalismo que nos Estados de capitalismo mais desenvolvido⁴. Assim, o partido, em Lênin necessitava levar “a partir de fora” a teoria marxista em função da mencionada ausência de um forte movimento operário. Nos países de Estado de tipo ocidental, a existência de um movimento sindical mais desenvolvido possibilitaria que o partido pudesse contar com uma tradição preexistente de lutas anticapitalistas, podendo ele mesmo, ser expressão destas lutas.

⁴ O que não significa ausência de luta de classe. Na Rússia do século XIX ocorreram várias rebeliões camponesas e de emancipação nacional, mas o objetivo destas lutas não era a superação do capitalismo posto que este ainda não era predominante neste país.

Essa diferença de contexto está diretamente relacionada à tática e a estratégia a se seguir. Nos países de tipo ocidental, ao mesmo tempo em que existe uma maior possibilidade de politização e crescimento do partido sobre uma base com elevada experiência sindical, a burguesia também existe como classe dirigente, possuindo hegemonia.

Para diferenciar a estratégia de atuação em estados ocidentais e orientais, Gramsci constrói os conceitos de guerra de movimento e guerra de posição. A guerra de movimento (ofensiva estratégica), consiste na tomada do poder via destruição do estado constituído e na sua substituição por outro segundo os interesses do grupo social vencedor do embate. É uma estratégia que pode ser usada em Estados onde a hegemonia da classe dominante não esteja firmemente consolidada na sociedade civil (caso da Rússia czarista, por exemplo). No caso dos países capitalistas desenvolvidos, onde o Estado estende-se a praticamente todos os domínios da sociedade civil, não pode este ser suprimido por um ato de força, pois continuaria vivo nos aparelhos de hegemonia da sociedade civil e poderia num movimento contra-revolucionário retomar o poder, uma vez que ainda possui a hegemonia, neste caso, a guerra de posição (ofensiva tática), implicaria em construir aparelhos privados de hegemonia, onde a vontade política da classe trabalhadora poderia difundir-se e tornar-se hegemônica. Assim a perspectiva do poder está mais perto ou mais longe, conforme o grau de enraizamento do capitalismo na cultura social:

Questão da dupla perspectiva: da força e o consenso, da autoridade e da hegemonia, da violência e da civilidade, do momento individual e daquele universal (da “igreja” e do “Estado”), da agitação e da propaganda, da tática e da estratégia, etc. Alguns reduziram a teoria da dupla perspectiva a algo banal, ou seja, a nada mais do que duas formas de “imediatez” que se sucedem mecanicamente no tempo, com maior ou menor “proximidade”. Ao contrário, pode ocorrer que, quanto mais a primeira “perspectiva” é “imediatíssima”, elementaríssima, tanto mais a segunda deva ser “distante” (não no tempo, mas como relação dialética), complexa, elevada, isto é, pode ocorrer como na vida humana: quanto mais um indivíduo é obrigado a defender sua própria existência física imediata, tanto mais afirma e se coloca do ponto de vista de todos os complexos e mais elevados valores da civilização e da humanidade. (Gramsci,2002:34)

Aplicar a experiência da Revolução Russa à realidade de um Estado de tipo ocidental, assim, só poderia ser um transplante mecânico, com escassas possibilidades de sucesso:

... a convicção férrea de que existem leis objetivas para o desenvolvimento histórico, do mesmo caráter das leis naturais, acrescida da persuasão de um

finalismo fatalista similar ao fatalismo religioso: já que as condições favoráveis terão fatalmente de surgir e irão determinar, de modo bastante misterioso, acontecimentos palinogenéticos, revela-se não só inútil, mas até mesmo prejudicial, qualquer iniciativa voluntária tendente a predispor estas situações segundo um plano. (Gramsci,2002:69)

Assim, a diferença entre Gramsci e Lênin acerca da consciência de classe, se levada do exterior ou construída a partir de dentro da classe operária é fundamentalmente uma questão de contexto e de estratégia revolucionária, explicada pelo caráter do Estado russo (oriental) e do estado italiano (ocidental).

De uma forma ou de outra, Gramsci inspira-se em Lênin e em sua teoria de partido, podendo mesmo Gramsci ser tomado como um leninista. Para ambos os pensadores, o partido político é a organização ideal para dirigir o movimento dos trabalhadores, apontando-lhe o programa e a direção.

Uma das maiores contribuições do marxismo ao movimento social está na sua historicidade, a cada formação econômica e cultural, corresponde um Estado particular, e uma forma particular de luta de classes. Na época de Maquiavel, “o príncipe” poderia representar uma força progressista; no capitalismo atual, segundo Gramsci:

O moderno príncipe, o mito-príncipe não pode ser uma pessoa real, um indivíduo concreto, só pode ser um organismo; um elemento complexo de sociedade no qual já tenha tido início a concretização de uma vontade coletiva reconhecida e afirmada parcialmente na ação. Este organismo já está dado pelo desenvolvimento histórico e é o partido político, a primeira célula na qual se sintetizam germes de vontade coletiva que tendem a se tornar universais e totais. (Gramsci, 2002:16)

Todavia, Gramsci não estabeleceu um modelo rígido de organização a ser mantido seja qual for o contexto. Ao ler Gramsci, observa-se sem muitas dificuldades que em cada contexto dado haverá uma forma ótima de luta e organização partidária, o crescimento do partido e o seu maior ou menor poder de influência numa determinada conjuntura coloca novas tarefas e novos desafios de organização, conforme o seu grau de hegemonia, de repressão por parte do Estado, de relação com os outros partidos, etc. Assim, ao escrever a história de um partido ou atuar nele, dever-se há pensá-lo a partir de seu contexto:

Somente no quadro global de todo o conjunto social e estatal (e, freqüentemente, também com interferências internacionais) é que resultará a história de um determinado partido, por isso, pode-se dizer que escrever a história de um partido significa nada mais do que escrever a história geral de

um país a partir de um ponto de vista monográfico, pondo em destaque um seu aspecto característico. (Gramsci, 2002:87)

Todo partido é a expressão organizada da vontade de um grupo social. Acontece que o Estado encontra-se sob o poder de alguns desses grupos. Assim, os partidos representantes diretos da burguesia, quando atuam, o fazem no sentido da permanência da estrutura das relações sociais. Mesmo nos casos de crise aguda entre frações da classe dominante, a manutenção do capitalismo e da lógica da dominação de classe é um consenso acima de qualquer discussão. O partido orgânico da classe trabalhadora, por outro lado, só atua coerentemente de acordo com os interesses de sua classe social, na medida em que conserva como horizonte estratégico a transformação radical do estado de coisas capitalistas, desde um ângulo econômico, político e cultural. Por essa razão, de acordo com Gramsci, o partido da classe trabalhadora não pode deixar de ser uma organização *sui generis*, por seu caráter conspirador contra o meio do qual surgiu e atua.

Na verdade, pode-se dizer que um partido jamais se completa e se forma, no sentido de que cada desenvolvimento cria novos encargos e tarefas e no sentido de que, para certos partidos, é verdadeiro o paradoxo de que só se completam e se formam quando já não existem mais, isto é, quando sua existência se tornou historicamente inútil. Assim, como cada partido é apenas uma nomenclatura de classe, é evidente que, para o partido que se propõe anular a divisão em classes, sua perfeição e acabamento consistem em não existir mais, por que já não existem classes e, portanto, suas expressões. (Gramsci, 2002:316)

Na defesa de seus interesses de classe, os grupos dirigentes não atuam apenas em seu nome, falam em nome de todas as classes sociais. O estado burguês é, na cultura dominante, tido como o modo mais desejável, justo; a dominação de classe oculta-se sob os argumentos legais e institucionais. A repressão ao movimento dos trabalhadores é feita em defesa de direitos tidos como universais. As instituições do Estado atuam como aparelhos de hegemonia da classe dominante.

A construção do homem coletivo e do comportamento correspondente faz parte dessa extensão do Estado à sociedade civil. A cada organização econômica e política corresponde um “homem coletivo” desejável. A classe dirigente sempre se esforça em fazer parecer natural e desejável um comportamento e uma ideologia correspondente a seus interesses materiais:

Questão do “homem coletivo” ou de “conformismo social”. Tarefa educativa e formativa do Estado, cujo fim é sempre o de criar novos e mais elevados tipos de civilização, de adequar a “civilização” e a moralidade das

mais amplas massas populares às necessidades do contínuo desenvolvimento do aparelho econômico de produção e, portanto, de elaborar também fisicamente tipos novos de humanidade. Mas como cada indivíduo singular conseguirá incorporar-se no homem coletivo e como ocorrerá a pressão educativa sobre cada um para obter seu consenso e sua colaboração, transformando em “liberdade” a necessidade de coerção? Questão do “direito”, cujo conceito deverá ser ampliado, nele inculcando aquelas atividades que hoje são compreendidas na fórmula “indiferente jurídico” e que são de domínio da sociedade civil, que atua sem “sanções” e sem “obrigações” taxativas, mas que nem por isso deixa de exercer pressão coletiva e de obter resultados objetivos de elaboração nos costumes, nos modos de pensar e de atuar, na moralidade, etc. (Gramsci, 2002:23,24)

Por tudo isso, o partido da classe trabalhadora, deve atuar de forma contra-hegemônica, isto é, difundir por todos os meios o programa de superação do capitalismo. A implantação de uma forma superior de civilização não pode prescindir de um trabalho anterior de educação e convencimento onde seja construídos o desejo coletivo e as condições para a aceitação e reconhecimento social dessa nova ordem política e econômica:

O moderno príncipe deve e não pode deixar de ser o anunciador e o organizador de uma reforma intelectual e moral, o que significa, de resto, criar o terreno para o desenvolvimento da vontade coletiva nacional-popular no sentido da realização de uma forma superior e total de civilização moderna. (Gramsci, 2002:18)

A luta contra a hegemonia da classe dominante é assim, a construção de uma nova vontade social, momento em que a classe trabalhadora, organizada para si, difunde sua vontade agora consciente de uma nova sociedade, não apenas para ela, mas para o conjunto das classes sociais:

... entram em confrontação [as classes] e lutam até que uma até que uma delas, ou pelo menos uma única combinação delas, tenda a prevalecer, a se impor, a se irradiar por toda a área social, determinando, além da unicidade dos fins econômicos, também a unidade intelectual e moral, pondo todas as questões em torno das quais ferve a luta não no plano corporativo, mas num plano “universal”, criando assim a hegemonia de um grupo social fundamental sobre uma série de grupos subordinados. (Gramsci, 2002:40)

Voltando a Lênin, se a luta puramente econômica não leva a classe operária à consciência verdadeira, como evitar a recaída no pensamento sindical, uma vez que a agitação no seio do movimento operário tende a supervalorizar uma visão de mundo construída sob a ótica do cotidiano das fábricas? Como dotar o conjunto dos trabalhadores de uma visão abrangente de todo o edifício social? E a resposta é que os social-democratas não deveriam se ater a uma política unicamente voltada à classe operária, mas sim uma política que dê conta de todo o

conjunto da sociedade. Mostrando as relações de complementaridade e de antagonismo entre as diversas classes e frações de classe e se apresentando desse modo através de um projeto político que vise não a reformas parciais, mas à totalidade. Assim sendo, o partido não pode ater-se apenas aos problemas “objetivos” do dia a dia do trabalhador, em seu trabalho de formação, deve procurar esclarecer os mecanismos da sociedade capitalista e propor um programa que alcance a *toda a sociedade*: “Para levar aos operários os conhecimentos políticos, os sociais democratas, devem *ir a todas as classes da população*, devem enviar *em todas as direções* os destacamentos de seu exército.” (Lênin,1988:63)

Dentro da estratégia de construir e consolidar uma visão de mundo totalizante e socialista, Lênin o compara o militante comunista com o *tribuno da plebe*:

... o social democrata não deve ter por ideal o secretário do sindicato, mas o *tribuno popular*, que sabe reagir contra toda manifestação de arbitrariedade e de opressão, onde quer que se produza, qualquer que seja a camada social atingida, que saiba generalizar todos os fatos para compor um quadro da completo da violência policial e da exploração capitalista, que sabe aproveitar a menor ocasião para expor *diante de todos* suas convicções socialistas e suas reivindicações democratas, para explicar a *todos* e cada um o alcance histórico da luta emancipadora do proletariado. (Lênin,1988:63)

Vimos com Lênin que, ao movimento espontâneo dos trabalhadores, motivado pelas necessidades objetivas da sobrevivência, designa-se o conceito de *elemento inconsciente*, ou seja, é capaz de despertar o antagonismo entre operários e patrões, mas não a construção de um programa alternativo à ordem capitalista. Esse papel só pode ser desempenhado pelo partido do proletariado, *elemento consciente*, o qual, armado da teoria marxista leva *de fora para dentro* a ideologia social democrata para a classe trabalhadora. O partido desempenha um papel duplamente *formador e dirigente*, de um lado, forma sua militância dentro da doutrina marxista (os quais vão ser os principais organizadores, propagandistas e agitadores do movimento operário), de outro, leva o programa social democratas às massas, educando-as: “devemos empreender ativamente a educação política da classe operária, trabalhar para desenvolver sua consciência política.” (Lênin, 1988:45) Neste processo, novos trabalhadores serão atraídos para a organização revolucionária. Como já mencionado, para Lênin, a consciência de classe não aparece simplesmente a partir dos interesses corporativos, tendo os intelectuais um importante papel na formulação da teoria marxista. A afirmação de que o partido

leva a consciência à classe *de fora para dentro* não deve ser interpretada como uma subestimação da classe, mas sim como parte do próprio desenvolvimento das lutas sociais. O cotidiano de um trabalhador não o permite ver as relações de produção numa escala mais geral, para que se possa conhecer a dinâmica das relações de produção em seu conjunto, torna-se imprescindível uma organização (o partido) que sirva de veículo de informação e articulação entre categorias profissionais, segmentos e regiões diferentes. O partido, na medida em que permite essa aproximação e conhecimento, permite a apropriação da teoria marxista e a elevação da *consciência* dos trabalhadores. Amiúde, as críticas à expressão “de fora para dentro”, procuram colocar em relevo um certo autoritarismo do pensamento leninista. No fundo, a maioria destas observações está imbuída de uma interpretação ao pé da letra e de um excessivo desejo de parecerem “politicamente corretas”, esse tipo de preocupação (mais com a forma que com o conteúdo) não existe nos textos de Lênin.

Em sua argumentação, Lênin afirma que a ideologia burguesa é muito mais antiga que a *ideologia social-democrata*, e que possui meios muito mais consolidados de difusão. Dessa forma, o crescimento do partido, fruto de seus êxitos e das condições históricas, uma vez que atrai pessoas com pouco ou nenhuma preparação marxista, vem acompanhado de um rebaixamento do nível teórico. Daí a necessidade do o partido atuar como *formador* de sua militância, de modo que o crescimento quantitativo não implique o decréscimo qualitativo, toda diminuição do papel do “elemento consciente”, do papel da social democracia, *significa, - quer se queira, quer não - um reforço da ideologia burguesa sobre os operários*. (Lênin, 1988:30 – grifo do autor) Uma política conseqüente de formação necessita de uma propaganda constante da teoria social-democrata, o que se choca inevitavelmente com o senso comum trazido da vida social. Abandonar o trabalho teórico significa permitir o fortalecimento da ideologia burguesa e a perda da identidade revolucionária expressa na priorização do trabalho unicamente sindical. O qual, por sua natureza não é capaz de formular reivindicações fora dos marcos da ideologia burguesa. “o sindicalismo é justamente a escravidão ideológica dos operários pela burguesia” (Lênin, 1988:32).

Assim os brados por liberdade de crítica (trata-se da polêmica acerca do centralismo democrático, a qual será trabalhada mais adiante) escondem, na visão de Lênin, a despolitização e morte social-democrata do partido: “repetir tais

palavras nessa época de dissensão teórica equivale a dizer à vista de um cortejo fúnebre: “Tomara que sempre tenham algo para levar!””(Lênin,1988:19).

Dentro desse raciocínio, ganha mais importância a *educação* através do processo de luta da classe trabalhadora, o qual divulgará o programa social-democrata da necessidade da revolução, mais do que os ganhos econômicos imediatos da luta sindical.

A consciência de classe não pode ser desassociada do reconhecimento da incompatibilidade entre o projeto de classe burguês e dos trabalhadores, logo, está intimamente ligada ao domínio da teoria marxista, “sem teoria revolucionária, não há prática revolucionária.”(Lênin, 1988:18). Daí por que Gramsci escolheu a expressão “filosofia da práxis” para designar o marxismo, burlando a censura fascista. O marxismo, por sua ligação orgânica com o movimento operário não pode ser uma filosofia de contemplação da realidade, não pode ser coerente sem uma ação, sem uma atitude organizativa que busque elevar a patamares superiores essa luta. Enquanto teoria da ação, seu destino não é prender-se aos corredores das academias, mas orientar a ação de classe no partido da classe trabalhadora. O partido então é dirigente, é formador e é ao mesmo tempo um intelectual coletivo.

Defender uma postura coerentemente marxista implica aceitar o fato de que em diversas ocasiões as premissas do partido estarão em desacordo com os “atrasos” de alguns setores do movimento operário, ou ainda, a atuação estratégica e de longo prazo pode estar em contradição com questões imediatas. Assim, é necessário firmeza para sustentar o ponto de vista socialista frente a toda sorte de oportunismo imediatista. Essa também é uma postura que visa a educação das massas, o partido não é apenas formador de seus militantes (pra dentro), mas na medida em que difunde a filosofia marxista, também é um formador para a classe (pra fora):

Por isso, é preciso que nos dediquemos *principalmente a elevar* os operários ao nível dos revolucionários, e nunca devemos *descer*, nós próprios, ao nível da “massa operária”, como desejam os “economistas”, ao nível do “operário médio”.(Lênin, 1988:101 – grifo do autor)

Até aqui, procurei fazer uma síntese de alguns pontos de teoria partidária em Lênin e Gramsci, sem ter a pretensão de esgotar a discussão sobre o tema, analisarei a seguir algumas implicações organizativas dessa teoria tendo como base o modelo de partido leninista.

Implicações organizativas da teoria leninista, O centralismo democrático e a organização de revolucionários.

Um dos principais pontos de divergência entre Lênin e seus adversários à época em que este escreveu “Que Fazer?” é a “liberdade de crítica”, hoje conhecida por “centralismo democrático”. Em linhas gerais, o centralismo democrático significa que, uma vez definida a linha do partido por meio do debate coletivo, todos os seus militantes se obrigam a encerrar as divergências e implementarem-na como uma só força. Ao final do processo, um balanço se fará da política adotada, a linha será readequada, e novamente implementada com unidade. Dentro do centralismo não existe autonomia de nenhuma instância de questionar ou se recusar as determinações da direção partidária. Os opositores do centralismo democrático defendiam, em linhas gerais, uma menor rigidez na organização. Admitindo que os militantes se reservassem ao direito de não se sentirem obrigados a assumir as tarefas determinadas pelo partido, caso não estivessem de acordo com elas e que pudessem questionar dentro das instâncias partidárias essas resoluções. De acordo com Lênin, disfarçadas sob a bandeira de “liberdade de crítica” estava a adoção das idéias burguesas e liberais, o abandono do marxismo, de sua perspectiva revolucionária e do socialismo. Após tecer algumas comparações entre o partido alemão, onde os bernsteinianos⁵ eram minoria, e a permissão da liberdade de crítica não punha em risco a hegemonia marxista e o partido russo (onde ocorre exatamente o contrário), insinua a necessidade de uma organização mais rígida, que restrinja a liberdade de crítica, especialmente num país como a Rússia, onde a censura era muito mais dura com os revolucionários. Em sua ótica, por trás da reivindicação de “liberdade de crítica”, estava o abandono, quem sabe por incompreensão e incapacidade para o debate, da teoria revolucionária e o rebaixamento teórico do partido ao nível do espontaneísmo (movimento espontâneo das massas) das massas.

Este debate pode parecer estranho aos contemporâneos, pensar que Lênin não era a favor da liberdade de crítica, o que parece absurdo para um marxista etc., mas na verdade, o debate é ainda muito candente mesmo nos tempos atuais, hoje

⁵ Movimento ligado a Bernstein cuja principal característica era o reformismo.

em dia e desde já algum tempo, é conhecido pela polêmica em torno do *centralismo democrático*, a questão que se coloca é a seguinte: deve ser dada ou não a liberdade para que os militantes critiquem, contribuam, questionem as decisões das direções partidárias? Ou que se reservem ao direito de não defender e aplicar essas decisões no momento que delas discordam? Ou ainda, deve a direção ter o direito de manter sigilo sobre aspectos que, a seu critério, envolvam riscos para a segurança da organização? Para os críticos do centralismo democrático, esta proibição tolhe a criatividade e a liberdade de pensamento, e cria uma atmosfera de mandonismo e opressão onde maiorias consolidadas se impõem sobre minorias na vida do partido, negando que esta minoria tenha o direito de dar a conhecer às bases suas opiniões e discordâncias, que em última instância, podem significar o caminho mais acertado para o movimento. Ocorre que em primeiro lugar, para as condições da Rússia autocrática em situação de extrema perseguição e perigo aos militantes, ditadura que não era vivida em nenhum outro Estado europeu, o não centralismo democrático tornaria a militância comunista revolucionária algo impossível, e o democratismo extremo seria uma aventura suicida. Face às acusações de antidemocrático e autoritário, argumentos muito comuns ainda hoje em torno da polêmica do centralismo democrático, cabe frisar que Lênin não era absolutamente hostil à liberdade de crítica, ou ao *não centralismo democrático*. Lembre-se, por exemplo, da posição assumida em reconhecimento a essa condição no Partido Social Democrata Alemão, no qual, as condições políticas vividas permitiam que o debate político suscitado pelo partido provocasse uma interação entre classe e partido, permitindo que a seleção dos dirigentes partidários fosse determinada diretamente pela disputa política no seio do movimento operário. As eleições públicas dos dirigentes pela massa não colocavam em risco a atividade revolucionária da organização, muito pelo contrário:

“São membros do partido todos aqueles que reconhecem os princípios de seu programa e apóiam o partido na medida de suas forças”, diz o primeiro parágrafo do partido social-democrata alemão. (...) o controle geral (no sentido restrito) de cada passo dado por um membro do partido em sua carreira política cria um mecanismo que funciona automaticamente, e que assegura o que em biologia se denomina a “sobrevivência do mais apto”. Graças a essa seleção natural, resultado de uma publicidade completa, da elegibilidade e do controle geral, cada militante encontra-se afinal “classificado em seu lugar”, assume a tarefa mais apropriada a suas forças e capacidades, arca ele próprio com todas as conseqüências de suas faltas, e demonstra diante de todos, sua capacidade tomar consciência de suas faltas e evita-las. Tentem encaixar esse quadro na moldura de nossa autocracia! (Lênin, 1988:107)

Como já enfatizado acima, as condições de atuação na Rússia czarista eram extremamente complexas, a violência do estado naquelas condições era maior que em qualquer outro país europeu, assim o partido revolucionário só poderia sobreviver de forma clandestina, uma organização “de conspiração”, na qual “o segredo lhe é absolutamente necessário e indispensável, a ponto que todas as outras funções (numero de membros, escolha dos membros, suas funções etc.) devem ajustar-se a isto.” (Lênin, 1988:105). Em sua época, os adversários do centralismo democrático diziam pretender “libertar os operários do jugo de seus dirigentes”, Lênin lembra que os operários não se libertam de seus dirigentes, uma vez que é a polícia que se encarrega de os arrancarem de suas mãos. Esses dirigentes representam o setor mais avançado do movimento operário, uma vez que é através deles e de sua formação social-democrata que o movimento consegue formular propostas que vão além do imediato sindical, ou seja, na ausência de tais dirigentes o movimento dos trabalhadores tende a retornar às formulações puramente sindicais. Fazendo uma relação entre formação militante e segurança acrescenta: “dir-lhes-ei que é muito mais difícil apreender uma dezena de cabeças dotadas de inteligência que uma centena de imbecis. E sustentarei essa tese, não importa o que façam para excitar a multidão contra meu “antidemocratismo”, etc.” (Lênin, 1988:96)

A grande questão é determinar o que é questão de princípio e o que é uma questão tática. Confundir as duas questões não apenas põe em risco os militantes, como pode afastar o partido das massas de operários, uma vez que estes estão acostumados a lidar com a repressão czarista. A postura algo descuidada de alguns intelectuais em nome da democracia acaba fazendo com que estes não sejam levados a sério: “Em certos lugares, mesmo, vendo nossa falta de firmeza e de organização em conspirar, os operários passaram a se afastar dos intelectuais por desconfiança, dizendo que provocavam as prisões por sua imprudência!”(Lênin, 1988:79).

A despeito das acusações de autoritário e antidemocrático, para Lênin, a prática democrática era um princípio. O centralismo democrático não significa, em sua formulação, nenhuma espécie de “absolutismo dos dirigentes”, pelo contrário, deve ser embasado numa prática democrática que possibilite ao partido, tomado em conjunto, controlar os dirigentes. Uma organização descentralizada, numa

conjuntura de repressão é que possibilitaria margens de manobra para que alguns dirigentes atuassem de maneira independente do coletivo:

O “princípio de uma ampla democracia” como todos provavelmente concordarão, implica em duas condições expressas: em primeiro lugar, a publicidade completa e, em segundo, a eleição para todas as funções. Seria ridículo falar de “democratismo” sem uma publicidade que não se limitasse aos membros da organização (Lênin, 1988:106)

Na mesma direção, Gramsci também sublinha o potencial progressista do centralismo democrático, praticamente com os mesmos argumentos, defende que longe de ser uma prática antidemocrática, constitui-se no meio através do qual a base do partido faz chegar através dos canais da centralização, sua contribuição à direção partidária e tem condições de controlar a burocracia:

A “organicidade” só pode ser a do centralismo democrático, que é um “centralismo” em movimento, por assim dizer, isto é, uma contínua adequação da organização ao movimento real, um modo de equilibrar os impulsos a partir de baixo com o comando pelo alto, uma contínua inserção dos elementos que brotam do mais fundo da massa na sólida moldura do aparelho de direção, que assegura a continuidade e a acumulação regular das experiências: ele é “orgânico” porque leva em conta o movimento, que é o modo orgânico de revelação da realidade histórica, e não se enrijece mecanicamente na burocracia. (...) nos partidos que representam grupos subalternos, o elemento de estabilidade é necessário para assegurar a hegemonia não a grupos privilegiados, mas aos elementos progressistas, organicamente progressistas em relação a outras forças afins e aliadas, mas heterogêneas e oscilantes. (...) oferece uma fórmula elástica, que se presta a muitas encarnações; ela vive na medida em que é interpretada e adaptada continuamente às necessidades: ela consiste na pesquisa crítica do que é igual na aparente diversidade e, ao contrário, é diverso e até mesmo oposto na aparente uniformidade, para organizar e conectar o que é semelhante, mas de modo que a organização e a conexão sujam como uma necessidade prática e “indutiva”, experimental, e não como resultado de um processo racionalista, dedutivo, abstrato, ou seja, próprio dos intelectuais puros (ou dos puros asnos). (...) ele requer uma unidade orgânica entre teoria e prática, entre camadas intelectuais e massas populares, entre governantes e governados.” (Gramsci, 2002:92)

O centralismo democrático foi pensado para responder a uma necessidade da organização revolucionária russa, uma vez que a razão mesma da existência de tal organização era a prática e não a pura abstração. Como já mencionado acima, o pensamento marxista pressupõe uma determinada forma de luta correspondente a determinadas formas de Estado e graus de repressão, etc. Na Rússia, a realidade exigia uma certa forma de organização adequada ao fim que se propunha, ou seja, à revolução: “Toda instituição tem sua estrutura natural e inevitavelmente determinada pelo conteúdo de sua ação.” (Lênin, 1988:77)

Por outro lado, pode ocorrer que em determinados casos, os dirigentes de uma dada organização comportem-se de maneira arrogante e autoritária, mesmo em tais casos, vale lembrar que o autoritarismo não é exclusividade do centralismo democrático, constitui uma prática presente em quase todos os espaços de convivência social e não só nos partidos de esquerda. No caso destes, tal fenômeno é enfatizado (a razão desta ênfase escapa aos objetivos deste trabalho), mas justamente neles esse fenômeno costuma ser mais combatido. Para abordar a questão do autoritarismo, faz-se necessário pensar na questão da burocracia partidária, de acordo com Gramsci:

A burocracia é a força consuetudinária e conservadora mais perigosa; se ela chega a se constituir como um corpo solidário, voltado para si mesmo e independente da massa, o partido termina por se tornar anacrônico e, nos momentos de crise aguda, é esvaziado de seu conteúdo social e resta como que solto no ar.” (Gramsci, 2002:62)

Uma proporção ideal entre a burocracia, a direção, e as bases do partido pode anular a tendência da burocracia em se fechar em si mesma, de uma justa proporção entre burocracia e massas partidária conforma-se uma justa proporção do poder que terá a burocracia, e dos meios para que o partido possa controlá-la e não ser controlado por ela. O controle da burocracia depende também da existência do centralismo democrático e da recusa do centralismo burocrático, e a autoridade dos dirigentes, neste caso, é essencial. Gramsci sugere que o partido é formado pelo equilíbrio de três elementos principais, primeiro: “um elemento difuso, de homens comuns, médios, cuja participação é dada pela disciplina e pela fidelidade” (Gramsci, 2002:316). Esse elemento por si só, não é suficiente para formar um partido. Constitui uma força, na medida da existência de um segundo elemento, que os disciplina, organiza e os centraliza, constituído principalmente dos dirigentes e intelectuais. O desequilíbrio entre estes dois elementos pode resultar em dispersão ou autoritarismo. Para evitar qualquer dessas conseqüências deve ser buscado o terceiro elemento, que é justamente esse equilíbrio:

Um elemento médio que articule o primeiro com o segundo elemento, que os ponha em contato não só “físico”, mas moral e intelectual. Na realidade existem para cada partido “proporções definidas” entre estes elementos e se alcança o máximo de eficiência quando tais “proporções definidas” são realizadas. (idem)

Gramsci sugere que todo aglomerado de pessoas possui uma proporção adequada entre subalternos e dirigentes em suas diversas funções. A um número

determinado de dirigentes preparados para funções de direção intermediária, por exemplo, deverá corresponder uma determinada quantidade de militantes de base (a proporção entre os militantes de base e quadros médios não deve ser mecânica, depende da qualidade de ambos, da assistência possível por parte das estruturas superiores da organização partidária, da conjuntura de ascenso, refluxo, repressão etc.). Da mesma forma, a uma porção numérica do partido, deverá existir uma proporção ideal de dirigentes profissionais, graus de estrutura partidária, quadros formadores, organizadores, agitadores, burocracia partidária, etc. Esse equilíbrio está na base da relação democrática do partido e é fundamental para o seu funcionamento e reprodução. Segundo o autor, sua busca e manutenção deve constituir uma constante para os dirigentes.

O teorema das proporções deve ser aplicado também quando da relação do partido com a sociedade que se quer transformar, ou seja, seu tamanho e os objetivos que se propõe, sua inserção nos terrenos mais estratégicos etc.

Seguindo o raciocínio de Gramsci, a semente do autoritarismo não se encontra no centralismo democrático, mas na desproporção entre o poder da superestrutura e da estrutura partidária. Se uma estrutura pretensamente mais democrática, pode permitir ao militante de base dizer qualquer coisa, propor qualquer coisa e não dar a esse militante nenhum meio de interferência sobre a direção ou à burocracia do partido, onde está o princípio democrático?

Após defender o centralismo democrático, Lênin enfatiza a necessidade de uma “organização de revolucionários profissionais, dirigida pelos verdadeiros chefes políticos de todo o povo” (Lênin, 1988: 77) para elevar a consciência dos revolucionários e organizar o trabalho do partido em toda a Rússia. Seus adversários são os economistas⁶, empenhados em priorizar a luta cotidiana, desconsideram essa necessidade e mantêm o trabalho disperso em muitas localidades sem nenhuma coordenação. Segundo o autor, essa resistência dos economistas não constitui nenhuma surpresa, uma vez que a priorização do estritamente sindical e do espontâneo levaria necessariamente à despolitização e à dispersão, evidenciando que os economistas não têm o socialismo como uma estratégia.

⁶ Os “economistas” defendiam, na época de Lênin, uma atuação voltada exclusivamente para ganhos materiais reais, ou seja, para o sindicalismo.

Para Lênin, a forma de organização do trabalho sindicalista, prima pelo seu caráter artesanal, onde as tarefas são entregues a militantes que a despeito de sua boa vontade, não possuem preparo suficiente para enfrentar os desafios da repressão da autocracia czarista. Desse modo, em poucos meses, os dirigentes caem sob a repressão e o movimento tem de começar do zero. Daí a tarefa que se impõe: “criar uma *organização de revolucionários* capaz de assegurar à luta política energia, firmeza e continuidade”. (Lênin, 1988:81,82) e mais adiante: “as tarefas políticas são inacessíveis a um círculo de “artesãos”, enquanto estes não tomarem consciência de seus métodos artesanais e não se livrarem deles” (Lênin, 1988:82)

No entanto, essa organização não pretendia congrega toda a massa dos trabalhadores, se destinava a selecionar dentre os ativistas aqueles que demonstrassem mais interesse, responsabilidade e abnegação, numa palavra: “os melhores”. Aqueles que, a partir de sua organização e formação superior, desempenhariam o papel de dirigentes, agitadores, organizadores e propagandistas profissionais, que deviam inclusive ser sustentados pelo partido para se dedicarem integralmente à luta. No mesmo pensamento Gramsci afirma:

Pode-se dizer que os partidos têm a tarefa de elaborar dirigentes qualificados; eles são a função de massa que seleciona, desenvolve, multiplica os dirigentes necessários para que um grupo social (...) se articule e transforme, de um confuso caos, em exército politicamente preparado. (Gramsci, 2002:85)

Essa organização de revolucionários profissionais deve pôr se à frente do movimento operário, buscando apontar sua direção e não se rebaixar ao nível de consciência do operário médio, deve funcionar como um meio de elevar a consciência desse movimento, e não mantê-lo dentro de seus limites.

É então que se torna necessária uma “luta contra a polícia política”, luta especial que jamais poderá ser conduzida ativamente por uma massa tão grande como a que participa da greve. Essa luta deve ser organizada “segundo todas as regras da arte” por profissionais da ação revolucionária. E o fato da a massa estar espontaneamente integrada ao movimento não torna *menos necessária* a organização dessa luta. Ao contrário, torna ainda *mais necessária*: pois nós, socialistas, faltaríamos a nosso primeiro dever para com a massa se não soubéssemos tornar secreta (e se, por vezes, não nos preparássemos secretamente, nos mesmos) uma greve ou uma manifestação qualquer. *Estamos em condição* de fazê-lo, precisamente por que a massa, que desperta espontaneamente para a ação, fará *surgir igualmente de seu seio* um número cada vez maior de “revolucionários de profissão”. (Lênin, 1988:86)

O partido cresce na interação com o movimento operário. O número de revolucionários deve crescer junto com o partido, quanto mais o partido se fortalecer, obtendo êxitos em função de sua atividade especializada, mais vai atrair novos militantes e ativistas em condições de tornarem-se revolucionários profissionais.

Todo agitador operário, um pouco dotado e em que se “deposite esperanças”, *não deve* trabalhar onze horas na fábrica. Devemos cuidar para que viva por conta do partido e possa, no momento desejado, passar à ação clandestina, mudar de localidade, pois, de outro modo, não adquirirá grande experiência, não alargará seu horizonte, não se poderá manter sequer por alguns anos na luta contra os policiais. (Lênin, 1988: 102, 103)

O partido da classe trabalhadora não é um organismo enxertado artificialmente em sua luta, seu papel dirigente nasce de um acúmulo da experiência militante e constitui um momento necessário de sistematização e organização dessa luta, portanto partido e movimento social constituem uma só força. No entanto, a forma de organização sindical deve seguir parâmetros diferentes da organização partidária. A ação da classe trabalhadora dirigida por seu partido centralizado e de militantes revolucionários profissionais, implica determinar a forma de organização do partido, sua esfera de ação e também a forma de organização dos operários. Na medida em que o movimento operário tem sua referência teórica e política na organização dos revolucionários profissionais, é esta que em última instância lhe determina a amplitude e organização. Dessa forma, Lênin distingue as táticas de organização para os dois casos: “A organização dos operários deve ser, em primeiro lugar, profissional; em segundo lugar, a maior possível; em terceiro lugar, a menos clandestina possível” (Lênin, 1988:87), ou seja, a maior possível, e o mais pública possível, de modo a contar com a participação e a força do maior número possível de pessoas. “Ao contrário, a organização dos revolucionários deve englobar, antes de tudo e principalmente, homens cuja profissão é a ação revolucionária” (idem). A organização dos operários e o partido formam partes de uma mesma engrenagem pensada para dotar um número cada vez maior de trabalhadores de uma ação organizada por uma teoria comum, elevando o nível de consciência dessa massa e ampliando o número de revolucionários profissionais por um lado, e dificultando o trabalho da repressão que não conseguirá facilmente subtrair a esse movimento sua direção política.

Se as organizações partidária e sindical se complementam, os militantes do partido quaisquer que sejam eles, de onde quer que tenham vindo, devem ter o mesmo valor, o espírito democrático não pode sobreviver junto com a ideologia burguesa que hierarquiza entre trabalhadores manuais e intelectuais. No momento em que o militante ingressa no partido “*deve desaparecer por completo toda distinção entre operários e intelectuais*” (idem - grifo do autor). Esse ponto pode ser motor de uma grande transformação individual, na medida em que socializa estudantes, intelectuais e trabalhadores num campo onde a ideologia capitalista é questionada em um dos fundamentos de sua dominação, a distinção pelo status.

Dando prosseguimento à discussão sobre a tática organizativa, Lênin, dá exemplo do como deve se dar essa organização a partir dos bairros e locais de trabalho:

Um pequeno núcleo compacto, composto de operários mais seguros, mais experimentados e mais fortalecidos, um núcleo tendo homens de confiança nos principais bairros, e ligados de acordo com as regras da mais estrita ação clandestina à organização dos revolucionários, poderá perfeitamente, com a maior colaboração da massa e sem qualquer regulamentação, encarregar-se de *todas* as funções que competem a uma organização profissional e, além disso, realizá-las segundo as aspirações da social-democracia. Somente assim poderemos *consolidar* e desenvolver, apesar de toda a polícia, o movimento profissional *social democrata*. (Lênin, 1988:92 –grifo do autor)

É de suma importância sublinhar a *estratégia pedagógica* implícita nesse projeto partidário, tanto do ponto de vista da formação interna, como também da educação das massas, Lênin atribui ênfase à formação do militante revolucionário: “É preciso ter homens que se dediquem especial e integralmente à atividade social-democrata, e que, paciente e obstinadamente, procedam à *sua educação* de revolucionários profissionais.” (Lênin, 1988:97) E mais: “...nossa tarefa não é defender o rebaixamento do revolucionário ao nível de artesãos, mas de *eleva*r os artesãos ao nível dos revolucionários” (Lênin, 1988:98). Ênfases como estas são encontradas em todo o volume.

A ascensão do fenômeno stalinista.

A engenharia política de Lênin consistiu na montagem de uma organização altamente disciplinada, visando a educação e direção do movimento operário, com a tarefa de tomar o poder nas condições da Rússia autocrática. Tarefa na qual, como é amplamente sabido, logrou êxito. Todavia, Lênin veio a falecer nos primeiros anos após a tomada do poder. Facilitado por sua morte,

Stalin, secretário geral do Partido, soube utilizar-se da estrutura centralizada e hierarquizada deste mesmo partido para redirecioná-lo a um outro objetivo: conservar o poder.

Os anos imediatos à Revolução Russa, marcaram a ascensão de uma burocracia organizada ao redor de seu secretário geral que se encarregou de ressignificar conforme seus interesses não apenas a teoria partidária de Lênin, mas também toda a teoria marxista, de acordo Löwy:

Trata-se da formação na URSS de uma camada social burocrática, proveniente do proletariado e/ou do movimento operário russo, que se formou como uma categoria separada com interesses e práticas sociais distintas. (...) A doutrina stalinista é a expressão do ponto de vista desta camada burocrática. Como esta não constitui uma classe social, ela não é capaz de criar uma nova visão social de mundo; ela se contenta com a deformação/mascaramento do marxismo e a sua transformação em ideologia conservadora de um poder, de um *stand* social privilegiado. A burocracia produz assim um “marxismo vulgar”, análogo à “economia política vulgar” do pensamento burguês, isto é, diretamente subordinada a seus interesses políticos e sociais.” (...) “Nascido na URSS, o stalinismo se manifesta também e evidentemente como reflexo ideológico, no movimento comunista organizado em torno da URSS, o que lhe dá a característica de um fenômeno a nível mundial. (Löwy, 1994:167,168)

O fenômeno stalinista trouxe para o movimento operário mundial, um marxismo peculiar, que primava não pela valorização da crítica e do raciocínio, mas, da submissão ao argumento de autoridade. Chagaria ao ponto de “uma *instrumentalização* radical da ciência” (Löwy, 1994:168). De acordo com esse autor, o stalinismo em sua sede por cientificidade, atribuiu caráter de classe às ciências naturais, inaugurando a química operária, a biologia operária etc., do mesmo modo, cientistas eram perseguidos por defenderem a física burguesa, a medicina burguesa e assim por diante.

Uma tentativa de *ideologização das próprias ciências da natureza*. É verdade que Engels e Lênin, se aventuraram no terreno das ciências naturais; mas foi (com ou sem razão, pouco importa) para desenvolver considerações filosóficas a respeito dos fatos naturais (seu caráter dialético ou materialista) e não para impor *normas ideológicas* à pesquisa científico-natural enquanto tal. (idem)

Um caso interessante narrado por Löwy merece ser aqui reproduzido: o caso Lyssenco, nesta ocasião, após uma limpeza acadêmica dos cientistas adversários de Lyssenco (adversários acadêmicos, bem entendido) tal biólogo foi promovido aos mais altos postos acadêmicos da URSS. Em retribuição o tal cientista atribuiu a ninguém menos que Stalin, grandes descobertas da biologia operária:

A se crer em Lyssenco, Stalin teria não somente inspirado “todos os ramos das ciências da sociedade e da natureza” e, em particular, “indicado as vias de desenvolvimento da biologia materialista mitchuriniana”, como também, ele próprio “descoberto várias leis biológicas das mais importantes (Löwy, 1994:170)

A realidade social e política eram interpretadas segundo normas “científicas” e obviamente, o politiburo stalinista monopolizava toda a autoridade científica. Assim o movimento operário mundial, influenciado pela Revolução Russa, adaptou-se a esta nova escola, tornando-se o conjunto dos diversos partidos comunistas nacionais, seu principal meio de difusão.

De acordo com Moraes, o stalinismo dentro do movimento de esquerda está associado “ao uso crescente de métodos policiais de controle a aniquilamento dos oponentes”. (Moraes,2003:123) Trotski foi o maior e mais conhecido opositor de Stalin, mas não o único. Muito embora Stalin seja muito impopular na atualidade, em sua época, foi beneficiado por uma conjuntura que lhe era especialmente favorável. No campo dos países capitalistas, as potências imperialistas ataçaram o quanto puderam a Alemanha nazista contra a URSS⁷. A pátria do comunismo sofria todo o tipo de boicote e isolamento e, o anticomunismo proclamava abertamente que Hitler era melhor alternativa que o comunismo. Nestas condições, criticar o que se passava naquele país, poderia equivaler a se somar à propaganda imperialista.

Além do mais, Stalin não criou a burocracia que o tinha como cabeça, apenas utilizou neste sentido a máquina que havia sido criada por Lênin. Para seus contemporâneos, Stalin era o continuador de Lênin e o próprio estadista gostava de se apresentar desse modo, o que efetivamente não foi. Em que pese as debilidades teóricas do ditador, ele conseguiu fazer valer sua imagem de intelectual marxista. Ainda que para isso tenha tido que recorrer à força para complementar seus argumentos, de acordo com Moraes, “Stálin confundiu constantemente o poder coercitivo que dispunha com a força intelectual de que gostaria de dispor” (Moraes,2003:126).

⁷ Até hoje o pacto de não agressão assinado entre URSS e Alemanha é denunciado e criticado, mas o fato de que as potências fascistas puderam crescer assustadoramente violando inclusive a soberania de outros países, como a Espanha e a Abissínia, sem praticamente qualquer oposição das principais potências da época raramente é mencionado, e quando o é, as críticas não têm a mesma intensidade que as feitas à URSS.

A exemplo de Lênin, o Secretário Geral do Partido Comunista da URSS, (PUCS) Stalin considerava a luta teórica como parte da luta política, sendo assim, se é possível vencer os adversários (ainda que pela violência física), por que não considerar que se havia vencido uma disputa teórica?

Stalin, em sua ascensão, se revelou um político hábil, soube perceber e aproveitar em seu favor as disputas internas na Executiva do PCUS, conseguiu se manter no mais alto cargo do partido apesar de uma carta de Lênin que recomendava vivamente sua deposição (no que foi favorecido por um inexplicado “silêncio” de Trotski) e do apoio de Zinoviev, Kamenev e Bukharin. Mais tarde, quando seu poder se tornou, enfim, praticamente absoluto, executou a todos, consolidando-o. De acordo com Moraes, foi “mais maquiavélico que marxista” (Moraes,2003:131). Stalin conseguiu ascender sobre um grupo onde todos possuíam uma formação política e intelectual muito superiores à sua. Depois disso, quem iria dizer que tal homem não era um grande estrategista?

O “pensador” foi protagonista de uma interpretação inédita do marxismo até o seu tempo. Nele, a teoria marxista, sobretudo o legado de Lênin, tornara-se a expressão da experiência real do movimento comunista. O marxismo era a ferramenta do movimento operário, e o leninismo, o marxismo da era do imperialismo e da revolução. Stalin chegou a dizer, segundo Moraes, que o leninismo era ao mesmo tempo “a teoria e a *tática* da ditadura do proletariado” (Moraes,2003:130 – grifo do autor), afirmação sem dúvida polêmica, pois uma tática consiste fundamentalmente num instrumento secundário, que pode ser mudado em função dos objetivos estratégicos, e não parecia que o leninismo, mesmo na doutrina de Stalin, era tido como tão secundário. A teoria estava presa, dentro do pensamento staliniano, ao leque das experiências realizadas, subtraída de sua capacidade criadora e inovadora. Segundo Moraes:

O conteúdo da teoria, tal como a concebe Stalin, fica estreitamente delimitado por sua instrumentalização. Os processos propriamente teóricos da busca do conhecimento (investigação, pesquisa, crítica de hipóteses, reformulação de conceitos etc) se tornam acessórios, úteis apenas para ilustrar, ou, no melhor dos casos, completar o saber já codificado e cristalizado do “marxismo-leninismo”. (Moraes,2003:129)

A noção da teoria enquanto uma coisa acabada, vinculada a experiências passadas e portanto imutáveis, acabou por transformá-la numa doutrina, “isto é, uma teoria que não critica seus pressupostos” (idem). O próximo passo foi garantir

uma espécie de monopólio de sua interpretação, o que foi conseguido por meio contraditório e circular, mas que poucos ousaram questionar:

... é revolucionário o partido que se guia pela teoria revolucionária e é revolucionária a teoria que guia o partido revolucionário. Na prática, a elaboração da teoria revolucionária e a direção do partido revolucionário se fundem e se confundem numa única e mesma instância. (Moraes,2003:128)

Moraes elenca três conceitos fundamentais da teoria staliniana, os conceitos de *estratégia, etapa e nação*. Os dois primeiros interessam-nos de maneira especial. O conceito de estratégia na interpretação de Stalin, é no mínimo peculiar. Em Lênin e Gramsci (que designa estratégia e tática sob a forma de Guerra de movimento e guerra de posição), a tática é um meio para se atingir um objetivo, por exemplo: a estratégia é fazer a revolução, a tática é a organização dos trabalhadores através do movimento sindical, ou sob a forma de um exército revolucionário, etc, podendo variar de acordo com as condições. Stalin concebe a tática como uma porção menor da estratégia, de maneira eminentemente quantitativa, por exemplo, se a estratégia é ganhar a guerra, a tática é ganhar batalhas. O meio para se atingir o objetivo final, deixa de ser parte da tática, mas sendo pré-determinado estrategicamente. Assim os fins e os meios são fundidos no conceito de estratégia, e a diferença entre esta e a tática torna-se uma questão de tamanho, as tarefas tidas como mais importantes, dentro de uma via predeterminada, são estratégicas, e as menos importantes, são táticas. Essa concepção, no movimento comunista capitaneado pela Internacional, foi uma das maiores responsáveis pela difusão do modelo de organização partidária da III Internacional. O sistema teórico que lhe legitimava era completamente fechado, embutindo a necessidade de formar partidos marxistas leninistas segundo o modelo moscovita. A tática se reduzia aos meios de construir tal partido. Supor que em determinadas condições políticas e históricas, a via para a tomada do poder não passava pela construção de um partido político, ou ainda, que este partido pudesse assumir outro formato de organização, constituiria uma negação da “estratégia” e, não uma questão tática, o que efetivamente era. De acordo com Moraes, o stalinismo conseguiu desta forma operar a objetivação de uma forma de luta de classes e a “reificação da práxis”. Os pressupostos de organização eram impostos como imbricados na estratégia política geral. O formato de organização nos moldes propostos foi tomado de maneira trans-histórica, monolítica e acima

de contestações uma espécie de “*ciência* da luta de classes e do proletariado” (Moraes,2003:136).

A conceito de etapa era apresentado por Stalin de maneira bastante simples, “como imediatamente evidente” (idem). Esse conceito teórico está, na teoria stalinista, associado a uma visão evolucionista da história. Mas em Stalin este traço é muito mais marcante. De acordo com seus argumentos, a comuna primitiva foi necessariamente sucedida pelo escravismo, e este pelo feudalismo, o qual antecedeu o capitalismo, que inevitavelmente desembocaria no socialismo, e mais tarde, em sua evolução ulterior, se transformaria em comunismo. A transformação dentro de cada um desses modos de produção também se daria em etapas, assim, por exemplo, a revolução socialista necessariamente seria precedida de uma revolução democrático-burguesa, salvo se o país em questão já vivesse sob uma situação de democracia burguesa. Em seu livro “Materialismo Dialético e Materialismo Histórico” podemos ter uma demonstração desse evolucionismo em suas próprias palavras:

O regime de escravatura, nas condições atuais, seria um contra-senso, um absurdo contra a natureza. Mas o regime de escravatura nas condições do regime de comunidade primitiva em decomposição é um fenômeno perfeitamente compreensível e lógico, pois significa um passo à frente em relação à comunidade primitiva.

Reivindicar a república democrática burguesa nas condições do czarismo e da sociedade burguesa, por exemplo, na Rússia de 1905, era perfeitamente compreensível, justo e revolucionário, pois a república burguesa significava, então, um passo à frente. Mas reivindicar a instituição da república democrático burguesa nas condições atuais da URSS, seria contra-senso, seria contra-revolucionário, pois a república burguesa em relação à república soviética é um passo atrás. (Stalin, 1978:20)

A III Internacional, também conhecida por “IC” ou ainda “Komintern”, foi fundada em 1919 com o objetivo explícito de dirigir a revolução mundial. Mas como a tarefa se revelou muito rapidamente mais difícil do que se pensava, sua atuação consistiu essencialmente na defesa da Revolução Russa e na organização de suas seções nacionais (os partidos comunistas), tarefa que em si, já era muito complicada, em virtude do cerco econômico e diplomático a que foi submetida a URSS, bem como pelas perseguições sofridas pelos militantes comunistas em todo o mundo capitalista. De qualquer modo, a IC logrou dar uma organicidade e articulação ao movimento comunista mundial, a difusão do modelo de organização

“marxista-leninista” (e sua doutrina stalinista), foi certamente um de seus êxitos mais claros⁸.

Foi com a III Internacional que se implementou a centralização do movimento comunista internacional, por volta da segunda década do século XX. De acordo com Hobsbawm:

Foi em 1920 que os bolcheviques se comprometeram com o que, retrospectivamente, parece um grande erro, a divisão permanente do movimento trabalhista internacional. Fizeram isso estruturando seu novo movimento internacional comunista com base no modelo de partido de vanguarda leninista, de uma elite de “revolucionários profissionais” em tempo integral. (...) o que Lênin e os bolcheviques queriam não era um movimento de simpatizantes internacionais da Revolução de outubro, mas um corpo de ativistas absolutamente comprometidos e disciplinados, uma espécie de ataque global para a conquista revolucionária. Os partidos não dispostos a adotar a estrutura leninista eram barrados ou expulsos da nova internacional. (Hobsbawm,1999:75,76)

Fundada a III Internacional, sob a iniciativa direta dos bolcheviques e como instrumento de uma internacionalização do movimento comunista, não tardou para que em todas as regiões do globo surgissem partidos comunistas reivindicando dela participar. De acordo com Del Roio, o congresso de 1920 foi realizado em um momento em que a onda revolucionária parecia perder seu ímpeto. Isso motivou Lênin e seus aliados a estimular a formação de partidos comunistas onde fosse possível, pela necessidade de “reorganização das forças existentes e à ampliação da área de atuação, a fim de defender o núcleo que representava a Rússia” (Del Roio,2003:67). Nas memórias de Apolônio de Carvalho⁹, em entrevista a Silva Junior, esse aspecto (o da defesa da União Soviética com um dos princípios fundamentais dos comunistas) é também comentado: “Por que a Internacional sempre tinha [buscado] ganhar as forças revolucionárias antes de tudo, para a defesa da União Soviética”. (AC1998)

O modelo leninista de organização, ainda que com algumas variações, foi adotado em todos os novos partidos. Além da difusão do modelo organizativo de Lênin, a Internacional também ajudou a difundir o pensamento marxista, alguns conteúdos programáticos e palavras de ordem. De modo que o movimento operário ganhou uma força até então desconhecida. Segundo Del Roio:

⁸ Mas certamente não o único, não se pode negar seus méritos na mobilização dos partidos comunistas na organização das resistências nacionais ao fascismo antes e durante a Segunda Guerra Mundial, e envolvimento em várias causas progressistas que escapam ao objeto deste trabalho.

⁹ Doravante “AC1998”.

A fundação da internacional Comunista, agregando grupos e partidos que se batiam pela defesa e difusão da revolução socialista e pela emancipação dos povos, serviu de elemento catalisador de novas lutas e mobilizações em toda parte, provocando um impacto político cultural que marcou indelevelmente a história do século XX. (Del Roio, 2003:61)

De acordo com Perry Anderson, falando sobre o controle da Internacional sobre os partidos comunistas (principalmente na Europa¹⁰), o contexto do entre-guerras por um lado, e a stalinização dos partidos comunistas de outro, influenciaram diretamente as produções da terceira geração de marxistas¹¹. Nenhum grande marxista surgiu no seio do bloco socialista em razão do controle do Comitern. Praticamente todos os expoentes da nova geração vieram do mundo capitalista desenvolvido.

O contexto do pós-guerra influenciou diretamente a geografia dos partidos comunistas europeus, os partidos comunista e socialista da Alemanha ficaram praticamente destruídos pela repressão nazista e depois pela vigilância anglo-americana. Na Itália e França por outro lado, os partidos comunistas cresceram substancialmente em virtude de sua participação na resistência à ocupação nazista, tal crescimento, todavia não serviu de estímulo para o desenvolvimento da teoria marxista, uma vez que o fortalecimento do stalinismo coibiu a abordagem de temas políticos e econômicos na nova intelectualidade. (Anderson,2004:65)

A exceção de Gramsci, (que ironicamente foi beneficiado pelo isolamento do cárcere) nenhum pensador marxista pode desenvolver teorias políticas e econômicas originais, em virtude do monopólio que a burocracia do Comitern mantinha sobre estes temas:

Dentro dos partidos comunistas, toda discussão das economias imperialistas do pós-guerra, dos sistemas estatais do ocidente e da condução estratégica da luta de classes estava reservada estritamente às cúpulas burocráticas dessas organizações, elas próprias condicionadas pela submissão total às posições soviéticas oficiais. Fora das fileiras do comunismo organizado, não havia nas massas da classe operária nenhum ponto de apoio visível aparente de onde se pudesse desenvolver qualquer análise ou estratégia revolucionária inteligível (idem)

¹⁰ Embora o livro de Anderson não trate diretamente sobre os partidos comunistas latino americanos, partimos do pressuposto de que a análise das atitudes do politburo soviético no sentido de monopolizar as formulações políticas mais gerais e também de organização afetou de forma mais ou menos parecida, o conjunto dos partidos comunistas do mundo, de modo que suas observações também são úteis a esta pesquisa.

¹¹ Para Anderson, em linhas gerais, Marx e Engels faziam parte da Primeira grande geração de teóricos marxistas, Lênin, Luxemburgo, Trotski, etc, da segunda e Gramsci, Horkheimer, Marcuse, Altusser etc, faziam parte da terceira geração.

Tal estado de coisas levou em primeiro lugar a um divórcio entre produção intelectual e atividade partidária:

A primeira e mais fundamental de suas características tem sido o divórcio estrutural deste marxismo da prática política. A unidade orgânica entre teoria e prática realizada pelos teóricos da geração prática de marxistas antes da Primeira Guerra – os quais desempenharam uma função político-intelectual indivisível em seus respectivos na Europa central e oriental – seria progressivamente desfeita entre 1918 e 1968, na Europa ocidental. (Anderson, 2004:50)

Para integrar a III Internacional os partidos comunistas estavam obrigados a aceitarem suas “21 condições” pré-requisitos escritos pelo próprio Lênin. Alguns de seus pontos iriam favorecer enormemente a centralização stalinista num futuro próximo:

1ª condição: toda agitação e propaganda devem ter caráter essencialmente comunista e adaptar-se às decisões e ao programa do Komintern. Toda imprensa do Partido deve ser editada por comunistas de confiança que tenham provado sua lealdade revolucionária.

2ª condição: Todos os reformistas e adeptos das idéias “centristas”¹² devem ser afastados das posições de responsabilidade do movimento e substituídos por comunistas convictos.

4ª condição: Devem ser executadas uma propaganda e uma agitação constante em todas as organizações militares, legal ou ilegalmente, e a recusa de proceder a essa agitação é considerada como traição ao Partido.

5ª condição: É necessária para a vitória do proletariado, uma propaganda sistemática e regular nos distritos rurais e nos campos. Renunciar a esse trabalho é renunciar à revolução.

13ª condição: Nos países onde os Partidos Comunistas são legais, devem ser efetuadas triagens periódicas para expulsão de pequenos burgueses que se tenham infiltrado nas organizações.

14ª condição: Todos os Partidos Comunistas são obrigados a prestar toda a assistência às repúblicas soviéticas na sua luta contra as forças anti-revolucionárias.

15ª condição: Todos os partidos que tenham adotado programas antigos, devem reformulá-los de acordo com os princípios da Internacional Comunista.

16ª condição: Todas as resoluções dos congressos da Internacional Comunista e do Comitê Executivo são obrigatórias para os Partidos Comunistas.

17ª condição: Todos os Partidos Comunistas deverão denominar-se Partido Comunista de Tal País, seção da Internacional Comunista.

21 Condição: Todos os membros que rejeitarem as conclusões e teses do Komintern deverão ser expulsos do Partido. (in: Carvalho, 1967a:86 a 89)

Dentro destas condições, é inegável a intenção por parte de Lênin de centralizar o movimento comunista mundial através da IC. Além das imposições de programa e palavras de ordem, existem entre as condições, pontos que

¹² O “centrismo”, no jargão comunista é considerado o desvio de alterar a linha do partido para parecer mais palatável à opinião pública ou nas negociações políticas de uma maneira geral, aquele famoso “caminho do meio”, daí o nome centrismo, de centro.

permitiram durante a vigência do stalinismo, perseguir e expulsar os divergentes. Tamanha inflexibilidade pode ser compreendida pelo contexto em que foi escrito. Em 1919, a Revolução Russa não estava ainda consolidada, a Rússia, inclusive, encontrava-se ainda em guerra civil, sendo necessário criar uma retaguarda internacional organizada tão rigidamente, (até por uma questão de segurança contra espionagem) quanto estava organizado o partido bolchevique naquele momento. Todavia, essas exigências não foram abandonadas no período posterior, e a mencionada inflexibilidade deu ensejo à cristalização de práticas autoritárias tanto dentro dos muitos partidos comunistas que foram fundados, como nas relações entre estes partidos e a IC.

O PCB, por exemplo, teve seu ingresso negado pelo Komintern num primeiro momento, a razão alegada foi a de que alguns de seus militantes fariam parte da Maçonaria¹³. Essa centralização contudo, deve ser relativizada. As políticas adotadas pelos partidos comunistas em seus vários países, foram tomadas em sua maioria, a partir de suas próprias iniciativas e interpretações, às vezes, em desobediência explícita às “ordens” do Komintern (caso da China de Mao Tsé Tung). Todavia, para nosso intuito não importa tanto a definição da linha política independente ou não da IC, quanto a práxis partidária que se desenvolveu a partir desta referência. E entre os anos de 1924, quando Stalin consolidou seu poder, até 1956, quando Khrushchev o denunciou, o conjunto de práticas partidárias e organizativas que se veio a denominar de stalinismo foi predominante entre os comunistas brasileiros. Com efeito, segundo Moraes, “Com a evidente exceção dos trotskistas, até 1956 ser comunista, ser bolchevista e ser stalinista eram expressões praticamente sinônimas” (Moraes,2003:162)

O stalinismo é paradoxalmente complexo e simplificador. Simplificador pelo seu aspecto objetivador, que tende a resumir teorias complicadas em frases simples e de fácil compreensão. O que não deixa de ter algum mérito. Com pouca dificuldade, muitos militantes comunistas com pouca carga de leitura puderam “aprender” o marxismo em seu verniz stalinista. A leitura de Lênin, Marx, Engels etc, sem dúvida, era muito mais difícil. Por esta razão, o stalinismo conseguia ter ainda mais força, pois era mais compreensível e favorecia as “certezas” com mais facilidade. Some-se ainda o fato de que a maior parte dos militantes que

¹³ Sobre este evento, que ficou conhecido como “o caso de Bernardo Canelas” ver Vinhas, (1982) e Carone Vol,1 (1982).

conseguiram chegar às obras mais clássicas do marxismo, já o faziam depois de uma formação nesta escola e, assim as interpretavam do jeito stalinista.

Ao mesmo tempo, o stalinismo é muito complexo, pois se constituiu a um só tempo numa forma de teoria política e num sistema de poder. Por meio de suas simplificações e auxiliado pela centralização efetuada pelo Komintern, o stalinismo conseguiu impor um conceito de organização partidária “marxista-leninista” como sendo parte de uma estratégia universal na busca do socialismo. Conseguiu monopolizar a autoridade da IC em torno de si e, na medida em que os partidos comunistas espalhados pelo mundo seguiam (embora com desigualdades em cada caso particular) as formulações e determinações da Internacional, a defesa da URSS passou também a ser a defesa de Stalin. Nas condições para o ingresso na Internacional, constava a preocupação com a pureza ideológica nos partidos comunistas. Baseando-se naquelas premissas, tornou-se muito mais fácil, depois de consolidado o poder, proclamar perseguições e expurgos classificando os divergentes de agentes infiltrados, provocadores, trotskistas, etc. Ao mesmo tempo em que, no plano internacional, o Secretário Geral do Partido Comunista da URSS concentrava em torno de si a maior parte do poder, nas seções nacionais, os partidos comunistas filiados reproduziam esse sistema de poder. No Brasil, de acordo com Apolônio de Carvalho: “o PCB, na figura de Prestes, foi uma peça muito incondicionalmente fiel e submissa a estas características da Internacional Comunista” (AC, 1998)

Este sistema de poder, alvo de muitas e justificadas críticas, não obstante, foi muito eficiente e seria extrema simplificação atribuir à figura do “Genial Guia dos Povos” uma aura de limitação e imbecilidade. Desde a consolidação de seu poder em 1924, Stalin dominou incontrastável dentro movimento comunista mundial.

Todavia, além dos aspectos políticos mais gerais do stalinismo, que são muito mencionados, vale lembrar também que o conceito de stalinismo, da maneira como é mencionado geralmente, dá margem a muitas imprecisões. Em entrevista a este trabalho, Cláudio Gurgel¹⁴ comenta: “Eu acho que sob o título de stalinismo muitas coisas são colocadas, todos os erros são catalogados” (CG,2008).

¹⁴ Doravante “CG,2008”.

Ninguém discordaria que o stalinismo é autoritário, mas não se definirá o conceito simplesmente igualando-o ao autoritarismo. De acordo com Apolônio de Carvalho¹⁵, o autoritarismo que com frequência se atribui à tradição do “culto à personalidade” é anterior a Stalin, e constitui uma tendência do modelo de organização partidária proposta por Lênin:

Pra mim, são marcas muito naturais, dentro da sua anomalia, e da sua perversidade no sentido da consciência humana, do modelo leninista de partido. Que Lênin era um elitista tremendo também, na minha opinião, estou dando a minha opinião: muito senhor de si e das suas verdades. (AC, 1998)

Della Vechia, autor do único trabalho acadêmico encontrado sobre o PCBR, faz uma discussão teórica sobre o conceito de partido, em seu primeiro capítulo. Citando Michels¹⁶ (teórico fez um estudo sobre os partidos de esquerda), fala sobre a tendência ao surgimento de uma oligarquia nestes partidos, mesmo naqueles casos em que a estrutura de poder é pensada para funcionar da maneira mais democrática possível:

... os partidos de esquerda ou até mesmo os de centro esquerda, que buscam a construção de estruturas democráticas, com o passar do tempo também se tornam oligárquicos. Para Michels, existe uma contradição inerente aos partidos (que ele denomina de Lei de Ferro das Oligarquias), na qual os partidos que se preocupam em organizar-se em formas democráticas e participativas reproduzem as velhas estruturas oligárquicas. Seu raciocínio é simples e embasado em experiências históricas. Um partido que busca constituir-se de forma democrática exige uma estrutura organizativa muito mais planejada e eficiente do que as demais máquinas partidárias. A democracia exige, portanto, uma especialização de funções. Esta, por sua vez, leva à especialização de tarefas, ou, em outras palavras, a divisão do trabalho. A divisão do trabalho, por sua vez, leva à especialização e ao controle de informações, o qual gera a separação entre dirigidos e dirigentes. E, com o tempo, os dirigentes cada vez mais baseiam-se em seus interesses particulares, ao tomar algum tipo de decisão, do que nos interesses coletivos do partido. A conclusão de Michels é de que os partidos, de esquerda, com o tempo também se transformam e tornam-se partidos oligárquicos. (Della Vechia, 2005:26)

Ainda segundo Apolônio, Stalin não foi o criador do “desvio” derivado de seu nome, mas a expressão de uma herança autoritária do leninismo. Na medida em que reservava um poder demasiadamente grande para a direção em relação às bases, favorecia uma certa elitização:

... o espírito altamente ditatorial do partido Comunista, em sua raiz de modelo leninista, ele é não só elitista com os pequenos: o lugar altíssimo das direções, ao mesmo tempo subestimando as bases. Mas diretamente é

¹⁵ Doravante “AP,1998”.

¹⁶ MICHELS, Robert. Os Partidos Políticos. Editora Senzala: São Paulo, sem data.

profundamente autoritário, Stalin não é mais do que um produto do modelo leninista. (AP,1998)

Por considerar que não podemos ter uma apreciação correta do conceito apenas pondo um sinal de igual entre stalinismo e autoritarismo, recusamos o qualificativo de stalinista para aqueles que sinceramente não reivindicam o nome e a trajetória de Stalin. Poder-se-á objetar que muitos reproduzem, no essencial, práticas do stalinismo, e pode até ser verdade, mas não é uma opção consciente e deliberada. Pode se falar, isto sim em heranças do stalinismo, da mesma forma que se pode falar em heranças do leninismo no stalinismo.

Contudo, se o stalinismo deve ser compreendido, em primeiro lugar como referência a Stalin, sua trajetória, estilo de direção e teoria, isso não significa em momento nenhum, que seus simpatizantes são defensores do autoritarismo.

Ao falar do procedimento para tomada de decisões, não faltam, em qualquer texto associado ao stalinismo, referências à discussão coletiva, ao debate democrático, a predominância da maioria e ao respeito à minoria. Em tese, não existe autoritarismo algum. O que pode ser mais democrático que uma linha política definida por um congresso e votada por delegados eleitos nas bases? O autoritarismo não é assumido de maneira explícita, mas buscam-se mecanismos legitimadores dentro de um sistema de normas formalmente democrático. É na prática real, nos meandros de uma práxis antidemocrática que a intolerância e as perseguições são feitas, sempre acompanhadas de argumentos justificadores. O conceito de “culto à personalidade”, usado depois de 1956 pelo PCB para servir de sinônimo ao stalinismo, é muito apropriado para designar esta relação entre base e direção. O poder quase absoluto das direções partidárias é tido pela maior parte dos comunistas como expressão das decisões da maioria. A obediência e a aceitação da linha do Comitê Central, por exemplo é compreendida como dever do legítimo comunista, e aqueles “críticos demais” correm o risco de serem mal vistos por seus pares. A ninguém é negado o direito de divergir, mas quem faz uso “excessivo” deste direito corre o risco de ser acusado de pequeno-burguês, trotskista etc.

Não quero dizer com isso, que a base dos militantes comunistas era um coletivo de “carneirinhos” acríticos e obedientes. Mas, de acordo com a intensidade deste mecanismo, que varia de acordo com a conjuntura local (situação de democracia ou ditadura) e, mesmo se antes ou depois de 56, a

intensidade das críticas e polêmicas que poderiam ser levantadas estavam situadas dentro de um marco subjetivamente determinado de tolerância.

Exemplificando, acreditamos ser útil observar a reportagem feita pela imprensa do PCB sobre o seu IV Congresso, evento que se deu num dos momentos de mais stalinismo do PCB:

APROVADOS POR UNANIMIDADE OS INFORMES DE PRESTES, ARRUDA E AMAZONAS – O PROGRAMA E OS ESTATUTOS DO PCB. APROVADOS EM MEIO A GRANDE ENTUSIASMO – ELEITO O NOVO COMITÊ CENTRAL DO PARTIDO – MENSAGENS DOS PARTIDOS COMUNISTAS E OPERÁRIOS DE 40 PAISES.(...)

Com o IV Congresso, o Partido do proletariado brasileiro, o Partido de Luiz Carlos Prestes, assinalada uma das maiores vitórias de seus 32 anos de existência. Apesar das duras condições de clandestinidade em que trabalha o PCB. (...)

Atrás da mesa do Presidium apresentava-se uma imponente ornamentação sobre fundo vermelho, tendo ao meio um grande círculo branco com o símbolo da foice e do martelo. Ao alto, artísticos retratos de Marx, Engels, Lênin e Stalin, os mestres geniais da classe operária. (...)

Na tribuna, o camarada Mauricio Grabois propôs para o Presidium de Honra do Congresso os nomes de Marx, Engels, Lênin e Stalin. Os presentes aclamaram de pé, esta proposta, colocando o congresso sob a égide e a inspiração dos chefes geniais do proletariado internacional. (...)

Após a leitura do Informe de Prestes iniciaram-se os debates. Sucediavam-se na tribuna os delegados das mais diversas regiões, todos trazendo a confirmação de que, através do país inteiro, as grandes massas oprimidas e exploradas se erguem para grandes lutas contra o governo Café Filho, laçao do imperialismo Norte-americano. (...)

A revolução brasileira se fará através de um luta árdua, tenaz e prolongada, mas sua vitória é inevitável. É o que nos indica o programa do partido. (vinhas, 1982:158 a 163)

O IV Congresso se realizou sob influência da Linha do “Manifesto de Agosto” e será mais bem discutido no próximo capítulo. Por hora o que nos interessa é observar como o texto da reportagem procurava enfatizar a unanimidade das decisões, as reverências à Prestes, Stalin etc. Neste momento do PCB, os espaços para divergências eram mínimos. Segundo Vinhas (Vinhas,1982) o delegado João Saldanha, que ousou se abster em uma das votações, foi duramente criticado. O estilo elogioso, repleto de adjetivos era uma espécie de senha para sua aceitação incondicional. Não obstante, as decisões e determinações eram defendidas como legítimas exatamente por haverem sido tomadas por meio de um congresso democraticamente eleito, precedido de amplas discussões nas bases do partido. Os líderes, nessa práxis, encarnariam essa legitimação coletiva e se colocavam perante o conjunto de militantes como verdadeiros heróis, personalidades dotadas de um brilho especial que deveriam ser respeitadas e seguidas.

Não quero dizer que não houve resistência, mas que esta resistência foi inútil. Como veremos no próximo capítulo, entre os anos de 1945 e 1947, o PCB viveu um dos seus momentos de maior crescimento. Como reação à cassação de seu registro eleitoral em 5 de maio de 1947, teve início seu momento de maior ímpeto stalinista. Muitos militantes questionaram e criticaram o autoritarismo dos dirigentes, mas não lograram qualquer êxito. Em 1954, ano em que se realiza o IV Congresso, a maior parte dos militantes que criticaram o autoritarismo Pós-cassação (senão todos) já não fazia mais parte do PCB. O qual deixou de ser um grande partido em 1947, para se tornar um partido minúsculo até o início da década de 60.

Assim, em primeiro lugar, o autoritarismo não é uma constante nos partidos comunistas, mas manifesta-se em graus e intensidades diferentes de acordo com um momento dado, não podemos entender o stalinismo como um componente estático destas organizações.

Em segundo lugar, o autoritarismo não é patrimônio do stalinismo. Precisamos ter consciência de que o leninismo tem uma tendência muito grande a este mal. Segundo Apolônio de Carvalho: “O partido [leninista], é um partido profundamente elitista, uma distância muito grande entre as direções e as bases”. (AC, 1998)

Reconhecer isso não significa igualar leninismo a stalinismo, mas saber que existe uma relação entre um e outro, que o segundo deriva do primeiro, e que a preocupação com uma prática tolerante e democrática, bem como o reforço da autoridade coletiva deveria ser uma constante para os militantes comunistas. Única saída para escapar desta “tentação autoritária”.

Por fim, pode ocorrer que um militante, ou mesmo um grupo, rompa com o stalinismo, e critique sinceramente todas as práticas e conceitos relacionados a este. Mas as marcas da tradição negada têm raízes muito mais profundas, estão cristalizadas no jeito de agir, no vocabulário, na maneira de se interpretar os textos escritos e a conjuntura política, em suma, no “fazer política” que se aprendeu sob a égide da antiga escola. Esta herança não é apenas “maldição” de alguns casos isolados. Está presente em intensidades diferentes em todo o movimento de esquerda, varando de organização para organização, de militante para militante. Com frequência, desqualificar um oponente com a pecha de “stalinista” não deixa de ser familiar.

Capítulo 2

EVOLUÇÃO E CRISE DA LINHA POLÍTICA NO PCB.

No período de 1946 a 1964, o PCB era a maior força do movimento comunista no Brasil e servia de referencial a todas as organizações de esquerda. Isso não significava ausência de contradições internas, no espaço de tempo compreendido entre estes marcos, seu programa político passou por muitas e significativas reorientações.

Segundo Vinhas (Vinhas,1982), na tentativa de se manter no poder, Vargas acena com um projeto mais amplo de democratização que os setores ligados à UDN. Por isso, os comunistas apóiam a “Constituinte com Getúlio”, ao lado do “Movimento Queremista”. O que não será suficiente para evitar a deposição de Vargas em 29 de outubro de 1945. O golpe, não logrou todavia, interromper completamente o processo de democratização em curso. É certo que sindicatos sofreram intervenções, mas, pelo menos o PCB logra conseguir a legalidade neste mesmo processo.

Os principais partidos que disputaram as eleições de 1945 são: Partido Social Democrata (PSD), União Democrática Nacional (UDN), Partido Socialista Brasileiro (PSB), Partido Democrata Cristão (PDC), Partido Trabalhista Brasileiro (PTB) e o PCB.

Quanto aos candidatos, UDN e PTB lançam a candidatura de Eurico Gaspar Dutra, apoiado por Vargas, e UDN e PSB lançam o Brigadeiro Eduardo Gomes.

Os comunistas, isolados e, confusos não apóiam nenhum dos candidatos. E resolvem lançar 20 dias antes do pleito, a candidatura de Yedo Fiúsa, ex-prefeito de Petrópolis – RJ e desconhecido da política nacional. Os 600 mil votos conquistados por este, cerca de 10% do total foram um resultado surpreendente.

Os comunistas elegeram Prestes senador pelo distrito federal e deputado federal pelos Estados de Pernambuco, Rio Grande do Sul e DF (o parlamentar mais votado da história até então). E ainda conseguiram eleger 14 deputados federais. Verificou-se a força eleitoral do partido especialmente nos grandes centros, como São Paulo, Distrito Federal, Recife, Natal, Aracaju, Santos, Campinas, Sorocaba e Olinda, onde foi majoritário

Esse resultado pode ser atribuído à conjuntura de 1945. A União Soviética (URSS) e mesmo Stalin era muito popular no imediato pós-guerra, em função do desempenho do exército vermelho contra o nazismo. No Brasil, o líder do PCB, Luis Carlos Prestes, foi cercado de uma auréola de herói e de muito carisma.

Além disso, com a orientação do kominform¹⁷ de “luta pela paz”, o PCB abriu-se à participação de grandes contingentes, enraizando-se de forma sólida na classe trabalhadora. O número de militantes crescia de forma impressionante, chegando à cifra de 200 mil. Só em São Paulo, o número chegou a 60 mil, de acordo com o depoimento de Moisés Vinhas.

O bom desempenho eleitoral de 45, se repetiu em 47, o partido conseguiu eleger 46 deputados em quinze estados e fazer a maioria da câmara de vereadores no Distrito federal. Além dos deputados estaduais, Diógenes de Arruda Câmara e Pedro Pomar foram eleitos com a legenda emprestada pelo Partido Social Progressista – PSP para a câmara federal (apoiando Ademar de Barros).

Os candidatos comunistas conseguem articular em seus programas, uma pauta regional, adaptada a realidade de seu eleitorado, combinada com uma pauta mais geral nacional e internacional.

Os discursos de Prestes, no Estádio de São Januário, no Rio de Janeiro, no Pacaembu, em São Paulo, no Parque Treze de Maio, no Recife e outros locais de grande capacidade de concentração são assistidos por milhares de pessoas. Intelectuais de prestígio se aproximam do partido.

A agitação do PCB, por paz, reforma agrária, democracia, direitos sociais etc, era atrativa às massas trabalhadoras. Em aliança com o PTB, consegue imprimir um notável dinamismo à atividade sindical, desalojando progressivamente as velhas burocracias sindicais.

Mas nem tudo eram flores, subsistia ainda uma grande hierarquização nas decisões, um órgão nacional do partido podia se impor sobre as direções estaduais e municipais sem qualquer possibilidade de apelação.

A linha da “luta pela paz” ganha sua forma mais definida por meio de duas reuniões do Comitê Central, em agosto e setembro de 1945, com a

¹⁷ Abordaremos a questão do Kominform e das organizações internacionais do movimento comunista no capítulo seguinte deste trabalho.

formulação de um programa eleitoral mínimo e a caracterização do caminho pacífico para a revolução brasileira.

Luís Carlos Prestes, Diógenes de Arruda Câmara, Mauricio Grabois e Pedro Pomar, os dirigentes saídos da Conferência da Mantiqueira¹⁸, defendiam uma linha de extremado pacifismo e apoio à burguesia nacional, tida então como progressista e democrática. Com efeito, o informe da Comissão executiva ao pleno do Comitê Central de dezembro de 1946, intitulado “Em Marcha para um Grande Partido Comunista de Massa (in: Vinhas, 1982:123), o subtítulo proclamava: “Por ordem e tranqüilidade” e logo na primeira frase: “Avança a democracia, cresce nosso partido”.

Orientado por uma política de construção ampla, o partido conseguiu se radicar firmemente nas bases operárias. Entretanto, segundo Gorender, o PCB se deixou iludir com “a aparente concórdia internacional reinante no breve lapso entre a derrota do eixo nazifascista e a deflagração da guerra fria”, (Gorender, 2003:22) e continuou a insistir na pregação de um trivial pacifismo, sem perceber a mudança da conjuntura política em seu país.

Em nível internacional, já começavam os primeiros atritos diplomáticos na guerra fria. É neste contexto que ocorre o processo de cassação do registro eleitoral do PCB no Brasil. Parlamentares de direita deram entrada em num processo visando à cassação do registro eleitoral dos comunistas. Argumentavam que o PCB não podia existir legalmente no Brasil, uma vez que o significado da sigla era Partido Comunista do Brasil, e este “do” Brasil denunciava sua filiação à URSS. Assim o PCB não seria um partido nacional, mas um instrumento de política externa daquele país. O terminou por ter ser cassado na tarde do dia 7 de maio de 1947.

Perdida a legalidade, segundo Gorender: “A direção nacional reagiu ao arbítrio do governo Dutra com um extremismo ressentido”(idem), saindo do arraigado pacifismo para o extremo ímpeto revolucionário. O “Manifesto de Agosto de 1950” exprimiu a primeira grande reviravolta na orientação do PCB no período analisado. O manifesto é escrito em tom apocalíptico e grandiloquente. A se crer em seu conteúdo, tem-se a convicção de que o país esta sob ocupação militar norte americana.

¹⁸ Realizada em agosto de 1943, na Serra da Mantiqueira, no estado do Rio de Janeiro, a Conferência da Mantiqueira reorganizou o PCB, então destruído pelo Estado Novo.

O manifesto se coloca enquanto um “apelo à união e à ação” contra “traidores e assassinos que nos governam” (in: Vinhas, 1982:140). Um chamado à união de todos, independente de idade, sexo, convicção política e religiosa. Seu conteúdo clama por uma mobilização urgente contra perigos imediatos, entre os quais “a guerra que nos bate às portas e ameaça a vida de nossos filhos e o futuro da nação”. (idem) A hesitação, o conformismo e a passividade são, por si só, “um crime de lesa pátria” (idem). Assim o povo teria de escolher entre a “paz ou a guerra, a independência ou a colonização total, a liberdade ou o terror fascista” dilema “que não admite uma terceira opção”, (In: Vinhas, 1982:149). De um lado Dutra, todos os outros políticos, os latifundiários e o imperialismo e de outro as massas organizadas e em luta: “Diante da violência dos dominadores, a violência das massas é inevitável e necessária (...). É o caminho da luta e da ação, o caminho da revolução” (In: Vinhas, 1982:150).

Seus militantes imergem numa profunda clandestinidade, absoluta para Prestes, que viria a ficar clandestino até mesmo para o próprio partido entre os anos de 1947 a 1957. O número de militantes decresce vertiginosamente em decorrência da radicalização de posições. Exigem a renúncia de Dutra, exigência que não encontra nenhum eco.

O IV Congresso, realizado clandestinamente em Novembro de 1954, confirmou a linha do manifesto de agosto de maneira quase integral, segundo Vinhas:

... o IV congresso do PCB é exemplar do beco sem saída a que a direção levou o partido com a linha do Manifesto de Agosto. De um grande partido de massas havia se tornado um pequeno partido, dogmático e militarizado. (...) rarefeita capacidade de intervenção (...) escassíssima democracia interna (...) manipulação generalizada por parte dos organismos dirigentes. (...) não comparece ao congresso nenhum delegado que a direção não queira”. (In: Vinhas, 1982:134)

A única modificação substantiva foi à recolocação da burguesia nacional na frente revolucionária, somente os burgueses e latifundiários colaboradores do imperialismo é que seriam desapropriados sem indenização. A palavra de ordem “pela derrubada do governo Vargas” foi modificada por: pela “derrubada do atual governo”, visto que Vargas já se encontrava sepultado.

A luta armada era mencionada de forma genérica, pois não havia ainda a pressão do exemplo Cubano. Mesmo assim, os comunistas

participaram e apoiaram dois episódios de conflito armado. O primeiro Porecatu, no norte do Paraná onde alguns posseiros lutavam pela posse da terra e foram derrotados, e o segundo, em Trombas do Formoso, em Goiás onde os posseiros conseguiram a posse da terra.

Graças ao retorno aos sindicatos oficiais¹⁹, o PCB conseguiu diminuir seu isolamento em relação à classe trabalhadora e suas lutas. O maior resultado dessa reaproximação foi a greve dos 300 mil, em São Paulo que ocorreu entre os meses de março-abril de 1953, a greve foi potencializada pela aliança entre comunistas e trabalhista de esquerda.

A orientação de “derrubada do atual governo” aprovada no IV Congresso logo viria a resultar em descompasso com a realidade após a posse de Juscelino que fora apoiado pelos comunistas (apoio decisivo para sua vitória por pequena margem de votos). Agora o “atual governo” que deveria ser derrubado havia sido apoiado pelos comunistas.

Segundo Gorender, a contradição entre as resoluções do IV Congresso, a realidade política e a prática dos militantes era sentida, mas reprimida pelos métodos autoritários do partido.

Entretanto em fevereiro de 1956, o relatório de Krushev no XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PUCS), viria a colocar em xeque essa concepção militarizada de partido. Os efeitos das denúncias dos crimes de Stalin viriam a repercutir sobre o movimento comunista em todo o mundo. No Brasil, a primeira postura foi de negar a autenticidade do documento que foi publicado pelo *Jornal do Brasil*, e proibir a discussão de seus significados dentro do partido. Todavia, com a volta de Arruda, que assistiu ao congresso como convidado do PCB e a confirmação da veracidade das informações, a discussão fugiu ao controle.

Apolônio de Carvalho, em entrevista a Silva Junior, relatando seu retorno ao Brasil no final por volta de 1957, fala sobre as dificuldades da direção do PCB em lidar com as repercussões do relatório de Krushev. Uma das principais contradições era que a direção do PCB até aquele momento,

¹⁹ Em meio a mudança da linha política no rastro das resoluções do Manifesto de Agosto, o PCB orientou seus militantes a abandonarem os sindicatos oficiais, como tal medida só fez aumentar o isolamento político da agremiação, o retorno à essas entidades foi votado pela executiva em 1952.

estava profundamente imbuída daquelas práticas que foram objeto de crítica no referido documento:

A partir dos anos 60, voltando da União Soviética, que eu tinha feito uma passagem entre 54 e 57, de volta [à reunião] (do CC), encontramos a crise do partido. Decorrente dos efeitos nacionais, no plano nacional, do XX Congresso do Partido Comunista. As dificuldades da direção, muito impregnada daquilo que se chamou depois de stalinismo (...) Então, essa recusa relativa da direção do partido de aplicar o chamamento do XX Congresso a uma reavaliação, das relações internas do partido: a prática da dureza das direções, dureza incrível das prescrições disciplinares, a bandagem e ao mesmo tempo o sufoco das consciências, etc. A direção teve dificuldades em aceitar isso. Há rebeliões naturalmente, no quadro dos jornalistas, dos estudantes, intelectuais... Foi um momento muito bonito! (AC, 1998)

O caminho das discussões, da direção às bases foi longo, tortuoso e seu resultado final dependeu em grande medida de algumas desobediências. Em agosto, aconteceu a primeira reunião do Comitê Central depois do Congresso, que havia sido realizado em fevereiro. As críticas à direção foram muito grandes, principalmente a Prestes (ainda clandestino), João Amazonas, Carlos Marighella e principalmente Diógenes de Arruda Câmara. Mas a discussão no restante do partido não ocorreu. Em nota, Vinhas dá uma idéia do impacto das “revelações do XX Congresso” no Comitê Central e em alguns de seus principais militantes:

Na primeira reunião em que o Comitê Central do PCB examinou os reflexos das denúncias de Krushev, houve de tudo: Arruda Câmara, Carlos Marighella e outros chegaram a chorar convulsivamente durante dias; oradores se revezavam na tribuna – houve quem chegou a falar durante cinco horas – denunciando práticas vergonhosas de diversos militantes e dirigentes. Mais tarde, em outra reunião, Prestes chegou a afirmar que, ao saber da veracidade das notícias, pensara em se suicidar, por ter fracassado como dirigente (Vinhas, 1982: 230)

A descida às bases se iniciou com um ato de insubordinação, Aydano do Couto Ferraz – editor da *Voz Operária* – assumiu a responsabilidade de publicar um artigo de João Batista de Lima e Silva – editor da *Imprensa Popular* – que respondia a uma carta de leitor, o título era: “Não se pode adiar uma discussão que já se iniciou em todas as cabeças” (Vinhas, 1982: 179). A iniciativa foi imediatamente apoiada por amplos setores do partido, como por exemplo, as seções de agitação e propaganda, sindical, de massas, finanças, juventude, todos os órgãos ligados ao Comitê Central, os comitês estaduais de São Paulo, Rio Grande do Sul e Ceará. A direção não teve como impedir que a discussão fluísse.

Com ocorrer do debate, o stalinismo, ou “culto à personalidade” foi definido como o principal responsável pela atmosfera militarizada, mandonista²⁰ e autoritária do partido, “estruturada á imagem e semelhança do PUCS apesar da diversidade de situações e voltado precipuamente para o “assalto ao poder” (idem). A crítica vai atingir diretamente a concepção e a política de organização.

Segundo Vinhas, esse esforço de auto-compreensão e autocrítica derivou do efeito devastador do XX Congresso do PUCS:

Nem a resolução sindical de 1952, nem as lições da crise do getulismo²¹, nem a participação nas eleições de 1955 foram suficientes para destruir a couraça ideológica comunista: arranharam-na, quando muito. Foi preciso esperar a explosão libertadora do XX Congresso para que a armadura stalinista se rachasse por todos os lados. (idem)

Além de colocar em xeque o sistema de organização nos partidos comunistas, também tidos como embriões de poder, “ele reabria para os comunistas do mundo inteiro a discussão em torno dos caminhos possíveis da revolução”.(Vinhas, 1982:180) A discussão aberta com o XX Congresso obrigou os comunistas a pensarem sobre si mesmos. Os efeitos deste movimento, se fariam sentir ainda durante os próximos anos.

Em nível do Comitê Central, se oporiam “abridistas” e “fechadistas”²², mas o debate livre, aberto e democrático, só durou um mês. Já em novembro, uma Carta Aberta de Luiz Carlos Prestes (uma “carta rolha”²³) fecha a discussão. Pouco depois, Aydano do Couto Ferraz, editor da Voz Operária, que iniciou todo o debate, foi demitido, sendo substituído por Jacob Gorender. João Batista de Lima e Silva também foi demitido da Imprensa Popular e substituído por Mário Alves. Dois dos principais dirigentes que viriam mais tarde a romper com PCB e formar o PCBR.

²⁰ A expressão Mandonismo, designa a aquele dirigente que “manda”, passando por cima do processo de discussão e decisão coletiva.

²¹ “Getulismo” designa o movimento de apoio praticamente incondicional à política e ao carisma de Getúlio Vargas.

²² Por abridistas, entenda-se o grupo de militantes favoráveis a um debate o quanto mais amplo sobre as questões relacionadas ao partido, sua organização e linha política, por “fechadistas” entenda-se o oposto, ou seja aquele grupo de dirigentes que defendia que as discussões ficasse restritas à cúpula partidária.

²³ A expressão “carta rolha” foi de Agildo Barata em processo que culminou com sua expulsão: “Quando o debate, aberto em outubro de 1956, estava em pleno desenvolvimento, o jornal *Notícias de hoje* tornou pública, em 21 de novembro, uma carta de Prestes pedindo a suspensão das discussões. Agildo Barata reagiu violentamente à proposta, denominando o documento de Prestes de “carta rolha”; pouco depois foi expulso do partido”. (Vinhas, op cit, pag230)

Duas tendências ganham corpo, a primeira ao redor de Agildo Barata, apoiado por grande parte da intelectualidade. Exige uma autocrítica radical, mas progressivamente evolui para a negação do partido. A segunda em torno da Comissão executiva, profundamente comprometidos com a prática stalinista e resistente a qualquer mudança. O grupo de Agildo Barata acabou sendo expulso em julho de 1957. Todavia, a expulsão do grupo de Barata provocou a reanimação dos stalinistas no partido. Os efeitos deste processo foram de tais dimensões que o partido, que não era possível apenas expulsar Barata e deixar tudo como antes, às críticas ao stalinismo da direção eram muito grandes, sendo necessário dar exemplos de desestalinização. Assim, imediatamente após a expulsão do grupo acima citado, ainda no mês de julho, foi publicado no jornal *voz operária*, um editorial intitulado: “A lição dos acontecimentos do PUCS”, o texto falava da necessidade de o partido se reorganizar, ou seja, se depurar dos seus dirigentes mais comprometidos com o “culto à personalidade” e as práticas autoritárias no partido. Os stalinistas, que haviam ainda pouco ajudado na expulsão do grupo rival, sentiam agora, o laço se apertar dolorosamente em suas gargantas:

Esta reorganização, segundo pensamos, deve ser feita com o afastamento dos camaradas que, apesar de seus méritos e de suas possibilidades de auto-crítica, mais estão comprometidos com os erros do passado e do presente. Estes camaradas deverão ser substituídos por outros que sejam capazes de fazer do presidium²⁴ o que ele precisa ser: o órgão executivo do Comitê Central, inteiramente subordinado às suas decisões e ao seu controle. O partido necessita com urgência de uma direção que modifique o presente estado de coisas, tirando o partido da relativa estagnação em que se encontra. (*Voz operária*, 13/07/57 apud Sales, 2007:66)

Prestes começou a sinalizar para possíveis mudanças quando trocou seu homem de confiança. Durante dez anos, Arruda tinha ocupado este posto. Depois dos acontecimentos de 1956, Giocondo Dias, que durante este período havia se incumbido das tarefas práticas do secretariado geral, desceu às bases do partido a fim de inteirar-se da real situação do partido. Após conversar com militantes que conhecia e tomar ciência do confronto de opiniões e de idéias novas, “transmitiu ao secretário-geral informações que o chocaram e abalaram convicções arraigadas”. (Gorender, 2003:32)

Em agosto, Prestes aparece de surpresa na plenária do Comitê Central, Arruda, Amazonas e Grabois são afastados da executiva. Mario Alves e Giocondo

²⁴ “Presidium” é como ficou sendo chamada a antiga comissão executiva depois do IV Congresso.

Dias ascendem a ela. É ainda nomeada uma comissão composta por Moisés Vinhas, Jover Teles, Sérgio Holmos, Leivas Otero e Francisco Gomes para produzir novo documento sobre os reflexos do culto à personalidade no PCB. O documento fica pronto em janeiro, mas não chegará a ser discutido na plenária de março daquele ano, sendo substituído por outro, que ficou conhecido como a “Declaração de Março”. Gorender relata os bastidores da comissão que elaborou a “Declaração de março”:

A esta altura, Dias me convidou para uma reunião, à qual também vieram Mario Alves, Armênio Guedes e Alberto passos Guimarães. Já se podia prever que a comissão eleita no pleno (reunião plenária) de agosto não produziria um resultado satisfatório. (...) Os companheiros ali presentes eram convidados a elaborar e redigir o documento alternativo. Tratava-se de formar uma comissão ultra-secreta, desconhecida para o comitê central e mesmo para a comissão executiva. (idem)

Dessa comissão surgiria a “Declaração Política de março de 1958”. Embora concluída em fevereiro, tomou esse nome por que foi aprovada, com pequenas alterações, neste mês pelo Comitê Central, com o voto contrário de Amazonas e Grabois.

A nova linha mantinha a revolução por duas etapas, concepção oriunda do VI congresso da IC em 1928, propunha que a luta por transformações na primeira etapa deveria ser levada à frente através de uma coalizão ampla que englobasse proletariado, camponeses, a pequena-burguesia e a burguesia nacional, falava-se em hegemonia do proletariado.

A declaração reconhecia o desenvolvimento capitalista no Brasil já em fase de efetivação. A proposta política dos comunistas consistia na luta pelas “reformas de estrutura”, as quais ficaram popularmente conhecidas por “reformas de base”.

O governo de Juscelino Kubitschek, que havia sido eleito com o apoio dos comunistas não foi caracterizado como um governo de traição nacional, mas como tendo uma composição heterogênea de elementos progressistas e reacionários que disputavam a hegemonia no Estado. O próprio Juscelino balançava entre um lado e outro nessa disputa. Cabia aos comunistas apoiar o lado progressista e combater o reacionário. O caminho para a revolução no Brasil era preferencialmente o caminho pacífico, mas ressalvava que, caso a direita radicalizasse suas posições e recorresse à violência contra os trabalhadores, “métodos não pacíficos” poderiam se fazer necessários.

A declaração foi desenvolvida e precisada no V Congresso, realizado em agosto de 1960, no Rio de Janeiro, que foi pautado por uma grande discussão de suas teses pela militância, “que fez do Quinto Congresso o oposto do IV Congresso” (Gorender,2003:35), de modo que as alegações de autoritarismo por parte daqueles que mais tarde viriam a fundar o PCdoB e que foram afastados ainda mais da direção do partido neste congresso, segundo Gorender, não procedem. Mas o fato é que, dentro de novo Comitê Central eleito, Amazonas e Grabois, alguns dos principais militantes que viriam a fundar o PCdoB, foram excluídos do órgão dirigente. Além de Arruda, que ingressando no novo partido após o Golpe militar, viria a se tornar um de seus principais dirigentes.

O V Congresso transcorreu num contexto em que a Revolução Cubana já fora vitoriosa e no momento em que as divergências entre os partidos comunistas da China e União Soviética começavam a se tornar públicas. As estruturas de referência internacional do movimento comunista passavam por profundas transformações em decorrência ainda dos efeitos do XX Congresso do PUCS.

Gorender lembra ainda que, em meio às discussões do V Congresso alguns militantes salientaram o caráter dúplice e conciliador da burguesia nacional, mas prevaleceu a opinião da maioria, afinada com as idéias de Dias e de Prestes.

Amazonas e Grabois não cederam de suas posições stalinistas. E mantiveram suas convicções após serem afastados do C.C pelo V Congresso.

Em 11 de agosto de 1961, o semanário *Novos Rumos*, desde fevereiro de 1959 o órgão oficial do partido, publicou os Estatutos e o programa do PCB adaptados para a apresentação à justiça eleitoral e uma entrevista com Prestes falando de sua disposição em legalizar o partido. Os stalinistas argumentaram que as modificações introduzidas na prática fundavam um novo partido.

Liderados por Amazonas, Grabois e Pomar, a antiga ala mais pronunciadamente stalinista da antiga Comissão executiva, buscava elevar a mudança de nome e redação do programa do partido em questão de princípio. Ainda em agosto de 1961 lançaram ao coletivo partidário a chamada “Carta dos Cem”, documento que dá início ao processo de cisão.

Em seu início, o panfleto denuncia que a mudança do significado da sigla PCB de Partido Comunista do Brasil para Partido Comunista Brasileiro fere o

artigo 32 dos estatutos do partido: “As decisões do congresso são obrigatórias para todo o Partido e não podem ser revogadas, no todo ou em parte, senão por outro congresso...” (in:Carvalho,1967:412). A modificação do nome, inconcebível para os autores não teria sido no V Congresso, o qual “autorizou tão somente o Comitê Central a introduzir para fins de registro no TSE as modificações exigidas pela lei” (In:carvalho,1967:413), como as questões relacionadas à destinação do patrimônio, designação de delegados eleitorais, etc.

Os autores do documento não negam a possibilidade de que se venha a mudar o nome do partido, “Tudo depende porém, das condições concretas e das peculiaridades da revolução (...). Mas sempre como decorrência das decisões do Congresso” (idem). Observa que sob o aspecto gramatical, a mudança nada significa. Mas sob o aspecto político abre precedentes gravíssimos. Como o argumento para a cassação do partido em 1947, havia sido justamente relacionado ao nome, mudá-lo, teria como conseqüência fornecer “elementos para justificar uma das mais infames calúnias dirigidas contra os comunistas brasileiros” (In:Carvalho,1967:414). Além disso, a mudança do nome não seria suficiente para legalizar o partido, pois o argumento utilizado em 1947, foi apenas um pretexto, assim o PCB, não conseguiria nem assim obter a almejada legalidade (no que a história comprovou que estavam certos).

Os autores acusam o comitê central de estar tentando legalizar um novo partido, enquanto “O que os comunistas desejam e a classe operária e o povo aspiram é a legalização do seu velho e tradicional Partido”.(idem)

Em seguida passam a tratar do estatuto. Afirmam que o estatuto apresentado à justiça eleitoral e publicado em *Novos Rumos* “é a negação do Partido revolucionário” (In:Carvalho,1967:415). Os autores procuram demonstrar, nas modificações de redação, abandonos flagrantes das bandeiras históricas do partido, por exemplo, na mudança de: “os comunistas têm o dever de lutar à frente das massas camponesas por uma reforma agrária que liquide o monopólio da propriedade da terra pelos latifundiários” para: “efetivação da reforma agrária em todo o país” (idem)

Outra crítica “gravíssima” é a supressão do termo comunismo entre os objetivos finais do Partido: “Agora, tanto o programa quanto os estatutos do Partido Comunista Brasileiro dizem que este partido tem “como objetivo final o estabelecimento do socialismo”. – e remata – “por que o comunismo foi excluído

como objetivo”? (idem) O que seria: “um absurdo esconder este objetivo”. (In:Carvalho,1967:416)

Prosseguindo, o documento critica a retirada das referências ao marxismo e ao internacionalismo. Argumenta que tal medida afronta a declaração da Confêrencia Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1957. Diz a declaração que é dever dos partidos comunistas: “A aplicação do materialismo dialético ao trabalho prático, a educação dos quadros e das amplas massas no espírito do marxismo-leninismo”, e questionam “Como por em prática esta indicação se os próprios Estatutos do Partido, estampados no órgão central, omitem qualquer referência ao marxismo-leninismo”? (idem)

Por tudo isso, os autores da carta dos 100 consideram que Prestes e seus aliados estavam a fundar um novo partido: “As mudanças feitas no nome, no programa e nos Estatutos, infligindo as decisões do V Congresso, objetivam o registro de um novo partido”. (In:Carvalho,1967:418)

Uma vez que o estatuto apresentado ao TSE modificava os estatutos e programas originais, não havia mais volta. Para justificar semelhante idéia, os autores citam o Código Eleitoral brasileiro:

O código Eleitoral é taxativo: “O diretório que se tornar responsável por violação do programa ou dos estatutos do seu partido político, ou por desrespeito a qualquer de suas deliberações regularmente tomadas, incorrerá em pena de dissolução”. Assim, os documentos publicados em “Novos Rumos” são os documentos básicos que nortearão a atividade do novo partido que não poderá sair dos estreitos marcos por eles fixados” (idem).

Aqui se apresentam algumas contradições. De fato, o estatuto apresentado pelo PCB à justiça eleitoral modificava algumas palavras do texto original. Certamente, tais modificações, que de fato atenuavam o conteúdo das propostas, tinham como objetivo principal tornar o texto mais palatável, uma vez que o partido não conseguiria a legalidade se o seu programa questionasse de forma radical a continuidade do capitalismo, da propriedade privada e o Estado de direito. Era como se fosse um estatuto e um programa “brancos” visando tão somente o registro eleitoral. Nada impedia que em sua atuação, a organização se guiasse pelo texto congressual, “vermelho”. No entanto, os autores da “carta dos 100” não admitiam que a agremiação apresentasse uma versão mais suave às instituições de Estado. E neste ponto está a principal contradição, visto que

segundo a tradição do pensamento marxista (que tais militantes diziam defender ortodoxamente) o Estado é uma “ditadura de classe²⁵”, e, nesta ótica, apresentar o programa e estatuto em sua versão original era dar informações ao inimigo. Os dirigentes que em breve fundariam o PCdoB afirmavam que uma vez apresentado um programa mais maleável à Justiça Eleitoral era esse que passava a valer, ou seja, o reconhecimento legal deveria se dar em cima de uma proposta de organização que negasse as instituições nas quais desejava ingressar. Assim, os autores afirmam o que parece ser uma contradição entre termos: “queremos a *legalidade do partido revolucionário*”. (idem – grifo meu)

Ao final do documento insinuam a futura cisão:

A conduta do Comitê Central fere a unidade porque muitos militantes, conscientes do seu papel e em defesa das próprias decisões do V Congresso, não aceitarão que se liquide o velho Partido, a ele permanecerão fiéis, mantendo bem alta a bandeira de suas melhores tradições. (In:Carvalho,1967:420)

Ao final, faziam ao Comitê Central a exigência de que ou “acatem as decisões do V Congresso, substituindo os documentos publicados em “Novos Rumos” ou, “convoquem um Congresso Extraordinário para resolver sobre a mudança”. (idem)

É claro que a direção do PCB não aceitou o ultimato da “Carta dos Cem”, o grupo seria expulso em pouco tempo, conforme foi noticiado em *novos Rumos* na edição de 5 a 11 de janeiro de 1962:

...denunciamos aos comunistas, aos amigos e simpatizantes, aos trabalhadores em geral, a atividade de um pequeno grupo fracionista²⁶ encabeçado por João Amazonas, Mauricio Grabois e Pedro Pomar (...) Este reduzido grupo de elementos lançou-se a um ataque sistemático contra a unidade e a disciplina do movimento comunista, violou as decisões adotadas e entregou-se a uma insidiosa atividade desagregadora, sendo por isso expulso de nossas fileiras. (In:Carvalho,1967:401,402)

Consumada a expulsão, o grupo liderado por Amazonas, Grabois e Pomar, realizou a “Conferência Extraordinária do PCB”, em São Paulo, em fevereiro de 1962. Nela, denunciaram Prestes e seus aliados, capitulando às pressões da burguesia e “aproveitando-se dos erros da orientação política e dos falsos métodos de direção” (In:Carvalho,1967:436), fundaram um novo partido.

²⁵ Ver: Lênin, O Estado e a Revolução.

²⁶ “Fracionismo”, no jargão partidário, denota ação com objetivo de ferir a unidade do partido por meio de métodos desleais.

Invertendo as acusações de stalinismo, afirmam eles que “o culto à personalidade de Prestes, durante longos anos fomentado entre os comunistas, contribuiu decisivamente para que as idéias revisionistas chegassem a prevalecer no Partido” (In: Carvalho,1967:437).

Sendo assim, o PCdoB proclamou por meio da “Conferência Extraordinária”, ser o Partido Comunista fundado em 1922, então reorganizado e designado pela nova sigla PCdoB. Reivindicando o princípio stalinista da antiga IC, segundo o qual só deve existir um Partido Comunista em cada país, afirma: “A Conferência Nacional Extraordinária reafirma a posição de que só deve existir um único Partido marxista-leninista da classe operária” (In:Carvalho,1967:438).

Quanto ao programa e estatutos, O PCdoB retomou as resoluções do IV Congresso e o espírito do Manifesto de Agosto. Esta foi, a meu ver, a segunda grande contradição dos fundadores do PCdoB. Se tais dirigentes foram tão ciosos em defender as resoluções do V Congresso, é no mínimo uma incoerência esquecê-lo. O PCdoB só reconhece o partido até o IV congresso, mas os próprios fundadores da nova agremiação estavam no PCB durante a realização do congresso seguinte, no qual suas propostas foram derrotadas. Assim, primeiro se questiona a direção por não respeitar as resoluções do V Congresso, depois se intitulam o partido fundado em 1922 e simplesmente apagam da história dessa instituição esse evento. É certo que os mencionados dirigentes realizaram uma Conferência Nacional, porém, hierarquicamente, uma conferência jamais pode se sobrepor a um congresso, muito menos suprimi-lo. O único argumento que poderia justificar semelhante procedimento, era o de que o “novo partido” fundado por Prestes e seus aliados datava da realização deste fórum, mas se assim fosse, os dissidentes teriam se empenhado numa luta contra a direção partidária em defesa deste “novo partido”, pois o início das divergências teria se dado pelo desrespeito às resoluções do V Congresso.

A estrutura partidária foi rigorosamente a mesma do PCB à época do IV Congresso. Se aceitarmos que o V Congresso, marcado pelas repercussões do Relatório de Krushev, avançou no sentido de uma certa desestalinização, de um funcionamento orgânico mais democrático, o PCdoB, dentro desta perspectiva, regrediu. Nunca é demais lembrar que os fundadores do novo partido estavam entre os principais dirigentes do PCB no momento do IV Congresso e entre os

principais criticados à época do acontecimento do congresso seguinte. Segundo Vinhas:

O que unifica os dissidentes é a luta para “resgatar as tradições revolucionárias” dos comunistas brasileiros (...). em todos os aspectos, aliás, o novo partido apresenta-se como restaurador: assume o velho nome de Partido Comunista do Brasil (PCdoB), chama seu jornal de “*A Classe Operária*”, considera Stalin como o “quarto clássico” do marxismo e, sobretudo sua linha de política, explicitada em manifesto – programa de 1962, tem como base e modelo o IV Congresso, considerado literalmente a “expressão mais avançada” a que chegou o marxismo no Brasil. (Vinhas, 1982:187)

Como forma de dimensionar os contornos gerais da estruturação adotada, analisaremos brevemente o artigo de João Amazonas “Sobre as modificações nos estatutos do Partido Comunista do Brasil”, datado de 1954, mas que ainda hoje serve de referência ao PCdoB (a fonte do artigo inclusive, é a pagina do PCdoB na internet).

A estruturação e definição do partido conservam intactas as modificações introduzidas pelo IV Congresso do PCB,

O Comitê Nacional passa a ter a designação de Comitê Central, (...) A nova designação traduz melhor as funções do órgão dirigente do Partido entre dois Congressos, dado que o Comitê Central centraliza todas as organizações partidárias. (...) passa a denominar-se Presidium do Comitê Central a antiga Comissão Executiva. Esta nova denominação expressa melhor as funções do órgão dirigente do Partido entre duas reuniões do Comitê Central. (...) Quanto ao órgão imediatamente inferior ao Comitê Central, sua designação passa a ser Comitê Regional ao invés de Comitê Estadual, (...)A nomenclatura de Comitê Municipal desaparece e surge em seu lugar o Comitê de Zona. (...) A denominação de Célula foi mudada para Organização de Base. (idem)

O documento fala das adequações na organização do partido em função do IV Congresso. A importância da tradição do movimento comunista nacional e internacional é muito cara a João Amazonas e seu grupo. Ao falar sobre a estruturação do partido, a referência ao PCUS é uma constante: “Forjar nosso Partido, tendo como paradigma o Partido Comunista da União Soviética, é a maneira pela qual poderemos conduzir à vitória o proletariado e o povo brasileiros”. (Amazonas, 1954)

Grandes trechos do documento são dedicados a reverenciar a tradição e a reforçar doutrinariamente os princípios da organização marxista leninista. Tais referências constantes e elogiosas, estão bem ao modo do chamado “culto à personalidade”, ou seja, os fundadores PCB resgataram vários elementos da

prática partidária do PCB durante o período da linha do IV Congresso e do manifesto de agosto.

Ao definir o Partido Comunista do Brasil, os Estatutos reafirmam os princípios leninistas de organização do Partido, proclamam o seu papel de partido de vanguarda, de partido revolucionário do proletariado. O Partido mantém, em toda a sua pureza, o seu caráter de partido de uma só classe, de partido da classe operária. (...) é da maior importância definir com precisão o caráter do Partido. (...) No Partido não há lugar para duas ideologias. O Partido Comunista do Brasil é guiado em toda a sua atividade pela doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stálin. O Partido é a união voluntária e combativa dos comunistas. É uma grande e fraternal família de lutadores, unidos pela mesma ideologia, pela mesma firme vontade de vencer e pela mesma dedicação consciente à causa da classe operária e do povo brasileiros. (idem)

A figura de Stalin não foi questionada, nem tão pouco a práxis e o funcionamento orgânico ensejados em sua referência. Como já mencionado, Amazonas, Grabois e demais fundadores do PCdoB estiveram entre os militantes mais críticos às revelações do relatório de Krushev. Ampliar a importância dos “grandes nomes”, tal como o texto faz, sugerindo seguir a doutrina de Marx, Engels, Lênin e Stalin, de uma certa maneira reinstalou o primado do grande líder, do mito, em detrimento do debate coletivo, favorecendo a prática do argumento de autoridade.

O reconhecimento da militância estava condicionado à aceitação do programa e dos estatutos do partido. Neste ponto não havia nenhuma mudança substancial com as outras organizações, até aquele momento. O documento faz referência ainda aos direitos do militante em discordar e propor alterações, quando do momento de fazer estas discussões, como por exemplo na ocasião dos congressos. Mas uma vez definidos por meio da discussão democrática os estatutos e programas do partido, o militante tem o dever de aceitá-los.

É um princípio leninista, o de que só pode ser membro do Partido aquele que aceita seu Programa e seus Estatutos. O Programa do Partido define os fins e as tarefas da classe operária na atual etapa da revolução brasileira. Os Estatutos constituem a lei interna fundamental do Partido e regulam toda a vida partidária. Não é concebível, portanto, admitir-se como membros do Partido os que se opõem ou fazem restrições ao Programa e aos Estatutos. Enquanto discutimos o projeto de Programa e as modificações nos Estatutos, todos os membros do Partido têm o direito de fazer críticas e sugestões e de propor quaisquer alterações. Mas, uma vez aprovados esses dois documentos básicos, os membros do Partido têm o dever de aceitá-los sem restrições. (idem)

Essa norma, que está de acordo com o princípio do centralismo democrático, não deixa de conferir ao programa e aos estatutos um poder maior de autoridade. Fica ausente uma referência sobre a liberdade ou não de interpretação do texto do programa e estatuto, o que poderia fazer uma diferença substancial. É muito provável que os dirigentes tivessem, pelo verticalismo da estruturação do PC do B, o monopólio deste direito, o que torna vazio qualquer argumento de prática democrática. Não é o texto que determina a prática democrática, mas o funcionamento orgânico em si. Na medida em que os estatutos do partido refletem o meio de funcionamento coletivo sem o qual a organização não poderá desempenhar sua tarefa histórica, é imprescindível que cada militante partidário se adeque a suas normas: “Cada membro do Partido deve enquadrar a sua vida nos dispositivos estatutários”. (idem)

O documento fala ainda das atribuições e tarefas especiais dos membros do Comitê Central:

Os Estatutos atribuem também ao Comitê Central o direito de enviar seus organizadores aos setores de grande importância política. Os organizadores do Comitê Central são quadros qualificados do Partido, membros ou não do Comitê central, que são enviados como representantes do Comitê Central para atuarem nas empresas fundamentais a fim de organizar e dirigir o Partido. Estes quadros, embora estejam subordinados à Organização de Base da empresa e às respectivas instâncias intermediárias, são também ligados diretamente ao Comitê Central que, periodicamente e sempre que necessário, os convoca para controlar sua atividade e transmitir-lhes suas decisões. Estes organizadores só podem ser removidos dos seus postos por decisão do Comitê Central. (idem)

A delegação de tarefas dirigentes a membros do Comitê Central pode ser uma maneira de garantir a implementação da linha da direção nas regiões consideradas mais importantes, tendo o delegado maior autoridade que a direção local.

O preceito que faculta, instituir os organizadores do Comitê Central tem uma elevada significação na tarefa de construção do Partido. Possibilita ao Comitê Central ligar-se direta e permanentemente com os núcleos fundamentais da classe operária, transmitir-lhes seu pensamento. O Comitê Central pode, assim, auscultar os sentimentos dos operários das grandes empresas. Esta prática ajuda também o Comitê Central a melhorar sua política de quadros, permite acompanhar mais de perto a formação e a promoção de quadros operários das empresas fundamentais. (idem)

Todo militante do partido tem a obrigação de atuar em uma das organizações de base do partido (células ou núcleos), esse argumento não é justificado teoricamente, mas de uma forma mais doutrinária e impositiva:

A obrigatoriedade de todo membro do Partido militar em uma das suas organizações é uma exigência que decorre do papel do Partido como partido revolucionário do proletariado. Por isso, é inconcebível um militante do Partido que não pertença a um organismo partidário. Sem o fiel cumprimento desta exigência leninista, o Partido transforma-se num conglomerado de indivíduos, numa organização amorfa, desprovida de condições e forças capazes de levar a cabo as tarefas da revolução brasileira e sua missão histórica. (idem)

Em seguida vem a exigência do cumprimento das tarefas:

Entre as condições que se exigem do militante para ser considerado membro do Partido está a obrigação de cumprir todas as decisões do Partido. O Partido só poderá realizar a tarefa histórica de libertar o povo brasileiro se atuar com uma vontade única, se os seus militantes agirem como um todo combativo e harmônico. (idem)

O PCdoB, diferentemente de outras organizações armadas, não praticava ações armadas urbanas, razão por que manteve o princípio da cotização como meio principal de finanças: “O membro do Partido tem a obrigação irrecusável de pagar pontualmente a sua mensalidade”. (idem). Embora mais seguro, o autofinanciamento via cotização de militantes e contribuição da rede de aliados, tem indiscutivelmente um volume monetário menor. Um assalto a banco, por exemplo, dava um retorno muito maior em menos tempo. Se o PCdoB conseguiu atrair muito menos atenção da repressão deste modo, também não obteve armamentos sofisticados e infraestrutura elaborada como a ALN, VPR e outras possuíam. Em documento encontrado em seu aparelho da Lapa, na cidade de São Paulo, o texto lamentava a carestia de víveres e armas modernas dos combatentes da Guerrilha do Araguaia:

Nossas armas de um modo geral não eram boas e seu poder de fogo bem pequeno. (...) Tínhamos pouca pólvora, em geral, reservada para cartuchos de espingarda. Poucas foram as armas que conseguimos no curso da luta. Não pegamos uma só metralhadora. (Análise Sobre a Guerrilha do Araguaia, SD)

Pelo menos na concepção, o PCdoB se considera uma organização democrática. Os dirigentes, por exemplo deveriam ser eleitos nos coletivos do partido:

Outro direito que é reafirmado nos novos Estatutos é o do membro do Partido poder eleger e ser eleito para os órgãos dirigentes. É a

afirmação do caráter essencialmente democrático do nosso Partido e uma das múltiplas características que o distinguem dos demais Partidos existentes no país. (Amazonas, 1954)

O IV Congresso introduziu ainda dois novos órgãos ao partido, mantidos pelo PCdoB, a Comissão Central de Controle e a Comissão Central de Finanças.

A Comissão Central de Controle tem a atribuição de reforçar a vigilância sobre os militantes, zelar pela segurança e evitar possíveis infiltrações, bem como a pureza ideológica do partido:

As exigências da vida partidária, o desenvolvimento do Partido o aguçamento das lutas em nosso país exigem um constante e cuidadoso exame da vida e da conduta dos quadros do Partido. Os inimigos de nosso povo não só atacam o nosso Partido pela violência e pelo terror como procuram infiltrar em suas fileiras espíões e agentes provocadores. Tal situação impõe o fortalecimento da vigilância política e a análise minuciosa das atividades de todos os elementos que ocupam cargos de direção no Partido. Para cumprir esta tarefa torna-se imprescindível a criação da Comissão Central de Controle para que se dedique especialmente a zelar pela pureza das nossas fileiras contra as investidas do inimigo de classe dentro do Partido. (idem)

O papel da comissão de finanças, por outro lado é bem mais simples, e significa um controle mais rígido da direção do partido sobre suas finanças nacionais, sem dúvida, não deixa de ser um reforço à autoridade da direção.

Os dirigentes do PCdoB, pouco depois tentariam obter o reconhecimento por parte da URSS para seu partido, o que não aconteceu. Assim, o PCdoB se aproximaria da China, obtendo seu reconhecimento e assumindo suas críticas ao PUCS.

A historiografia tem abordado a cisão do PCdoB de forma muito superficial e resumida. As interpretações correntes descrevem o processo de um grupo minoritário que rompem com o partido original e estranhamente eleva à questão de princípio a tese de que não são um novo partido e sim o próprio partido com o qual romperam.

Segundo Ridenti:

O PCdoB foi a cisão do setor minoritário abertamente stalinista do PCB, setor que no princípio de 1962 criaria um novo partido retomando o nome tradicional do antigo PC, fundado em 1922 (...) até hoje, o PCdoB reivindica ser a continuidade do PC fundado em 1922. (Ridenti,1993:27)

Segundo Gorender:

Em fevereiro de 1962, reuniu-se a chamada Conferência Nacional Extraordinária do Partido Comunista do Brasil, logo conhecido pela sigla PCdoB. consumava-se a cisão e formalizava-se a existência de dois partidos comunistas em nosso país, o PCdoB se proclamou (e o faz até hoje) o mesmo partido comunista fundado em 1922 e ‘reorganizado’ em 1962. Eleva esta duvidosa versão historiográfica a questão de princípio, pois se trata de afastar toda a dúvida acerca de qual é o partido do proletariado brasileiro. (Gorender,2003:38)

Segundo Reis Filho:

Convocaram uma Conferência Extraordinária, constituindo organização própria, e reivindicando as tradições, as datas comemorativas, as experiências e até mesmo as alianças internacionais do velho partido fundado em 1922. E expulsaram os que os haviam expulsado (...) estava fundado um novo Partido Comunista, embora seus dirigentes designassem o ato da fundação como “momento de reorganização” (Reis Filho,1990:37)

Segundo Sales:

Em 1962, o grupo expulso convoca uma Conferência Nacional Extraordinária, elege um Comitê Central, aprova novos estatutos, declara a reorganização partidária e reivindica ser o verdadeiro partido comunista em atuação no país, adotando como diferencial a sigla PCdoB. (Sales, 2007:67,68)

Numa perspectiva diferente, Campos Filho acredita que a direção do PCB realmente criou um novo partido em 1961, opinião que endossa a versão do PCdoB:

... apesar de toda a complexidade do processo, o fato é que foi criado em 1961, o Partido Comunista Brasileiro, embora tivesse como secretário-geral Luís Carlos Prestes, cuja dimensão enquanto figura histórica não pode ser renegada e que foi, por muito tempo, dirigente maior do Partido Comunista do Brasil. (Campos Filho, 1997:59 apud Sales,2007:97)

Na perspectiva deste trabalho, a hipótese aceita é de que o PCdoB constituiu um novo partido, não sendo, portanto, a continuidade do PC fundado em 1922. Todavia, cabe perguntar: por que era tão importante para o PCdoB essa afirmação? Respondendo a essa pergunta, Sales afirma que:

Na demarcação de território político e ideológico em relação ao PCB, algumas das principais ferramentas utilizadas pelo PCdoB foram exatamente a história e a memória partidária, o que se mostrou fundamental em seus primeiros anos de atuação. O discurso político que fundamentou a criação do partido foi estruturado, principalmente, a partir da busca de um respaldo no passado. Foi por meio da história que o PCdoB tentou convencer seus militantes e interlocutores de que era o verdadeiro partido comunista atuante no Brasil, que se mantivera dentro das autênticas tradições marxistas-leninistas, enquanto o outro se teria afastado deste caminho. (Sales,2007:73)

Em primeiro lugar existe uma questão ideológica, visto que os fundadores do PCdoB defendiam ortodoxamente a tradição do comunismo da III Internacional, necessitavam afirmar ser o “verdadeiro PC” pois somente era admitida a existência de um. Ocorre que pouco depois os dirigentes do PCdoB se aproximaram do Partido Comunista da China e passaram a criticar violentamente o PUCS. Este rompimento não estava decidido desde o início, posto que um dos primeiros movimentos dos dirigentes deste PC foi buscar o reconhecimento dos soviéticos. Será que alguém no PCdoB acreditava que obteria reconhecimento da URSS em lugar do PCB? Impossível responder com precisão, mas a possibilidade estava colocada, ainda que de forma remota.

Uma das atitudes mais insistentes do PCdoB, foi tentar atrair os militantes do PCB para si. Os integrantes do novo partido viam na sua antiga agremiação os ativistas mais suscetíveis de serem convencidos de seus argumentos. Em entrevista para este trabalho, Antônio Soares²⁷, militante do PCB, relata as investidas do PCdoB sobre a base do PCB

E o PCdoB veio em cima da gente, claro que ele não ia deixar passar aquela oportunidade, entre 65 a 67, de dar em cima deste pessoal que já tinha formação comunista, e queriam convencer a gente de que eles eram o verdadeiro partido comunista. Aí, a gente já tava com um viés muito crítico em relação ao PCdoB. aí, eu até brincava com um amigo meu (...) da direção do PCdoB daquela região, e é até hoje. Aí eu falava: Reno, a gente vai trocar o altar da União Soviética pelo altar da China? Não... de jeito maneira! Ele ficava chateado com a gente. (LC, 2008)

Assim, é perfeitamente possível ver no processo de ruptura do PCdoB, uma “estratégia implícita” em reconquistar a direção do movimento comunista no Brasil. Uma estratégia não de romper e criar um novo partido, mas de reivindicar com mais força a tradição e ser reconhecido como o partido mais legítimo.

Analisando por esse ângulo, é bem mais claro entender por que os fundadores do PCdoB se referiram tão incisivamente às Conferências Internacionais dos Partidos Comunistas, estavam tentando se mostrar os mais próximos na defesa da linha defendida pelo PUCS.

Como não conseguiram o desejado reconhecimento, aproximaram-se do Partido Comunista Chinês e assumiram suas posições. A partir daí a aproximação com a china assumiu a versão de rompimento com o PUCS e seu revisionismo.

²⁷ Antonio Soares é até hoje conhecido por um de seus codinomes da época de militância pelo PCB: Lúcio, deste modo a partir de então vou me referir a ele como Lúcio, quanto as citações de sua entrevista utilizarei a seguinte convenção: “LC,2008”

A cisão da ala mais assumidamente stalinista não significou para a direção do PCB, uma perda expressiva de militantes, passado o momento da ruptura, o coletivo do PCB suportou o choque com relativa facilidade. Afinal, sua linha política parecia se adequar muito bem à realidade. No plano sindical crescia de forma significativa, principalmente nos Estados de São Paulo, Guanabara, Rio de Janeiro, Minas gerais, Rio Grande do Sul, Pernambuco e em todo país em ritmos diversos. Os pecebistas construíram também entidades intersindicais paralelas com o fito de burlar a estrutura sindical oficial.

Por esta época, outras forças organizadas também disputavam a hegemonia do movimento de esquerda, como a Ação Popular (AP), ligada a setores progressistas da Igreja Católica, a Política Operária, POLOP, o próprio PCdoB, as ligas camponesas, lideradas por Francisco Julião, além de outras correntes políticas ligadas a personalidades, como Brizola, Miguel Arraes e Almino Afonso.

Voltando ao PCB, a IV Conferência Nacional, realizada em dezembro de 1962, pautou-se por predomínio de militantes críticos à orientação direitista do Comitê Central. As posições de Marighella, Mário Alves e Jover Teles embora minoritárias na executiva, tiveram muito prestígio na conferência.

A cisão do grupo que formou o PCdoB se deu num momento em que o PCB passava por uma profunda reelaboração de suas concepções organizativas. De modo que, se é verdade que os dois partidos compartilham uma história comum até 1962,²⁸ as formulações sobre organização partidária do PCB no ano da expulsão dos stalinistas mais arraigados são qualitativamente diferentes das formulações assumidas por Amazonas e seu grupo. Em documento produzido pela Conferência Nacional de 1962: “Resolução sobre a política de organização do Partido” a organização sinaliza para mudanças reais no sentido de uma nova estruturação e de uma nova política interna. De início, o documento ressalta a influência da desestalinização na nova política de organização:

A grave comoção interna que se verificou em nossas fileiras nos anos de 56-57, em seguida ao XX congresso do PUCS e, em conseqüência, o exame crítico e autocrítico da nossa própria experiência à luz das conclusões fundamentais daquele Congresso abriram o caminho à elaboração de uma nova orientação política pelo Partido. Ao mesmo tempo, aquele exame, assim como as exigências da nova orientação política adotada, puseram na

²⁸ Ou 1954, pois fundadores do PCdoB, como vimos, assumiram as formulações do IV Congresso, realizado neste ano.

ordem do dia a necessidade de elaborar-se uma nova política de organização. (in:Vinhas, 1982:207)

O estabelecimento de uma nova orientação organizativa teria se dado de forma simultânea à aplicação de uma nova linha política. Nesse sentido, o texto ressalta também a importância do V Congresso enquanto marco de uma nova orientação partidária e de uma nova linha política. Segundo o documento, o V Congresso, “foi a primeira vez na história de nosso Partido que o coletivo partidário debateu e estabeleceu, dentro das normas do centralismo democrático, a sua linha política” (idem). Reconhece todavia, que persistiam ainda alguns equívocos que deveriam ser corrigidos com urgência, entre eles, a análise superficial da conjuntura que ensejava uma visão reduzida da realidade, ou seja, ler a realidade apenas em seus aspectos macroeconômicos e macropolíticos, perdendo os detalhes particulares, mas relevantes do processo político: “o Comitê Central, vê-se quase sempre na situação de só poder focalizar os acontecimentos em seu aspecto mais geral” (in:Vinhas, 1982:209). Alerta também quanto a um “espírito de seita [que] persiste em nossas fileiras” (in:Vinhas, 1982:210), manifesto no hábito de negligenciar as reais condições de vida das massas, bem como suas aspirações subjetivas e seu nível de consciência. Como consequência deste desvio:

Afastamo-nos, assim, da própria vida e nossa linguagem transforma-se num jargão, como se vivêssemos num mundo à parte. Adotamos, mesmo, muitas vezes, uma atitude por assim dizer aristocrática, de entes superiores donos de toda a verdade e que por isso não se preocupam com o que as massas sentem, pensam ou fazem. Chegamos a tratar com desprezo até os aliados. É muito freqüente ainda, em nossas fileiras, pretender jogar-se improvisadamente com o movimento de massas, como se este estivesse à disposição do Partido. (idem)

O partido deveria se adaptar às necessidades exigidas pelo momento histórico que se vivia, o qual, de acordo com o texto, estava marcado pela crise do capitalismo e frente aos avanços do bloco socialista. Citando um trecho da “Declaração da Conferência de representantes dos Partidos Comunistas e Operários”, realizada em Moscou, em novembro de 1960:

O conteúdo principal, a direção principal e as principais peculiaridades do desenvolvimento histórico da sociedade humana são determinados, hoje, pelo sistema socialista mundial e pelas forças que lutam contra o imperialismo, pela reorganização socialista da sociedade. (in:Vinhas, 1982:211)

O documento deixa transparecer neste ponto alguma permanência do mecanicismo stalinista quando afirma: “Essa é uma lei objetiva nova, que passou a reger o desenvolvimento da história em nossa época”. Segundo a “nova lei” o avanço do socialismo combinado com a crise do capitalismo possibilitaria “a vitória das revoluções de libertação nacional e das revoluções socialistas, a passagem de um número cada vez maior de povos ao caminho do socialismo” (idem). O texto afirma ainda que a influência dessa “mudança radical”, cresce no Brasil. A crise do sistema colonial em todo o mundo e as realizações da União Soviética traduzir-se-iam no Brasil sob a forma de uma consciência nova e uma conduta nova, em todas as camadas sociais, então abertas ao socialismo. O imperialismo e seus agentes estariam a ver estreitar-se seu campo de ação. As lutas sociais estariam crescendo num ritmo lento, mas ascendente, assumindo cada vez mais o caráter de lutas políticas.

Passando a tratar mais diretamente das novas táticas de organização, pergunta: “Que Partido devemos construir” e prossegue: “já ultrapassamos, há bastante tempo, aquela fase em que nosso partido (...) se entregava, quase que exclusivamente a uma atividade de propaganda e agitação” (in: Vinhas, 1982:212). Por outro lado, segundo o documento o partido ainda não havia conseguido se constituir em força capaz de “dirigir não só a classe operária, como também as grandes massas de nosso povo” (in: Vinhas, 1982:213)

A fim de atingir esse objetivo, o partido deveria se aproximar das massas, evitando o encerramento em si mesmo, “O trabalho interno de Partido e o trabalho entre as massas não são dois campos independentes: estão estreitamente vinculados, representam partes de um mesmo todo”. Afirma que não “basta considerar-se vanguarda” ou fazer chamamentos à massa. O Partido jamais poderia “*obrigar* as massas que nos sigam” (idem) os trabalhadores precisam compreender os objetivos dos comunistas, que são o socialismo e o comunismo. O partido precisaria conquistar a direção das massas. Para isso o partido deve ajustar sua linguagem e agitação às necessidades desta. Fazer a denúncia do imperialismo, do latifúndio, da exploração capitalista etc. mas não apenas agitações negativas:

Lênin combateu sempre a tendência a lançar palavras-de-ordem que servissem exclusivamente para “aguçar a consciência do proletariado contra o imperialismo”. “a palavra-de-ordem negativa – dizia Lênin – que não é acompanhada de determinada ação positiva não “aguça”, mas embota a consciência, pois é uma frase vazia, um simples grito, uma declaração sem conteúdo” torna-se pois necessário que saibamos dar resposta ao que deve

ser feito hoje. E será através de nossos atos, do nosso trabalho, da nossa política, das nossas iniciativas, de nossa fidelidade à luta *diária* pela solução os problemas das massas que as massas se convencerão somos realmente defensores dos seus interesses. (idem)

Adiante, o documento avança no sentido da necessidade de adequar programa do partido ao nível de consciência e realidade do povo.

A linha traçada pelo V congresso do partido, ao se colocar como perspectiva tática a conquista de um governo nacionalista e democrático, exige, como instrumento de acumulação de forças, a organização da luta de massas em torno de soluções concretas e viáveis para cada problema do povo, de forma que, através da pressão das massas, tais soluções sejam conquistadas e com elas avance todo o processo revolucionário. (in: Vinhas, 1982:214).

A idéia esboçada consiste no objetivo de construir as bases do partido por meio de uma grande mobilização de massas, onde também se criem condições para que, ao mesmo tempo, essa mobilização possa evoluir, de um programa de reformas estruturais para a questão do Estado.

Em seguida alerta para a correlação de forças, “é evidente que as classes dominantes não se mantêm passiva diante dessa realidade” (idem). Nesse ponto, o documento evolui para uma construção teórica muito interessante. Ao levar em conta o predomínio ideológico das classes dominantes, no sentido de impor mediante seus instrumentos de hegemonia soluções para os problemas sociais que não são mais do que sofismas, o texto propõe que se construa alternativas às soluções burguesas. A forma como o documento é escrito não deixa lembrar um pouco o conceito de hegemonia de Gramsci:

Somente um *Partido de ação*, dirigente de grandes massas, pode realizar essa tarefa. Um Partido que, vivendo no seio do povo, desenvolva sua atividade em *todos os campos da vida social*. Um Partido que apresente às massas soluções concretas para seus problemas urgentes e imediatos e organize a luta por essas soluções. Um partido que saiba opor soluções justas às soluções falsas ou demagógicas das classes dominantes e mobilize as massas levando-as a forçar as classes dominantes a aceitarem soluções que efetivamente atendam aos interesses das massas. Um Partido que saiba conjugar objetivos parciais com os objetivos gerais do movimento de massas, fundindo-os *numa linha geral única*, que se contraponha à política das classes dominantes. Um partido que saiba mostrar às massas as perspectivas que a conquista do poder abrirá para elas, indicando-lhes ao mesmo tempo, de maneira concreta, o caminho para conquistá-lo. (idem)

No sentido de acumular forças, destaca a importância de reconquistar a legalidade, chamando atenção para o fato de que a legalização:

...não é uma acomodação à ordem jurídica existente nem tão pouco a simples obtenção do direito dos comunistas de comparecerem às eleições com legenda e candidatos próprios. É uma reivindicação democrática de

conteúdo revolucionário que veio amadurecendo no processo real em desenvolvimento no país, de avanço e radicalização das forças progressistas, democráticas e patrióticas. (in:Vinhas, 1982:215)

Prosseguindo, elenca as principais tarefas a serem realizadas para atingir tais objetivos de crescimento, em primeiro lugar, a necessidade de crescimento numérico:

Nas atuais condições do país, um partido de ação, dirigente de grandes massas, deve possuir um número elevado de membros. Não pode ser um partido de “poucos e bons”. Deve ser um partido de dezenas e centenas de milhares de membros, para ligar-se estreitamente às massas onde elas estejam, viver seus problemas, organizá-las, levá-las à luta, aprender com elas, educá-las dirigi-las. (in:Vinhas, 1982:215).

Embora o recrutamento vise a centenas de milhares de pessoas, “não deve ser espontâneo (...) precisa ser cuidadosamente estudado, planejado e controlado, dirigindo-se para os setores fundamentais da massa” (idem). Tais segmentos seriam os metalúrgicos, têxteis, ferroviários, trabalhadores da orla marítima, aeronautas e aeroviários, rodoviários, principalmente; em segundo lugar, os camponeses e em terceiro, os estudantes. Na medida em que o partido se construísse nestes setores, deveria ser dada especial atenção também ao recrutamento de mulheres e jovens. Em cada um destes setores, priorizar os elementos mais ativos. Assim, tem-se o projeto de um crescimento qualitativo, à medida em que a política de construção não implica um simples crescimento numérico do partido, e sim um aumento do número de militantes simultâneo ao fortalecimento da organização nos setores mais estratégicos de atuação política e sindical. Embora a frente defendida pelo PCB incorporasse a burguesia voltada para interesses nacionais, tal partido não inclui em momento algum, segmentos da burguesia enquanto algum dos setores a serem recrutados. Muito pelo contrário, as categorias listadas (especialmente os trabalhadores urbanos) estão entre as mais radicalizadas daquele período,²⁹ ou seja, embora exista a proposta de aliança com a burguesia nacional, em nenhum momento o PCB abre mão de ser um “partido de trabalhadores”, organizado a partir dos segmentos mais dinâmicos desta classe. Se existe a idéia de uma “frente ampla”, existe também a de um “partido operário”.

²⁹ Para saber mais sobre o assunto: Mattos, Marcelo Badaró, Novos e velhos sindicalismos, Rio de Janeiro (1955 – 1888), Vício de leitura, Rio de Janeiro – RJ, 1998.

A idéia é fazer com que o crescimento do partido nos espaços mais importantes da concentração do proletariado seja acompanhado da criação de novas organizações de base. De onde se possa difundir da forma mais ampla possível o programa e as idéias dos comunistas. Tais organizações deveriam possibilitar que os comunistas rompessem o estreito círculo das vanguardas e direções sindicais e influíssem diretamente nas massas. Para tanto, as organizações de base deveriam ser o quanto mais ativas pudessem. Se colocarem a frente do movimento de massas, dirigindo-o a partir da política estabelecida pelo partido.

Duas coisas deveriam ser evitadas: primeiro que as organizações de massa se tornassem apêndices do movimento de massa, ou seja, se limitassem a encaminhar suas lutas e não construir suas lutas; segundo, que o partido deixasse também de atuar diretamente entre as massas, sentindo-se bem substituído pelas organizações sindicais, abrindo mão de se apresentar como forma superior de organização, de forma a atrair para si o melhor da vanguarda.

Todo militante em uma organização de base deveria se reunir periodicamente em assembléias de sua organização, encaminhando formas de luta e/ou possíveis soluções para os problemas de sua comunidade ou empresa e simultaneamente cuidar de sua formação teórica e política por meio do partido.

As organizações de base e o tipo de formatação da atuação sindical se assemelham muito à construção de aparelhos privados de hegemonia. Talvez seja importante pesquisar em que medida a conferência internacional dos partidos comunistas realizada em 1960 com participação de destaque do Partido Comunista Italiano não atuou no sentido de difundir alguns preceitos gramscianos aos partidos comunistas de todo o mundo. Outro aspecto da construção da hegemonia por essas organizações consiste no fato de que os militantes comunistas eram, de modo geral, os ativistas mais experientes na base da formação destas. Assim acabavam por influenciar decisivamente na concepção de seus estatutos, na sua estrutura de organização e forma de atuação, nos objetivos pelos quais estas iriam se mobilizar etc. Em última instância, o movimento sindical e comunitário iria se formar sob a tutela e educação da práxis do PCB. Pode se afirmar que mesmo ativistas de base que se julgam completamente independentes de tal partido tiveram sua formação militante indiretamente pensada e sob influência do PCB e mesmo novas correntes políticas sem o saber, reproduzirão os conhecimentos adquiridos, ainda que indiretamente, por meio do PCB.

As organizações de base, em que pese o fato de constituírem no nível mais baixo da hierarquia do partido, não deveriam ser tomadas como simples correias de transmissão da política do PCB. O texto reconhece que tais células possuíam formulações próprias, que teriam de ser compreendidas, valorizadas e aprendidas pelo partido que, desta forma, acumularia todo o “saber fazer” político e poderia socializá-lo ao conjunto do partido e do movimento social.

Como meio de formação e construção, “Cada membro da Organização de Base deve ter constantemente tarefa concreta por pequena que seja”. (in: Vinhas, 1982:218). Tratava-se de um método muito avançado de construção a curto, médio e longo prazo. Respeitando o ritmo e a dinâmica de cada ativista individual e seus conhecimentos trazidos, e gradualmente atraindo-o para tarefas mais importantes e para a organização partidária. Enfim, trata-se de uma nova concepção de organização que rompe claramente com a antiga visão estreita segundo a qual só fazem parte do partido “poucos e bons”, onde os novos militantes eram totalmente subestimados em relação aos mais antigos. Conforme se vê na seguinte citação:

Há camaradas, por exemplo, que, além de pagar suas contribuições, compram sistematicamente o órgão central do Partido, por ele se orientam e procuram ganhar outras pessoas para sua orientação. Mas ainda não compreendem a necessidade de participar das reuniões da Organização de Base. Outros, também não participando das reuniões, acatam as decisões, cumprem uma ou outra tarefa. Devemos deixar de considerar esses camaradas membros do Partido? seria errado agir dessa maneira como também seria errado se nos conformássemos em que esses camaradas continuassem a fazer apenas o que fazem. O trabalho da Organização de Base deve ser orientado no sentido de um justo aproveitamento desses camaradas, estimulando sua atividade por menor que seja, atraindo-os para reuniões especiais, estreitando os laços entre a Organização de Base e eles, de modo a que paulatinamente se integrem na vida orgânica partidária. O essencial é irmos ativando, na *luta permanente pela aplicação dos estatutos*, o maior número possível de membros do Partido.

Grande atenção deve ser dada ao novo membro. Ele não deve ser encarado pelos membros mais antigos apenas como alguém a quem se deve ensinar a ser um comunista e sim também como pessoa que traz ao partido sua própria experiência, por pouca que seja. Pode, portanto, também ensinar ao Partido. (idem – grifo no original)

Recomenda também, atenção para a formação teórica e política das direções intermediárias do partido especialmente nos centros territoriais mais importantes. Segundo o documento, os anos imediatamente anteriores à crise de 56-57 foram marcados por um grande debilitamento orgânico (provavelmente uma autocrítica velada ao período do Manifesto de Agosto). Depois de 57, teria se acentuado a luta por uma prática partidária mais democrática, onde as direções

seriam eleitas conforme os critérios do centralismo democrático, respeitando-se suas atribuições.

O fortalecimento teórico das direções regionais era tido como essencial, dado o grande tamanho do território brasileiro e sua infinidade de particularidades regionais. Apenas mediante a formulação das direções regionais, segundo o texto, as únicas capazes de elaborar políticas de acordo com as especificidades de suas regiões, o partido poderia evitar os erros do passado. O fortalecimento das direções regionais e intermediárias, se daria de maneira simultânea a uma maior preocupação com a qualidade na formação dos quadros partidários. Neste ponto, o documento alerta para tendências há muito conhecidas nos partidos comunistas, que podem ser sintetizadas no funcionamento independente da atividade sindical e da atividade teórica e política, o que implica a formação de militantes com características distintas que por vezes não se compreendem:

A experiência demonstra que os quadros se formam através da militância continuada nas fileiras do Partido, no trabalho junto às massas, onde adquirem na prática as principais qualidades de dirigentes da classe operária e do povo. Simultaneamente, é necessário combater as arraigadas tendências “praticistas” existentes em nosso Partido e impulsionar a formação teórica e ideológica dos quadros, a fim de realizar o princípio marxista de unidade da teoria e da prática. Se o combatente comunista não pode ser um teórico de gabinete, desligado da vida e da realidade, não deve ser também um cumpridor mecânico de tarefas, incapaz de generalizar a experiência do Partido, interpretar os acontecimentos políticos e compreender as perspectivas de sua luta. (in: Vinhas, 1982:220)

Como forma de desenvolvimento de aptidões, seria preciso investir de forma racional na divisão de tarefas, de maneira que os militantes pudessem revelar suas melhores características. Ao mesmo tempo, não se deveria permitir que um militante fosse só sindicalista, ou só quadro partidário:

Nossa experiência mais recente está a mostrar que exige especial atenção a formação dos quadros do Partido que atuam permanentemente no movimento de massas e exercem funções dirigentes nos sindicatos e outras organizações não-partidárias. É comum que estes camaradas, de forma espontânea, acabem consumindo dentro das organizações de massa parte tão considerável do seu tempo que passam a ter uma vida orgânica partidária precária, “por falta de tempo”. Isso tem um duplo inconveniente: de um lado, priva a organização do Partido de enriquecer-se com a experiência valiosa do trabalho desses camaradas; de outro, priva esses camaradas da ajuda necessária das Organizações do Partido à sua formação como dirigentes comunistas de massas. (Vinhas, 1982:221)

A tendência inversa, ou seja, de os quadros partidários tornarem-se alheios ao movimento social deveria ser igualmente combatida pela contínua

atribuição a estes de tarefas que os mantivessem de algum modo em contato com aquelas. Em ambos os casos, o funcionamento regular das instâncias partidárias, do balanço das atividades, da crítica e autocrítica, seriam meios de combates a tais tendências. Os militantes que se destacassem em suas atividades e revelassem potencial deveriam ser promovidos sem hesitação.

As tarefas do partido, seus projetos de atuação e construção deveriam ser planejados e implementados organizadamente. Ao final de cada processo deveria fazer-se um balanço. As avaliações divergentes deveriam ser feitas com respeito e dentro do partido, respeitando os princípios marxista-leninistas, afinal, as disputas fazem parte da vida partidária, mas as disputas sem princípio teriam de ser combatidas. A mobilização do partido para a nova política de organização seria tarefa da direção. O seu exemplo era tido como muito importante. Planos de construção deveriam ser formulados em todas as instâncias, de acordo com suas especificidades regionais e setoriais. Para tanto, seria preciso que a base do partido compreendesse e assimilasse a nova política de organização. Palestras e cursos para formação e consolidação da nova política da organização poderiam ajudar na difusão das novas orientações.

A partir da breve discussão apresentada acima, temos alguns elementos para supor que, embora o PCdoB e o PCB compartilhassem um mesmo passado, suas opções teóricas e de organização não seguiram idênticas. Indubitavelmente, o documento citado demonstra um avanço no sentido de uma prática partidária mais democrática e desestalinizante no PCB. É certo, como veremos em breve que essa atmosfera democrática não predominou por muito tempo na organização, mas o fato em si, de o documento ter sido escrito pelas maiores instâncias do partido revela que essa vontade existiu.

As eleições de 1962 se deram sob a atmosfera desta polarização política. O PCB consegue eleger dezessete deputados em legendas emprestadas, em 1963, consegue ainda eleger alguns vereadores em São Paulo. O número de militantes continuava a crescer. “A essa altura, o partido já conta com cerca de 30.000 militantes”. (Vinhas, 1982:189)

Segundo Vinhas, apesar do afastamento de suas fileiras da maior parte dos quadros stalinistas, a vida interna do PCB não deixou de ser em alguma medida contraditória. Contradição esta que o autor vê manifesta entre a “Resolução Política da conferência Nacional de 1962”, onde, em sua opinião o

partido retrocede em relação a seu V Congresso e a resolução de organização, da mesma conferência (a qual analisamos acima), “que provavelmente é um dos documentos mais avançados que o Partido Comunista já concebeu” (Vinhas, 1982:189). Nesta, os comunistas estabelecem a ruptura com a concepção estreita de partido “de poucos porém bons” para apontar a construção de um partido de massas. Naquela, embora apontem a necessidade de centrar fogo no imperialismo e seus agentes internos, aprovam uma resolução que priorizava o combate à “política de conciliação de Jango”. Segundo Vinhas:

Na verdade, tanto na Comissão Executiva como no Comitê Central, começava a tomar vulto a orientação esquerdizante que pretendia a substituição do atual governo por outro “nacionalista e democrático”, do qual estivessem excluídos os “elementos conciliadores” imperceptivelmente passava-se ao desprezo pela política de acumulação de forças ou a superestimação destas? Provavelmente as duas coisas juntas. De qualquer forma, estas contradições vão, daí por diante, permear a prática política do PCB, e após os resultados do plebiscito que decide a volta do presidencialismo, é a orientação esquerdizante que vai prevalecer. (Vinhas, 1982:190)

Com os poderes presidenciais restabelecidos, Jango teria um ministério competente e representativo. Mas seu governo não poderia deixar de ser contraditório, premido à esquerda e à direita.

Em sua participação no plebiscito, o PCB atuou apresentando um programa mínimo: limitação do envio de lucros para o exterior, rompimento com o FMI, nacionalização dos serviços públicos e algumas empresas estrangeiras, melhoria das condições de vida, reforma agrária, revogação da Lei de Segurança Nacional e legalidade para o PCB. Muitos destes pontos já faziam parte da plataforma de Jango.

No contexto da polarização política do governo de Jango, o PCB cresce ainda mais:

Durante os anos de 1960 a 1964 o Partido Comunista Brasileiro chegou a adquirir algumas características de um verdadeiro partido de massas, com cerca de 50.000 militantes em todo o país, fortemente implantado na classe operária e outras camadas sociais. (Vinhas, 1982:191)

Nessa época os comunistas e seus aliados assumem a direção de importantes entidades, até então sob o controle dos chamados “pelegos”, como por exemplo, a Confederação Nacional dos Trabalhadores na Indústria (CNTI), e suas congêneres Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Terrestres (CNTTT) e Confederação Nacional dos Trabalhadores em Transportes Marítimos

e Fluviais (CNTTMF), bem como suas federações. Além da construção e consolidação de outras entidades como o Pacto de Unidade e Ação (PUA), Pacto de Ação Conjunta (PAC) Fórum Sindical de Debates, em Santos, Comando Permanente das Organizações Sindicais (CPOS), da Guanabara, e o Comando Geral dos Trabalhadores (CGT)

No campo, enfrentam a truculência dos latifundiários e atuam em frente com as Ligas Camponesas e setores progressista da Igreja Católica. Por vezes, será arrastado por seus aliados para posições mais radicais, como na palavra do ordem “reforma agrária na lei ou na marra.” Conseguem hegemonia na Confederação Nacional dos Trabalhadores na Agricultura (CONTAG) e outras importantes entidades, tais como o Sindicato de Palmares, que congregava 21 municípios e chegou a ter uma base de dezenas de milhares de associados.

Também era uma época de muitas lutas sociais. Segundo Vinhas, “de 1961 a 1963 ocorrem cerca de duzentas greves generalizadas ou gerais por setor” (vinhas, 1982:192); a mais importante foi “a que irrompeu em a 6 de outubro de 1963, em São Paulo, que mobilizou cerca de 700.000 trabalhadores, 79 sindicatos e quatro federações ligadas a CNTI” (idem) para Vinhas, greves como estas demonstravam que a radicalização “vai progressivamente pesando na ação das forças democráticas” (idem)

O ano de 1963 foi marcado por uma grande agitação social, inclusive no seio das forças armadas. A simpatia popular pelas reformas de base e o vigoroso movimento sindical levaram algumas correntes da esquerda a exagerarem suas forças e as possibilidades da conjuntura, segundo Gorender, “Algumas correntes pareciam disputar em leilão o avanço das propostas” (Gorender,2003:14). O PCB intensificava o combate ao caráter supostamente conciliador do governo de Jango. O PCdoB chegou a pregar a derrubada do governo Goulart pala força em seu semanário *A Voz Operária*. O clima de radicalização seguiu intenso em 1964.

Apesar das diferenças de pontos de vistas tanto para Vinhas como para Gorender o PCB, em 1963, favorecido pela proximidade com Jango, teve o maior poderio de sua história. Mesmo sem desfrutar de existência legal, o partido estava firmemente enraizado no movimento social e possuía uma grande influência sobre o governo federal.

Segundo Vinhas, com o ascenso das lutas, a linha do PCB, que em tese era ampla e flexível vai assumindo feições cada vez mais esquerdistas e

radicalizadas. Passam a atacar demasiadamente a “política de conciliação” de Jango e a propor objetivos muito além de suas reais possibilidades. O fatídico comício de 13 de março de 1964, foi na verdade o momento em que Jango se isola do restante de todas as outras forças sociais que poderiam sustentá-lo, mas o que era fraqueza, segunda a perspectiva de Vinhas, foi lido pelos comunistas como força. A direção do PCB, chefiada por Prestes não avaliou com a devida serenidade as movimentações no âmbito dos setores mais conservadores depois do comício de Jango em 13 de março de 1964, de acordo com Vinhas:

A realização do plebiscito pode servir como elemento identificador do ponto de inflexão do processo. Como as outras forças progressistas, os comunistas brasileiros acabam tomando a vitória esmagadora obtida em janeiro de 1963 como sendo a demonstração prática de que a correlação de forças no país havia sofrido uma reviravolta profunda, alcançado um patamar irreversível a partir do qual se poderia impor ao congresso – ou realiza-las apesar dele – as reformas desejadas. (Vinhas, 1982:193)

Diferentemente da avaliação de Gorender (Gorender,2003), e das críticas efetuadas à época pela ala mais à esquerda do partido, para Vinhas, o equívoco do PCB não foi sua política de aliança com a burguesia e sim seu tom cada vez mais abertamente esquerdista. Para sustentar sua versão, lembra em nota dos posicionamentos radicais do partido às vésperas do golpe militar:

A 17 de março de 1964, os comunistas – para não perderem a competição com os esquerdistas na busca do “atalho” que levaria ao poder – pediam “uma crescente pressão sobre o congresso”. Prestes, reafirmando o apoio do PCB à frente popular, estabeleceu que o objetivo dos comunistas continuava sendo “a conquista de um governo que, ainda sob o atual sistema e precedendo a vitória da revolução³⁰ (sic), fosse capaz de iniciar e promover as reformas estruturais que são reclamadas” (...). Os comunistas também apoiaram a assembléia dos marinheiros e fuzileiros e a greve dos marinheiros, lideradas por cabo Anselmo – acontecimentos que isolaram ainda mais Jango, potencializando a indisciplina nas forças armadas e agravando as tensões políticas. (Vinhas, 1982:233)

E mais adiante:

...em 27 de março, os comunistas chamam as massas para uma ação de pressão por outro governo, e isto em meio a um processo golpista de direita em estado avançado. (Vinhas, 1982:234)

Na direção do PCB, a possibilidade de um golpe de direita não era descartada, mas confiava-se completamente no dispositivo militar do governo

³⁰ O “sic” consta na do texto do autor.

Jango, coordenado pelo general Assis Brasil. Dispositivo que viria a se revelar totalmente inepto. A confiança nos meios de defesa de Jango ficou manifesta em declarações públicas de Prestes, numa das mais conhecidas, no dia 27 de março, no auditório da ABI, o secretário-geral reconhecia que havia a possibilidade de uma tentativa de golpe, mas se as intenções se transformassem em ação: “*os golpistas teriam as cabeças cortadas*” (Gorender,2003:70 – grifo do autor)

Empolgado, em março de 1964 o PCB convoca seu VI Congresso, o qual deveria ser realizado em novembro. Suas teses (cujos títulos estão citados a seguir), demonstram muito bem, como a possibilidade de um golpe militar estava distante na avaliação dos comunistas:

1ª tese – A nova situação internacional favorece a luta pela paz, pela libertação nacional, a democracia e o socialismo, 2ª tese – Acentuado o agravamento das contradições fundamentais na infra-estrutura da sociedade brasileira, 3ª tese – A situação política nacional e a tática dos comunistas 4ª tese – Reformas de base – exigências da luta antiimperialista e antifeudal, 5ª tese – As tarefas, as forças motrizes e o caminho da revolução, 6ª tese – Fortalecer o partido marxista-leninista da classe operária. (vinhas, 1982:193 a 196)

Contudo, para surpresa de muitos comunistas, no dia 31 de março de 1964, a partir de uma articulação de setores significativos das classes dominantes brasileiras, reunindo políticos ligados ao PSD, UDN, e setores das forças armadas, organizou-se uma coalizão golpista que iria depor o então presidente da república João Goulart.

Estava-se iniciando duas décadas de Ditadura. As teses foram publicadas num suplemento especial do jornal Novos Rumos em sua edição de 27 de março a 2 de abril. Tal como acontecera com o IV Congresso, que em sua primeira tentativa teve suas teses publicadas apenas para serem cruelmente desmentidas pela cassação do registro eleitoral e o endurecimento da repressão política, a história se repetiu. Na data de vencimento da edição do suplemento, Jango havia sido deposto e as teses ainda estavam a falar da revolução socialista pelo caminho pacífico.

O golpe militar marcou o início de um grande debate partidário. A base do partido, que passava por um grande momento de crescimento e atuação ficou profundamente frustrada. Os dirigentes mais críticos a linha do caminho pacífico tiveram assim a sua influencia ampliada. Em seu depoimento, Lúcio fala sobre esse momento:

Aí, esse pessoal do partidão em 64, 65, começou a revolta nacional. O que aconteceu? A decepção, a frustração com o Golpe de 64 ter pego o partido de calças curtas. Todo aquele processo de mobilização que a gente via, a gente ouvia, (...) o comício de 13 de março, (...) a gente ouvia pelo rádio, o comício da central. (...) mas a gente ficou frustrado com aquele golpe. (LC,2008)

Na Segunda quinzena de maio de 1964 a comissão executiva elaborou um primeiro balanço de sua atuação antes do golpe militar, o chamado “Esquema para Discussão”. O documento fazia uma crítica à demasiada confiança depositada pelo PCB na burguesia nacional e nos meios de defesa do governo de Jango: “Absolutizamos a possibilidade de um caminho pacífico e não nos preparamos para enfrentar o emprego da luta armada pela reação.” Quanto às declarações, principalmente de Prestes, de que os golpistas seriam combatidos com violência afirma: “estávamos completamente despreparados para isto no terreno político ideológico e prático”. Dessa forma, impunha-se a autocrítica dos erros cometidos pelo partido: “é necessário examinar as causas da vitória da reação e assumir uma posição autocrítica a fim de traçar uma orientação acertada³¹”. (Carvalho 1967: 375).

Segundo Gorender, o Esquema resultou de uma conjuntura especial, apenas Marighella, Mario Alves, Jover Teles, Giocondo Dias e Orlando Bonfin Jr compareciam às reuniões da comissão executiva. Prestes se ausentou por questão de segurança. E o restante do organismo dirigente não estava no Rio de Janeiro, onde ocorreram as reuniões, daí a coloração crítica e de esquerda do “esquema para discussão”.

Todavia no Comitê Central, ao qual o documento foi apresentado em maio de 1965, segundo Vinhas: a “avaliação predominante era outra, diametralmente oposta”. A maior parte de seus dirigentes, em maior ou menor grau, “consideravam que os comunistas tinham abandonado a bandeira da legalidade democrática nas mãos do inimigo e avaliado mal a correlação de forças”, e dessa maneira “teriam contribuído para radicalizar o processo enveredado por um caminho sectário e golpista” (Vinhas, 1982,236). Apolônio de Carvalho (que nesta época era membro suplente do CC), em entrevista a Silva Júnior fala sobre a correlação de forças entre os membros deste organismo do PCB:

³¹ Carvalho. Op cit pág 375.

Eu participei de certas reuniões do Comitê Central, e ali nós tínhamos uma realidade que era bem a marca do culto à personalidade na direção do partido. (...) muito bem, é que nós tínhamos um Comitê Central de 31 membros, dos quais 25 seguiam formalmente as diretivas e as orientações de Prestes. E havia 6 recalcitrantes, eram 7 comigo que substituíva algum outro, e 6 efetivos. Esses eram: Marighella, Câmara Ferreira, Mario Alves, Jacob Gorender, Meneses, e Miguel Batista, que era dirigente político da direção regional do estado do Rio. Os outros 25 ouviam a palavra de Prestes cegamente, sem questionamentos. (AC, 1998)

Segundo Gorender, a reunião apontou maiores e menores culpados pelo “desvio de esquerda”, os menores eram referidos de uma forma geral, quanto aos maiores, eram apontados diretamente: “Assim é que os ataques individualizados se concentram na Comissão de Educação (Mário Alves, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho) e na direção sindical (Jover Teles)”. (Gorender,2003:97).

O organismo de direção iria a partir desta reunião, formular uma versão alternativa, expressa na “Resolução Política de maio de 1965”. Segundo Gorender os dirigentes agrupados em torno às posições de Prestes e Dias alegavam que a “linha do Quinto Congresso devia ser salva, sob a alegação de que apenas fora mal aplicada” (idem)

Após a reunião de Comitê Central, que modificou o “esquema de discussão”³² da Comissão Executiva, a própria comissão seria reformulada, a semelhança do que havia ocorrido em 57. Assumiram: Jaime Miranda (substituindo Mário Alves), Ramiro Luchesi, Walter Ribeiro e Teodoro Mello na suplência, Itair Veloso foi para o Secretariado Nacional, que já contava com Giocondo Dias, Prestes além do recém empossado Jaime Miranda. Os divergentes foram enviados para Estados diferentes: Marighella foi para São Paulo, Mário Alves para Minas Gerais, Jacob Gorender para o Rio Grande do Sul, Apolônio de Carvalho para o Rio de Janeiro e Jover Teles para a Guanabara. Pouco depois também os executivos regionais e estaduais foram reformulados em função da nova correlação do poder interno.

Gorender relata que até o mês de setembro daquele ano ainda participaria de sete reuniões do CC. Em conversas de bastidores ele, Marighella, Mário Alves, Jover Teles, Apolônio de Carvalho, Joaquim Câmara Ferreira e Miguel Batista dos Santos, sem esperanças de conseguir mudar a orientação do partido combinaram

³² Segundo Vinhas: “pela primeira vez na longa trajetória do PCB, o plenário do CC rejeitou toda a filosofia e a política do documento de “informação política” preparado pela Comissão Executiva”. (Vinhas, 1982:251)

de levar a oposição até o rompimento. Nascia a “Corrente Revolucionária”, ou “Corrente” como ficou conhecida.

O partido é chamado para decidir sobre a necessidade de um novo congresso. Porque dentro do Comitê Central a gente sente que os que são partidários da linha pacífica são 25, nós somos 6. Dentro do partido, os grandes centros de militância, São Paulo, Rio, Guanabara, Rio Grande, Paraná, Belo Horizonte, somos por uma reavaliação dessa linha. Não obstruir o caminho armado como uma possibilidade, por que nós achamos que tinha essa possibilidade e que esta na hora. Se a alta direção não quer mudar a linha do V Congresso, é preciso um novo congresso pra mudar a direção, a linha e a direção. E pelos estatutos, se nós reunimos um certo número de militantes através de suas organizações regionais, nós podemos impor um congresso. E o congresso vai decidir se vamos ou se não vamos para a luta armada. (AC, 1998)

A oposição interna organizada em torno da “Corrente” logrou significativo êxito no sentido de estender o questionamento das posições do CC às bases de muitos estados. A Corrente, (que ainda não recebeu por parte da historiografia a atenção que merece) teve uma dimensão dentro do PCB muito grande. Em todas as entrevistas utilizadas neste trabalho, a importância da Corrente como pólo aglutinador e de discussão é ressaltada. De acordo com Lúcio:

Em 66 a Corrente já era bem organizada (...) em 66 pra 67 então, todo mundo sabia, fulano é da CR, é da corrente. É do partidão, mas é da corrente revolucionária. (...) a dimensão foi grande, maior do que se imagina, no sentido de conseguir capitalizar toda essa frustração. (LC2008)

Os militantes da “Corrente”, favorecidos pela própria represália que haviam recebido, a qual os dividiu em vários Estados diferentes, conseguiram espalhar a crítica a direção. Especialmente nos Estados do Rio Grande do Sul, Rio de Janeiro, Guanabara e sobretudo, em São Paulo, onde a Conferência Estadual derrotou, por 37 a 2, as posições do CC cuja delegação fora chefiada pelo próprio Prestes. A Conferência elegeu Marighella para primeiro secretário. Membro da Comissão Executiva, Marighella se demitiu dela em dezembro daquele ano e permaneceu à frente do Comitê Estadual. Segundo Apolônio de Carvalho, se Prestes e Dias possuíam maioria no Comitê Central, o mesmo não se dava nas bases do partido. Devido ao clima de radicalização e a frustração com a inatividade do partido diante do Golpe de 64, os dirigentes da Corrente tinham hegemonia dentro das principais regionais:

A correlação de forças existente no Comitê Central (25 contra 6) era uma correlação de forças que era completamente recusada e negada nas grandes concentrações de militantes no interior do Brasil. Com Marighella nós tínhamos São Paulo com 3000, com Marighella e Câmara Ferreira, com Jacob Gorender, nós tínhamos o Rio Grande do Sul com 1000, com Miguel

Batista, (...) tínhamos uns 2000 no Estado do Rio, você tem aí já 7000. (sic) muito bem, você tinha um milhar, ou digamos assim, muitas centenas da faixa estudantil do Espírito Santo e da faixa estudantil de Pernambuco até Ceará, uma parte de Minas, mais 1000, Mário Alves tinha estado em Minas. (AC1998)

A Comissão Executiva não aceitou as derrotas, e intensificou a perseguição aos opositoristas. Segundo Gorender, “interveio nas organizações partidárias opositoristas, dissolveu organismos e instituiu direções fantasmas” . Em São Paulo, Hercules Correa foi colocado à frente do Comitê Estadual, segundo Gorender a indicação não poderia ter sido mais emblemática: Hercules Correa era “em tudo e por tudo, como caráter e personalidade política, o anti-Marighella” (Gorender,2003:100). Segundo Apolônio de Carvalho, a seqüência de manobras, perseguições e medidas arbitrárias de toda a espécie acabou por levar os dissidentes à ruptura:

Certas medidas foram tomadas de maneira extremamente arbitrária e perversa. Deslocamento de quadros dirigentes, (de uma direção que contestava) para outro lugar, cortar a possibilidade de presença de ajuda financeira para evitar organização, uma série de medidas profundamente perversas. As próprias normas do congresso eram elaboradas por uma maioria de militantes que representavam os 25, mais do que os 6. Então, as normas eram profundamente tendenciosas, as grandes concentrações de militantes viam a sua representação muito limitada, drasticamente limitada. Eu te falei de 9000 em 6 Estados? Isso representava quanto? 18 representantes delegados, por que as normas estabeleciam 1 delegado para cada 500 militantes. Mas em compensação, as normas estabeleciam, (...) para os outros 23 (23-6=17) (...) obrigatoriamente 2 delegados por Estado. Então você tinha nestes 34 delegados. E mais, elas estabeleciam certas facilidades complementares, certas condições ultra-favoráveis para certos membros da direção e tudo o mais. (...) E aí, quando houve uma nova medida ditatorial, em alguns lugares, (...) nós resolvemos, nós acabamos decidindo que o congresso estava perdido. Eles querem a ruptura! (AC1998)

Lúcio conta que a partir de um certo momento, quando a cisão já era considerada inevitável, os militantes ligados à Corrente passaram a atuar no sentido de tomarem as bases do PCB: “E claro, a gente começou a ter que correr contra o tempo, pra não ser isolado pela direção do PCB. A gente começou a pegar os contatos que tinha” (LC,2008). Na mesma entrevista, exemplifica como se dava esta atuação:

Quando ele começou [o PCB] a tirar um de lá outro de cá, e a expulsar das assistências³³, esses cargos de confiança, a gente também tava sabotando o PCB. A gente realmente tinha motivo pra ser expulso. Porque no PCB a

³³ Os militantes que tinham tarefas de direção em alguma frente ou setor eram também chamados de “assistentes”, ex: assistência da juventude, assistência dos metalúrgicos, etc.

gente começou a não distribuir mais o jornal do partido, a gente começou a distribuir jornal só da Corrente Revolucionária. (LC,2008)

Em meio às batalhas travadas pela “corrente” contra o Comitê Central e a Comissão executiva, Marighella ocupou um papel de relevo, e suas idéias (até sua viagem a Cuba) são uma valiosa referência para se compreender a proposta política da “Corrente”. Em maio de 1965, publica o livro “Porque Resisti à Prisão”, organizado em dezoito capítulos, o livro relata, em seus primeiros dezesseis capítulos, a sua prisão ocorrida em um cinema no Rio de Janeiro, no bairro da Tijuca, em 9 de maio de 1964. Prisão a qual resistiu com bravura e que contribuiu para fortalecer o seu prestígio dentro do partido. Nos dois últimos, critica frontalmente a linha política do PCB, especialmente sua ilusão no caráter progressista da burguesia nacional.

As divergências com a linha do PCB não são totais. Marighella não nega por exemplo, a necessidade de uma “frente única” para derrotar a ditadura, e nem sequer recusa a participação da burguesia, “além de quaisquer setores das classes proprietárias em oposição à ditadura no momento atual” (Marighella,1994:137). Porém, se a burguesia pode compor a frente, não deve ser sua direção política, uma vez que, segundo o autor, a burguesia tende à capitulação, por temer a radicalização do proletariado, assim “cumprir trabalhar pela hegemonia para nossas forças” e, mais adiante: “O caráter agressivo e a rusticidade da luta contra a ditadura, a pertinácia, a vigilância, a decisão e a firmeza não virão das forças da burguesia nacional e, sim, das forças populares e nacionalistas”. Desta forma, o partido deveria embasar o programa e atuação da frente, “numa sólida aliança do proletariado com a pequena burguesia urbana e rural, cabeça de ponte do fortalecimento e expansão da aliança de operários e camponeses”. Sublinha a importância do trabalho junto aos camponeses, “o calcanhar-de-Aquiles da revolução brasileira” (idem).

Para Marighella, o objetivo da luta dos comunistas deveria ser a conquista das liberdades democráticas, entendidas não como um retorno à situação anterior mas como uma configuração da democracia qualitativamente diferente à que foi vigente historicamente no Brasil³⁴. A luta armada é mencionada

³⁴ De acordo com Marighella, a democracia vivida no Brasil antes do golpe: “Era uma democracia racionada. (...) porque os direitos individuais pelo menos eram respeitados, mas as restrições a participação do povo nessa democracia eram flagrantes”. (ibid, pág 98)

enfaticamente durante vários trechos, mas não é tida ainda como o caminho principal ou estratégico, este cabia ainda à “*resistência de massas, como forma de luta geral* do povo brasileiro” (Marighella,1994:138).

Marighella havia sido eleito pela Conferencia Estadual para o secretariado político de Comitê Estadual de São Paulo. Na tentativa de impedir sua posse, a Comissão Executiva evoca uma norma até então desconhecida, a de que nenhum de seus membros poderia ocupar simultaneamente um cargo nas direções estaduais. Talvez para a surpresa de alguns, Marighella renuncia seu Cargo na Comissão Executiva e permanece à frente do Comitê Estadual paulista.

Em meio às disputas internas e à sua gradual e contínua inclinação à guerrilha, Marighella viaja a Cuba em 1967 para participar da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS)³⁵, no mês de setembro. A viagem contou com o apoio de seus colegas da Corrente. Como havia uma determinação da direção partidária que proibia que qualquer um de seus militantes participasse da Conferência, a viagem foi considerada um ato de insubordinação e adesão às críticas de Cuba aos partidos comunistas latino americanos, e Marighella foi expulso do partido logo que se soube de sua viagem. Na ilha, o pensamento do revolucionário sofreu decisiva flexão em direção ao modelo Cubano de revolução. A guerrilha, antes acessória e tática foi elevada a caminho estratégico. De volta ao Brasil em novembro, Marighella organizou junto com Joaquim Câmara Ferreira e outros militantes do PCB o Agrupamento Comunista, embrião da futura ALN. Muito rapidamente, a maioria dos militantes da Corrente paulista, (principalmente) e de todos os outros estados em bom número se juntaram a Marighella.

O restante dos dissidentes permaneceu ainda no PCB até pouco depois do VI Congresso, que como se esperava teve maioria de delegados ligados à orientação de Prestes. Realizado em dezembro de 1967, em São Paulo linha, o VI Congresso do PCB manteve a linha do V Congresso, acrescentando apenas uma certa autocrítica em relação ao “desvio de esquerda”. A exemplo do que já havia ocorrido no IV Congresso, não participou ninguém que a direção não quisesse, ainda que fosse delegado eleito pelas bases, como foi o caso de Gorender (não buscado em seu hotel). Através da grande imprensa, ele, Mário Alves, Jover Teles,

³⁵ Abordaremos mais pormenorizadamente a questão da OLAS no próximo capítulo deste trabalho.

Câmara Ferreira, Miguel Batista e Apolônio de carvalho, que não participaram do Congresso, ficaram sabendo que este os expulsou.

A Corrente protagonizou um processo de dissidência que agrupou militantes que viriam a formar tanto a ALN como o PCBR. Mas em seu início, nada parecia sugerir a formação de duas organizações com concepções táticas e estratégicas substancialmente diferentes.

De um modo geral, os militantes que compunham a Corrente travaram uma batalha no sentido de uma alteração na orientação política do PCB. O fato de atuarem juntos sugeria que fariam parte de uma mesma organização a ser formada ao cume do processo de rompimento. Mas devido às divergências em relação à forma de organização a ser adotada, acabaram seguindo caminhos distintos.

A ALN viria a se tornar a maior organização surgida a partir do PCB, e figura de Marighella foi fator de grande aglutinação. Segundo Ridenti: “o nome Marighella era muito popular pela combatividade e liderança exercida nos tempos do PCB”.(Ridenti,1993:60)

A ALN difere do PCBR por seu acentuado militarismo, antiteoricismo e antipartidarismo³⁶, aproximando-se de forma clara do modelo revolucionário Cubano. Entretanto, em muitos aspectos, as medidas de organização propostas por Marighella tinham também o intuito de evitar na nova organização os mecanismos que considerava burocratizantes no PCB³⁷. Para compreender as características assumidas pela ALN, a evolução da dissidência em Marighella pode ser muito esclarecedora.

Caminho diverso tomaram os militantes que fundaram o PCBR. Este tinha como sua base de formação, a “Corrente Revolucionária”, ou para ser mais específico, uma “parte” da “Corrente”. Aquela que não seguiu o caminho das “dissidências estudantis”, nem foi atraída pela ALN e que ainda conseguiu escapar das manobras do PCdoB que também disputava, por meio do chamado

³⁶ Militarização, no jargão comunista das décadas de 1960 e 70 designa a opção pela luta armada como forma estratégica de luta. Por “antiteoricismo” entenda-se a crítica às discussões excessivamente teóricas, desligadas da realidade; o antipartidarismo negava a necessidade de um partido organizado nos moldes clássicos do leninismo para a revolução.

³⁷ Ver capítulo IV.

“entrismo”³⁸”, sua base. O PCBR foi fundado no Estado do Rio de Janeiro, em 17 de abril de 1968³⁹.

A ruptura do PCdoB de um lado e a do PCBR e ALN, de outro descrevem dois processos distintos de dissidência, ambos engendrados por mecanismos muito parecidos.

Os principais militantes que vieram a fundar o PCdoB estavam baseados na direção do PCB, que deteve a hegemonia partidária entre a Conferência da Mantiqueira, em 1943, até sua proscrição na reunião do Comitê Central de agosto de 1957. Daí que o motivo pelo qual PCdoB reivindicou as teses do IV Congresso, realizado em novembro de 1954 e suas análises mantenham muitas semelhanças com a linha do “Manifesto de Agosto de 1950”. Os fundadores do PCdoB foram os principais protagonistas desses processos e seguiram defendendo-os em seu novo partido.

Os fundadores do PCBR e da ALN correspondem aqueles que ascenderam com a queda dos stalinistas em 1957 e mantiveram a hegemonia na linha partidária até a reunião de Comitê Central de maio de 1965, quando o “Esquema de Discussão” foi rejeitado por este. Daí suas críticas tanto à orientação do PCB entre 1943 e 1957, como em relação ao caminho pacífico, crítica que ganhou relevo depois da rejeição do “Esquema de Discussão” que pugnava por uma reorientação.

Poderá objetar-se á esta observação, que Gorender, Mario Alves, Marighella e outros, fizeram parte, junto com Giocondo Dias, da mesma comissão que redigiu a “Declaração de Março”. Documento que seguiu servindo de base à linha do PCB após o rompimento da “Corrente”. Neste sentido, convém lembrar as palavras de Gorender a respeito das divergências entre os membros de tal comissão:

Devo esclarecer que o terreno de idéias comuns, que nos permitiu aquela colaboração, não excluía diferenças em seguida acentuadas. Armênio e Alberto extremavam o gradualismo do processo de aproximação ao poder revolucionário e viam no socialismo a evolução da democracia burguesa. Mario Alves e eu nos inclinamos por uma avaliação cética da burguesia nacional. Giocondo Dias, pelo contrário, reforçou o apego à aliança com a burguesia nacional e praticamente subordinou a tática do proletariado a essa aliança. (Gorender,2003:35)

³⁸ “Entrismo” designa a estratégia de infiltração de militantes em outras organizações no intuito de provocar rupturas. Sobre o entrismo do PCdoB no PCBR, ver capítulo IV.

³⁹ Sobre o PCBR, ver capítulo V

Assim, pelo menos nas memórias do velho militante, as diferenças que viriam a ser explicitadas no rompimento já existiam sob sua forma embrionária no momento de uma aliança com o setor com o qual se veio a romper.

Os militantes que vieram a formar o PCBR e a ALN fizeram parte de uma mesma fração: a Corrente Revolucionária. A formação de duas organizações diferentes, se foi o que se sucedeu, não era um acontecimento necessário, e talvez nem mesmo esperado para seus integrantes. Os dirigentes da Corrente possuíam concepções programáticas e organizativas muito próximas, conforme se pode ver nos escritos de Marighella durante esse período.

A flexão em direção à concepção guerrilheira de luta e organização em Marighella, só se verificou de forma definitiva após sua viagem a Cuba e seu estreitamento de relações com aquele Estado⁴⁰.

Ambos os processos de dissidência (do PCdoB e da ALN e PCBR) se iniciaram em momentos de disputa da linha política e reestruturação da direção, nos quais as direções depostas iniciara disputa interna que conduziu ao rompimento.

Assim, é impossível separar a formação destas organizações da evolução da linha política e da disputa interna no PCB.

Talvez o estudo mais detalhado destes processos, analisados em seu contexto e confrontados a outros processos semelhantes no PCB possa iluminar um *modus operandi* no qual se revele a natureza do *poder dirigente* e as difíceis condições de sobrevivência da *minoría* em posição de divergência. Esse mecanismo de funcionamento não parece ser exclusividade do PCB uma vez que os “rachas” e dissidências são parte importante da história no movimento de esquerda nacional e internacional.

Some-se a isto fato de todos os principais dirigentes dessas organizações foram formados na mesma escola. Os mecanismos de treinamento e formação militante, o reconhecimento comum de critérios de balanço e metodologias de análise política e da conjuntura, a experiência de organização partidária, etc. de modo que mesmo as mais acirradas divergências localizavam-se dentro de um mesmo sistema de idéias e valores.

⁴⁰ O estreitamento de relações com Cuba não significou em momento algum a subordinação da ALN à Cuba. Ver capítulo IV.

Ainda seguindo na análise da evolução das divergências, não só os rompimentos expressam a disputa da linha política e direção, como as próprias organizações, depois de formadas, disputavam entre si o papel de referência hegemônica. O PCB radicalizou seu discurso às vésperas do Golpe de 1964, em boa medida pela necessidade de se manter como força principal das esquerdas frente às outras organizações que se radicalizavam. O PCBR chegou a avisar às bases com antecedência sobre seu primeiro assalto a banco, para evitar a debandada de seus militantes em direção a ALN. O PCdoB esforçou-se o máximo que pôde para não se deixar parecer com o PCB, depois do rompimento.

Em meio a esta disputa, adquiriram especial relevância as teorias revolucionárias utilizadas por estas organizações para justificar suas opções. No próximo capítulo analisaremos brevemente estas questões, bem como o contexto internacional dos partidos e Estados socialistas.

Capítulo 3

O CONTEXTO “DIPLOMÁTICO” ENTRE OS PARTIDOS COMUNISTAS NO PLANO INTERNACIONAL E AS VIAS PARA O SOCIALISMO.

Um aspecto da inter-relação entre os comunistas brasileiros e as Revoluções Cubana e chinesa, é a importância maior ou menor dos “Centros de Referência internacionais” do comunismo em meio às disputas internas e no confronto de idéias. A historiografia a este respeito tem variado entre dois extremos. Ou as ações dos comunistas no Brasil devem ser entendidas como manifestações diretas da vontade dos centros internacionais, ou nada tem a ver com eles, que seriam apenas fonte para argumentos de autoridade. Entre um extremo e outro existem várias gradações. Para Reis F^o, contrapondo-se a interpretação que “atribui as derrotas e os zigue-zagues à subordinação dos comunistas brasileiros aos Estados socialistas ou/e partidos comunistas no poder” (reis F^o,1990:78), apresenta sua hipótese que conduz “à rejeição das apreciações correntes de que a teoria e a ação dos comunistas brasileiros não passam de ecos das diretrizes internacionais”. (Reis F^o1990:17)

Penso que a questão das influências, ou da inter-relação entre as organizações comunistas brasileiras e os Estados e partidos comunistas internacionais é demasiadamente complexa para ser sentenciada em formulas do “sim” ou do “não”.

Ao final de sua primeira década de existência, a ingerência da IC sobre o PCB foi para qualquer pesquisador, inegável. Astrogildo Pereira foi afastado da secretaria-geral por pressão da IC no início da década de 30, A estrutura de organização do PCB foi diretamente inspecionada por esta, Prestes que tivera seu pedido de ingresso negado pelo PCB foi imposto por seus aliados de Moscou. A tentativa de insurreição de 1935 foi diretamente estimulada e auxiliada pela IC⁴¹. A “virada pacifista” a partir de 1945 atendia simultaneamente a um imperativo do comunismo internacional, a “luta pela paz” e à avaliação interna feita pelo PCB, de modo que neste caso, o peso da IC deve ser relativizado.

⁴¹ Ver Vinhas, op cit, capítulos 1 e 2.

Já o ímpeto insurrecional vivido a partir da cassação em 1947, e explicitado no “Manifesto de Agosto de 1950” foi eminentemente nacional, sem maiores interferências externas.

As denúncias dos crimes de Stalin, durante o XX Congresso do PUCS tiveram sem dúvida um efeito marcante. Foi um evento internacional, que permeou mudanças na direção nacional do PCB. Não obstante, a disputa interna que culminou com o rompimento do PCdoB em 1962 foi nacional (embora os argumentos relativos à filiação internacional tenham sido muito fortes).

As disputas sino-soviéticas não tiveram grande repercussão no PCB. Todavia a desestalinização, ainda que limitada e a diminuição da hegemonia do PUCS repercutiram na prática partidária, lembremos que o V Congresso realizado em meio a este processo foi o mais democrático da história do PCB. A ação do Partido Comunista Chinês em disputar a posição de “centro”⁴² no comunismo internacional teve reflexos no Brasil, e a filiação do PCdoB demonstra isso.

Cuba também procurou se estabelecer como centro. A realização da I Conferência Tricontinental, em 1966 e da OLAS, em 1967 foram decisivas para a ascensão do movimento guerrilheiro na América latina. O que explica em boa parte perfil militarizado e antipartidário da ALN. Não fosse isso, por que nenhuma organização dentro deste perfil jamais surgiu no Brasil em épocas progressas?

Feita esta breve discussão, que, longe de ser exaustiva, ao menos exemplifica a questão. Penso que a inter-relação entre comunismo nacional e internacional é permeada por diversas variáveis, de acordo com o contexto, com a vontade e a concordância das organizações nacionais, com as necessidades de estruturação e intervenção nacional, com a disputa entre as organizações e talvez principalmente, com as ações desses Estados e Partidos comunistas em atuar ou não como centros.

Para facilitar a compreensão deste capítulo, iniciaremos fazendo um balanço de algumas questões suscitadas pela Revolução Cubana entre os comunistas brasileiros. Em seguida, faremos uma breve análise das propostas de atuação guerrilheira de Che Guevara e Régis Debray. Dando prosseguimento, será preciso compreender o contexto internacional do movimento comunista no momento em que os comunistas brasileiros se dividiam sobre os significados das

⁴² Esse assunto será desenvolvido adiante, neste capítulo.

Revoluções Cubana e chinesa, sobre o caminho violento ou pacífico e sobre as desejáveis formas de estruturação e atuação política, neste sentido analisaremos as disputas sino-soviéticas sobretudo nas Conferências Internacionais dos Partidos Comunistas e Operários realizadas em Moscou nos anos de 1957 e 1960. Será necessário analisar também, a atuação do Estado Cubano, enquanto difusor de uma nova forma de luta – a guerra de guerrilhas – e nas relações com os outros partidos comunistas. Por fim, precisaremos entender também, as linhas gerais do Livro Vermelho, obra de referência para o movimento maoísta, corrente que influenciou fortemente o PCdoB e em menor escala, o conjunto das novas organizações.

Em virtude da grande complexidade dos assuntos abordados, não temos a pretensão de esgotar a discussão. Selecionamos para este capítulo especialmente as obras que foram mais lidas e utilizadas como referência teórica pelas organizações comunistas no período em questão. Dessa forma, por exemplo, para falar do maoísmo utilizamos principalmente o “Livro Vermelho”, tal volume embora esteja longe de dar conta de todo o conteúdo do pensamento de Mao Tsé Tung, foi, sem dúvida, o texto mais lido. O mesmo ocorrendo com as obras “Revolução na Revolução?” de Régis Debray e “Guerra de Guerrilhas” de Chê Guevara. O conjunto das obras utilizadas foi lido pela esquerda que pegou em armas nas décadas de 1960 e 1970 e serviu de referência positivamente ou negativamente para todas elas em suas definições organizativas.

Algumas questões sobre o significado da Revolução Cubana.

A Revolução Cubana ocorre num momento de reorganização do movimento comunista em nível internacional, marcado pelo fim do Kominform e pela crise do stalinismo desde o XX Congresso do Partido Comunista da União Soviética (PUCS), em 1956. E pela realização de duas conferências internacionais, em 1957 e 1960, ambas em Moscou, que marcaram a reorientação organizativa e política do movimento comunista em escala internacional, a crise do monolitismo associado aos partidos comunistas antes de 1956, e o início das disputas entre o Partido Comunista da China (PCCh) e PUCS.

Para Sales, a Revolução Cubana teve um grande impacto sobre as esquerdas da América latina citando Löwy, afirma que a revolução Cubana marca

um terceiro período no marxismo do continente⁴³, com a pela emergência de organizações que tinham em comum a defesa do caráter socialista da revolução e a defesa da luta armada. Em sua entrevista, Lúcio afirma que além da revelação de um novo caminho, a Revolução em Cuba inspirava os militantes comunistas pelo exemplo de tenacidade e perseverança de seus líderes:

A Revolução Cubana, ela tinha pra gente uma coisa que eu acho curiosíssima. A Revolução Cubana aporta pra gente um exemplo de sabe de que? De uma derrota. A derrota é o grande exemplo da Revolução Cubana. A Revolução Cubana se baseia no assalto ao quartel de Moncada, que foi um fracasso. Em 26 de julho de 1953 (...) o que me comovia, não só a mim, e a outros, eu me lembro argumentado nessa época, 66, 67, a gente falou: veja só, rapaz, os caras comemoram 26 de julho! Que foi o assalto a um quartel que foi um fracasso, teve gente presa, gente morta, torturada. Fidel foi preso, outros fugiram, se embrenharam na clandestinidade. (...) O que agente percebe, é que o assalto a Moncada, em 26 de julho de 1953 foi um fracasso total. Se fosse, [se dissessem]: há, já acabou a revolução, nós fomos derrotados militarmente na ditadura! E daí? Quando você tem gente de outros países, que já foram à luta, e comemoram a partir de uma derrota, sinceramente, rapaz... eles voltaram e tomaram o poder! (LC,2008)

Citando Juan Carlos Portantiero⁴⁴, Sales afirma que Revolução Cubana engendrou, através do castro-guevarismo, a fusão ideológica entre marxismo e nacionalismo, e que a influência de Cuba no seu continente comporta dois momentos; num primeiro, o entusiasmo espontâneos dos militantes do continente independeu de qualquer ação dos Cubanos. Num segundo, os mesmos buscam capitalizar essa simpatia e atuam diretamente no sentido de mobilizá-la.

De acordo com Barão, a influência da Revolução Cubana sobre os comunistas latino-americanos tinha duas características principais: a Revolução Cubana marcou profundamente a esquerda latino-americana e, em certa medida, também a esquerda mundial, não somente por demonstrar que era possível vencer o imperialismo norte americano em seu próprio “quintal”, mas também por ter rompido os padrões clássicos de luta seguidos pela esquerda marxista-leninista da época, sempre centrados no partido revolucionário. (Barão, 2003:263)

⁴³ O primeiro momento seria o período dos anos 20 até meados dos anos 30, cuja maior expressão foi Mariátegui e teve na insurreição salvadorena de 1932 a mais importante manifestação prática. De 1930 até 1959 seria a fase na qual a interpretação soviética do marxismo foi hegemônica, e, dessa forma, a definição da revolução por etapas, na qual estava definida a primeira das etapas, a democrático-burguesa, para a América Latina. LÓVY, Michael (org.). O marxismo a América Latina. Uma antologia de 1909 aos dias atuais. São

Paulo: Perseu Abramo, 1999, p. 9-10.” (Salles, 2005:50)

⁴⁴ PORTANTIERO, Juan Carlos. O marxismo latino-americano. In: HOBBSAWM, Eric. J. História do marxismo. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1985, vol. 6, p. 333-357.

A respeito da relação entre a Revolução Cubana e os partidos comunistas do continente o autor identifica uma aparente contradição, uma vez que seriam estes seus primeiros defensores, e logo em seguida os que mais sofreram com estas. Isso porque pouco tempo depois de realizada a revolução, os dirigentes Cubanos passaram a criticar duramente a necessidade e mesmo a viabilidade dos partidos comunistas latino americanos. Desta maneira, para toda uma geração que iniciou sua militância nos anos 60 e 70, a Revolução Cubana parecia desmentir as orientações e princípios de seus partidos.

Segundo Salles, numa visão panorâmica, pelo menos seis características da Revolução Cubana entravam em choque com os partidos comunistas:

1. Um chamado para a necessidade de uma revolução continental, para evitar o cerco do imperialismo norte-americano;
2. A natureza socialista da revolução no continente;
3. A luta armada como caminho necessário para a revolução;
4. A liderança da revolução foi a classe média, urbana e ilustrada;
5. Uma aliança privilegiada entre estudantes e intelectuais com o campesinato (e não com o proletariado);
6. Os partidos comunistas deixam de ser instrumentos revolucionários. (Salles, 2005:52)

O PCB e o PCdoB eram no Brasil, segundo Salles, os representantes do marxismo ortodoxo, cada um a seu modo, se reivindicava o herdeiro da Revolução Russa e das melhores tradições do marxismo no século XX. Exatamente por isso, ambos sofreram um impacto contraditório com a Revolução Cubana, se por um lado reivindicavam as façanhas de Fidel e seus guerrilheiros, tinham de enfrentar o incômodo fato de que a primeira revolução socialista em terras americanas não havia acontecido dentro dos moldes que preconizavam:

O fato de a revolução Cubana ter sido liderada pelo Movimento 26 de Julho e não por um partido comunista; ter sido feita através do uso da luta armada e ter assumido rapidamente um caráter socialista, foram algumas das questões que os partidos comunistas brasileiros tiveram que enfrentar ao se depararem com o fenômeno revolucionário Cubano. (Salles, 2005:38)

A forma como esses dois partidos se posicionaram em relação a Revolução Cubana, vai influenciar “tanto em suas elaborações teóricas e definições ideológicas, quanto em sua prática política”. (Salles, 2005,39)

A repercussão da Revolução Cubana entre os militantes do PCB, não foi homogênea. De início, todos saudaram o acontecimento (em 1959, não existia ainda o PCdoB), e procuravam identificar aquele processo como confirmação de suas posições políticas. O PCB procurou demonstrar como a Revolução Cubana

confirmava as tradições revolucionárias da IC, procurando ver nela comprovações de suas propostas para atuação no Brasil. Ela teria sido autenticamente antiimperialista e nacional e, no intuito de relacioná-la à sua política de frente ampla, os dirigentes do PCB afirmavam que fora “dirigida por uma aliança entre a “classe operária”, as “massas camponesas”, a “burguesia nacional” e “outras Camadas” (Salles, 2005:61,62). Para reafirmar suas interpretações, o PCB publicou um artigo escrito por Blas Roca⁴⁵, secretário geral do Partido Comunista Cubano, onde de dizia em linhas gerais que as principais realizações da Revolução Cubana seriam:

1) independência completa e soberania da nação. 2) Reforma Agrária que liquide com o latifúndio e com “outros restos feudais”. 3) Desenvolvimento econômico sobre base independente. 4) Aprofundamento da democracia, dando-lhe um caráter mais real aos trabalhadores. Diante disso, para Roca, a revolução seria “patriótica e democrática, nacional-libertadora e agrária”. (Salles, 2005:60)

Em artigo publicado no jornal Novos Rumos, intitulado “Em defesa de Cuba”⁴⁶, Prestes afirmaria que:

...com a vitória da Revolução Cubana e as realizações do governo revolucionário de Fidel Castro, nossa luta pelo progresso, que implica na conquista da independência econômica, na libertação do jugo imperialista e na reforma agrária que acabe com os restos feudais e a grande propriedade latifundiária, adquire maior consistência, sai, por assim dizer, do terreno da teoria para o da prática. *Tudo aquilo que poderia até ontem parecer um sonho, que muitos sabichões afirmavam irrealizável ou apenas possível noutras terras, materializou-se na pequena ilha do Caribe* (...) [em suas palavras], a revolução Cubana ensinava e revelava a própria força do PCB (...) [e] a viabilidade dos objetivos revolucionários apontados pelos comunistas e demais correntes efetivamente progressistas, democráticas e antiimperialistas da América Latina (Salles, 2005: 61, grifo do autor)

Em que pese o esforço de relacionar a Revolução Cubana às estratégias adotadas no Brasil pelo PCB, o caminho da guerrilha rapidamente passou a atrair simpatias em amplas fileiras do PCB. Motivo que levaria a este partido a abrandar o tom dos elogios e a tentar diminuir no seio da militância a discussão sobre o significado desta revolução. O PCB se tornaria o partido latino americano que mais sofreu com a influencia da Revolução Cubana. Em seu depoimento, Lucio

⁴⁵ Blas Roca. “Que tipo de revolução é esta?” N. R. 6 a 12/11/1959. Sobre o significado do movimento Revolucionário, ver ainda: “Cuba: a revolução não foi comunista nem anticomunista”. N. R. 8 a 14 /05/1959 e

“Fidel: o bem-estar do povo se consegue com medidas revolucionárias”. N. R. 8 a 14/05/1959. (Salles, 2005:60)

⁴⁶ Luis Carlos Prestes. “Em defesa de Cuba”. N. R. 20 a 20/01/1961. (apud Sales)

afirma que o processo revolucionário em Cuba ajudava a desmentir a proposta do caminho pacífico defendido pelo PCB:

A Revolução Cubana, ela foi fundamental, foi a grande referência (...) para a gente perceber que o caminho tinha que ser armado, porque não adiantou nada aquela linha pacifista do PCB, orientado pela União soviética. (LC,2008)

As divergências surgiram gradualmente, pois ao mesmo tempo o PCB era um dos maiores defensores daquela revolução. O risco de uma invasão norte-americana e as críticas constantes dos conservadores aos Cubanos deixaram a direção do partido em uma situação muito delicada: de um lado, precisavam defender a Revolução Cubana frente às agressões da direita, de outro, precisava convencer a militância que se radicalizava, (especialmente depois de 1964), de que o caminho pacífico era o mais acertado, e isso em meio a um processo que iria resultar em grandes cisões. “Mesmo nos momentos de maior crise, o partido não fez ataque aberto aos cubanos, evitando assim fortalecer o posicionamento de setores conservadores no Brasil” (Salles, 2005:63)

Ainda em março de 1959, apenas três meses após a vitória de Fidel e seus aliados, a direção já começava a identificar a força do exemplo guerrilheiro em muitos de seus militantes. Segundo Salles, eram freqüentes questionamentos do tipo: “aquela ilha pequenina, já fez sua revolução e nós aqui no Brasil não fizemos revolução nenhuma”⁴⁷ (Salles, 2005:63). Semelhante afirmação necessitava de uma resposta do conjunto partidário, uma resposta que contextualizasse a Revolução Cubana e a brasileira, a fim de demarcar suas diferenças e fortalecer a posição do partido, que era pelo caminho pacífico. Em artigo publicado em *Novos Rumos*, Lê-se: “há quem se refira à luta armada vitoriosa do povo Cubano contra a ditadura de Batista como um exemplo a ser seguido”⁴⁸ (Salles, 2005:63), o que não estaria correto, pois:

este exemplo, precisamente, demonstra que as massas empregam a luta armada em resposta à violência da reação. Contra a ditadura sanguinária de Batista, que suprimiu as liberdades, afogou em sangue as greves operárias e as lutas estudantis e populares, o único caminho possível foi o da insurreição. (idem)

⁴⁷ Essa indagação, segundo Luis Carlos Prestes, foi feita por um dirigente ao voltar de uma viagem a Cuba em 1961. Ver: MORAIS, D. e VIANA, Francisco. Prestes: lutas e autocríticas. Petrópolis: Vozes, 1982, p.181. (apud Salles, 63)

⁴⁸ O caminho pacífico da revolução. N. R, 20 a 26/3/1959

Para o partido o processo revolucionário Cubano teria sido sumamente importante para a revolução no continente como um todo. Todavia, cada país possuiria suas especificidades, de modo que seria impossível transplantar mecanicamente os métodos daquela revolução para o Brasil, por exemplo. Mario Alves, que depois seria um dos fundadores e principais quadros do PCBR chegou a publicar um artigo no *Jornal Novos Rumos*⁴⁹, em que buscava dialogar com essa tendência, segundo Alves, alguns militantes cometiam o erro de utilizar aspectos particulares do processo revolucionário em Cuba para negar a teoria marxista da revolução nacional. Um segundo aspecto de sua argumentação consiste, num certo exagero, segundo ele, à participação da burguesia nacional naquela revolução, equívoco que nega a tese marxista da hegemonia do proletariado. E em terceiro, o erro de interpretação, segundo o qual preconizava-se que a revolução poderia prescindir da existência e direção de um partido de classe.

Segundo Alves, o que a Revolução Cubana comprovava, era que não existiam modelos para a revolução, que caminhos deveriam ser buscados conforme a realidade em cada caso, e neste sentido comprovava o que existia de melhor no marxismo:

a revolução Cubana é uma notável confirmação histórica da vitalidade dos seus princípios básicos. Precisamente quando se acentuam as tentativas dos revisionistas para 'superar' ou 'renovar' o marxismo-leninismo, declarando-o caduco, ele brota com vigor juvenil e floresce triunfante nas terras da América. De outro lado, pela riqueza de suas peculiaridades, pela originalidade das soluções que deu a vários problemas, a revolução Cubana confirma igualmente a validade do método marxista, porquanto refuta o esquematismo seco e estéril das concepções dogmáticas. (Alves, apud Salles, 2005:65)

Na mesma linha, Jacob Gorender⁵⁰, que seria outro importante fundador do PCBR, refuta aqueles que usam a Revolução Cubana para desacreditar a política do PCB e para negar a própria necessidade do partido na revolução. Para Gorender, estavam errados aqueles que diminuíaam o papel desempenhado pelo partido comunista em Cuba, como também era errada a superestimação do papel da burguesia naquele processo. Para Gorender:

se a revolução Cubana pôde triunfar, isto se deu porque, desde o início e em todo o seu transcurso, estiveram à sua frente os operários (principalmente assalariados da lavoura canavieira), os camponeses e ala radical da pequena

⁴⁹ Mário Alves. Um estudo marxista sobre a Revolução Cubana. N. R. 23 a 29/06/1961. o artigo era uma resenha do livro de Almir Matos, *Cuba: a revolução na América*.

⁵⁰ Jacob Gorender. "Ensinamentos de uma grande revolução". N. R. 7 a 13/07/1961. (apud Salles, 65)

burguesia urbana. E se a revolução Cubana pôde transpor, com tanta rapidez e energia, os limites da etapa antiimperialista e democrática, transformando-se em revolução socialista, isto se deu porque na sua orientação política triunfou a ideologia do proletariado (Gorender, apud Salles, 2005:65).

Para Alves e Gorender, o campesinato cubano, assumia a feição do proletariado, na medida em que estavam submetidos às relações assalariadas de produção. Uma espécie de proletariado rural. Esse recurso permitia reativar a tese segundo a qual o proletariado é o principal agente da revolução. Note-se ainda, na argumentação de Gorender, a referência às etapas da revolução. A Revolução Cubana não nega a hipótese de que primeiro é preciso uma revolução democrático-burguês para depois conquistar o socialismo, os cubanos simplesmente saltaram essa etapa, graças à hegemonia da ideologia do proletariado, que como, de acordo com o leninismo clássico, é decorrente da ação do partido.

De acordo com Apolônio de Carvalho, alguns militantes do PCB também questionavam a interpretação demasiadamente foquista do processo revolucionário cubano, da maneira como era descrita por exemplo nas idéias de Debray:

Então, por exemplo, nós tínhamos uma visão, através de Régis Debray, de uma Revolução Cubana completamente diferente, em certos aspectos, do que a história... gostaria na fidelidade à realidade dos fatos. E na realidade a Revolução Cubana não foi somente uma guerrilha contra Batista. Utilizou a guerrilha, mas utilizou também a luta de classes, e aí houve choques de classe nas cidades, chegou-se a fomentar o movimento que dirigiu o assalto ao quartel de Moncada, o movimento 26 de Julho. Pois é, chegou-se a fomentar uma greve geral que teve uma visão profundamente abrangente, e ao mesmo tempo profundamente solidária com o conjunto das forças da revolução. (...) esse aspecto da revolução contrastava muitíssimo com a idéia que, através de Debray, os dirigentes Cubanos (...) [fizeram da revolução]. (...) Contrastava profundamente com a apresentação dos elementos essenciais da revolução. (AC1998)

Para Jover Teles⁵¹, (aproximando-se das teses de Debray) por outro lado, o proletariado desempenhou um papel modesto. No início, a força principal da revolução teria sido o campesinato. (possivelmente, Teles considera como campesinato o que Gorender define como o proletariado rural), e o motor teria sido a guerrilha que desembarcou na Sierra Maestra.

O debate em torno do significado da Revolução Cubana se deu em meio à um fértil momento político. A própria linha do PCB radicalizara-se desde 62,

⁵¹ Jover Telles. “Cuba: vanguarda dos povos da América”. N. R. 7 a 13/07/1961. (apud, Salles, 66)

fazendo uma oposição mais dura a Jango, criticando o caráter “conciliatório” de seu governo. As reformas de base, antes compreendidas como reformas no seio do capitalismo, passavam a ser entendidas como mudanças estruturais que antecediam e abriam caminho ao socialismo. Ao mesmo tempo, outras organizações que reivindicavam o marxismo estavam a surgir (POLOP, AP, PCdoB, etc) quebrando um certo monopólio até então exercido pelo PCB. No plano internacional, a estrutura do movimento comunista vinha mudando significativamente desde 1956, e novas correntes do marxismo, como o maoísmo estavam a ganhar corpo, questionando as orientações soviéticas.

No Brasil, as ligas camponesas eram fortemente influenciadas pelo exemplo cubano, chegaram a tentar implantar um campo de treinamento guerrilheiro, e seu principal líder, Francisco Julião, desmentia publicamente algumas das principais bandeiras defendidas pelo PCB, tais como a via pacífica ao socialismo e a necessidade da etapa democrático burguesa da revolução brasileira. As Ligas camponesas, situadas dentro do marco de uma radicalização do campo naquele período, também serviram para acentuar em alguns militantes do PCB, a oposição à linha pacífica:

As ligas camponesas inspiraram a gente. Que as ligas camponesas foram importantes num aspecto, inclusive em relação a luta armada, que eu vou entrar, quando começou o processo de luta armada. A luta armada se evidenciava num conflito pelo campo. E o conflito era sempre violento, teve morte de camponês, aí teve uma reação dos camponeses, Mataram o Gouveia que era um latifundiário, entendeu? Os caras mataram, os caras resistiram (...) eu acho que eles fizeram justiça, que o cara matava camponês pra burro. Então no nordeste, a gente começou a perceber que a coisa era violenta. Dentro do PCB isso repercutiu. (LC,2008)

Giocondo Dias dialogou em nome do partido com Julião. Para o dirigente pecebista, as afirmações de Julião partiam de uma interpretação equivocada da Revolução Cubana, associando-a às concepções do PCB. Dias argumentava que em Cuba, houve uma passagem rápida da fase democrática burguesa para a etapa socialista, o que eliminava as duas etapas. E que o socialismo se afirmou quando o proletariado assumiu a hegemonia da revolução. Assim as tarefas dos revolucionários no Brasil, seriam:

As tarefas que temos hoje pela frente, repetimos, não são as de uma revolução socialista, mas sim as de uma revolução antiimperialista e antifeudal, nacional e democrática. (...) Para que essa revolução se torne vitoriosa impõe-se hoje no Brasil a formação da frente única de todas as forças da sociedade brasileira interessadas na libertação nacional, na democracia, no progresso e na paz. Essa frente única se destina a conquistar

um governo de coalizão que promova as transformações de estrutura que as condições reclamam (N.R, apud Salles, 2005:69)

Resta ainda observar que se travava a discussão sobre qual o *sujeito* da transformação revolucionária. Classicamente, o proletariado desempenhou este papel na teoria marxista. A ideologia do proletariado era e continuou a ser tido como a ideologia da revolução em todas as organizações. Contudo o sujeito da revolução sofreu uma mudança de qualidade nas formulações.

De um modo geral, todas as organizações brasileiras consideravam que este sujeito deveria ser a “frente única antiimperialista e antilatifundiária”. Mas em determinados casos aceitava-se a hegemonia da burguesia, e o proletariado deveria alcançar a direção mediante ao processo (caso do PCB), ou o proletariado deveria ter desde o início a hegemonia na frente (caso do PCdoB e dos primeiros escritos de Marighella) ou a burguesia não deveria fazer parte da frente (caso do PCBR).

Uma das inovações mais relevantes nesta teoria foi o papel do campesinato. Influenciados pela teorização cubana e chinesa, tanto o PCBR, como a ALN e o PCdoB, viam o campo como o meio e cenário ideal para a deflagração do processo revolucionário. E o camponês, como o fiel da balança. Mas ninguém, em qualquer documento ou pronunciamento oral que tenha sobrevivido ao tempo falou da “ideologia revolucionária do camponês”. Este era tido como revolucionário, mas a ideologia revolucionária seguiu sendo a do proletariado. Semelhante ecletismo se traduziu amiúde na proposta de levar a ideologia do proletariado ao campesinato. E o veículo desse deslocamento, seria a organização revolucionária.

De acordo com Gorender, o campesinato tornava-se o sujeito da revolução na realidade latino-americana, suas condições de miséria favoreciam nele a possibilidade de rebelião, não tinha nada a perder, diferente do operariado urbano cada vez mais integrado ao modo de vida capitalista. Tal hipótese pode ser reforçada também no depoimento de Lúcio:

Entre o operariado, os trabalhadores do setor industrial e a burguesia, não havia um conflito armado. A gente não via conflito armado, conflito armado se dava no campo. Porque as relações de produção eram muito atrasadas no campo e tudo era resolvido na base da bala, da peixeira e de tudo, e os camponeses eram assassinados. (LC,2008)

Na verdade, praticamente todos esses militantes interpretavam a Revolução Cubana segundo uma chave de leitura própria, buscando adequá-la a

seus conceitos e assim justificar suas perspectivas teóricas, o que num primeiro momento endossa a hipótese de Daniel Aarão. Contudo não se deve perder de vista que novas organizações políticas surgiram assumindo de forma muito clara a interpretação que os próprios cubanos faziam de sua revolução, de modo que também o processo externo exercia um papel relevante na forma como esses revolucionários faziam essa interpretação. Além disso, se no caso mais explícito de Dias, procurava-se interpretar a Revolução Cubana a partir do programa do PCB, no caso de Marighela, ocorria praticamente o inverso, ou seja, buscava-se interpretar o contexto brasileiro em função da ótica cubana. De modo que a inter-relação Brasil-Cuba se manifestou em cada caso com intensidade e forma diferenciada. Além disso, em cada marco da história da esquerda no Brasil, é preciso distinguir o peso da influência nacional. No caso da fundação do PCB, por exemplo, intervêm a história anterior do movimento sindical e a influência da Revolução Russa, no caso da intentona, intervêm a herança da coluna Prestes, e entre outras coisas a linha do “terceiro período da IC”. A radicalização do manifesto de agosto foi motivada principalmente por motivos nacionais. É importante destacar também que os conceitos empregados por Dias, tais como a luta antiimperialista e antifeudal, são conceitos importados da IC, da época do “terceiro período⁵²”, a “luta pela paz” foi uma bandeira mundial do pós guerra e a via pacífica ao socialismo foi uma tese das conferências internacionais dos partidos comunistas, ou seja o “programa do PCB é em boa medida importado. Cabe destacar ainda, que a relação “centro-periferia” é uma via de mão dupla, ou seja, não depende apenas do desejo das organizações brasileiras em espelharem-se naqueles, mas também no papel destes em atuar no sentido de centralizar e controlar os chamados partidos da periferia.

Outra declaração interessante é a do próprio Prestes, em entrevista ao jornal cubano *Hoy*⁵³, no ano de 63:

⁵² A chamada “Linha do Terceiro Período” foi difundida pela IC durante o final da década de 1920 até o final da década de 1930. Em linhas gerais, partia-se da premissa de que o mundo entraria num “terceiro período de revoluções”, (o primeiro e o segundo período estariam marcados pelas revoluções francesa e russa), as insurreições foram fortemente estimuladas em todo o mundo, a tentativa de insurreição no Brasil, em 1935 (faz parte deste processo). Uma outra característica é a recusa veemente a qualquer atuação em frente única com outras forças sociais. A “Luta pela Paz” faz parte de um momento posterior, quando não existia mais a IC, tal linha foi elaborada no seio do Kominform.

⁵³ “Caminho da revolução pode ser pacífico. Entrevista de Luis Carlos Prestes em Havana”. N. R. 1 a 9/05/1963.

Há pessoas que equivocadamente acreditam que o melhor apoio a Cuba seria dar começo a uma luta armada no Brasil para depor o Governo. Nas atuais condições do Brasil isso seria completamente falso. Isolaria os comunistas das massas e facilitaria o trabalho daqueles que pressionam o Governo no sentido de romper as relações com o Governo Cubano. A política dos comunistas tampouco é compreendida por algumas pessoas que chegam a supor que somos contrários à II Declaração de Havana (...). Os comunistas do Brasil pensam que interessa às massas fazer todos os esforços para utilizar as possibilidades existentes do caminho pacífico para a revolução no Brasil. (N.R apud Salles, 2005:69)

Enquanto não aconteceu o golpe de 1964, o PCB teve êxito em defender seu programa nacional. Após o golpe, entretanto, foi duramente criticado por não ter sequer levado em conta que este pudesse ocorrer. Com efeito, apesar de advertências de importantes quadros do PCB, Prestes e a direção executiva jamais consideraram que os militares viessem a atacar o estado de direito. O programa nacional do PCB, na medida em que era usado como ferramenta para caracterizar a conjuntura nacional, tornou-se letra morta para um grande número de militantes que então passaram a dar mais atenção às propostas de luta armada, e o exemplo cubano tornou-se mais forte. O golpe marca ainda o início da crise orgânica do PCB, crise da qual não mais sairia.

Nos primeiros dois anos após o golpe, o PCB seguiu saudando as iniciativas de Cuba. Com esse espírito apoiou e elogiou a I Conferência Tricontinental de Solidariedade aos povos da África, Ásia e América Latina, realizada em Havana, entre 3 e 15 de janeiro de 1966, destacando seu caráter de luta contra o imperialismo americano e a defesa do socialismo em Cuba.⁵⁴

Nesta conferência foi eleito um órgão executivo para a então “Organização Latino Americana de Solidariedade”, e um “Comitê de Assistência e Ajuda” do qual o PCB fez parte. O objetivo do órgão era prestar auxílio aos povos que lutavam de “armas na mão ou por outros meios à sua escolha” (Salles, 2005:71), contra o imperialismo e pela libertação nacional.

A OLAS foi criada ao final da conferência, aproveitando a presença de quase todos os partidos comunistas do continente: a OLAS consistiria num organismo regional dos partidos comunistas latino americanos, ficando acertado que a I Conferência da OLAS seria realizada em 1967. O PCB, que participou ativamente da Conferência Tricontinental, também ingressou na OLAS, mas as

⁵⁴ A apreciação do PCB sobre a Conferência Tricontinental, ver: “O Brasil e a conferência de Havana”. V. O. janeiro de 1966 e “A conferência tricontinental, novo marco na luta antiimperialista”. V. O. março de 1966. apud Sales: 71)

relações amistosas com Cuba não durariam até a realização de sua conferência em 1967.

A partir de junho de 1967 o PCB começou a divergir publicamente dos cubanos, queixando-se que a OLAS, em seus comunicados públicos, falava da luta armada como se fosse esta a única via de luta, o que não estaria de acordo com as resoluções da conferência que a fundou, que essa reconheceria a autonomia dos partidos nacionais quanto às formas de luta adequadas para suas realidades nacionais. A OLAS ainda, estaria tentando estabelecer diretivas para o movimento comunista no continente, o que dificultaria a participação do PCB em sua conferência. Com efeito, os cubanos orientaram a formação no Brasil de um Comitê Nacional das OLAS, objetivando orientar as lutas no país. Esse comitê deveria ser integrado pelo PCB e outras forças políticas (algumas em aberta disputa com o PCB), mas o partido no Brasil não foi sequer consultado sobre a formação desse órgão. Os cubanos também teriam feito duros ataques aos partidos comunistas no continente.⁵⁵

Percebe-se a iniciativa dos cubanos, por meio da OLAS, de se constituir em centro revolucionário continental. A influência que a Revolução Cubana exerceu sobre as novas organizações não se deu unicamente pela força de seu exemplo e pela crise do modelo soviético, mas também pela atuação objetiva dos cubanos ao apoiar as iniciativas de luta armada no continente, o PCB, que estava mais diretamente afinado com o modelo soviético, não aceitou a liderança de Cuba, que significaria para Prestes e seus aliados, entre outras coisas a perda da direção política em seu próprio partido. Já para aqueles que aderiram a luta armada, não houve apenas uma inspiração cubana, mas uma *direção*, assim, pode-se falar, em certo sentido, de uma inter-relação objetiva entre Cuba e as organizações que pegaram em armas, e, nesta inter-relação Cuba desempenhou sem dúvida o papel de “centro” e direção.

Em seu VI congresso e no decorrer do ano de 1967, o PCB e seus principais militantes vão travar uma batalha teórica contra a concepção da luta armada defendida pelos cubanos. A questão do partido, a concepção de revolução,

⁵⁵ para conhecer melhor as críticas do PCB à OLAS pesquisar: “A situação internacional e as tarefas do partido”. V. O. junho de 1967. “Nosso partido e a Conferência da OLAS”. V. O. setembro de 1967.

vanguarda, o sujeito da revolução, a herança do leninismo (e seus argumentos de autoridade) vão pautar o debate, como se vê na seguinte citação⁵⁶:

Os camaradas portadores dessas concepções [da defesa da luta armada como tática fundamental] aceitam e divulgam a negação feita por ideólogos pequeno-burgueses da validade atual das condições descobertas por Lênin como necessárias para o êxito de uma revolução, e pregam o “*foco guerrilheiro*” – ação de um grupo armado que se instala em uma serra ou floresta e se declara em revolução – como suficiente para desencadear no país um processo revolucionário de luta armada de massas, quaisquer que sejam as condições político-sociais existentes. Implicitamente esses camaradas aceitam igualmente as teses de tais ideólogos de que o proletariado está acomodado e perdeu sua condição revolucionária, de que os partidos comunistas se constituem hoje num anacronismo histórico e de que a capacidade revolucionária passou hoje para as mãos da pequena burguesia. (V.O. Apud, Salles, 1974)

De acordo com Salles, um longo artigo assinado por Simão Bonjardim (pseudônimo de Renato Guimarães⁵⁷), foi uma das defesas mais consistentes da linha do PCB contra as teses de Debray. Para Renato Guimarães, os esforços de Debray estavam concentrados em três direções: em primeiro lugar a idéia de que a guerrilha era a forma obrigatória de luta na América Latina, em segundo lugar, desacreditar a categoria de crise revolucionária e da luta de classes como força principal da revolução, colocando em seu lugar a guerrilha conduzida por uma minoria, em terceiro, negar a necessidade de um partido para a direção da crise política. Segundo Guimarães, uma das grandes fraquezas do pensamento de Debray, seria o de não fundamentar as críticas ao leninismo, e defender formas de luta que remontam a momentos já superados:

Nem Debray, nem Marighella, nenhum outro. Contentam-se em dar seu palpite, e pronto. Na verdade, pretendem desenterrar o blanquismo, voltar, aí sim, à pré-história do movimento revolucionário socialista e ao domínio neste das concepções pequeno burguesas (V.O apud, Salles, 2005:75)

As divergências com a linha cubana pautaram, em grande, medida a preparação do VI Congresso do PCB, bem como o Congresso em si. Ao PCB, visando evitar a perda de mais militantes (missão, que como se sabe, não conseguiu), restava refutar os argumentos dos cubanos. Utilizou vários caminhos, entre os principais, a reafirmação dos princípios leninistas de partido e o papel da classe trabalhadora e seu partido e também reinterpretando a revolução Cubana à

⁵⁶ Vinicius de Andrade. “Sobre a luta armada” e Simão Bonjardim. “A revolução e a revolução de Regis Debray I”. V. O. setembro de 1967. Apud Salles.

⁵⁷ Segundo Luis Mir, Simão Bonjardim é pseudônimo de Renato Guimarães. MIR, Luís. A revolução impossível. A esquerda e a luta armada no Brasil. São Paulo: Best Seller, 1994, p. 225 (Salles, 2005:75)

luz do leninismo, nesse sentido, o informe de balanço do CC ao VI Congresso⁵⁸ afirma:

Silenciam a respeito da amplitude da frente única contra a tirania de Batista. Não levam em conta o acerto da orientação prática de concentrar-se o fogo contra a ditadura . Escamoteiam a evolução do quadro econômico e político em Cuba, o qual, sob a tirania, marchava para a situação revolucionária que levou à greve geral, cuja importância, segundo o próprio Fidel Castro, foi decisiva nos acontecimentos, e que teve a participação ativa e dirigente dos comunistas. (Informe de balanço do CC ao VI Congresso, 95, 95 apud Salles, 2005: 74)

Às críticas de não defender o caminho da luta armada para o Brasil, e de negar o caráter socialista da revolução, o PCB respondia que a revolução brasileira não podia ser a cópia de nenhuma outra, fosse a russa, chinesa ou cubana, e que o caminho revolucionário estava sendo traçado no Brasil pelo movimento democrático. Em referência direta àqueles que defendiam a luta armada, o documento afirmava:

Defendem uma política que dispensa a consideração das condições objetivas, ou que supõe existir na realidade, já pronta ou iminente, uma situação revolucionária que apenas existe em suas cabeças. Tal grupo quer reviver com roupas “novas” de guerrilhas, a concepção de revolução feita a partir de ‘focos’ insurrecionais aventureiros, desligados do movimento real das massas. Quer substituir o Partido marxista-leninista por um agrupamento militarizado de revolucionários, obediente à sapiência e ao gênio de caudilhos. (ibid, pg, 135, apud, Salles:77)

Feito este pequeno panorama acerca das críticas, especialmente do PCB, ao novo método de atuação política difundido pelos cubanos, analisaremos brevemente as características principais, bem como a leitura da conjuntura no período nos textos de Debray e Guevara.

⁵⁸ “Informe de balanço do CC ao VI Congresso”. In NOGUEIRA, Marco Aurélio (org.). *PCB: vinte anos de política – 1958-1979*. São Paulo: LECH, 1980,

Algumas considerações sobre o modelo de organização para atuação na guerra de guerrilhas nos textos de Régis Debray e Chê Guevara.

As teorias de organização política sempre foram estudadas e reivindicadas pelos militantes comunistas em diferentes organizações. Contudo, uma diferença fundamental entre os textos analisados e as obras de Lênin, por exemplo, é que enquanto este produziu a maior parte de suas obras no intuito de apontar soluções para a deflagração da revolução em que estava à testa (a Revolução Russa), Che e Debray escreviam para estimular outras Revoluções. Os Livros “Revolução na revolução?”, de Debray, e “Guerra de Guerrilhas” de Guevara, tem o objetivo declarado de fornecer elementos da experiência cubana para ajudar àqueles que se dispusessem a seguir o mesmo caminho.

Em seu pequeno volume, Debray é cético quanto à forma de atuação clássica dos comunistas. Dedicar grande parte de seus argumentos para enfatizar que a Revolução Cubana demonstrava para os povos da América Latina seu caminho possível para o socialismo: “Cuba mostrou mais uma vez, em primeiro lugar, que a revolução socialista é o resultado de uma luta armada contra o poder armado do Estado Burguês” (Debray,1967:4). Prender-se a modelos distantes tanto espacialmente quanto cronologicamente só poderia ser associado ao vício burocrático e dogmático das direções partidárias tradicionais, empenhadas muito mais em manter seus privilégios do que em fazer a revolução, assim: “Hoje, na América Latina, uma linha política que não possa expressar-se efetivamente numa linha militar coerente e precisa, não pode ser tida como revolucionária”. (Debray,1967:9)

Falando sobre a referência do movimento comunista na Revolução Russa, Debray intitulou seu segundo capítulo de forma inusitada: “Libertar o presente do passado”. Segundo ele, as referências em outros acontecimentos históricos embotavam a visão dos revolucionários, que buscavam em vão aplicar à realidade da América Latina fórmulas e modelos que nada teriam a ver com ela. Outro aspecto deste mesmo problema seria o fato de se buscar enquadrar experiências originais em categorias previamente existentes. Quando se iniciaram as guerrilhas na América Latina, teriam chegado a compará-las com as que aconteciam na Ásia e menos apropriadamente com o que ocorrera na Revolução de outubro:

Começou-se a identificar guerrilha com insurreição, porque o modelo – 1917 – se apresentou sob esta forma, e Lênin, seguido por Stalin, assim teorizou em algumas fórmulas; fórmulas que nada tem a ver com a situação presente e que em vão se levantam periodicamente, como as que se referem às condições do estouro da insurreição, entendida como assalto imediato ao poder central. (...)

A luta armada encontra condições específicas em cada continente, em cada país, mas estas não são “naturais”, nem evidentes, de tal modo que são necessários – em cada caso – anos de sacrifícios para descobri-las e adquirir consciência delas. Assim, por instinto, os social-democratas russos pensaram em refazer a comuna de Paris em Petrogrado; os comunistas chineses trataram de refazer o Outubro dos russos em Cantão na década de 20; e os camaradas vietnamitas, um ano após a fundação do partido, de provocar insurreições de soviets de camponeses no norte país. Para nós, agora, é óbvio que as insurreições soviéticas não poderiam triunfar na Ásia colonial de pré-guerra, mas os verdadeiros militantes comunistas deviam começar por aí o aprendizado para sua vitória. (Debray,1967:4,5)

O autor sublinha a necessidade de compreender o processo revolucionário cubano em sua complexidade. Alerta para o fato de em sua época não existir ainda um estudo sério das condições em que se deu a guerrilha e a tomada do poder naquele país:

...reduzimos Cuba a uma lenda dourada, a dos doze homens que desembarcaram e se multiplicaram não se sabe como num abrir e fechar de olhos; depois decidimos que a realidade já não tem nada a ver com esse audaz conto de fadas. (Debray,1967:3)

Tal desconhecimento é que permitia a alguns militantes duvidarem da viabilidade da revolução pela via armada para a América Latina. Na verdade, o autor insinuava que por trás deste ceticismo estava o desconhecimento tanto da revolução em Cuba, quanto da realidade da América Latina e dos seus países em particular. Assim sendo, defendia o estudo e aprofundamento da Revolução Cubana e da realidade política da América Latina:

Assim, temos que lamentar que nos falte ainda uma história detalhada do processo insurrecional Cubano, que não pode chegar até nós senão de seus promotores e atores e que esta falta nos obrigue a limitar nossas referências a alusões, quando necessitamos de uma investigação sistemática. (Debray,1967:4)

Em nota o autor afirma que Fidel encontrou sua principal inspiração política em Martí e em Lênin, principalmente em “O Estado e a Revolução”. Encontrou inspiração também em algumas obras literárias que descreviam situações parecidas com as da guerrilha, tais como Hemingway: “Por quem os sinos dobram”, os relatos das campanhas de Máximo Gomes e escritos de Engels

sobre as condições de luta do proletariado parisiense. Segundo o autor, em 1958, os guerrilheiros tiveram acesso a “problemas estratégicos da guerra popular antijaponesa” de Mao Tsé Tung, o qual lhes foi de grande valia:

Poderíamos pensar que é uma sorte que Fidel não tivesse lido os escritos de Mao Tsé Tung, antes de desembarcar nas costas da província do oriente: dessa maneira, pôde inventar – sobre aquele terreno, a partir de sua própria experiência – as regras de uma doutrina militar conforme o terreno. Somente ao fim da guerra é que sua tática se define e os rebeldes descobrem os escritos de Mao. Mas novamente na América latina, militares⁵⁹ (sic) lêem os discursos de Fidel e os escritos de “Che” Guevara com olhos de que já leram Mao da guerra anti-japonesa, bom como Giap e certos textos de Lênin e crêem reconhecer os segundos nos primeiros. Superposição clássica, mas perigosa, quando a guerra revolucionária tem, na América Latina, condições de desenvolvimento muito particulares. (Debray,1967:5)

De acordo com o autor, intelectuais acadêmicos o interpretavam a revolução cubana e as guerrilhas latino americanas de forma deturpada e esquemática. Insistindo em identifica-las às guerrilhas asiáticas. Assim, defende-se amiúde que a estratégia dos movimentos guerrilheiros no continente americano consiste em criar e defender um base fixa a partir da qual a guerrilha pudesse se irradiar. O autor rebate frontalmente esta interpretação, alertando que tais palavras só podem desinformar e logo, confundir e atrapalhar o desencadeamento do movimento guerrilheiro nos países latino americanos.

Dentro do novo caminho, a prática seria mais importante que a teoria, pois um dos fatores primordiais do fracasso na resistência armada seria o vínculo puramente intelectual com a guerra. A inspiração nos livros geralmente viria acompanhada de referências a outras experiências revolucionárias que não se encaixavam na realidade histórica da América Latina. O maior aprendizado que se poderia ter, como por exemplo, em Bolívar, é a tenacidade. A práxis guerrilheira se aprenderia fazendo, analisando os próprios erros:

De fato, uns poucos anos de experiência em luta armada de todas as classes na América Latina, fizeram mais para o conhecimento da singularidade de suas condições objetivas do que as décadas precedentes de teoria política copiada. Historicamente, Cuba deu a arrancada para a revolução armada na América Latina. (Debray,1967:8)

Um das principais críticas do autor refere-se ao vício teleológico de analisar o resultado final, sem se levar em conta todos os meandros e fases que seria preciso ultrapassar. A realidade exigiria, segundo Debray, que se “parta de

⁵⁹ Acredito haver um erro de impressão aqui, a palavra correta deve ser “militantes”.

dados táticos até elevar-se e definir-se como estratégia. O abuso da estratégia e a falta de tática é um vício delicioso, próprio dos contemplativos”. (Debray, 1967:38)

Para Chê, A vitória armada do povo cubano e não apenas de um grupo de combatentes, constitui um capítulo épico nas lutas populares da América Latina, e demonstrava a possibilidade de os povos oprimidos se libertarem pela força das armas de um Estado opressor. De acordo com o autor, três seriam as contribuições cubanas para a dinâmica das lutas sociais na América Latina:

1. As forças populares podem ganhar um guerra contra o exército.
2. Nem sempre é preciso esperar que se dêem todas as condições para a revolução; o foco insurrecional pode criá-las.
3. Na América subdesenvolvida, o terreno da luta armada deve ser fundamentalmente o campo.(Guevara, 1961:17)

As duas primeiras contribuições, segundo Che, entravam em confronto com a posição “quietista” dos revolucionários e pseudo-revolucionários que justificariam sua não atividade revolucionária sob o argumento de que nada se podia fazer contra o exército regular, e que era necessário esperar uma situação de crise revolucionária para deflagrar o processo revolucionário, “sem se preocupar em acelerá-las” (Guevara, 1961:18). Sobre este ponto, adverte o autor que nem todas as condições objetivas poderiam ser criadas pelo foco, “existe um mínimo de exigências para tornar possível o estabelecimento e a consolidação do primeiro foco” (idem). Faz-se necessário demonstrar ao povo a inviabilidade de realizar suas demandas pelos meios pacíficos e legais. Rompida a paz pelo opressor, desrespeitando mesmo as leis de seu próprio Estado, o foco deveria ser lançado e se alimentar do descontentamento popular.

Na opinião de Che era muito difícil, ou mesmo impossível iniciar a guerra de guerrilha onde o governo conseguisse legitimar seu poder por meio de eleições, as quais, ainda que fraudulentas, fossem reconhecidas como válidas pela população. Assim antes de iniciar a empreitada armada, era preciso esgotar as possibilidades de lutas legais.

O esforço dos revolucionários brasileiros, a exemplo de Marighella, em denunciar o caráter ilegítimo do Estado Pós-64 frente à opinião pública pode estar associado a intenção de demonstrar que as lutas legais já são inviáveis e que a população já não reconhece o Estado como legítimo, de modo que estariam dadas as condições para o início da luta armada com apoio popular.

A terceira contribuição, segundo o autor, era um alerta contra os que desejavam “com critérios dogmáticos, centralizar as lutas das massas nos movimentos das cidades” (Guevara, 1961:18). Diversamente de Debray, (como veremos adiante) Che não é totalmente avesso às cidades, deixando claro que não depreciava as lutas dos operários citadinos, simplesmente, de maneira “realista” acreditava ser impossível travar a luta guerrilheira neste espaço, onde as forças do inimigo estariam concentradas e a correlação de forças era altamente desfavorável. No campo, por outro lado, a guerrilha teria a mobilidade necessária, para agir e despistar as forças inimigas com o apoio da população local.

Para Debray, o caminhar da revolução decidir-se-ia nos detalhes, se construindo junto com a luta. O foco construiria o “fim pelos meios”; em cada conjuntura, o grupo guerrilheiro deveria encontrar seu caminho para se desenvolver, não existiria a priori nenhum padrão de atuação que implicasse, por exemplo, o estabelecimento de bases fixas. Pelo contrário, afirmava que o método mais indicado para as guerrilhas no continente seria a guerra de movimento. Na China, os rebeldes teriam chegado a contar com um exército de meio milhão de pessoas; no Vietnã, os rebeldes teriam se consolidado em numerosos aldeamentos e ainda tinham fronteiras com a China, país aliado, além de grande densidade da população rural, que possibilitava aos guerrilheiros ocultarem-se na multidão. Na América, as condições seriam praticamente o avesso disso, de forma que se necessitava de constante mobilidade, para não facilitar o trabalho do inimigo. O maior desafio da guerrilha seria sobreviver à sua fase de implantação, pois “o momento crucial para a guerrilha é sua entrada em ação. Como as crianças dos países pobres, suas possibilidades de morrer são muito elevadas no curso dos primeiros meses e decrescem a cada mês que passa.” (Debray, 1967:40)

Os combatentes não deveriam procurar nos livros seu aprendizado, mas na prática da luta cotidiana, a cada dia, se tornariam mais vigorosos e preparados, novos combatentes se somariam ao núcleo inicial, seus membros se acostuariam à vida em combate, tornando-se mais difícil derrotá-los, ou seja, “entre a repressão experimentada e a guerrilha incipiente há sempre uma corrida contra o relógio, a guerrilha para ganhar tempo e o exército para não perder um minuto, a primeira para aprender e o segundo para não dar tempo para aprender” (Debray, 1967:41). De acordo com Debray, a base guerrilheira é, citando uma expressão de Fidel: “o

território dentro do qual se move o guerrilheiro, mas que se move com ele” (Debray, 1967:43)

As etapas e independência da guerrilha frente a população.

De acordo com Che, a luta de guerrilhas era uma forma de guerra, e como tal, deveria de basear em “leis científicas”. Entretanto, como forma especial da guerra, as guerrilhas teriam normas que lhe eram peculiares, sua observância seria a condição de sua sobrevivência. Embora as condições geográficas e políticas de cada país determinassem peculiaridades diversas, as quais deveriam ser levadas em conta pelos revolucionários, as “leis essenciais” que deveriam ser sempre observadas.

Num primeiro momento, a principal tarefa do guerrilheiro seria não se deixar destruir. Para tanto deveria ter treinamento constante, aumentando sua perícia por meio das suas ações de modo que as tarefas de atacar e fugir, se tornassem a cada dia mais fáceis e cotidianas.

O apoio do povo seria essencial para o avançar da luta, para isso seria preciso um trabalho político constante no seio do povo, “difundindo a verdade incontestável de que, em definitiva, contra o povo não se pode vencer.” (Guevara,1961:27) Adiante, alerta contra possíveis questionamentos e dúvidas: “*quem não sente esta verdade indubitável não pode ser guerrilheiro*”(idem).

Sobre o trabalho de base junto ao povo, Che Guevara estabelece fases distintas: quando o trabalho de base se inicia, deveria-se pedir descrição aos camponeses, a fim de não permitir ao inimigo localizar o núcleo de combatentes ainda muito vulneráveis. Com o avançar do trabalho político, os camponeses deveriam ser convencidos a ajudar a guerrilha; posteriormente, tarefas deveriam ser dadas a eles, como por exemplo as de ligação e transporte. Mais tarde poderia-se organizar a massa para ações políticas, como a greve geral, paralisação das indústrias e o corte de energia para uma região, para sabotar as bases inimigas. Criada esta situação, a moral do inimigo seria continuamente rebaixada e as chances da vitória aumentariam. Alcançar essa situação – de apoio e mobilização do povo – implicaria estender o território dominado pelas guerrilhas, tomando o cuidado de não ampliá-lo demasiadamente. Diferente de Debray, para quem a guerrilha não deveria possuir uma base fixa, Che defende que a guerrilha deveria

manter bases para suas operações, “Conservar sempre uma base de operações forte e continuar fortalecendo-a no curso da guerra” (Guevara,1961:28). Todavia não fica absolutamente claro até que ponto esta base deve ser fixa. Quando a guerrilha se tornasse mais forte numérica e politicamente, deveria se dividir em novas colunas.

A colméia-mãe, com o chefe guerrilheiro mais destacado, ficará em lugares menos arriscados, enquanto as novas colunas penetrarão em outros territórios inimigos, seguindo o ciclo já descrito. (idem)

Quando a área ocupada se tornasse pequena para seu poder político e militar, a guerrilha deveria avançar sobre novas regiões dominadas pelo inimigo, enfrentando uma potência de fogo maior, doravante as colunas deveriam se reunir, iniciando a nova fase da luta (a guerra de posições) e convertendo-se em exército regular. Mas sem se desligar de sua base, que seriam as guerrilhas, novas colunas deveriam continuar a se formar por trás do exército inimigo no curso da guerra de posições.

Debray, falando sobre as etapas da guerrilha na América Latina:

Se julgarmos a história de Cuba e de alguns outros países da América Latina, a guerra de guerrilhas parece passar pelas seguintes etapas: a etapa do assentamento primário; a do desenvolvimento, assinalada pela ofensiva inimiga, levada a efeito ainda com todos os meios disponíveis (cercos operativos e táticos, tropas aéreo-transportadas, bombardeios etc); finalmente uma etapa ofensiva revolucionária, política e militar de uma vez só. (idem) Durante a primeira etapa, a mais difícil a se superar, evidentemente a mais exposta às contingências de toda a natureza, o grupo inicial conhece um período de nomadismo absoluto, no começo; depois, um período mais longo de fortalecimento ou ambientação dos combatentes, organização dos mensageiros, de linhas de abastecimentos, de revezamentos de depósitos de armas, para chegar à fase final de instalação verdadeira, ou constituição mínima de uma zona de operações. (Debray, 1967, 15)

Uma ação armada espontânea, diferente da exposta acima, não teria chances de enfrentar a reação, coordenada por exemplo, por uma missão norte americana numericamente inferior, mas agressiva. Debray deixa claro que a luta armada deveria ser efetuada por combatentes treinados, não por trabalhadores comuns; os combatentes não deveriam ter vínculos diretos com a população, até para evitar que esta fosse perseguida e torturada. Ao realizar comícios, deveria simular que estes estivessem sendo feitos à força. Para que a população pudesse alegar que fora obrigada a comparecer. Ao se visitar um povoado, dever-se-ia bater em todas as portas, de modo que ninguém ficasse evidenciado. Deveria ainda

constituir um grupo pequeno, ágil e capaz de se abastecer com facilidade, por isso, o grupo deveria se dividir sempre que ultrapassasse um determinado número. Deveria estar atenta constantemente à segurança, “confiar desconfiando”, pois trabalhadores poderiam ser subornados, torturados ou chantageados para revelar a localização dos acampamentos que, por esta razão, deveriam ser constantemente mudados.

Para Guevara, em primeiro lugar, seria preciso definir “quem são os combatentes em uma guerra de guerrilhas” (Guevara,1961:19). Destaca que a guerra de guerrilhas é uma forma de luta de massas, que deveria contar com o apoio moral e logístico do povo, sendo sua vanguarda armada. Assim, não se deveria considerar a guerrilha como sendo numericamente inferior ao exército, pois sua base seria esse povo. Simplesmente, no começo, a guerrilha teria menos armas que seu adversário. Em Guevara a questão da independência do núcleo inicial de combatentes é sutilmente diferente da concepção de Debray. Para Che, embora a guerrilha deva existir e sobreviver dentro de suas próprias normas, características de uma situação de guerra, o grupo de combatentes teria a necessidade do diálogo e do reconhecimento da população civil. Esta premissa não é negada, e pode até ser implicitamente depreendida do texto de Debray, mas não é enfatizada. Para Guevara, o guerrilheiro é um homem do povo, parte dele, o que equivale a dizer que não é de forma alguma independente de seu meio:

O guerrilheiro é um reformador social, que empunha armas, num protesto irado do povo contra seus opressores, e que luta para mudar o regime social que mantém todos os seus irmãos desarmados no opróbrio e na miséria. (Guevara,1961:20)

Debray, ao desenvolver a necessidade de um grupamento independente da guerrilha em relação às populações, critica especialmente o trotskismo. As “varias confusões” do trotskismo são elencadas em três principais pontos: a questão do sujeito da revolução, da relação entre a organização (guerrilha e/ou partido) com as bases, e do processo insurrecional de tomada do poder. Citando documento da Frente Guerrilheira “Edgar Barra”, destacamento das FAR da Guatemala :

Toda essa posição (trotskista) leva, mediante uma hábil manobra, a tirar-lhe o conteúdo revolucionário à guerrilha; a negar seu desenvolvimento até converter-se no exército do povo; a negar o papel do campesinato na guerra revolucionária de nossos países; a ocultar o caráter de guerra prolongada da

luta armada e apresentar ilusoriamente a perspectiva insurrecional de curto prazo; a dividir as forças do povo e os esforços revolucionários; distraíndo-lhes na organização de sindicatos e organizações de massa. (Debray, 1967, 21)

Equiparando o trotskismo à “provocação”, Debray enfatiza as diferenças entre a Europa e o continente latino americano e em cuja, não existiria uma burguesia dominante, nem tão pouco uma classe trabalhadora desenvolvida, razão pela qual não faz sentido uma mobilização em sindicatos e a criação de partidos de massa tendo a classe operária como agente fundamental da revolução:

Decidamo-nos, por um momento, a levar a sério a concepção trotskista e não puramente como provocação, o que é na prática. Saltam às vista várias confusões. O decalque do modelo operário nas bases de empresa e sindicatos nas bases de empresa e sindicatos proletários sobre a realidade camponesa (o que é válido na fábrica da metrópole capitalista seria válido para a comunidade indígena, que tem a idade da sociedade maia ou inca); a subestimação, paradoxal depois de semelhante cópia, do papel da classe operária como força diretriz da revolução; a confusão da luta armada – como um longo processo de formação de um exército popular no campo – como o assalto direto ao poder ou a insurreição tipo bolchevique na cidade; uma incompreensão total da correlação de forças entre a classe camponesa e a classe dominante. Quaisquer que sejam essas confusões teóricas, e há muitas, uma coisa é certa: o belo aparelho verbal funciona na realidade como uma armadilha e ela se fecha sobre os trabalhadores agrícolas e às vezes também sobre seus promotores.

Promover assembléias públicas do povo numa aldeia indígena, reuniões sindicais abertas, é simplesmente denunciar seus habitantes às tropas repressivas e os quadros políticos à polícia; é envia-los à prisão ou à fossa. (Debray, 1967, 21)

Um aspecto interessante do pensamento de Debray, é a forma como se opõe às convicções rivais. Para justificar suas posições, Debray recorre a uma tática que poderíamos chamar de clássica da tradição stalinista: associar as divergências ao trotskismo. Para grande parte dos comunistas da América latina, provenientes dos partidos comunistas da tradição soviética tudo o que viesse associado a Trotski era, apresentado como traição, provocação, equívoco, etc. Mesmo após as denúncias dos crimes de Stalin, Trotski permaneceu proscrito para a maior parte dos comunistas. Esse recurso de argumentação permitia a que os dissidentes dos partidos comunistas acusassem suas antigas organizações de compactuarem com o trotskismo e tudo o que o que estivesse ligado a esta “pecha”. A defesa da vinculação com a massa não era uma exclusividade de Trotski, estando presente em Lênin e outros clássicos. Esse argumento, aliás,

também fez parte do cabedal da IC e do movimento comunista em todas as suas matizes. No caso em questão, como o objetivo era negar este método, esta questão fica secundarizada.

A leitura do texto de Debray nos dá a paradoxal sensação de que a saída guerrilheira é a mais *segura* no contexto do continente. Por exemplo, critica o trotskismo por não reconhecer no campesinato o agente privilegiado da revolução: “partidários do abandono do proletariado agrícola a seus rancores selvagens”.(Debray,1967:22) mas não demonstra de maneira suficientemente clara por que os camponeses são o sujeito da revolução. Debray associa trotskismo a autodefesa territorial, e deste modo associa a proposta trotskista de construção de entidades de massa à luta armada localizada, o que não condiz. Uma leitura desatenta faz parecer os trotskistas partidários de uma aventura suicida. Neste ponto, o autor introduz a defesa da tática da guerrilha e seu caráter independente para justificar seu isolamento em relação à classe que defende:

Que ensina a experiência adquirida até hoje? A guerrilha revolucionária é clandestina. Nasce e se desenvolve em segredo; os próprios combatentes usam pseudônimos. No início, se mantém invisível e quando se deixa ver é no momento e lugar escolhido por seu chefe. Em sua ação como em sua organização, a guerrilha é independente da sociedade civil. (Debray, 1967:23)

Percebe-se que o isolamento em relação à sociedade civil é aqui uma questão segurança e sobrevivência no início da deflagração guerrilheira. A crer na argumentação de Debray só haveria duas saídas, ou a luta de autodefesa armada, suicida e trotskista, ou a saída guerrilheira. O autor não opõe a guerra de guerrilhas coerentemente à outras formas de mobilização não armadas como a atuação de massas.

Em Debray, o conceito de propaganda armada está relacionado ao objetivo de conquistar hegemonia entre a população civil, com vistas à revolução. A guerrilha, embora independente das massas, deveria apoiar-se nela e por ela ser reconhecida como a defensora de seus interesses. Os comícios seriam muito importantes no sentido de convencer os camponeses das causas revolucionárias. O guerrilheiro deveria estar preparado, entretanto para o medo, a desconfiança e incredulidade dos camponeses.

Se os camponeses não acreditam, é preciso desenvolver-lhes a confiança em si mesmos, inculcando-lhes a fé revolucionária: a fé nos revolucionários que lhes falam. (Debray, 1967:26)

Até este ponto, o raciocínio do autor caminhou no sentido de conceber a coluna guerrilheira como um corpo independente da população civil e agindo em seu serviço. Daqui em diante, põe em relevo a necessidade de que a guerrilha seja aceita pela população civil como sua direção e cabeça. Conquistado este apoio, do qual deveriam surgir militantes políticos aliados, a guerrilha poderia avançar, mediante a construção de redes de apoio, mensageiros, fontes de fornecimento, novos guerrilheiros etc. Assim a guerrilha mobilizaria a população, imprimindo sua marca a partir de sua atuação exterior a esta sociedade. Na primeira parte do seu texto, o autor deixa impressão de haver interpretado ao pé da letra a premissa contida no livro “Que fazer?”, de Lênin, segundo a qual o partido (neste caso, a guerrilha) leva “de fora para dentro” a teoria revolucionária para a classe trabalhadora. Não existem passagens no livro de Debray que descrevam um processo social de construção e apropriação da teoria marxista, são os dirigentes da guerrilha que “ensinam” aos camponeses não só a teoria, mas também a maneira como devem lutar.

A mobilização da sociedade civil não obedeceria apenas ao imperativo tático, ou seja, de formação de uma retaguarda, mas principalmente a um objetivo estratégico, a de formar o embrião de um Estado popular.

Para clarificar a questão, o exemplo vietnamita é utilizado como inspiração:

Assim, o partido constituiu primeiro um núcleo de revolucionários e organiza-o; tal foi a questão de propaganda do partido, dirigido desde o princípio por Giap.

Depois, esse núcleo difundiu-se por todo o país para formar milícias populares e unidades de guerrilha irregulares. Assim começou a edificar pela base a pirâmide das forças armadas de libertação vietnamita, com três tipos de formação: as organizações para-militares ou guerrilheiras, as tropas regionais e as unidades regulares. Ao nível da região ou da ‘interzona’ (grupo de província), as tropas interzonais ou unidades semi-regulares. Enfim, o exército principal ou força moral estratégica, sem base fixa nem área determinada de operações. O melhor da guerrilha é vertido na força interzonal, o melhor dele no exército regular, cada andar da pirâmide descansa assim no andar inferior sem misturá-los. Cada um tem sua função própria. A combinação e articulação destas três forças tem como base, de baixo para cima, o povo repartido e organizado em aldeias. A ponta de lança – o exército regular – estava ligado à base, mas era autônomo nos seus movimentos. (Debray, 1967:28)

Mulheres, velhos e crianças não poderiam, por suas condições físicas atuar diretamente na guerrilha (embora no Brasil, a atuação feminina tenha sido muito grande), desta forma sua utilização se daria em atividades de apoio: sabotagem, informação, espionagem etc. A construção desta infra-estrutura seria resultado do trabalho político de base, da estreita ligação dos propagandistas às bases, possibilitando a construção da pirâmide revolucionária a partir de baixo, “luta política e luta armada vão juntas, onde uma é fraca, a outra também o é e vice versa.” (Debray, 1967:29)

Discorrendo sobre as condições particulares do Vietnã, ressalta a grande densidade populacional da população camponesa, o que permite aos guerrilheiros ocultarem-se sem dificuldades no meio da massa, “como peixe na água” (Debray, 1967:29). Na América Latina, as condições seriam quase opostas, a densidade populacional no campo é muito pequena, sendo impossível para os guerrilheiros passarem despercebidos, o imperialismo norte americano financiava “missões humanitárias” para conquistar simpatia na região e, além disto, haveria a presença do policial violento, do militar bem armado etc, que imporiam sua aceitação pelo medo, e quanto mais fosse respeitado, quanto menor seria a consciência. Nessas condições, o exército revolucionário não poderia ser feito tal como na Ásia, de baixo para cima, mas ao contrário.

Para conquistar o respeito dos camponeses, a propaganda em território latino deveria ser mais do que palavras, seria preciso destruir o moral das forças repressivas:

A destruição de um caminhão de transporte de tropas ou a execução pública de um policial torturador fazem mais propaganda efetiva entre a população vizinha, propaganda alta e profundamente política, que duzentos cursos. (...) depois o discurso é possível. Poderá ser escutado. (Debray, 1967:33)

Para que a propaganda revolucionária pudesse atingir áreas extensas, o grupo guerrilheiro deveria se dividir em grupos menores que pudessem espalhar-se e difundir-se. Por outro lado esta divisão em pequenas partes teria como consequência a diminuição do poder de fogo da guerrilha. Por vezes, a prolongada inação provoca crises e cisões no seio dos próprios guerrilheiros. Contudo, no rastro da propaganda, a guerrilha iria deixando contatos, redes, retaguardas para futuras ações e, mais importante: “a base começa a organizar-se assim num embrião de Estado popular”. (Debray, 1967:35)

Tal como em Debray, para Guevara, o guerrilheiro é um reformador social, “um homem que encarna os anseios de libertação do povo e, esgotados os meios pacíficos para consegui-la, converte-se na vanguarda armada do povo combatente” (Guevara,1961:53). Para Che o reconhecimento político da guerrilha pela população local se daria muito mais em função de suas realizações concretas do que pela propaganda armada. O conceito da guerrilha enquanto forma de luta que brota das lutas populares e pode ser tomada como expressão da vontade coletiva e portanto não uma coisa estranha ao comum da população é muito caro para Che, é ao mesmo tempo um poderoso argumento de legitimidade: “tem como objetivo substituir o que se tornou caduco por algo novo” (idem)

Guevara insiste que nas condições do continente latino-americano, o campo seria o caminho das lutas populares de libertação, e portanto, as principais palavras-de-ordem dos guerrilheiros, de início, seriam as relacionadas com as demandas camponesas:

...nas condições atuais da América, pelo menos em quase todos os países economicamente pouco desenvolvidos, os lugares que oferecem condições ideais para a luta se situam no campo e, por conseguinte, a base das reivindicações sociais que o guerrilheiro levantará é a mudança da estrutura da propriedade agrária.

A bandeira de luta durante todo este tempo será a reforma agrária.(Guevara,1961:53)

Para se aproximar do camponês, “o guerrilheiro, como elemento consciente da vanguarda popular” (idem) (do mesmo modo que o partido em Lénin), deveria se portar com tal isenção moral que “possibilite tornar verdadeiro sacerdócio seu esforço em favor da reforma que almeja. (...) O soldado guerrilheiro deve ser um asceta (...) uma espécie de anjo da guarda que paira sobre a zona” (Guevara,1961:53,54).

No início o guerrilheiro iria fazer muito pouco para mudar a estrutura de propriedade da região, iria procurar ajudar ao máximo os pobres, materialmente e culturalmente. Tudo o que comprasse, deveria ser pago, o que não puder ser quitado de imediato, deveria ser pago com bônus e resgatado tão logo seja possível. Durante a luta, os guerrilheiros deveriam procurar incomodar ao mínimo os camponeses mais abastados, no intuito de conquistar, pelo menos, sua neutralidade. Semelhante tática se explica pela necessidade de não mobilizar contra os combatentes mais inimigos do que se pode enfrentar. Depois de derrotadas as forças de repressão do Estado e conquistado o poder, reformas

sociais mais profundas poderiam ser feitas. Tentar fazê-las durante a guerra de guerrilhas seria impensável, não apenas por que aticaria contra os guerrilheiros a ira dos fazendeiros locais, como também por que obrigaria a guerrilha a fiscalizar e defender os territórios conquistados.

Com o desenvolvimento da luta, alguns, que a princípio observavam a guerrilha com uma certa simpatia, tenderiam à contra-revolução. Nesse momento, o guerrilheiro deveria iniciar, respeitando os costumes e consciência do camponês, as reformas sociais. “deve converter-se em campeão da causa do povo, castigando, sem cometer injustiça, toda a traição” (Guevara,1961:54). Na medida em que fosse necessário desapropriar os ricos, a eles deveria ser dado o direito da indenização, “o bônus da esperança” (idem). As terras e benfeitorias pertencentes à inimigos deveriam passar imediatamente para o controle das forças revolucionárias. Toda a propriedade em gado e em terra, que exceda a necessidade das famílias mais ricas, deveria ser dividida entre os mais pobres.

No curso de experiência na guerrilha rural, o guerrilheiro aprenderia a sentir com mais clareza os problemas e dificuldades do camponês. De início o guerrilheiro seria um homem que sentiria a necessidade das reformas sociais, mas não viveria o cotidiano da existência no campo; com o tempo, passaria a compreender melhor as necessidades do camponês por meio da convivência e conseguiria formular programas mais precisos para resolver as mazelas sociais. De outro lado, o camponês também aprenderia com o guerrilheiro e elevaria sua consciência. Dessa interação, a radicalização das lutas populares e o desenvolvimento da guerrilha se dariam de forma combinada atingindo outras regiões até chegar ao nível de luta nacional.

Em ambos os autores analisados, a negação da necessidade, e mesmo da conveniência de um partido comunista para iniciar deflagração revolucionária em seu início não se traduz na negação absoluta deste partido, seja se construído de baixo para cima, como na Ásia, ou de cima para baixo, como parece sugerir ser o modo latino americano. O que importa reter é a premissa de que a existência deste organismo está muito mais associada ao exercício do poder, ou seja ao Estado Revolucionário do que à luta revolucionária. Assim, o partido passa a existir nos momentos finais da revolução e sua existência se fará útil para gerir e governar após o sucesso da luta. Ao mesmo tempo que a forma deste futuro Estado assemelha-se em alguma medida com as proposta de Lênin em “O Estado e a

Revolução”, seus contornos mais específicos só viriam a se determinar no curso da luta, de acordo com as características da sociedade em questão e segundo sua experiência.

Debray sublinha a necessidade de a guerrilha não estar subordinada a partidos, citando Camilo (provavelmente Camilo Cinfuegos), diz: “o exército rebelde é o povo fardado” (Debray,1967:37), ou seja, reconhece a guerrilha como ramificação direta do povo, (condição veementemente negada aos partidos comunistas). Todavia, como vimos, o mesmo autor, ao falar das primeiras etapas do movimento, argumenta que o núcleo inicial da guerrilha deveria se constituir de um grupo reduzido de combatentes independentes da população local. A guerrilha é tida como o povo em armas, mas não construída por iniciativa deste, ou seja, como uma evolução de suas lutas. O exército revolucionário se desenvolveria por seus próprios méritos, sem consulta a seus representados. Assim, a reivindicação da guerrilha como “o povo em armas⁶⁰”, pode ser explicada de duas formas, a primeira dialética: se aceita a premissa de Lênin de que “O exército permanente e a polícia são os principais instrumentos da força do poder de Estado.” (Lênin, SD:28), e o Estado é instrumento de poder da classe dominante, a guerrilha, na medida em que combate esta dominação coloca-se ao lado das classes oprimidas. Em segundo e como decorrência disto, a guerrilha pode ser tomada como o povo em armas porque seu programa político é a expressão da vontade das classes revolucionárias da sociedade. Some-se ainda o fato de que a organização guerrilheira, como forma de luta superior, não surgiria de forma espontânea, inconsciente, mas a partir de sua vanguarda mais esclarecida. Assim como em Lênin, o partido (elemento consciente) leva a teoria e prática revolucionária à massa a partir do seu exterior, a guerrilha faz o mesmo.

Falando sobre a relação entre partido e guerrilha, Debray é bastante crítico à adoção do modelo leninista clássico de organização para a realidade da América Latina. O autor faz questão de enfatizar sua diferença com relação a Mao Tsé Tung, para quem as forças armadas revolucionárias são o braço armado do partido. A tônica da crítica é a recusa a modelos importados, que não se adaptam ao meio político e social da região. O autor não justifica conceitualmente as especificidades latinas que fundamentariam sua afirmação. Seu maior argumento é

⁶⁰ Essa expressão certamente tem origem na premissa de Lênin em “O Estado e a Revolução”, segundo a qual a ditadura do proletariado é o povo em armas.

a Revolução Cubana em si, que demonstraria suas afirmações. Tal atitude revela um mecanismo de análise muito marcante em Debray, pautado pela crítica ao intelectualismo e por um arraigado empirismo. Em seu texto não apenas o campo é tido como o cenário privilegiado para a deflagração da revolução, (a ser dirigida pelo comando guerrilheiro político-militar), como a abordagem à atuação urbana é pautada por uma grande acidez. Os adjetivos são estendidos aos partidos comunistas, que teriam nas cidades seu ambiente de atuação fundamental.

Um aspecto muito presente no pensamento de Debray é o profundo pessimismo e desconfiança em relação às cidades. Durante o texto, várias frases bombásticas ilustram esta convicção: “a cidade desmoraliza principalmente os mais fracos” (Debray, 1967:26); “a cidade (...) é um cemitério de revolucionários e recursos” (atribuída a Fidel), “todo homem, ainda que seja um companheiro, que passa a vida na cidade, é um burguês sem sabê-lo, em comparação com o guerrilheiro” (Debray, 1967:46).

Debray opõe ao guerrilheiro, forjado no cotidiano árduo das selvas, o citadino mal acostumado, corrompido pelas facilidades do capitalismo nos grandes centros. Tal indivíduo, sem o saber, estaria contaminado pelos valores e hábitos burgueses:

Está no comerciante na forma de produtos acabados: a carne cortada, o pão assado, a água no filtro, o sono sem turnos para ronda, sob o teto coberto, a luz nas ruas sem cobras e com poste de iluminação, o medicamento, na farmácia e no hospital. Diz-se muito bem, que nos banhamos socialmente; os banhos prolongados relaxam. Nada melhor do que sair deles para dar-se conta até que ponto essas incubadoras frouxas infantilizam e aburguesam. (Debray, 1967:47)

Mesmo intelectuais progressistas, ditos revolucionários padeceriam deste mal, razão pela qual muitos deles não se adaptavam à vida guerrilheira. Por este motivo, o partido (por natureza urbano), seria incapaz de definir quaisquer diretrizes para a guerrilha, cujo habitat, o primeiro desconhece. Debray chega a afirmar que o partido na cidade é uma espécie de “burguesia” do movimento comunista: “Quando uma guerrilha fala com seus responsáveis urbanos ou no exterior, trata com ‘sua’ burguesia” (Debray, 1967:47).

Assim, a ida de dirigentes guerrilheiros à cidade a fim de participar de reuniões políticas só poderia ser prejudicial. Primeiro por uma questão de segurança, na medida que imporia ao dirigente a tarefa de furar o cerco constantemente, aumentando as chances de ser pego e/ou morto. Soma-se a isso a

impossibilidade de adequar a ação armada aos calendários convenientes da cidade, como as datas eleitorais ou políticas que fariam sentido ao partido. Além destes argumentos, acrescenta-se ainda a tendência de o partido priorizar sua atuação urbana e relegar a um segundo plano a luta armada (erro político gravíssimo para Debray), impondo à guerrilha táticas e estratégias equivocadas e até suicidas. Tudo isto custaria um tempo precioso, em que o chefe político da guerrilha ficaria ausente de sua base e área de atuação, onde a guerrilha ficaria de mãos atadas, esperando as orientações da capital, sem saber se seu dirigente estaria preso ou não, sem mobilidade e exposta a um ataque da repressão que poderia por tudo a perder.

Quando ocorre que a “cabeça” está vazia ou é incompetente e surda – para fazê-la compreender os detalhes desse mundo mais distante que a lua que é a vida guerrilheira, é necessário muito tempo; é preciso, pois aumentar a instância “de baixo” ou descer até elas. Risco fatal, cedo ou tarde, o responsável militar cairá; assassinado no ato, torturado e “suicidado”. (Debray, 1967:45)

Por tudo isso, “o chefe não deve descer para assistir nenhuma reunião política”. Havendo relação orgânica entre partido e guerrilha – Debray não é contra esta relação – o dirigente partidário é que deveria ir até o acampamento, e a direção política caberia à guerrilha e não ao partido, ou seja, o partido é que deveria ser o braço da guerrilha e não o contrário.

Debray via com profunda desconfiança os objetivos dos “políticos puros” da cidade (chamada de planície) e acreditava numa tendência à traição, citando Guevara em nota:

A serra [os guerrilheiros] estava disposta a derrotar o exército tantas vezes quantas fosse necessário, ganhando batalha após batalha, tomando seu armamento, chegando à tomada total do poder, tendo por base o exército rebelde. A planície era partidária da luta armada geral, em todo o país, tendo por epílogo a greve geral revolucionária, (...) o exército rebelde já é ideologicamente proletário, e pensa em função das classes despossuídas; a cidade, todavia, continua pequeno-burguesa, com futuros traidores em sua direção e muito influenciada pelo meio em que vive. (Che-guevara, prólogo ao livro “El Partido Marxista-Leninista”, apud, Debray, 1967:94).

Com freqüência afirma-se que o pensamento marxista em suas formas mais mecanicistas, faz uma descrição idealizada do proletariado, filho da revolução industrial e por essa contingência urbano. Marx e Lênin mais de uma vez argumentaram o caráter coletivo e revolucionário deste sujeito social propiciado pela sua aglomeração nos grandes centros urbanos. Justamente onde a

maior parte dos pensadores do marxismo clássico identificam uma vivência formadora para a revolução, os teóricos da guerrilha, a exemplo de Debray, viam sua maior fraqueza. Em vez disso, viam o “caráter proletário” (conceito cujo sentido foi cunhado para definir principalmente o operariado urbano) nos guerrilheiros que abandonam a vida nas cidades e adaptam-se à vida guerrilheira. Nesta ótica, é mais factível ver o princípio proletário nos camponeses, classe que, de acordo com o grosso do marxismo, não tem a força revolucionária que tem a classe operária: “a montanha proletariza os burgueses e camponeses e a cidade pode aburguesar até os proletários” (Debray, 1967:52).

Um habitante da cidade, ainda que “marxista-leninista” não poderia ter a dimensão da importância de um par de botas, um metro do nylon, um fuzil, munição, etc. Por essa razão, se o abastecimento fica a cargo da cidade – que possui acesso extremamente facilitado a esses recursos, a tendência seria deixá-los para segundo plano, atrasando o envio por um tempo muito além do aceitável. Enquanto isso, os guerrilheiros acostumar-se-iam a depender da ajuda da cidade e a esperar, deixando de aprender a buscar sua própria solução.

Os primeiros tempos na montanha, no recesso da chamada mata virgem, a vida é simplesmente o combate cotidiano, em seus mínimos detalhes e, antes de tudo, um combate do guerrilheiro consigo mesmo para superar seus antigos hábitos, a marca deixada pela incubadora em seu corpo, a sua debilidade. O inimigo a vencer, nos primeiros meses, é ele mesmo. (Debray, 1967:47)

Em suma, há duas formas de dependência que se deveria evitar em relação às cidades, a dependência logística, de víveres de toda a espécie, e a dependência militar, expressa na tendência já formulada acima, do partido incumbir a guerrilha de agir em função de suas necessidades, transformando em seu apêndice.

Como já mencionado, a aliança entre cidade e campo poderia ser importante, mas o comando político deveria ficar a cargo do exército rebelde: “O partido ou a frente não são aleijados: ao braço armado corresponde um braço legal, pacífico” (Debray, 1967:49). O cerco do inimigo seria muito mais forte nas cidades, de modo que muito mais facilmente direções formadas ao longo de décadas poderiam cair a qualquer instante e serem substituídas, através de congressos, conferências e outros ritos burocráticos por direções incipientes e

inseguras, por isso inclusive é que a direção estratégica deveria ser o braço armado.

A fim de somar, e não atrapalhar a revolução, a cidade deveria estar subordinada à serra. Debray não dava muita importância ao movimento sindical, e propunha para, ele, no partido uma função tática, acessória mas importante, de uma espécie de “guerrilha urbana”.

É claro que o terrorismo urbano não pode desempenhar nenhum papel decisivo e que traz consigo alguns perigos de ordem política. Mas, se está subordinado à luta fundamental, a do campo, tem, do ponto de vista militar, um valor estratégico: imobiliza milhares de soldados inimigos, paralisa a maior parte do aparato repressivo em tarefas estéreis de proteção. (Debray, 1967:51)

Sendo a frente militar a prioritária, a atuação do partido é que deveria ser adaptada às suas necessidades e imperativos. Para Debray, as propostas da planície sempre traziam consigo a miopia urbana. Nesse sentido, fazia um balanço extremamente negativo da greve geral defendida e realizada em Cuba, no ano anterior à revolução: “uma das poucas ações que a planície propôs e impôs foi a greve geral de abril de 58, que terminou numa catástrofe repercutindo gravemente sobre todo o movimento” (Debray, 1967:52).

Os erros do partido seriam diminuídos e/ou evitados se guiado pela guerrilha, a qual possuiria, dado seu caráter proletário, a visão correta acerca do caminho a seguir. A atuação independente do partido, por outro lado poderia atrapalhar o andamento da revolução, “toda a experiência americana contemporânea confirma e fortalece esta lei do antagonismo entre as forças da serra e da planície” (Debray, 1967:53). Em resumo, a guerrilha deveria utilizar o partido (tático) para potencializar a ação guerrilheira, estratégica, o comando político, após a tomada do poder, pertencerá naturalmente aos guerrilheiros.

O autor fala também da necessidade de um comando único para o movimento guerrilheiro. A dispersão do comando teria como consequência a formação prematura de vários focos, facilitando o trabalho da repressão e incapazes, por seu caráter fragmentário de “catalisar em torno de si a luta de classes” (Debray, 1967:54).

Essa dispersão poderia ser voluntária. De acordo com o autor, os partidos comunistas tradicionais poderiam criar braços armados para adquirir maior

prestígio político. Na medida em que passassem a existir várias frentes guerrilheiras sem um comando único, tais partidos estariam defendendo também sua sobrevivência enquanto direção política, pois a existência de um comando único para as guerrilhas teria como consequência direta a transferência do centro de poder para os comandantes guerrilheiros e a queda da influência dos partidos. Assim a dispersão das guerrilhas podia ser interpretada, em alguns casos, como uma sabotagem.

Cita a experiência cubana como um exemplo de desenvolvimento satisfatório da luta armada:

Cuba oferece o exemplo de um desenvolvimento harmônico da guerrilha a partir de um núcleo central cujo crescimento se efetua naturalmente. Esse núcleo cresce até o dia em que seus efetivos, em demasia para os recursos locais em víveres de toda a espécie, deve rebentar. Da célula mãe, a Sierra Maestra, destacam-se então outras portadoras de germens por divisão natural: crescimento primeiro, da coluna mestra até 120 ou 150 homens. (...) Esta coluna vai gerando sucessivamente várias colunas, que podem ser inicialmente de 40, 50 ou 60 homens (dentro da mesma frente da Sierra Maestra, a primeira foi confiada a Che Guevara em julho de 57). Essas colunas chegam a constituir novas frentes que por sua vez mais tarde, seguindo o mesmo princípio, geram suas colunas ou unidades táticas. Se uma destas colunas se destina a zonas distantes onde não é possível a coordenação tática com a coluna maestra e suas colunas, a nova coluna chega a constituir outra frente, que por sua vez gera novas colunas. (Debray, 1967:55)

A existência de uma direção única seria prestigiosa desde o princípio e possibilitaria que todas as frentes e colunas construídas em seu desenvolvimento fossem forjadas sob uma mesma doutrina militar, entendendo doutrina como “um conjunto de pequenas táticas que provam sua eficácia” (Debray, 1967:56), o que por sua vez, agilizaria a formação, uma vez que os novos focos não se construiriam a partir do zero, mas contando com uma larga experiência acumulada.

Assim, “Quanto mais forte é o comando central e mais clara e firme a estratégia fixada inicialmente pelo comando, tanto maiores podem ser a liberdade de ação e a flexibilidade tática das diferentes frentes e colunas” (Debray, 1967:56), ou seja, atuando no sentido de um plano, métodos e estratégia fixados desde o princípio e incorporado ao *habitus* pela atuação prática, não existe centralismo democrático.

Tratando da hierarquia na guerrilha, Che, em seu livro ,aponta um modelo possível de organização. O autor deixa claro estar apenas dando um

exemplo, e que cada país iria construir sua forma de organização de acordo com suas características e tradições locais. Todavia, acredito que o modelo fornecido por Chê revela valiosas questões de princípio que serviram de referência a várias organizações na América Latina. O cargo de maior autoridade seria o “comandante”, supremo dirigente político e militar da guerra de guerrilhas, que deveria dirigir o conjunto das guerrilhas e, presume-se, o futuro Estado revolucionário. As colunas que se destacassem da guerrilha-mãe deveriam ser coordenadas pelos “capitães”, que exerceriam total autoridade sobre seus homens, sendo subordinados apenas ao comandante geral. Quando a coluna precisasse se dividir em destacamentos menores, estes deveriam ser liderados pelos “tenentes”. As graduações de cabo e sargento foram consideradas por Che como “representativas da tirania” (Guevara, 1961:71), raciocínio curioso, que certamente foi vinculado a uma discussão política, a qual todavia não é desenvolvida.

No caso em que algum tenente, capitão, ou mesmo o comandante tombasse no curso da luta, deveria ser imediatamente substituído por outro guerrilheiro previamente designado pelo guerrilheiro que ocupava o cargo em questão. Desta forma, a promoção dos quadros dentro da guerrilha não seria determinada da maneira clássica dos partidos, através de consultas à base e votações, mas pelo reconhecimento do mérito pelos superiores hierárquicos. Não seria o coletivo que determinaria a direção, a direção se auto-determina e o coletivo a legitimaria. Este método tem o conveniente de diminuir as disputas internas e fracionistas até um certo ponto (pois o autor também fala de uma certa rivalidade entre as colunas e guerrilheiros que seria freqüente e perigosa para a luta). Mas não elimina completamente a disputa de direção, simplesmente a põe em novos moldes: para ser promovido o guerrilheiro deve mostrar, bravura, bom senso, desprendimento, capacidade de liderança, etc, mas precisa ser reconhecido pelo comandante ou outro superior, o que, como não poderia ser de outro modo, também é impregnado de subjetivismo.

Novamente criticando os partidos de esquerda tradicionais, Debray trata da questão das frentes, ou seja da ação coordenada de várias entidades, em sua opinião, as frentes formadas pelos partidos eram, com freqüência, “uma frente-fantasma, composta essencialmente pelo partido” (Debray, 1967:57). Em sua argumentação o erro principal seria que nestes casos, a forma de organização

precedia a luta de classes, e o princípio deste erro seria a importação de esquemas prontos:

As formas organizativas precedem ao conteúdo a ser organizado. Por que? Porque não se libertou ainda da velha obsessão, e se crê, apesar de tudo, que a consciência e a organização revolucionária devem e podem, sempre, preceder à ação revolucionária. Pensemos bem: esse idealismo ingênuo é que inspira, no fundo os que se entregam ao ópio eleitoral, para os quais o socialismo virá quando a metade dos eleitores mais um votarem por ele. (Debray, 1967:58)

Para Debray, como em Lênin, a organização revolucionária se formaria no curso da luta de classes, se armaria da teoria revolucionária, se poria à direção da luta de classes e cresceria em seu curso. Mas, como já desenvolvemos acima, para este autor, a luta de classes só poderia ser revolucionária na América Latina se tivesse como perfil a luta armada, desta forma, o partido que se propusesse a criar uma frente com movimentos sociais cuja orientação não fosse a resistência armada estaria, no mínimo, equivocado. Contudo, sua crítica é quando alerta para a necessidade de o partido criar suas fórmulas organizativas a partir da dinâmica da luta de classes e não procurar adaptá-la aos ditames de um esquema pré-concebido. No entanto, Debray também parte de uma teoria pré-concebida, a luta necessariamente armada e camponesa, além de lastrear-se uma concepção de desenvolvimento linear, em que o exemplo da guerrilha, pela força de seu exemplo, excitaria a massa e a luta de classes, estimulando a formação de um exército popular:

É preciso ir do menor para o maior. Querer andar me sentido inverso de nada serve. O menor é o foco guerrilheiro, núcleo do exército popular, e não é uma frente que cria esse núcleo, mas o núcleo ao desenvolver-se que permitirá criar uma frente nacional revolucionária. Uma frente se faz em torno de algo existente, não somente de um programa de libertação. É o “motorzinho” que coloca o “grande motor”, as massas, e precipita a formação de uma frente nacional revolucionária.” (Debray, 1967:58)

O crescimento do exército popular alteraria a correlação de forças entre revolucionários e tropas do governo e, na medida de seu desenvolvimento, permitiria poupar batalhas e vidas, chegando a acordos de rendição com as tropas do governo que, vitimadas diariamente pelos guerrilheiros, passam a temê-las. O crescimento da força revolucionária, chegaria desta forma, à diminuição do uso da força. Quando chegasse o ponto da tomada do poder se constituiria, enfim, o “Estado Maior Revolucionário.” (Debray, 1967:60)

A atuação guerrilheira seria por essência política, o guerrilheiro é o político em ação, a atuação partidária tradicional seria, apenas, limitadamente política. Por isso seria um grande equívoco se organizações partidárias retirassem combatentes das frentes de combate a fim de fazer cursos de formação. Esta atitude poderia ainda prejudicar o andamento da luta armada, pois os combatentes passariam a conviver dentro de um ambiente adverso da luta armada, com militantes de formações divergentes, comprometendo a unidade e os planejamentos da luta:

...está provado que a experiência da guerrilha popular é mais decisiva que uma experiência política sem contato com a guerrilha para a formação de quadros revolucionários. Os dirigentes de envergadura na América Latina são hoje homens jovens, sem grande experiência política anterior à sua entrada na guerrilha. É ridículo continuar opondo “quadros políticos” e “quadros militares”, “direção política e direção militar”; “políticos” puros – que querem continuar a sê-lo – não servem para dirigir a luta armada do povo; os “militares puros” servem, e dirigindo uma guerrilha, vivendo-a, convertem-se em “políticos” também. A experiência de Cuba, e mais recentemente da Venezuela, Guatemala e outros países, mostra que na guerra de guerrilhas os combatentes se formam politicamente mais depressa e com maior profundidade do que passando igual tempo numa escola de quadros. (Debray, 1967:63,64)

Como corolário, os guerrilheiros seriam os militantes completos, ou seja, os que possuíam os valores proletários-políticos formados na guerrilha, e os que ocupariam as principais funções no futuro Estado Popular. Não fica claro em momento algum, de que forma os militantes da guerrilha desenvolviam o conhecimento do marxismo, aparentemente, bastavam os valores e a prática para que o aprofundamento político chegasse por si só.

Para Debray, o exemplo cubano trouxe um novo caminho para a revolução na América Latina, o único viável nas condições do continente. Este fato, constituiria uma sentença de morte aos partidos tradicionais da esquerda, apegados a fórmulas importadas. Razão pela qual Fidel e seus seguidores, seriam chamados de hereges por ousarem negar a supremacia do partido na luta de classes; “Quem fará a revolução na América Latina? Quem? O povo, os revolucionários, com Partido ou sem Partido”. (Debray, 1967:68). Segundo o autor, os revolucionários neste continente deveriam se constituir em vanguarda independente de tais partidos.

Retomando as experiências chinesa e vietnamita, afirma que em tais situações (onde a luta armada esteve subordinada ao organismo político), os

partidos colocaram-se à testa da resistência popular, dirigindo a luta contra os invasores e colonizadores em armas. Transformam-se em “partidos de vanguarda” os conceitos de “partido de massas” e “partido de vanguarda” possuem significação diferente em Debray, o partido de vanguarda seria aquele que congregasse o melhor da vanguarda através da ação: “partidos de vanguarda, dotados de uma linha política própria, elaborada independentemente das forças socialistas internacionais e profundamente ligados ao povo.” (Debray, 1967:70). Vale notar que a expressão “partido de massas” não surgiu em nenhum outro momento, em todo o livro. Na América Latina, os partidos comunistas sobreviveriam no meio da política burguesa e o maior objetivo de suas lutas não seria a revolução e sim sua subsistência.

Debray se refere invariavelmente de forma lacônica e agressiva aos procedimentos partidários. Talvez a raiz desta crítica fosse o não reconhecimento da representatividade dos mesmos, aliada à desilusão com a cidade. Por outro lado, a afirmação de que os dirigentes da guerrilha seriam escolhidos por suas qualidades práticas não é em si, um indicativo de um procedimento democrático e transparente, (em Lênin, este é um dos critérios da representatividade).

A Rússia até 1917 também possuía uma classe camponesa muito numerosa e um proletariado pouco desenvolvido, e uma das maiores lutas do partido bolchevique (e uma das maiores preocupações de Lênin) era continuar existindo em face da repressão do czarismo. A se levar ao pé da letra as afirmações de Debray, a reflexão leninista não serviria a Rússia. Talvez essa afirmação pudesse ser rebatida por Debray, no entanto, as condições da Revolução Russa não são tratadas em momento algum para fazer qualquer desenvolvimento da teoria leninista, ainda que fosse no intuito de negá-la para as condições da América Latina. Afinal, se as diferenças entre Ásia e América Latina eram tão substanciais, de modo que a atuação guerrilheira deveria ser adaptada, o mesmo se poderia fazer em relação à Rússia e ao modelo leninista. Ademais, em sua argumentação, Debray não aprofunda a análise das “condições” e da “realidade” econômica, política e social no continente. A defesa da guerrilha para o “contexto” latino-americano corresponde à generalização da experiência cubana, desconsiderando as peculiaridades dos demais países. A condição subjetiva, a direção político-militar (o foco), desencadearia a condição objetiva: crise do Estado burguês e incorporação da massa na luta de classes.

Prosseguindo, a luta armada exigiria “um novo estilo de direção, um novo modelo de organização e novos reflexos físico-ideológicos dos responsáveis e dos militantes” (Debray, 1967:72). Em primeiro lugar a direção deveria se diluir na guerrilha, “está amplamente provado que não se dirige uma guerra de guerrilhas do exterior, mas de dentro aceitando sua cota de riscos” (Debray, 1967:72), colocar para fora os velhos dirigentes e substituí-los “por jovens diretamente ligados à guerra e à luta clandestina urbana. A reconversão do partido ocorreria pois, paralelamente ao seu rejuvenescimento.” (Debray, 1967:72). A importância da juventude era ressaltada pelo seu desprendimento em relação aos velhos esquemas de organização: “Um velho, habituado à atmosfera da cidade, afeito a outras circunstâncias e propósitos, incorpora com dificuldade a montanha ou, em menor escala, a clandestinidade ativa da cidade” (Debray, 1967:72). Em seguida, o condicionamento físico: “o físico é fundamental” (Debray, 1967:72). Experiência e formação, entretanto, não seriam muito importantes: “Uma perfeita educação marxista não é, inicialmente, uma condição imperativa”. (Debray, 1967:72).

O segundo ponto a ser observado, era a necessidade de uma organização nova:

A transformação do partido em um organismo diretor eficaz, (...) o rompimento com a pleora de comissões, plenos ampliados, reuniões e assembléias em todos os escalões: nacional, estadual, regional e local. (...) é a origem desse vício deliberativo, de que fala Fidel, oposto aos métodos executivos, centralizados e verticais, combinados com grande independência tática dos organismos subalternos que reclama a condução das operações militares. Essa conversão exige pois, a suspensão temporária da “democracia interna” no Partido e a abolição temporária das regras do centralismo democrático que assegura àquela. (...) a disciplina partidária torna-se disciplina militar. (Debray, 1967:72,73).

A negação do centralismo democrático não é total, existe um momento para este, no momento de formação da guerrilha a linha e a estratégia devem ser fixadas pelo coletivo, definida a estratégia, a tática e os encaminhamentos da luta são responsabilidade da direção escolhida.

O centralismo democrático serve para fixar uma linha, eleger um Estado-maior de direção, sendo imediatamente suspenso para pôr a linha em prática. Os órgãos subalternos se isolam uns dos outros, reduzem ao mínimo seus contatos com a direção, segundo as regras tradicionais de clandestinidade, e utilizam, da melhor forma possível, a maior margem de iniciativa que lhes é dada para por em execução a linha geral. (Debray, 1967:73)

Quanto aos novos reflexos político ideológicos, estes poderiam ser compreendidos como a emancipação dos velhos modelos de organização partidária. A evolução da guerrilha é o partido de vanguarda para que este surgisse, “as classes populares, inventariam suas vanguardas, se unirão aos que aparecerem, e o dever do revolucionário é precipitar o aparecimento e sua formação” (Debray, 1967:74). A guerrilha, que inicialmente era uma tática, tornar-se-ia o núcleo da formação do novo partido: “o movimento guerrilheiro começa pela sua própria unidade, em torno da unidade entre os sem-partido e de todos os partidos representados na guerrilha”. (Debray, 1967:75). A atuação guerrilheira e o aprendizado militar iria desenvolver neste coletivo normas de disciplina e de encaminhamento e solução de conflitos, e conforme o seu crescimento: “Finalmente, o futuro exército do povo engendrará o Partido que ele deveria ser teoricamente, o instrumento: no essencial, o Partido é ele” (Debray, 1967:75). Em resumo: “A guerrilha é o partido em gestação (...) inovação introduzida pela Revolução Cubana”. (Debray, 1967:76) Como já mencionado acima, a concepção de partido em Debray se confunde a idéia do Estado Revolucionário.

Essa evolução seria indispensável, “pois *uma guerrilha não pode desenvolver-se militarmente sem que se converta em vanguarda política*” (Debray, 1967:77 – grifo do autor). A tomada do poder político se faria nas cidades, como por exemplo, por meio de uma greve geral, mas o caminho para a derrocada do Estado burguês seria pelo campo: “o poder se toma e se conserva na capital, mas o caminho que leva os explorados até lá passa pelo campo, inelutavelmente”. (Debray, 1967:83)

Os futuros dirigentes teriam sua oportunidade de experiência de governo a partir do momento em que conseguissem estabelecer a primeira zona liberada, onde implementariam pela primeira vez, as medidas revolucionárias da guerrilha: “reforma agrária, congressos camponeses, nova repartição de impostos, tribunais revolucionários, disciplina na vida coletiva” (Debray, 1967:81), uma vez que boa parte dos guerrilheiros, senão a maioria, seria proveniente da pequena burguesia e das classes ilustradas da cidade. A atuação proletarizante da guerrilha era imprescindível para: “suicidar-se enquanto classe para ressuscitar como trabalhador revolucionário inteiramente identificado com as aspirações mais profundas de seu povo” (Debray, 1967:81)

A incompreensão das especificidades da realidade latino americana, poderia levar comunistas sérios a considerar o Partido já existente como superior ao futuro partido, embrião do poder popular, construído pela guerrilha, o que poderia levar a dois equívocos principais: primeiro, subordinar o partido à guerrilha, assunto já aprofundado anteriormente, que inviabilizaria seu desenvolvimento natural e comprometeria sua estratégia. Segundo, “modelar o partido sobre a guerrilha – ou seja construir o exército popular sobre o modelo tradicional de partido” (Debray, 1967:84) Atitude que impediria que o futuro Partido tomasse sua forma no curso de sua experiência original. Além disso, a guerrilha exigiria uma disciplina diferente, “convocar assembleias para tudo nos leva a perder a fé no comando e até em si mesmos” (Debray, 1967:84) Debray fala de “relatos da guerra civil espanhola”, onde segundo ele, a indisciplina típica deste modelo organizativo foi determinante para sua derrota.

Por tudo isso, afirma o autor que na América Latina de sua época, “*há uma hierarquia de tarefas, historicamente fundamentada. O exército popular será o núcleo do Partido e não o inverso*” (Debray, 1967:85 – grifo do autor)

Falando sobre a revolução no continente, Debray afirmava que Cuba teria uma responsabilidade histórica para com a América Latina: criar focos revolucionários. Essa afirmação estaria na base do esforço de Cuba em estimular a guerra de guerrilhas e disputar a hegemonia com os partidos comunistas do continente. O avanço da revolução e de suas condições objetivas estaria associado ao crescimento de organizações de tipo novo. Quando o movimento guerrilheiro independente crescesse, tais partidos diminuiriam, quando tais partidos crescessem, o fariam retirando militantes sinceros da luta armada conseqüente, ou seja:

Em outras palavras, tais grupos “marxista-leninistas” têm uma importância inversamente proporcional à situação revolucionária dos países em que se encontrem. Não devem seu êxito muito relativo ao fato de serem mais conseqüentemente revolucionários, mas ao fato de que a situação não o é. (Debray, 1967:87)

Sendo assim, paralelamente à luta pela construção da guerrilha, estaria a luta contra a hegemonia dos partidos tradicionais, ciosos de seus privilégios:

É preciso impedir que os partidos “marxista-leninistas” que não cumprem seu dever de revolucionários se constituam em sindicato de interesses ameaçados e estorvem o ascenso inelutável de novas formas de organização e ação revolucionárias. (Debray, 1967:90)

Para o autor, combinado ao abandono das estruturas partidárias, seria “preciso criar anticorpos na base, ao nível das massas, oferecendo uma alternativa real a seu alcance. Somente assim será mudada a direção política existente”. (Debray, 1967:87) Assim, em oposição ao burocratismo partidário, sugeria uma estrutura organizativa que surgisse a partir da base, *ao nível da base guerrilheira*, como forma de assegurar a inter-relação vanguarda/massa e representatividade política. Seria necessário constituir uma vanguarda que se pusesse ao combate ao imperialismo em atos e palavras. Para isso:

Em síntese, o modelo de atuação com base na guerra de guerrilhas, divulgado nos textos de Debray e Che, pode ser resumido nas seguintes assertivas:

- A América Latina viveria num contexto de emergência revolucionária, aberto com a Revolução Cubana.
- Os partidos de esquerda tradicionais não seriam capazes de dirigir esse processo. Uma vez que na América Latina, as condições econômico-sociais exigiriam uma ação mais radical, estariam criadas as condições para a luta armada revolucionária, os partidos deveriam ser abandonados e combatidos.
- A guerrilha deveria ser a direção da luta de classes, mesmo a luta clandestina urbana deveria obedecer a seus ditames.
- O começo da guerrilha era o foco, vanguarda organizada do povo ao nível das bases. O foco deveria crescer através de suas ações de “propaganda armada” e trabalho político, formando frentes e colunas, catalisando a luta de classes e tornando-se no bojo do processo, o partido de vanguarda de todo o povo, embrião do futuro estado popular.
- O foco era a um só tempo, militar e político, não se deveria fazer distinção entre os dois aspectos, para se iniciar na luta armada não era preciso formação marxista apurada, esta se daria no curso do crescimento da guerrilha. A juventude sim, era muito importante, e o preparo físico fundamental.

Destacamos algumas diferenças entre Debray e Che, enquanto o primeiro incorpora todas as características do que ficou viria a ser denominado de “foquismo”, o segundo defende uma aproximação bem maior da guerrilha a suas bases sociais. Entretanto o espaço dedicado à conceituação política no livro de Guevara é muito pequeno em relação ao reservado aos aspectos técnicos da guerrilha, Che dedica a maior parte do livro para a quantidade de equipamento, o tipo de armamento, técnicas de confecção de armadilhas, de organização de emboscadas, etc. demonstrando muito mais preocupação com a prática do que com a teoria, o que aliás é uma das grandes marcas desta escola revolucionária.

Os escritos de Debray foram lidos e em certa medida, seguidos por centenas de militantes comunistas nas décadas de 60 e 70. A popularidade destes livros cresceu em proporção direta da impopularidade dos partidos comunistas tradicionais. Como os novos movimentos guerrilheiros eram apoiados, e muitas vezes treinados, em Cuba, vários partidos comunistas latino-americanos, o PCB entre eles, tentaram deter a influência dos revolucionários caribenhos tanto em seus próprios países, como dentro das estruturas de referência do movimento comunista em nível internacional.

As disputas e desentendimentos dentro das estruturais comunistas internacionais no contexto pós – Stalin.

Foi com a III Internacional que se implementou a centralização do movimento comunista internacional, por volta da segunda década do século XX, de acordo com Hobsbawm:

Foi em 1920 que os bolcheviques se comprometeram com o que, retrospectivamente, parece um grande erro, a divisão permanente do movimento trabalhista internacional. Fizeram isso estruturando seu novo movimento internacional comunista com base no modelo de partido de vanguarda leninista, de uma elite de “revolucionários profissionais” em tempo integral. (...) o que Lênin e os bolcheviques queriam não era um movimento de simpatizantes internacionais da Revolução de outubro, mas um corpo de ativistas absolutamente comprometidos e disciplinados, uma espécie de ataque global para a conquista revolucionária. Os partidos não dispostos a adotar a estrutura leninista eram barrados ou expulsos da nova internacional. (Hobsbawm,1999:75,76)

Fundada a III Internacional, sob a iniciativa direta dos bolcheviques e como instrumento de uma internacionalização do movimento comunista, não tardou para que em todas as regiões do globo surgissem partidos comunistas reivindicando dela participar. De acordo com Del Roio, o congresso de 1920, foi

realizado em um momento em que a onda revolucionária parecia perder seu ímpeto. O que motivou Lênin e seus aliados a estimular a formação de partidos comunistas onde fosse possível era necessidade de “reorganização das forças existentes e a ampliação da área de atuação, a fim de defender o núcleo que representava a Rússia” (Del Roio,2003:67). Nas memórias de Apolônio de Carvalho, em entrevista a Silva Junior, esse aspecto (o da defesa da União Soviética com um dos princípios fundamentais dos comunistas) é também comentado: “Por que a Internacional sempre tinha [buscado] ganhar as forças revolucionárias antes de tudo, para a defesa da União Soviética”. (AC1998)

O modelo leninista de organização, ainda que com algumas variações, foi adotado em todos os novos partidos. Além da difusão do modelo organizativo de Lênin, a Internacional também ajudou a difundir o pensamento marxista, alguns conteúdos programáticos e palavras de ordem. De modo que o movimento operário a partir de então ganhou uma força até então desconhecida. Segundo Del Roio:

A fundação da Internacional Comunista, agregando grupos e partidos que se batiam pela defesa e difusão da revolução socialista e pela emancipação dos povos, serviu de elemento catalisador de novas lutas e mobilizações em toda parte, provocando um impacto político cultural que marcou indelevelmente a história do século XX. (Del Roio, 2003:61)

De acordo com Perry Anderson, falando sobre o controle da Internacional sobre os partidos comunistas (principalmente na Europa⁶¹), o contexto do entre-guerras por um lado, e a stalinização dos partidos comunistas de outro, influenciaram diretamente as produções da terceira geração de marxistas⁶². Nenhum grande marxista surgiu no seio do bloco socialista em razão do controle do Comitern. A maior praticamente todos os expoentes da nova geração vieram do mundo capitalista desenvolvido.

O contexto do pós-guerra influenciou diretamente a geografia dos partidos comunistas europeus, os partidos comunista e socialista da Alemanha ficaram praticamente destruídos pela repressão nazista e depois pela vigilância anglo-americana. Na Itália e França por outro lado, os partidos comunistas cresceram substancialmente em virtude de sua participação na

⁶¹ Embora o livro de Anderson não trate diretamente os partidos comunistas latino americanos, partimos do pressuposto de que a análise das atitudes do politiburo soviético no sentido de monopolizar as formulações políticas mais gerais e também de organização afetou de forma mais ou menos parecida, o conjunto dos partidos comunistas do mundo, de modo que suas observações também são úteis a esta pesquisa.

⁶² Para Anderson, em linhas gerais, Marx e Engels faziam parte da Primeira grande geração de teóricos marxistas, Lênin, Luxemburgo, Trotski, etc, da segunda e Gramsci, Horkheimer, Marcuse, Altusser etc, faziam parte da terceira geração.

resistência à ocupação nazista, tal crescimento, todavia não serviu de estímulo para o desenvolvimento da teoria marxista, uma vez que o fortalecimento do stalinismo coibiu a abordagem de temas políticos e econômicos na nova intelectualidade.

A exceção de Gramsci, nenhum pensador marxista pode desenvolver teorias políticas e econômicas originais, em virtude do monopólio que a burocracia do Comitern mantinha sobre estes temas:

Dentro dos partidos comunistas, toda discussão das economias imperialistas do pós-guerra, dos sistemas estatais do ocidente e da condução estratégica da luta de classes estava reservada estritamente às cúpulas burocráticas dessas organizações, elas próprias condicionadas pela submissão total às posições soviéticas oficiais. Fora das fileiras do comunismo organizado, não havia nas massas da classe operária nenhum ponto de apoio visível aparente de onde se pudesse desenvolver qualquer análise ou estratégia revolucionária inteligível (Anderson, 2004:65)

Tal estado de coisas levou em primeiro lugar a um divórcio entre produção intelectual e atividade partidária:

A primeira e mais fundamental de suas características tem sido o divórcio estrutural deste marxismo da prática política. A unidade orgânica entre teoria e prática realizada pelos teóricos da geração prática de marxistas antes da Primeira Guerra – os quais desempenharam uma função político-intelectual indivisível em seus respectivos na Europa central e oriental – seria progressivamente desfeita entre 1918 e 1968, na Europa ocidental. (Anderson, 2004:50)

Dissolvida a IC em maio de 1943, os partidos comunistas ganharam formalmente a liberdade de se buscar suas próprias formas de organização, embora os dirigentes do PCB não tenham proposto nenhuma mudança significativa até o final de 1956, e com mais força em 1962⁶³.

Em setembro de 1947, nove partidos comunistas⁶⁴ fundaram o Kominform (CIPC), entidade que segundo Sales (Sales,2005), desempenhou uma função muito parecida à da IC. Embora não conservasse sua estrutura orgânica e nem reivindicasse ser a continuidade daquela, suas resoluções serviriam de base para diversas

⁶³ Em 1956, sob o impacto suscitado pela discussões em torna às revelações do XX congresso, a direção do PCB produziu o documento: “Projeto de Resolução sobre o XX Congresso do PUCS” onde se auto-criticava pela primeira vez por adotar sem questionamento o modelo de organização partidária à imagem do PUCS sem nunca fazer qualquer questionamento e estimula os militantes a debater formas de organização mais democráticas. Foi sobretudo em 1962, com a “Resolução sobre a Política de Organização do Partido” que um concepção de partido e militância sensivelmente diferente será apresentada. O documento foi analisado no capítulo precedente deste trabalho.

⁶⁴ São eles, os Partidos Comunistas soviético, iugoslavo, búlgaro, húngaro, romeno, polonês, tchecoslovaco, francês e italiano.

formulações nos partidos comunistas em todo o mundo. É importante grifar que tal organismo jamais desempenhou uma função do relevo que a IC outrora protagonizou. Indubitavelmente, a autonomia dos partidos comunistas foi muito maior em sua época, o que não significa que não tenha exercido forte influência em alguns momentos, como por exemplo, durante a “luta pela paz”. O Kominform deixou de existir em 17 de abril de 1956, cerca de dois meses após o XX Congresso do PUCS, pela primeira vez, os partidos comunistas espalhados pelos cinco continentes, ficaram sem uma organização internacional que lhes servisse de referência.

Na ausência de um organismo centralizador, o modelo da “Conferencia Internacional dos Partidos Comunistas e Operários” foi a solução encontrada para substituir o modelo Kominformiano. Novamente, as conferências internacionais não ressuscitaram o nível de centralização da época da III Internacional, mas os debates e as questões trazidas por estas, tiveram grande significado e repercussão para o conjunto do movimento comunista em todo o mundo. Até o colapso da URSS foram realizadas diversas conferências, todavia as mais marcantes e que interessam diretamente a este trabalho foram as de 1957 e de 1960. Nestas, em meio a múltiplas questões relevantes, como o impacto das denúncias dos crimes de Stalin, as rebeliões de alguns estados do bloco socialista contra a dominação soviética (como nos casos de Polônia, Hungria e Yugoslávia), a defesa de um caminho pacífico ao socialismo e a dissolução do Kominform, a hegemonia soviética no seio dos partidos comunistas foi duramente questionada, especialmente pela China que aos poucos procurava se afirmar enquanto alternativa.

Os atritos Sino-soviéticos iriam se manifestar na Conferência de 1957, e com muito mais força na Conferência de 1960. As orientações suscitadas pelo XX Congresso do PUCS estavam no centro das polêmicas entre China e URSS.

Além das questões suscitadas pela denúncia dos crimes de Stalin, (os dirigentes chineses criticaram Khrushchev duramente pelas denúncias feitas por este contra seu antecessor), o XX Congresso também estabeleceu o paradigma do caminho pacífico ao socialismo, diferentemente do que preconizava o Kominform⁶⁵, ambas as questões vão ter efeitos relevantes sobre o conjunto dos partidos comunistas.

⁶⁵ Num primeiro momento, o leitor atento poderá identificar uma contradição neste ponto: é dito que o XX Congresso falou pela primeira vez no caminho pacífico como o meio ideal de se chegar ao socialismo, e que essa nova premissa não existia no Kominform, contudo pouco antes se afirma que um dos momentos de maior força deste organismo foi a defesa da Luta Pela Paz. Ocorre que as duas palavras – de – ordem têm conteúdos diferentes, surgida pouco após a Segunda Guerra Mundial, a Luta Pela Paz

Os chineses defendiam a retomada da ortodoxia e da centralização do movimento comunista, também eram contrários à “luta pela paz” e ao caminho pacífico ao socialismo. Seus maiores adversários eram os italianos (cujo principal líder era Togliatti) que se colocavam terminantemente contra o retorno da centralização do movimento comunista mesmo em moldes kominformianos. Em meio à disputa, os franceses acusavam os italianos de revisionistas⁶⁶, embora não se posicionassem claramente a favor dos chineses.

Na tentativa de se buscar um consenso entre as propostas apresentadas, o conclave definiu o caminho pacífico como o preferencial, embora admitisse caminhos “não-pacíficos” para o socialismo.

As resoluções não serão adotadas de maneira homogênea entre os principais partidos comunistas envolvidos na disputa:

No que diz respeito ao uso da resolução da conferência de 1957, enquanto partidos como o francês seguiria o caminho tradicional de tomá-la como um claro suporte para a elaboração de sua estratégia política; outros, como chineses e italianos, ainda que por motivos diferentes, vão apresentar uma posição crítica em relação a sua aplicação. De qualquer forma, o movimento comunista sai da conferência portando certa coesão, o que viria a perder no decorrer dos próximos encontros. (Salles, 2005:44)

A conferência de 1960 foi realizada em Moscou no mês de novembro. Em primeiro plano destaca-se a divergência entre soviéticos e chineses, em segundo, as crises envolvendo a Albânia e a Yugoslávia.

A crise com a Yugoslávia se tornara pública em 1958, mas já vinha acontecendo desde 56, quando das rebeliões polonesa e húngara. A Yugoslávia defendia o direito de neutralidade dos países socialistas frente à disputa entre os blocos político-militares, podendo sair do pacto de Varsóvia se assim desejassem. Os russos reagiram com energia, no que foram apoiados pelos chineses, defensores do retorno à centralização do movimento comunista. A Yugoslávia foi duramente acusada de revisionista.

Mas o grande destaque desta conferência continuou sendo a disputa sino-soviética. Apesar da aparente concórdia entre os dois partidos desde 1957, a polêmica tinha ganhado contornos mais claramente ideológicos em abril daquele ano, quando os chineses lançaram o panfleto “Viva o Leninismo”, questionando as

significou principalmente o combate ao armamento nuclear e não tratava diretamente das vias para se chegar ao socialismo, a tese do caminho pacífico incorpora a luta contra a bomba atômica e acrescenta ainda o primado da não violência na passagem do capitalismo ao socialismo.

⁶⁶ O termo “revisionismo”, no jargão denota a postura de degenerar o marxismo, aproximando-o de concepções e teorias burguesas.

resoluções russas desde o XX Congresso. E se tornou mais dramática depois que, em junho, durante um encontro de partidos comunistas que aconteceu paralelamente à realização III Congresso do PC Romeno, em Bucareste, os russos usaram toda a sua influência para isolar os chineses. Em meio à polêmica, foi particularmente marcante a intervenção do secretário geral do Partido do Trabalho, da Albânia, Hener Hoxha, que criticou aberta e violentamente os posicionamentos dos russos desde o XX Congresso, responsabilizando-os pela ascensão do revisionismo.

Os russos conseguiram aprovar suas teses na conferência, do caminho pacífico como meio preferencial para o socialismo, luta pela paz, coexistência pacífica e pela unidade do movimento comunista, mas dessa vez, não houve unanimidade.

Cuba desempenhou um papel contraditório no movimento comunista internacional. Por um lado se posicionava em geral em apoio às teses soviéticas, por outro foi a causa de inúmeras cisões entre os partidos comunistas americanos, aos quais criticava duramente.

Os soviéticos, embora conscientes dos prejuízos causados por Cuba aos partidos comunistas latino-americanos, não chegaram a tomar nenhuma medida concreta contra os cubanos, limitando-se a “dar razão” aos que criticavam a atitude cubana, o que não foi suficiente para deter a enorme sangria de militantes entre os partidos latinos alinhados ao PCUS.

Tal atitude talvez se explique pelo fato de que, em vários momentos, os cubanos apareceram como os principais aliados da URSS no continente americano, por exemplo, na crise os mísseis, na realização de uma conferência regional de partidos comunistas em Havana, em dezembro de 1964⁶⁷. Além disso, os chineses apareciam como um “inimigo comum” tanto para os soviéticos quanto para os Cubanos. Segundo Barão:

Paralelamente à realização da Conferência Tricontinental, apareceram contradições entre Cuba e China, denunciadas por Fidel em 2 de janeiro de 1966, às vésperas da abertura da tricontinental, e relativas de maneira imediata à ocorrência de novos problemas comerciais entre os dois países. Este fato, somado a denúncias cubanas sobre a intromissão de diplomatas chineses junto de membros das Forças Armadas Revolucionárias (FAR) Cubanas, levou a uma piora nas relações entre os dois países. (Barão,2003:269)

⁶⁷ Os partidos pró-chineses – como o PCdoB, por exemplo, não participaram – Apesar de o PCCh haver enviado representantes).

Foi a partir da realização do I Congresso da Organização Latino Americana de solidariedade que Cuba deixou claro sua intenção de exportar seu modelo de revolução e tornar-se um centro revolucionário internacional. Deste momento até 1969, a ausência de Cuba seria sentida nas reuniões internacionais dos partidos comunistas, ou seja, na intenção de se tornar referência internacional, a ilha abandonou o modelo de centralização que havia sucedido o Kominform.

Citando Lili Marcou, Salles afirma que quanto mais o PC Cubano tentava se afirmar como referência internacional, mais o restante dos partidos comunistas exigiam uma condenação pública do PUCS quanto às dissidências provocadas pelos castro-guevaristas. No entanto, Cuba se beneficiou do momento conturbado dos soviéticos. Preocupados em resguardar a unidade do movimento comunista, ameaçada pelos chineses, os russos evitaram aprofundar as divergências. Além disso, havia o problema da coexistência de Cuba com os Estados Unidos, de modo que na Conferência Internacional dos Comunistas, realizada em Bucareste, em 1968, o tema das divergências entre os PCs latino-americanos e Cuba nem sequer foi pautado.

No plano diplomático, a URSS, procurou dialogar com os cubanos no sentido de pararem de apoiar as guerrilhas no continente, ao mesmo tempo, oferecia as páginas de seus jornais para que os PCs latino-americanos criticassem Fidel e sua política.

No final da década de 60, as relações entre Cuba e a URSS voltariam a se normalizar. Cuba participa da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas realizada em Moscou, em junho de 1969, mesmo não tendo feito parte de sua preparação. Para surpresa de muitos, os cubanos se posicionaram a favor da invasão da Tchecoslováquia, argumentando que, embora o incidente pudesse ser interpretado como uma violação jurídica da soberania daquele país, foi necessário para defender as conquistas do socialismo. Depois desta conferência, as relações entre Cuba e URSS permaneceram amistosas até o colapso da mesma.

PCdoB: de Cuba à China.

Para o PCdoB a adoção da linha chinesa se daria simultaneamente às críticas ao regime cubano. Como vimos no capítulo precedente, a aproximação deste partido aos chineses só se deu em 1963; antes disso, tentou aproximações com a URSS. Em seus primeiros momentos de existência foi fortemente influenciado pelos cubanos.

A relação do PCdoB com Cuba foi bastante complexa e comportou dois momentos, entre 1962-6, o apoio à Cuba foi irrestrito e entusiasmado afirmando que a Revolução Cubana correspondia na América Latina à “influência que teve a Grande Revolução Socialista de Outubro para a Revolução Mundial, e a Revolução Chinesa, para o movimento de libertação nacional nos países coloniais” (A Classe Operária 03/1962, apud Salles, 2205:87,88). O entusiasmo com a Revolução Cubana seria de tal monta que em determinados momentos militantes do partido chegariam a afirmar que as condições de Cuba eram mais desfavoráveis para a revolução, que as vividas no Brasil naquele momento: “em certo sentido, as condições em Cuba eram menos favoráveis objetivamente do que as que temos no Brasil. No entanto, Fidel Castro lançou-se, com seus companheiros, à luta pela libertação de seu povo” (idem).

É claro que muitas das referências à Cuba eram usadas para criticar o PCB. Mas o PCdoB seria o responsável pelas primeiras edições de Guerra de Guerrilhas, de Che, no Brasil. Enviou representantes para o 1º de maio em Cuba e até realizou conferências no Brasil para divulgar os feitos daquela revolução.

O início das críticas a Cuba por parte do PCdoB, se deu em 1966. Tal mudança de postura se explica por uma combinação de fatores, entre os principais, a orientação cubana de interferir nos partidos comunistas do continente e a crise aberta com o golpe militar, que, embora tenha tido um efeito mais devastador sobre o PCB não deixou o PCdoB imune a crises. Este partido passou a defender a teoria maoísta, mas grande parte de seus militantes tinha no processo cubano a maior referência. Como existiam atritos entre os cubanos e os chineses e a propaganda de Cuba contra os Partidos comunistas também atingia os defensores do maoísmo, o partido foi obrigado a se definir contra a linha cubana.

Some-se a isso a crise internacional dos partidos comunistas: a hegemonia que os soviéticos tinham conseguido cultivar desde os tempos da III IC já não mais existia, o movimento internacional dos partidos comunistas estava

cindido em duas áreas de influência principais capitaneadas por Rússia e China. O PCdoB, na medida em que se aproximava da última, entrava no debate contra Cuba, que a despeito da defesa das idéias de Debray, colocava-se na área de influência soviética.

O documento no qual o PCdoB rompe publicamente com os cubanos data de março de 1966, assinado pelo Comitê Central, é intitulado: “O marxismo-leninismo triunfará na América Latina. (Carta Aberta a Fidel Castro).”⁶⁸ A tônica do documento é o alinhamento de Cuba ao “revisionismo soviético”, manifesto na participação de Cuba na Conferência Internacional dos partidos comunistas em 1965 (de apenas 19 partidos), no alijamento do PCdoB e outros partidos revolucionários para a mencionada Conferência Tricontinental e nas críticas aos chineses. Tais críticas se fazem ao mesmo tempo em que o documento reconhece os méritos da Revolução Cubana, o desmentido ao caminho pacífico e o enfrentamento ao imperialismo.

Não foi fácil para o PCdoB criticar os cubanos, pois não faltavam simpatizantes de Castro e Guevara entre seus membros. A oposição ao documento foi grande e, pouco depois, setores descontentes romperiam com o partido para formar o PCdoB – AV e o PCR.

Para enfrentar as dissidências, (e impedir novas), o PCdoB procurou defender a luta armada, (no que se diferenciava do PCB), e defender também a necessidade do partido, (no que se diferenciava da maior parte dos dissidentes e outras organizações). Argumentava que não se poderia aplicar um método que deu certo em Cuba, em países com características diferentes. Na carta aberta a Fidel, lê-se:

...toda tentativa de aplicar, dogmaticamente em outro país, o que há de específico naquela revolução só poderá redundar em fracasso. Ainda que o exemplo de Cuba, em especial no que se refere ao princípio geral da luta armada, continue a inspirar os que lutam pela liberdade e contra o imperialismo norte-americano, o fidelismo não vem dando frutos neste continente, não foi comprovado em nenhum outro país...(Fonte, 1974:91,92, apud Salles, 2005:95)

A exemplo do PCB, o PCdoB também travou uma batalha teórica contra o foquismo. Defendia a revolução democrático-burguesa como primeira etapa da revolução socialista e a prioridade da solução da contradição burguesia-

⁶⁸ In: PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL. *A linha política revolucionária do Partido Comunista do Brasil*. Lisboa: Maria da Fonte, 1974, p. 85-100.

proletariado nos marcos nacionais, em oposição à proposta de revolução continental, com métodos comuns e direção única defendida por Cuba. Sobre o comando único político militar e as críticas teóricas ao partido revolucionário, afirmaria que “não é o fator militar que dirige o político, mas justamente o contrário: o fator político é que dirige o militar”. (in: Salles:2005:97). Em suma, ao foquismo proposto por Debray, o PCdoB oporia a tese da luta armada do Mao: “a guerra revolucionária é a guerra das massas, e somente pode realizar-se mobilizando as massas e apoiando-se nelas” (idem).

O maoísmo, ao qual se filia o PC do B, mantém as principais características do leninismo (Mao se reivindica leninista). Talvez o próprio termo maoísmo só comece a fazer sentido depois da Conferência Internacional dos Partidos Comunistas e Operários de 1957, quando o PCUS protagonizou a mudança tática em direção ao caminho pacífico da revolução. Deste momento em diante, o PCCh passou a se constituir em alternativa ao PCUS. As diferenças mais acentuadas são: 1) a compreensão da revolução enquanto um processo violento, a ser realizado preferencialmente por um exército popular guiado pelo partido marxista-leninista, 2) a política de centralização do movimento comunista internacional, 3) a luta armada, 4) a rejeição das denúncias contra Stalin e 5) o papel de relevo atribuído ao campesinato.

No contexto de radicalização da década de 60, o maoísmo tornou-se muito popular pela sua defesa veemente das formas de luta radicais, ao passo que a linha do PCUS tendia para a negociação e co-existência com o capitalismo. Mao é um pensador de muita profundidade, com muitas obras publicadas e, um estudo detalhado do maoísmo excede os limites e possibilidades desta pesquisa. Para o intuito desta pesquisa, o que importa reter desta corrente de pensamento é sobretudo as diferenças mais marcantes com as propostas de Debray e Che. Existem numerosos livros de Mao Tsé Tung e de outros autores que se reivindicam maoístas, uma discussão aprofundada desta corrente política é inviável nesta pesquisa. Assim, optamos por analisar especialmente o “Livro Vermelho”, que foi a obra mais lida e mais referenciada pelos comunistas que aderiram a esta corrente. Organizado pelo então ministro da defesa Lin Piao especialmente para a juventude comunista da China, foi livro de cabeceira para milhões de jovens comunistas chineses antes, durante e depois da Revolução Cultural. Traduzido para várias línguas, o exemplar foi uma das obras mais

influentes nos movimentos de esquerda nos anos 60 e 70, e mesmo hoje, ainda é tido por numerosas organizações como uma referência fundamental. Ao analisar tal volume, não temos a pretensão de fazer um resumo do maoísmo, mas tão somente trazer à luz algumas das premissas deste texto que, como já enfatizado, foi o mais importante para os que se iniciaram nos ensinamentos de Mao.

O livro foi sintomaticamente organizado em forma de citações, em sua maioria de discursos orais de Mao Tsé Tung. A composição dos fragmentos lembra, de certa forma, a Bíblia, (aliás esta comparação é muito comum), mas o conteúdo do livro não convida a aceitar verdades acima de discussões, diferentemente de uma práxis dogmática e religiosa. O Livro vermelho deve ser estudado a partir de dois prismas, em primeiro, a compreensão de suas idéias e conceitos na forma como vêm desenvolvidos, e em segundo, pelo “protocolo de leitura” dos militantes comunistas na China e no resto do mundo. No texto, a imagem mitificada do “grande timoneiro” empresta sua representatividade para definir os principais conceitos do marxismo. Imagina-se com facilidade um membro da juventude comunista da China ou de qualquer outro país consultando as sentenças simples e objetivas toda vez que tenha dúvidas sobre o partido, a política, o marxismo etc. A maneira como a obra é organizada favorece o decorar, o memorizar as definições nele contidas, a partir daí, dentro de uma prática centralizadora se pode torná-lo incontestável, uma espécie de referência da verdade. Assim, é preciso distinguir entre o conteúdo do volume e o protocolo de leitura que sobre ele se impôs.

Deve-se frisar que o maoísmo guarda muitas semelhanças com o stalinismo, no sentido de uma grande centralização e controle da base por sua direção. Assim é muito pouco provável que, pelo menos nos partidos e organizações assumidamente maoístas, o livro tenha sido objeto de qualquer contestação e relativização, muito embora as idéias nele contidas defendam a liberdade de crítica. Também Lênin foi lido “ao pé da letra” e utilizado como argumento de autoridade nos anos mais duros do stalinismo. A diferença é que Lênin não viveu para ver a URSS stalinista, e certamente não teria concordado com a maior parte dos argumentos fundamentados com suas idéias, enquanto que Mao, em seus atritos com Krushev, defende o resgate precisamente deste período da história soviética. Ao reivindicar a trajetória do stalinismo, o maoísmo também reproduz uma parcela de sua práxis. Como vimos no primeiro capítulo, não é a

palavra escrita que condiciona uma prática democrática. Nos escritos de Mao, não faltam referências à liberdade de opinião, ao livre debate e à aceitação das divergências. Todavia, mesmo nos dias atuais, um dos critérios para fazer parte do Comitê Central do Partido Comunista Chinês é nunca ter feito críticas a este, o que demonstra que críticas e mesmo algumas “contribuições” não são bem recebidas. Assim, podemos supor que um militante que pretendesse fazer uma contextualização ou um balanço negativo de sua direção, embora encontrasse espaços para isso, fosse quase certamente mal visto por seus pares. Dentro de uma práxis próxima do stalinismo, o princípio de lealdade pode facilmente ser confundido com obediência e aceitação incondicional. E se isto acontece hoje no Estado chinês, vivendo um momento de grande estabilidade, certamente era muito mais forte durante o período da Guerra Fria, e com certeza também muito forte dentro de partidos que defendiam as premissas maoístas, tais como o PCdoB, num contexto de ditadura militar.

A diferença mais pronunciada do maoísmo em relação ao pensamento de Debray e Guevara é a questão da organização. O partido ocupa um papel central no pensamento maoísta:

Sem um partido revolucionário, sem um partido fundado na teoria revolucionária marxista-leninista e num estilo revolucionário marxista-leninista, é impossível dirigir a classe operária e as grandes massas do povo à vitória sobre o imperialismo e seus lacaios. (Tung,2003:17).

Segundo suas sentenças, o partido deveria ser guiado pela teoria marxista-leninista, estar no comando de uma frente única de todas as classes sociais, estreitamente vinculado às massas, ter um conhecimento aprofundado da história e da economia e guiar-se pelo método da crítica e autocrítica, “usando o método da autocrítica e ligado às massas do povo” (Tung, 2003:18). Se o partido agisse de maneira independente do movimento de massas, essas poderiam atuar de forma independente, errada e sem a direção do partido que deste modo, não poderia fazer a revolução. Os militantes do partido, ao aplicarem alguma política específica não poderiam jamais perder de vista a política geral do partido.

As definições de classe e luta de classe são demasiado simples, mas têm a vantagem de serem de fácil compreensão. Mao enfatiza a importância da ideologia de classe e a seriedade do combate à ideologia burguesa.

Luta de classe, umas classes triunfam e outras são eliminadas. Assim é a história, assim é a história da civilização, desde há milhares de anos.

Interpretar a história a partir deste ponto de vista é materialismo histórico; sustentar o ponto de vista contrário é idealismo histórico. (Tung, 2003:22)

Falando sobre o papel de partido, diz: “A nós, compete-nos organizar o povo” e prossegue defendendo a necessidade da ação revolucionária: “tudo o que é reacionário é sempre igual: se o golpeias, não cai. É como quando se varre o chão, ali onde a vassoura não passa, a poeira não desaparece por si mesma” (Tung, 2003:24).

A revolução é em Mao, um evento inevitavelmente violento: “a revolução é uma insurreição, é um ato de violência pelo qual uma classe derruba a outra” (Tung, 2003:24). A revolução e o estabelecimento do socialismo são entendidas de forma mecânica e evolucionista: “essa é uma lei objetiva, independente da vontade do homem” (Tung, 2003:31). Para Mao, a revolução estava intimamente ligada à idéia de “guerra popular”, a revolução se daria por meio de uma guerra e esta seria um condição inescapável. Neste sentido, Mao faz um pequena discussão sobre o conceito de guerra em si. A guerra existiria desde que surgiu a sociedade de classes e continuaria a existir enquanto esta existisse. Seria a forma suprema de resolução dos conflitos políticos.

“A guerra é a continuação da política”. Nesse sentido, a guerra é política e é, em si mesma, um ato político; desde os tempos mais antigos, nunca houve uma guerra que não tivesse caráter político. (...)

Todavia, a guerra tem características que lhe são próprias e, nesse sentido, não é idêntica à política em geral. “A guerra é uma continuação da política por outros meios”. Quando a política se desenvolve até uma certa etapa para além da qual já não pode prosseguir segundo os meios habituais, a guerra estala para remover da estrada os obstáculos. (...) Quando os obstáculos são removidos e o objetivo político atingido, a guerra termina. Mas, se os obstáculos não são completamente removidos, a guerra tem ainda que continuar, até que o objetivo seja completamente realizado. (...) Pode portanto dizer-se que a política é a guerra sem derramamento de sangue, e a guerra, a política sangrenta. (Tung, 2003:54)

Mao dividia as guerras em dois tipos, as justas e as injustas. As primeiras seriam aquelas que favoreceriam o progresso e as segundas aquelas movidas por interesses reacionários e imperialistas. Cita a Primeira Guerra Mundial como exemplo de guerra injusta, à qual todos os comunistas do mundo teriam se oposto firmemente. (embora não seja verdade). Para o autor, as revoluções e guerras justas seriam inevitáveis sob uma sociedade de classes injusta.

A guerra revolucionária era tida como positiva: “A guerra revolucionária é um antitóxico que não só elimina o veneno inimigo, mas também nos purga

daquilo que temos a malsão”. (Tung, 2003:55) e mais adiante “Todos os comunistas devem compreender a seguinte verdade: “o poder político nasce do fuzil” (Tung, 2003:55).

A tarefa das revoluções seria conquistar o poder político por meio das armas, isso seria válido universalmente. Cita o caso da China, onde sem a guerra, o proletariado e o povo não existiriam na política. Referindo-se ao conceito marxista de Estado e poder, claramente referenciado em “O Estado e a revolução”, de Lênin, discorre:

Do ponto de vista da teoria marxista sobre o Estado, o exército é o principal componente do poder do Estado. Todo aquele que quiser conquistar e manter o poder de Estado deverá possuir um forte exército. Algumas pessoas ironizam a nosso respeito, tratando-nos de partidários da “teoria da onipotência da guerra”. Sim, nós somos defensores da teoria da onipotência da guerra revolucionária; isso não é mau, é bom, isso é marxista. As armas do Partido Comunista Russo criaram o socialismo. Nós criaremos a república democrática. A experiência da luta de classes na era do imperialismo ensina-nos que só pela força das armas a classe operária e as massas trabalhadoras podem derrotar a burguesia e os senhores de terras que estão, ambos, armados. Nesse sentido é correto dizer-se que só com as armas se pode mudar o mundo. (Tung, 2003:56)

O PCdoB manteve muitas semelhanças com o PCB, entre elas, a tese da revolução por etapas. Essa permanência foi facilitada pela opção maoísta:

Visto no seu conjunto, na China, o movimento revolucionário dirigido pelo Partido Comunista abrange duas etapas, isto é, a revolução democrática e a revolução socialista, que são dois processos revolucionários essencialmente diferentes, sendo que o segundo processo só pode ser realizado depois que o primeiro tenha sido concluído. A revolução democrática é a preparação necessária para a revolução socialista, e a revolução socialista é a tendência inevitável para a revolução democrática. O objetivo último por que se batem todos os comunistas é a instauração definitiva de uma sociedade socialista e comunista. (Tung, 2003:32)

Vencida a etapa democrática, a fase socialista apresentaria as seguintes características:

A revolução socialista visa a libertação das forças produtivas. A transformação da propriedade individual, em propriedade coletiva socialista na agricultura e no artesanato, e a transformação da propriedade capitalista, em propriedade socialista na indústria e no comércio privados, provocarão inevitavelmente uma libertação considerável das forças produtivas. Assim, ter-se-ão criadas as condições sociais para uma tremenda expansão da produção agrícola e industrial. (Tung, 2003:33)

Falando sobre dogmatismo e revisionismo, Mao compreendia muito bem que ambos seriam nocivos ao marxismo. Sobre o dogmatismo diz: “Constitui

dogmatismo abordar o marxismo de um ponto de vista metafísico e torna-lo como algo rígido” (Tung, 2003:30)

Por outro lado entre dogmatismo e revisionismo, não tem dúvidas em classificar o segundo como muito pior que o primeiro:

O revisionismo ou oportunismo de direita é uma corrente burguesa de pensamento ainda mais perigosa do que o dogmatismo. Os revisionistas, os oportunistas de direita, defendem de boca o marxismo e atacam também o “dogmatismo”. Na realidade, porém, o que eles atacam é a própria essência do marxismo (Tung, 2003:30)

Colocado desta maneira, fica claro que a primeira preocupação é combater o revisionismo, depois o dogmatismo. Entretanto pode ocorrer que, interpretando-se o marxismo de forma estreita e mecânica, pode-se acusar qualquer pensamento novo de revisionista, especialmente se vindo da oposição, e aí evita-se o combate ao dogmatismo para não ser acusado de revisionista. Dentro da práxis stalinista, como também ocorre com frequência na práxis maoísta, acusar um divergente de revisionista é um método tradicional de combate político, e desta forma muitas militantes em situação de minoria foram lançados aos cárceres a às execuções tanto na China como na URSS. Dentro de partidos comunistas, tal reducionismo permite aos dirigentes combater com mais facilidade a oposição, bem como assegurar com mais facilidade suas posições (freqüentemente recorrendo a argumentos de autoridade) e expurgar ex-aliados que se tornam inconvenientes. Os critérios de definição entre os aliados, o povo, e os inimigos são apresentados de maneira extremamente sumária:

...todas as classes, camadas e grupos sociais que aprovam, apóiam e trabalham pela causa da construção socialista, entram na categoria de povo, enquanto as forças e grupos sociais que resistem à revolução socialista e hostilizam ou sabotam a edificação socialista são os inimigos do povo. (Tung, 2003:45)

A pequena burguesia e a burguesia tenderiam a manifestar sua ideologia após a tomada do poder e durante o processo de transição ao socialismo. Em palavras, Mao não defendia a repressão do pensamento, defendia que o debate fosse aberto e que o partido dialogasse e enfrentasse os argumentos destas classes, esta seria a melhor maneira de ganhar a batalha, no âmbito das idéias e do convencimento.

A propósito, Mao não considera que a contradição entre operários e burguesia nacional esteja no campo das contradições antagônicas, seu pensamento faz uma alusão positiva ao caráter da burguesia nacional:

No nosso país, a contradição entre a classe operária e a burguesia nacional pertence à categoria das contradições no seio do povo. (...) no nosso país, a burguesia nacional tem um duplo caráter. (...) A burguesia nacional difere dos imperialistas, dos senhores de terras e dos capitalistas plutocráticos. (Tung, 2003:51)

No contexto das décadas de 1960 e 1970, a superação do capitalismo era uma possibilidade tida como muito mais real que nos tempos atuais. Tung materializa essa convicção sob a forma de uma construção teórica evolucionista e determinista. Para o autor, o imperialismo e o conjunto das forças da burguesia eram verdadeiros tigres quando fizeram as revoluções burguesas, e gradualmente foram se transformando em tigres de papel na medida em que o proletariado e as classes progressistas que lhe davam combate se desenvolviam. Todavia o imperialismo e a burguesia ainda exploravam e dominavam os trabalhadores ainda que o futuro próximo lhes fosse desfavorável. Desta forma, do ponto de vista tático deveriam ser enfrentados como se fossem verdadeiros tigres, mas do ponto de vista estratégico seriam tigres de papel.

Assim como não existe uma só coisa ou fenômeno no mundo que não tenha natureza dupla (tal é a lei da unidade dos contrários), também o imperialismo e todos os reacionários têm uma dupla natureza - simultaneamente eles são tigres verdadeiros e tigres de papel. No passado, (...) eram tigres verdadeiros. Todavia, com o decorrer do tempo, e em virtude de os seus contrários - a classe dos escravos, a classe camponesa e o proletariado - crescerem gradualmente em força e lutarem cada vez com maior encarniçamento contra elas, essas classes dominantes foram se transformando passo a passo no seu contrário, convertendo-se em reacionárias, retrógradas, em tigres de papel. (...) vistos na sua essência, de um ponto de vista de futuro, estrategicamente, o imperialismo e todos os reacionários devem ser considerados tal como são - tigres de papel. É nessa base que devemos assentar o nosso pensamento estratégico. Por outro lado, porém, eles são também tigres vivos, tigres de ferro, verdadeiros tigres capazes de devorar as pessoas. É nessa base que devemos assentar o pensamento tático. (Tung, 2003:63)

O povo seria o tigre verdadeiro, a razão da fraqueza dos reacionários seria que eles estariam isolados do povo e em conflito cada vez maior com ele. A luta de classes, em seu desenvolvimento, contribuiria para colocar a correlação de forças em patamares cada vez mais favoráveis aos revolucionários:

“Levantar uma pedra para deixá-la cair depois sobre seus próprios pés” é um ditado popular chinês (...) as várias perseguições que movem contra o povo

revolucionário apenas servem para acelerar a revolução popular numa escala ainda maior e mais intensa. (Tung, 2003:64)

O imperialismo dos Estados Unidos seria um exemplo disso, quanto mais oprimisse econômica e militarmente os trabalhadores em todo o mundo, mais criaria correntes em torno de seu pescoço que, com o desenvolvimento da luta tenderiam a asfixiá-lo. A corrente de contestação à dominação imperialista só poderia aumentar, e tanto os Estados Unidos como seus aliados seriam inevitavelmente derrotados.

Para combater os inimigos, Mao formulou o seguinte conceito: “estrategicamente desprezar todos os inimigos e, taticamente, tê-los em muito boa conta” (Tung, 2003:66). Para ele, o capitalismo e o imperialismo como um todo, estariam fadados à ruína, contudo, em termos imediatos, ainda estariam no poder, possuíam armas, governos e poder. Seria preciso vencê-los aos poucos, de vitória em vitória, destruindo parte por parte, tendo claro que cada unidade é um tigre de ferro que luta, mas que faz parte de um todo maior, que é um tigre de papel. Mao faz a analogia desta luta com uma refeição:

Estrategicamente, não temos medo de tomar uma refeição: nós sabemos que podemos comê-la toda. Na prática, porém, nós só comemos bocado a bocado. Seria impossível engolir de uma vez o banquete inteiro. A isso se chama uma solução de um a um. Em linguagem militar diz-se esmagar o inimigo unidade por unidade. (Tung, 2003:67)

O internacionalismo é outra característica do Livro Vermelho, enfatizando a importância da unidade internacional e do apoio mútuo de todos os povos na luta contra o imperialismo. “Povos de todo o mundo, uni-vos e derrotai os agressores norte-americanos e todos os seus lacaios” (Tung, 2003:68). As agressões imperialistas seriam tão mais fortes, quanto mais inimigo estivesse próximo da derrota, ainda que se sentisse mais forte do que nunca. “São errados todos os pontos de vista que sobrestimam a força do inimigo e subestimam a força do povo” (Tung, 2003:70).

Na parte referente à teoria militar, Mao acentuava as características próprias das forças armadas populares, características decisivas que não estariam ao alcance das forças antagonistas, o que lhe asseguraria superioridade estratégica e tornaria a vitória inevitável. “A guerra revolucionária é uma guerra de massas; ela só pode realizar-se mobilizando-se as massas e apoiando-se nelas”. (Tung, 2003:72). O povo era tido como uma verdadeira “muralha de ferro” (Tung,

2003:72), a um só tempo, a força, a fonte de homens e suprimentos e a legitimidade do exército popular.

A organização do exército popular não deveria se dar dentro das mesmas condições e táticas dos exércitos das forças reacionárias, pois não poderia prescindir de organizações paralelas para auxiliar o exército central:

Os imperialistas violentam-nos de tal maneira que temos de tomar medidas sérias para enfrentá-los. E não é que apenas precisemos dispor de um poderoso exército regular; nós necessitamos também organizar em grande escala contingentes de milícias populares. Desse modo, se o imperialismo nos agredir, encontrará dificuldades em dar um passo no interior de nosso país. (Tung, 2003:73 grifo do autor).

O papel acessório da guerrilha em relação ao exército regular foi mencionado também por Marighella, Debray e Che, ao se referirem à China e procurar demonstrar as diferenças entre as condições da América Latina e da Ásia, para justificar porque num caso as guerrilhas cumpriam um papel acessório e noutra um papel central. Na China de Mao o exército popular é organizado pelo partido e tem as guerrilhas e milícias populares como força secundária; na América Latina, de acordo com as proposições de Debray, Che, Marighella etc, as guerrilhas formariam no seu processo de desenvolvimento o exército popular e o partido revolucionário, porém apenas no limiar da vitória, quando manteriam as guerrilhas como força acessória depois de formado o exército.

A relação entre povo e forças armadas populares é muito parecida no pensamento de Mao e de Debray, Marighella e Che Guevara chegou a dizer que a guerrilha não é inferior ao exército popular, pois se sua quantidade de armas é menos numerosa, seus combatentes se contam pelo povo. Na mesma direção diz Mao: “quando nós falamos da população das bases de apoio como um fator, queremos dizer que dispomos de um povo armado” (Tung, 2003:73)

A seguir, Mao fala sobre os princípios militares estratégicos do exército revolucionário:

- 1) Atacar primeiramente as forças dispersas e isoladas do inimigo, e atacar depois as suas forças concentradas e poderosas.
- 2) Tomar primeiramente as cidades pequenas e médias, bem como as grandes regiões rurais e tomar depois as grandes cidades.
- 3) Ter como objetivo principal o aniquilamento das forças vivas do inimigo e não a conservação ou tomada de uma cidade ou território. (...)
- 4) Em cada batalha, concentrar uma superioridade absoluta de forças (duas, três, quatro e em alguns casos até cinco ou seis vezes mais que a força do inimigo), cercar totalmente as forças inimigas e esforçar-se por aniquilá-las por completo, sem dar-lhes uma possibilidade de que algo se escape da rede. (...) Esforçar-se por evitar batalhas de desgaste em que se perde mais do que

se ganha ou em que se ganha tanto quanto se perde. Assim, embora inferiores no todo (numericamente), nós seremos absolutamente superiores na parte, em cada batalha concreta, o que nos assegurará a vitória no plano operacional.(...)

5) Não travar combate sem que se esteja preparado, não travar combate que não se esteja seguro de vencer.

6) Pôr plenamente em jogo o nosso estilo de combate – coragem, espírito de sacrifício, desprezo pela fadiga, tenacidade – nos combates contínuos (...)

7) Esforçar-se por aniquilar o inimigo enquanto ele está em movimento. (...)

8) Com respeito ao ataque das cidades, tomar resolutamente todos os pontos fortificados e cidades fracamente defendidos pelo inimigo. (...) Com relação aos pontos fortificados e cidades fortemente defendidos pelo inimigo, esperar até que as condições estejam maduras e tomá-los nessa altura.

9) Recompletar as nossas forças com todas as armas e a maior parte dos efetivos capturados ao inimigo. (...)

10) Aproveitar plenamente os intervalos entre duas campanhas para o repouso, instrução e consolidação das nossas tropas. Os períodos de repouso, instrução e consolidação não devem, em princípio, ser muito longos, devendo-se tanto quanto possível evitar que o inimigo ganhe novo fôlego. (...) a nossa estratégia e as nossas táticas baseiam-se na guerra popular e nenhum exército oposto ao povo pode utilizá-las. (Tung, 2003:76, 77, 78)

Sobre a importância da forças armadas revolucionárias, de acordo com Mao, “Sem exército popular, o povo nada teria” (Tung, 2003:79). O exército seria forte porque todos os seus homens possuiriam disciplina e lealdade aos interesses das grandes massas populares de onde vêm seus combatentes: “o Exército Vermelho chinês é um corpo armado destinado a cumprir as tarefas políticas da revolução” (Tung, 2003:79). Além de combater, teria como tarefa educar as massas, fazer a propaganda do partido, organizá-las e ajudá-las a instaurar o poder político das massas, a criar as organizações políticas do partido. Se no pensamento de Debray e Che, o partido se forma no desenvolvimento do processo revolucionário e está associado ao conceito de Estado revolucionário, no maoísmo o Estado revolucionário é que se forma no curso da revolução e é construído pelo partido, não se confundindo com ele.

Embora ressalte a importância do exército, alertava para a hierarquia do poder, para o papel dirigente que só poderia ser ocupado pelo partido: “O nosso princípio é o seguinte: o Partido comanda o fuzil, e jamais permitiremos que o fuzil comande o Partido” (Tung, 2003:81). Aqui, a diferença de concepção com as teorias foquistas é muito grande, a defesa do mando político-militar para a guerrilha é um princípio essencial no pensamento de Debray, Che e Marighella, para os quais, o fuzil comanda o poder político. Esta é, junto com a questão do partido, a maior diferença entre o maoísmo e o castro-guevarismo.

No pensamento de Mao nota-se a preocupação com a direção política coletiva, com a democracia, com a legitimidade das decisões e em evitar o surgimento de “super-dirigentes” que tomem decisões de forma independente do coletivo, se comportem com arrogância, obstaculizando a direção coletiva e a elevação dos quadros inferiores para tarefas mais importantes. Pelo menos em palavras, no “Livro Vermelho”, o maoísmo é avançado e democrático.

Outro aspecto interessante no texto de Mao é a lucidez em separar o que é povo e o que é partido. Para os guerrilheiros cubanos, o exército popular era o povo em armas, e logo seu governo é o governo do povo, não se discutindo sobre sua representatividade e legitimidade. Em Mao, o partido é o elemento consciente da classe, que a dirige em seu processo de lutas, mas com absoluta consciência de que nem o partido, nem o exército são o povo, apenas serviriam a este e defenderiam seus interesses. Assim enquanto os guerrilheiros cubanos defendiam que se deveria ensinar e educar o povo, aprender com ele, mas reservando ao comando revolucionário o direito tomar as decisões, Mao, fala em ouvir, aprender, organizá-lo, prepará-lo para exercer o poder, mediante a direção coletiva e democrática. Preocupava-se em não criar líderes que se sobrepusessem ao povo e ao coletivo, mas sim, lideranças que surgissem do coletivo em seu desenvolvimento político durante o processo de luta política. No texto, Mao se preocupava muito mais com a natureza e a legitimidade do poder:

O sistema de comitês do Partido é uma importante instituição do Partido para assegurar a direção coletiva e evitar que um só indivíduo monopolize a condução dos trabalhos. Averiguou-se recentemente, porém, que em alguns órgãos dirigentes (não em todos, evidentemente), é prática habitual que um só indivíduo monopolize a condução dos trabalhos e resolva os problemas importantes. (...) as divergências de opinião entre os membros de um comitê não podem ser resolvidas e são deixadas em suspenso durante um longo período. (...) Daqui para o futuro, há que instituir um bom sistema de reuniões dos comitês do Partido em todos os órgãos de direção, desde os birôs do Comitê Central aos comitês de prefeitura do partido. (...) todos os problemas importantes (...) devem ser submetidos aos comitês para discussão, devendo todos os membros presentes apresentar completamente os seus pontos de vista e chegar a uma posição precisa, a qual deverá então ser executada pelos membros interessados. (...) as reuniões de um comitê do Partido devem ser classificadas em duas categorias que importa não confundir: reuniões do comitê permanente e sessões plenárias. Além disso, devemos velar para que nem a direção coletiva nem a responsabilidade individual sejam realçadas em termos de haver exagero com uma e negligência com a outra. No exército, os chefes têm o direito de tomar decisões de emergência durante os combates e sempre que as circunstâncias o exijam. (Tung, 2003:83)

No trecho, destaca-se a preocupação em evitar a direção individual sobre a coletiva, mas também a preocupação de se exagerar a direção coletiva, em palavras, e negligenciar a direção individual quando esta predomina. Alerta para o fato de que em determinadas circunstâncias especiais, o chefe possa tomar decisões individualmente, mas em momentos de normalidade, o coletivo deveria dirigir.

Quanto ao conceito da direção afirma: “Dirigir não significa apenas decidir sobre a orientação geral e as medidas políticas específicas, mas também definir os métodos de trabalho corretos” (Tung, 2003:83). Os membros dos comitês deveriam ser estimulados a atuar coordenadamente, com divisão de tarefas e responsabilidades. Caso não conseguissem atuar coletivamente num grupo tão pequeno, “então será melhor nem pensarem em dirigir as dezenas de milhões de homens no combate e na edificação” (Tung, 2003:84). Num comitê, o poder do chefe está subordinado à vontade da maioria, diferentemente do pensamento dos cubanos, onde o poder do chefe é praticamente absoluto mesmo após a tomada do poder.

Falando das discussões internas aos comitês, destacava a importância de que os problemas e divergências explicitados, que não se discutisse em reuniões paralelas ou pelas costas. As divergências deveriam ser debatidas com compreensão e o respeito à vontade da maioria deveria prevalecer. Quanto à democracia interna do partido:

No plano orgânico, é necessário assegurar uma democracia sob direção centralizada. Isso deve ser feito conforme as linhas seguintes:

- 1) Os órgãos dirigentes do Partido devem definir um linha diretriz correta e encontrar soluções para os problemas que surgem, de modo a erigir-se em autênticos centros de direção.
- 2) Os órgãos superiores devem conhecer bem a situação existente nos órgãos inferiores, assim como a vida das massas, de modo a disporem de uma base objetiva para dirigir corretamente.
- 3) Seja em que escalão for, nenhum órgão do Partido deve resolver levianamente os problemas. Uma vez que se tome uma decisão, ela deve ser firmemente aplicada.
- 4) Todas as decisões de certa importância tomadas pelos órgãos superiores do partido devem ser prontamente transmitidas aos órgãos inferiores, bem como à massas dos membros do partido.
- 5) Os órgãos inferiores e a massas dos membros do partido devem discutir em detalhe as diretivas dos órgãos superiores, de maneira a compreenderem completamente o respectivo significado e decidirem sobre os métodos a seguir na sua execução. (Tung, 2003:90)

Neste ponto sobre a relação do partido com as massas, ficam explícitas algumas diferenças entre o pensamento de Mao e de Che e Debray. No que se

refere às massas, o maoísmo defende sua aproximação ao partido, cujas palavras-de-ordem deveriam ser aquelas pelas quais as massas se mobilizem e não aquelas tidas como mais avançadas. Para Mao, não era possível fazer a revolução tendo um programa já pronto, para ser imposto às massas. Qualquer tentativa de ir à frente das massas significaria caminhar sozinho e isolado.

Nunca devem [os revolucionários] separar-se da maioria das massas nem avançar temerariamente à frente de um pequeno contingente mais adiantado, sem ter em conta essa maioria; pelo contrário, eles devem preocupar-se em criar laços estreitos entre os elementos avançados e as grandes massas. É isso que significa pensar em termos de maioria. (Tung, 2003:191)

Mao colocava a massa e não o partido como o sujeito fundamental da revolução, “O povo e só o povo, constitui a força motriz na criação da história universal” (Tung, 2003:91), deste modo o partido deveria ser humilde e respeitoso diante do povo:

As massas são os verdadeiros heróis, enquanto, freqüentes vezes, nós somos de uma ingenuidade ridícula. Se não compreendermos isso, nos será impossível adquirir até os conhecimentos elementares. (Tung, 2003:91)

Um aspecto interessante do maoísmo é esse respeito em relação à coletividade, subordinando o partido às massas e assumindo a defesa dos seus interesses. Colocando-se como aprendiz do povo, o maoísmo constrói seu conceito de legitimidade, reivindicando-se a expressão organizada da luta do povo.

Pode-se imaginar porque Mao foi muito mais mencionado que citado pelos guerrilheiros brasileiros e latino americanos. A proposta de lançar um grupo de combatentes isolado das massas que viesse a mobilizá-las num momento posterior, no curso do crescimento da luta, dentro da ótica maoísta, é um suicídio, pois o crescimento não se verificaria em função do isolamento do qual se parte.

Se tentar impor idéias à massa é um autoritarismo inútil, como proceder para mobilizar as massas?

Em todo o trabalho prático do nosso Partido, toda a direção correta é necessariamente “das massas para as massas”. Isso significa recolher as idéias das massas (idéias dispersas, não sistematizadas), ir de novo às massas para propagar e explicar essas idéias de maneira que as massas as tomem como suas, persistam nela e as traduzam em ação; e ainda verificar a justeza destas idéias no decorrer da própria ação das massas. Depois é preciso voltar a concentrar as idéias das massas e leva-las outra vez às massas, para que estas persistam nessas idéias e as apliquem firmemente. E assim por diante, repetindo infinitamente esse processo, as idéias vão se tornando cada vez mais corretas, mais vivas e mais ricas. Tal é a teoria marxista do conhecimento. (Tung, 2003:97,98)

As massas possuiriam uma composição muito heterogênea, apresentando diferentes níveis de consciência. Assim, seria um equívoco pensá-la como um todo homogêneo:

Em qualquer lugar, as massas compõem-se geralmente de três categorias de indivíduos: os que são relativamente ativos, os intermediários e os que são relativamente atrasados. Assim, os dirigentes devem saber unir à volta da direção o pequeno número de elementos ativos e apoiar-se neles para elevar o nível dos elementos ativos e apoiar-se neles para elevar o nível dos elementos intermediários e conquistar os elementos atrasados. (Tung, 2003:99)

A massa não pensaria a partir das categorias abstratas e elaboradas pelos marxistas, mas sim a partir de seus problemas objetivos. Para mobilizar e ganhar as massas para o projeto revolucionário, o partido deveria assumir como seus os problemas cotidianos desta, de modo a ser reconhecido pelos trabalhadores como seu legítimo representante e defensor de seus interesses.

Mao menciona sobre a importância do trabalho político do partido no exército e no povo. O exército, braço armado do partido, não deveria se limitar meramente a atividade militar, soldados e oficiais deveriam fazer o trabalho político de base nas regiões conquistadas. Mao era enfático ao defender que o político predominava sobre o militar, e diversamente de Debray, faz distinção entre os dois. Criticando aqueles que vêem no aspecto militar um fim em si mesmo, diz:

O ponto de vista puramente militar está muito difundido entre uma parte dos camaradas do Exército Vermelho. Esse ponto de vista manifesta-se do modo seguinte:

1. Vêem-se como opostos os assuntos militares e os assuntos políticos e não se quer reconhecer que os assuntos militares são apenas um dos meios para a realização das tarefas políticas. Alguns chegam mesmo ao ponto de dizer que “se as coisas vão bem no plano militar, necessariamente vão bem no plano político, e que se vão mal no plano militar, não podem ir bem no plano político”, o que é ir ainda mais longe e dar aos assuntos militares uma posição de comando sobre a política. (Tung, 2003:105)

Em Mao, o político predomina sobre o militar e, diversamente do pensamento de Debray, é o partido que forma, organiza e dirige o braço armado, e não o contrário. O exército, povo em armas, é o resultado de um longo trabalho de mobilização e educação do partido. O trabalho ideológico entre os soldados, de modo que cada homem fosse consciente do papel do partido e do papel do exército seria o meio mais garantido de evitar que posteriormente este último se arrogasse a

ter predominância sobre o primeiro. A ausência de unidade ideológica entre os combatentes poderia engendrar graves desvios, como a despreocupação “pelo futuro da pátria, e pelos ideais da humanidade” (Tung, 2003:106). Para um exército que realmente se identificasse e sentisse como seus o interesse do povo, era fundamental a formação política, “não possuir um ponto de vista político correto é como não ter alma” (Tung, 2003:106).

No exército revolucionário, teria sido implantado “o sistema de representantes do Partido e de departamentos políticos” (Tung, 2003:101) de modo a fazer a ponte entre o partido e o exército, assim, cada soldado saberia que acima do comandante imediato existe o partido, o qual seria a direção política em última instância. Se cada soldado tivesse essa convicção consolidada, mesmo que algum oficial tentasse se voltar contra a direção política do partido, não contaria com a obediência de seus comandados. O soldado do exército revolucionário deveria pensar e criticar as ordens dos oficiais. Isso seria possível fazer sem relaxar a disciplina, se os papéis do exército e do partido estivessem desde o começo claramente delimitados: “O exército deve respeitar o governo e o partido e nunca “reclamar independência” com relação a estes” (Tung, 2003:103).

As relações entre soldados e oficiais deveriam ser democráticas e respeitadas, baseadas no amor, na cooperação e solidariedade. “Uns e outros devem pronunciar-se abertamente sobre as falhas e os erros de cada um e corrigi-los rapidamente” (Tung, 2003:111). Se para Debray a organização política deveria ser submetida à militar, para Mao, a organização militar é um espelho e extensão da política.

A todos, exceto os inimigos, deveria ser dado o direito de opinar, e os dirigentes em todos os escalões deveriam ser obrigados a ouvir as queixas e sugestões de seus subordinados. “Há dois princípios que importa aplicar: 1) Não cales o que sabes e nem guardes para ti o que tens a dizer; 2) Ninguém tem culpa pelo fato de ter falado” (Tung, 2003:118). Consciente de que a estrutura militar e partidária poderia favorecer práticas autoritárias, Mao defende que se faça um trabalho constante de vigilância e educação democráticas, ao mesmo tempo, seria preciso estar atento para os riscos da “ultrademocracia”, vista como a desordem, onde dirigentes não tem autoridade sobre os subordinados:

Dentro do próprio Partido, importa realizar uma educação para a democracia, de modo que cada militante possa entender o que é uma vida democrática, qual a relação entre a democracia e o centralismo, bem como a

maneira de pôr em prática o centralismo democrático. Só assim poderemos realmente ampliar a democracia no interior do partido e, ao mesmo tempo, evitar a ultrademocracia e o “deixar andar” que destrói a disciplina. (...)

No campo da teoria é necessário arrancar as raízes da ultrademocracia. Primeiro, há que assinalar que o perigo da ultrademocracia está em prejudicar e mesmo destruir completamente a organização do Partido, em enfraquecer e mesmo minar inteiramente a capacidade combativa do Partido, tornando-o incapaz de cumprir as suas tarefas de luta e arrastando, por consequência, a derrota da revolução. Por último, há também que assinalar que a origem da ultrademocracia está na aversão individualista da pequena burguesia pela disciplina. Essa aversão, uma vez introduzida no Partido, traduz-se em idéias ultrademocráticas nos planos político e de organização, idéias absolutamente incompatíveis com as tarefas de luta do proletariado. (Tung, 2003:119,120)

No que tangia à formação militante, o objetivo era que “todos os que a recebam [a formação] se desenvolvam moral, intelectual e fisicamente, e se convertam em trabalhadores cultos e de consciência socialista” (Tung, 2003:121) Falando da formação de quadros, defende que os estudantes deveria estudar os problemas objetivos da Revolução Chinesa e o marxismo-leninismo de maneira aprofundada, evitando a discussão da teoria pela teoria, “devendo portanto rejeitar-se o método de estudar o marxismo-leninismo de maneira estática e isolada” (Tung, 2003:121), ou seja, estudá-lo aplicando-o à análise da realidade.

Mao se preocupava constantemente com a educação militar, inquietando-se com a tendência de o exército se impor ao partido. Daí a preocupação que os principais comandantes e instrutores fossem pessoas afinadas com a linha do partido e fiéis a este. Os militares deveriam desenvolver a arte militar, mas o primeiro momento da formação dos combatentes deve ser o da formação política, e depois militar:

No começo, importa acentuar o aspecto político (...) só então se poderá empreender, facilmente e com melhor resultado, a consolidação e a instrução no plano militar. (Tung, 2003:122)

Ao contrário, para Debray, a formação política e ideológica não era importante no início da atividade guerrilheira, que primeiro vinha o aspecto físico, visando à prática militar, e depois, com o tempo, viria a formação política e ideológica. Evidentemente, Debray não estava preocupado que o exército popular viesse a se impor sobre o partido, pelo contrário, defendia essa premissa abertamente.

Uma das discussões mais interessantes dos comunistas de todos os matizes é a questão do internacionalismo. Muitos partidos e movimentos

revolucionários se reivindicam ao mesmo tempo, internacionalistas e nacionalistas, o que para alguns é uma contradição e para outros não. Mao sistematizou seu pensamento de modo a distinguir tipos diferentes de nacionalismo e, logo negar qualquer incompatibilidade entre nacionalismo e internacionalismo.

Acaso os comunistas, que são internacionalistas, poderão ser ao mesmo tempo patriotas? Nós pensamos que não somente podem como também devem sê-lo. As condições históricas é que determinam o conteúdo concreto do patriotismo. Existe o nosso patriotismo, e existe o “patriotismo” dos agressores japoneses e de Hitler, a que os comunistas devem opor-se resolutamente. Os comunistas japoneses e alemães são pela derrota dos seus próprios países na guerra. O interesse dos seus povos está em contribuir por todos os meios para a derrota de guerra feita pelos agressores japoneses e por Hitler, e quanto mais completa for essa derrota, melhor. (...) O caso da China é diferente pois esta é vítima da agressão. É por essa razão que os comunistas chineses devem combinar o patriotismo com o internacionalismo. (...) o patriotismo é uma aplicação do internacionalismo na guerra de libertação nacional. (Tung, 2003:127)

O sentimento de nacionalidade deveria ser qualificado em função das condições históricas da luta, se um militante luta pela revolução em seu país, é um nacionalismo revolucionário, se um exército lança seu povo em uma guerra imperialista ou colonizadora falando da pátria, é um nacionalismo burguês, reacionário ou fascista. Se um militante comunista se opõe aos nacionalistas burgueses de seu país está opondo o bom nacionalismo ao mau nacionalismo. Se um militante apóia a luta dos revolucionários em outro país, é internacionalismo, que não é incompatível com o bom patriotismo:

Que espírito leva um estrangeiro a tomar desinteressadamente a causa da libertação do povo chinês como sua própria causa? O espírito do internacionalismo, o espírito do comunismo, um espírito que todos os comunistas chineses devem assimilar. (...) Nós devemos unir ao proletariado de todos os países capitalistas, ao proletariado do Japão, da Inglaterra, dos Estados Unidos, da Alemanha, da Itália, e dos demais países capitalistas; só assim será possível abater o imperialismo e libertar a nossa nação e o nosso povo, libertar as demais nações e povos do mundo. Tal é o nosso internacionalismo que opomos ao nacionalismo e patriotismo estreitos. (Tung, 2003: 128)

Depois de conciliar nacionalismo e internacionalismo, o autor fala das relações entre os revolucionários de países diferentes e da ajuda externa, para Mao a ajuda externa era importante, mas não se deveria depender dela:

Para chegar à libertação completa, os povos oprimidos devem apoiar-se em primeiro lugar na sua própria luta, e só depois na ajuda internacional. Os povos cujas revoluções já triunfaram devem ajudar os que ainda lutam pela libertação. Esse é o nosso dever internacionalista. (Tung, 2003:128)

Para Mao, “Os países socialistas são Estados de tipo completamente novo” (Tung, 2003:129) e deveriam se integrar com os outros países socialistas e os povos em luta pelo socialismo de todos os outros continentes. “devem unir-se, de maneira a formarem a mais ampla frente única contra a política de agressão e guerra do imperialismo norte-americano e defenderem a paz mundial” (Tung, 2003:129).

A discussão que Mao faz sobre nacionalismo e internacionalismo tem sentido e serviu e ainda serve como referência em muitas organizações e partidos de esquerda no mundo de uma forma geral e no Brasil em particular, o MST, no Brasil é um exemplo.

Mao também alerta sobre os perigos do “liberalismo” nas organizações revolucionárias, entendido como um conjunto de valores individualistas que contaminaria os comunistas:

O liberalismo é extremamente prejudicial nas coletividades revolucionárias. É um corrosivo que rói a unidade, afrouxa a coesão, engendra a passividade e provoca dissensões. Priva as fileiras de uma organização sólida e de uma disciplina rigorosa, impede a aplicação integral da política e separa as organizações do Partido das massas populares colocadas sob a direção deste. É uma tendência extremamente perniciosa. (Tung, 2003:173,174)

As principais manifestações do liberalismo seriam:

Constatamos que alguém está a agir mal, mas, mas como se trata de um velho conhecido, (...) a preocupação de manter a harmonia e a boa amizade. Ou então, para mantermos essa boa harmonia, não fazemos mais do que críticas ligeiras, (...) Eis uma primeira forma de liberalismo.

Em privado, entregamo-nos a críticas irresponsáveis em vez de fazermos, ativamente sugestões à organização. Não dizemos nada de frente às pessoas, mas falamos muito pelas costas; (...) Eis uma segunda forma de liberalismo. Desinteressamo-nos completamente por tudo que não nos afete pessoalmente; (...) Eis uma terceira forma de liberalismo.

Não obedecemos a ordens, e colocamos as nossas opiniões pessoais acima de tudo. (...) Eis uma quarta forma de liberalismo.

Em vez de relutar e combater as opiniões erradas, no interesse da união, (...) entregamo-nos a ataques pessoais, (...) Eis uma quinta forma de liberalismo.

Escutamos opiniões erradas sem elevarmos uma objeção, (...) como se de nada se tratasse. É uma sexta forma de liberalismo.

Quando nos encontramos entre as massas, não fazemos propaganda nem agitação, não usamos da palavra, não investigamos, não fazemos perguntas, não tomamos a peito a sorte do povo, ficamos indiferentes, esquecendo-nos que somos comunistas e comportando-nos como um cidadão qualquer. É uma sétima forma de liberalismo. Vemos que alguém comete atos prejudiciais aos interesses das massas e não nos indignamos, (...) Essa é uma oitava forma de liberalismo.

Não trabalhamos seriamente, mas apenas para cumprir formalidades, sem plano e sem orientação determinada, (...) Essa é uma nona forma de liberalismo.

Julgamos ter prestado grandes serviços à revolução e damo-nos ares de veteranos; (...) relaxamo-nos no trabalho e no estudo. Eis uma décima forma

de liberalismo. Cometemos erros, damo-nos conta deles, mas não queremos corrigi-los, (...) Eis uma Décima Primeira forma de liberalismo. (Tung, 2003:172,173)

Os liberais se armariam tanto do marxismo como do liberalismo, falam em nome do primeiro e agem em função do segundo. Assim, era preciso combater o desvio liberal. E o melhor meio era através da direção coletiva, do balanço regular, da educação e da disciplina para todos. Só assim se poderia superar os velhos hábitos da antiga sociedade e instaurar o novo.

Para Mao. o centralismo democrático é entendido como método fundamental de poder coletivo, garantidor da vontade da maioria e da existência e direito de expressão da minoria. A liberdade absoluta seria impossível em qualquer formação social, limitada pelo direito da coletividade. No âmbito do poder popular seria a própria coletividade que determinaria de forma transparente o que poderia ou não ser permitido:

No seio do povo, a democracia é correlativa ao centralismo e a liberdade é correlativa à disciplina. Em ambos os casos, trata-se de dois aspectos de uma mesma entidade, simultaneamente em contradição e em unidade, não devendo nós sublinhar unilateralmente um e negar o outro. No seio do povo não se pode prescindir da liberdade nem da disciplina; não se pode prescindir da democracia nem do centralismo. Essa unidade de democracia e centralismo democrático de liberdade e disciplina, constitui o nosso centralismo democrático. Sob tal sistema, o povo goza de uma ampla democracia e liberdade mas, ao mesmo tempo, ele deve se manter dentro dos limites da disciplina socialista. (Tung, 2003:177)

No âmbito do Partido, as regras da disciplina seriam as seguintes:

- 1) subordinação de cada membro à organização.
- 2) subordinação da minoria à maioria;
- 3) subordinação do escalão inferior ao escalão superior;
- 4) subordinação da totalidade do Partido ao Comitê Central. (Tung, 2003:178)

A subordinação da minoria à maioria é uma questão central. A minoria não deveria jamais desrespeitar as decisões da maioria, atitude equivalente à sabotagem.

O método da crítica e da autocrítica era tido como um dos meios mais eficientes de identificar e corrigir as falhas, exercitar a humildade e fortalecer a disciplina. A aceitação deste método revela confiança no poder renovador e formador das discussões abertas e francas:

Dentro do partido, a oposição e a luta entre idéias de naturezas diferentes são um fato freqüente; no Partido, isso é um reflexo das contradições que existem entre as classes, e entre o novo e o velho no interior da sociedade.

Se não existissem contradições no Partido e não houvesse lutas ideológicas para resolvê-las, a vida do Partido cessaria. (Tung, 2003:182,183)

A crítica e a autocrítica constituiriam formas abertas de luta ideológica, luta legítima que permitiria que a organização evoluísse pelo confronto leal e aberto de idéias. As idéias de influência reacionárias deveriam ser demonstradas e debatidas; ao final de cada debate, as opiniões vencidas deveriam ser abandonadas e seus portadores se autocriticarem. A crítica não poderia ser tomada como uma ofensa e tão pouco como ataque pessoal, as características pessoais sem relação com a política não eram admissíveis. A crítica seria política e baseada em fatos, evitando-se o subjetivismo. Todos os militantes cometem erros, portanto todos deveriam ter humildade para receber a crítica, liberdade para esclarecer eventuais enganos e se defender e, do direito de criticar. Contudo dever-se-ia evitar a banalização da crítica, para que não se transforme em arma de disputa e desqualificação pessoal:

Nós somos pela luta ideológica ativa porque ela é uma arma para se atingir a unidade interna do Partido e demais organizações revolucionárias em benefício do nosso combate. Cada membro do Partido comunista, cada revolucionário, deve empunhar essa arma.

O liberalismo, porém, rejeita a luta ideológica e preconiza uma paz sem princípios, dando assim lugar a um estilo decadente e filisteu e provocando a degenerescência política de certas entidades e certos indivíduos, no partido e em outras organizações revolucionárias. (Tung, 2003:183)

O sucesso da revolução dependeria não somente de uma correta orientação política, como também de uma política eficiente de formação de quadros. Trata-se de garantir que a geração que vai substituir aqueles que dirigiram a revolução não se degenera, se burocratize ou restaure a ordem anterior. A especial atenção a este ponto está relacionada com a evolução da burocracia na URSS, que durante o XX congresso denunciou Stalin e operou mudanças de qualidade na linha defendida até então. Mao faz várias referências à URSS. Especialmente à Krushev.

Baseando-se nas transformações verificadas na União Soviética, os profetas do imperialismo depositam as suas esperanças de “evolução pacífica” na terceira ou quarta geração do Partido chinês. Nós devemos desbaratar completamente essas profecias imperialistas (Tung, 2003:194, 195)

Neste longo trecho, transcrito a seguir, Mao opõe sistematicamente, as qualidades de um legítimo quadro comunista à Krushev, tido então como padrão de degeneração.

Quais são as condições requeridas para ser um digno continuador da causa revolucionária do proletariado?

Ser um genuíno marxista-leninista e não, como Krushev, um revisionista disfarçado com a capa do marxismo-leninismo.

Ser um revolucionário que serve de todo o coração à esmagadora maioria dos povos da China e do mundo, e não como Krushev, um servidor de um punhado de membros da camada privilegiada burguesa do seu próprio país e dos interesses do imperialismo e da reação no plano internacional.

(...) Ele não só deve unir-se com os que partilham os seus pontos de vista mas ainda saber unir-se com os que não partilham esses pontos de vista, e até mesmo com aqueles que lhe faziam oposição e que a prática provou os respectivos erros. Contudo, ele deve estar especialmente vigilante com os arrivistas e conspiradores do gênero Krushev e impedir que estes usurpem a direção do Partido e do Estado, em qualquer dos escalões.

Ele deve dar o exemplo na aplicação do centralismo democrático do Partido, deve dominar o método de dirigir que se baseia no princípio dito “das massas para as massas” e cultivar um estilo democrático que lhe permita escutar as opiniões das massas. Ele não deve, à semelhança de Krushev, ser despótico, violar o centralismo democrático do Partido, fazer ataques de surpresa contra os camaradas ou atuar de maneira arbitrária e ditatorial.

Ele deve ser modesto e prudente, guardar-se da arrogância e da precipitação; deve estar penetrado do espírito de autocrítica e ter a coragem de corrigir as falhas e os erros no trabalho. Ele nunca deve encobrir os erros que tiver cometido, nem atribuir-se todos os méritos e lançar todas as culpas sobre os outros, à semelhança de Krushev. (Tung, 2003:196)

O trecho acima foi muito lido e utilizado como referência pelos que foram críticos ao XX congresso do PCUS, certamente muito utilizado no PCdoB.

Para combater a burocratização, os quadros do partido deveriam atuar também na produção, de modo a não perderem suas identidades de trabalhadores. Para formar quadros seria preciso paciência, começar pela formação política, depois incitá-los à ação, em seguida ajudá-los a corrigir seus erros. Os quadros deveriam ser promovidos de acordo com sua dedicação e merecimento. Era preciso atentar também para os quadros que não pertencessem ao partido, mas que poderiam desempenhar tarefas importantes, alguns, inclusive, poderiam vir a ingressar na organização.

O pensamento de Mao foi oficialmente encampado pelo PCdoB, todavia, da mesma forma que no Partido Comunista da China, sua aplicação se deu sob a rígida centralização stalinista. Em linhas gerais, a vida interna do PCB durante o período das décadas de 1960 e 1970, (Conferência da Mantiqueira) e 1956, (quando das repercussões do XX Congresso do PUCS) até os principais dirigentes, à exceção de Prestes, eram os mesmos. A aceitação dos pressupostos maoístas impelia o PCdoB a criticar o caminho adotado tanto por Cuba, como pelas organizações que no Brasil adotavam aquele modelo com mais proximidade. Além do mais, o maoísmo, pela sua valorização das tradições comunistas de antes de

1956, se adequava como uma luva para o perfil dos dirigentes pededobistas. Enquanto era praticamente impossível aderir a proposta Cubana mantendo o mesmo formato de organização tão caro a estes mesmos personagens.

Entretanto, mesmo as grandes diferenças de concepção (algumas de princípio) não impediram o PCdoB de atuar de forma coordenada com outras organizações, o caso mais interessante foi com a ALN, como será desenvolvido no próximo capítulo.

A ALN, também teve influências do maoísmo, muito embora isso seja muito pouco mencionado. De acordo com Carlos Eugênio Paz⁶⁹, constitui um exagero de alguns historiadores afirmar que a ALN era uma “organização à moda cubana”. Marighella e Toledo teriam pensado para esta organização um formato adaptado para as necessidades do Brasil, “um caminho brasileiro”, e se algumas premissas de organização, típicas do formato difundido por Cuba, foram aproveitadas, as contribuições do maoísmo também existiram e foram muito importantes:

Nós nunca tivemos uma linha cubana. (...) Marighella era original o suficiente, e Toledo era original o suficiente, e suficientemente preparados para propor um caminho brasileiro. Nós pegamos coisas dos cubanos? Pegamos, mas pegamos da Revolução Chinesa também, aquela história da Grande Marcha do Mao e das colunas dentro da área estratégica no Brasil, não tinha nada a ver com a Serra Maestra e com a teoria do foco. A ALN nunca foi foquista. (CP,2008)

Também o PCBR foi em alguma medida, influenciado pelo maoísmo, embora essa organização não deva de modo algum ser designada por maoísta. De acordo com Cláudio Gurgel⁷⁰, em entrevista para esta pesquisa, as idéias de Mao Tsé Tung foram lidas e levadas em conta pelos dirigentes deste partido:

Os escritos de Mao eram lidos de uma maneira um pouco mais conceituais⁷¹. Porque para nós existia a idéia,... não a idéia do cerco da cidade pelo campo, isso não era professado por nós. (...) mas nós, a despeito de não defendermos o cerco da cidade pelo campo, tínhamos a idéia da concepção do exército revolucionário. (CG,2008)

Algumas premissas do pensamento maoísta podem ser facilmente identificadas nos artigos e documentos do PCBR (Como veremos no capítulo 5),

⁶⁹ Doravante “CP,2008”.

⁷⁰ Designaremos nas citações da entrevista de Cláudio Gurgel, com as iniciais, “CG,2008”.

⁷¹ Gurgel afirma que Mao era lido de forma “um pouco mais conceitual” que o livro “Guerra de Guerrilhas” de Chê Guevara, tido pelos militantes do PCBR como um livro técnico-militar. O livro de Debray, “Revolução na Revolução” era recusado pelos militantes do PCBR por ser considerado muito foquista.

embora Mao não seja muito citado. Pode-se mesmo afirmar que o PCBR logrou aplicar os princípios democráticos que o texto do maoísmo defende e que na maior parte dos casos, os partidos maoístas não aplicaram.

Acreditamos que essa breve análise das teorias de luta armada nos permite propor que nas três organizações analisadas se verificaram influências da Revolução Cubana e da Revolução Chinesa.

ALN : A AÇÃO

As divergências de Marighella com a direção do PCB iniciam-se em 1961, na ocasião da renúncia de Jânio, mas se aprofundaram após o Golpe de 64. A rejeição pelo Comitê Central do “esquema para discussão” elaborado pela Comissão executiva, então composta por vários militantes que formariam a ALN e o PCBR marcou o início da radicalização de Marighella e outros militantes.

A ALN se formou no mesmo processo que o PCBR, a partir de uma cisão da Corrente Revolucionária. A principal razão para que os aliados na luta contra o caminho pacífico não viessem a formar uma mesma organização, foi a questão do partido. Para Marighella, especialmente depois de sua viagem a Cuba, a organização tradicional dos comunistas era tida como pesada, burocrática e ineficiente. Não sendo possível chegar a um meio termo entre as propostas de um lado e de outro, acabaram por integrar organizações diferentes. Marighella e seus aliados formando a ALN, a outra parte formando o PCBR, as dissidências estudantis e o MR8. Tal divergência, já amplamente conhecida, é mencionada também por Carlos Eugênio Paz em entrevista concedida para este trabalho:

Ao mesmo tempo em que a gente discutia politicamente com a direita⁷² do partido, a gente discutia politicamente com esse pessoal que, a diferença de nós, queria fundar um outro partido. Foi a diferença entre nós e o PCBR, fora isso, sempre tivemos excelentes relações. (...) a grande questão nossa era essa questão do partido. A gente achava que a nova luta e às novas conjunturas, correspondia (...) um novo funcionamento orgânico. E o PCBR com aquela coisa de montar um novo partido, isso acabou nos distanciando, mas nos distanciando como organizações, mas sempre fomos organizações aliadas. (CP,2008)

A ALN foi constituída com o objetivo de fazer a revolução, pois acreditava que a conjuntura daquele momento estava marcada pela crise do capitalismo e pela emergência de revoluções no molde cubano em todo o mundo e especialmente na América Latina.

Se tentarmos escolher uma primeira palavra que possa definir o espírito daquela época para a esquerda, certamente essa palavra seria esperança, mas a segunda seria pressa. Militantes das mais diversas origens, desde os antigos e

⁷² O entrevistado fez questão de esclarecer que ao usar a expressão “direita do partido” não quer dizer que seus adversários no PCB eram de direita. Segundo Carlos Eugênio Paz no jargão da esquerda radical daquela época, todos aqueles favoráveis à luta armada eram considerados “de esquerda”, e todos aqueles contrários eram chamados “de direita”, mas essa qualificação não os igualava de maneira nenhuma à direita da sociedade.

respeitados dirigentes do PCB aos ainda jovens e inexperientes ativistas do movimento estudantil estavam convictos das premissas básicas da luta armada, ainda que essa convicção não se manifestasse de forma homogênea. No movimento estudantil e na juventude comunista, leitores ávidos se encantavam com o livro “Revolução na Revolução” de Régis Debray e “Guerra de Guerrilhas”, de Che Guevara. Nunca antes, a revolução pareceu tão perto tão ao alcance de suas mãos, ou para usar um conceito caro a Marighella, de sua ação.

Especialmente entre os setores dissidentes, se acreditava que o endurecimento da ditadura brasileira era uma evidência da crise do sistema capitalista no Brasil. Que aos primeiros grupos de militantes em armas, muitos outros surgiriam pela força do exemplo (que se acreditava seria bem sucedido), dos primeiros guerrilheiros. O desencadeamento de inúmeros grupos guerrilheiros dispersaria as forças da repressão num primeiro momento, e num segundo, por meio da união dos diversos grupos, formar um genuíno exército popular. Capaz de se opor frontalmente às forças do exército burguês.

Não havia tempo a perder. E uma das mais perigosas maneiras de perder tempo e colocar tudo a perder, seria insistir numa forma de organização pesada, ineficiente, super hierarquizada e não revolucionária como um partido comunista, a exemplo do que era o PCB.

Já há algum tempo, os revolucionários cubanos, através das secretarias nacionais da OLAS e por todo tipo de declarações públicas (faladas ou escritas) afirmavam peremptoriamente que os partidos comunistas da América Latina eram uma força negativa para o avanço da revolução no continente. No caso específico de Marighella, em sua luta interna contra Prestes e seus aliados, as afirmações dos cubanos, além de aceitas ganharam um pouco de sua interpretação particular. Marighella não copiou simplesmente ou aceitou de forma passiva o que afirmavam os líderes da Revolução Cubana, embora muito os admirasse, mas combinou as premissas de Debray, Che e Mao ao que acreditava serem as especificidades das condições brasileiras. Quase nada da ALN lembra seu antigo partido. Mas se atentarmos bem, quase toda afirmação de Marighella a respeito de como deve ser a nova organização corresponde a uma crítica ao PCB. Na falta de um termo mais apropriado, é como se Marighella, tentasse fazer tudo ao “contrário” do PCB. Identificando no funcionamento do PCB as forças que potencialmente podiam restringir e frear as forças da revolução, procurou

estruturar a nova organização de modo que estas forças não pudessem nela existir. A ALN foi pensada como antítese do PCB. Ação era a palavra de ordem, em oposição à paralisia da máquina burocrática que no seu entender havia se tornado o partido histórico dos comunistas brasileiros. Dentro da nova organização, os revolucionários tinham liberdade praticamente absoluta para praticarem ações revolucionárias, entendidas grosso modo como sinônimo de ações armadas, que como já se disse, deveriam ter um efeito multiplicador, de modo que as ações armadas seriam revolucionárias em si, articuladas a uma estratégia maior que consistia quase simplesmente na difusão da luta armada. O poder da direção na nova organização era muito mais limitado que nos partidos comunistas tradicionais. E o critério mesmo para um militante ingressar em qualquer das coordenações era a participação, com destaque, nas ações armadas. Esses mecanismos, pensados para impedir que uma direção burocrática tivesse força para impedir o ímpeto revolucionário das bases, tiveram o efeito adicional de assegurar hegemonia na organização aos mais aguerridos militarmente na direção da ALN.

Contudo, se a palavra “Ação” se opõe ao PCB, a continuação “Libertadora Nacional” está sem dúvida associada à tradição pecebista. A ALN nega de forma praticamente absoluta a estrutura do PCB, mas sua referência de programa político não é completamente estranha ao pecebismo. Até mesmo a sigla ALN (Ação libertadora Nacional) pode ser confundida com facilidade com ANL (Aliança Nacional Libertadora), talvez a experiência mais marcante de mobilização popular do PCB e que marcou a primeira tentativa de insurreição no Brasil em 1935. Insurreição na qual Marighella e Joaquim Câmara Ferreira tomaram parte, fique-se registrado.

Ao longo da existência da ALN, vários foram os textos que tratavam diretamente das questões de organização. De início as idéias de Marighella foram a principal e mesmo única referência. O grande revolucionário foi morto em novembro de 1969 e seu sucessor, Joaquim Câmara Ferreira, teve o mesmo destino alguns meses depois. E a esperada difusão do movimento guerrilheiro por todo o país não aconteceu.

Em todo o caso, a formulação que Marighella deu à sua organização foi eficaz no sentido de impedir que uma direção burocrática freasse as ações armadas. Ocorre que sua avaliação da conjuntura, que correspondia ao espírito de

seu tempo, não considerou de maneira apropriada a capacidade de reação da ditadura. Não se trata de incoerência, pois os dirigentes mencionados se utilizaram de grande instrumental teórico, e de sua experiência política na avaliação daquela realidade. E realmente, durante o período de 1964 até os inícios dos anos 70 a ditadura militar era impopular e os sucessos do “milagre econômico” eram inimagináveis naquele momento. E não era possível saber que a opção pela via armada iria terminar do modo como hoje, retrospectivamente, sabemos. O único meio de saber era agindo, aliás, lembrando Lênin: “todo combate implica possibilidades abstratas de derrota, e não há outro meio de diminuí-las senão preparando-se sistematicamente para o combate.” (Lênin, 1988:105).

No entanto, a análise que Marighella e seus pares da ALN faziam da realidade não foi suficiente. O fato de que a opinião pública não endossava o regime instalado em 1964 não se traduziu em apoio maciço à iniciativa da luta armada. Dentro do PCB, os instrumentos conceituais utilizados para caracterizar a conjuntura foram, em muitos casos, generalizantes em demasia, uma espécie de marxismo esquemático, determinista. Os conceitos que tomavam a realidade por meio de aspectos excessivamente gerais, sem dar o necessário peso às especificidades. Não são poucos os exemplos, como na tentativa de levante em 1935, na perspectiva exageradamente progressista da “burguesia nacional” em 1947, (quando o partido foi surpreendido com a cassação) e em 1964, (quando foi surpreendido pelo golpe). No ímpeto insurrecional do Manifesto de Agosto e do IV Congresso, que encontrou tão pouca (ou nenhuma) correspondência real. Essa debilidade teórica, essa tendência a linearizar, faz parte de uma certa tradição do marxismo da III Internacional e do stalinismo. Como já enfatizado no primeiro capítulo, o stalinismo não é só autoritarismo. Neste caso, uma prática democrática pode conservar heranças stalinistas conceituais. Preocupado em impedir que a ALN repetisse “os erros” do PCB, Marighella não atentou para uma questão fundamental, a convicção exagerada que por vezes transformava questões de avaliação em princípios (por exemplo, ao afirmar que todos os que não defendem a luta armada não seriam revolucionários). O mecanicismo, que não poucas vezes deu ensejo a insistência no caminho pacífico, ou na reprodução acrítica das formulações da IC, no caso da ALN continuou existindo, embora agindo em direção inversa.

As formulações de Marighella, feitas no contexto de até 1969, foram cristalizadas e não questionadas até a segunda metade da década de 1970 (com muito custo, questionou-se o conceito de autonomia tática em 1970, mas em nada se modificou a tática de atuação). Mesmo nos momentos em que a correlação de forças era claramente desfavorável, quando as sucessivas coordenações tornavam-se cada vez mais militaristas, só sabiam concluir que a saída estava na intensificação do caminho armado, “manter a chama acesa”, como disse várias vezes em seus livros, Carlos Eugenio Paz.

Devido à hegemonia dos militaristas, poucos dirigentes ousaram falar em recuo, palavra que se tornou sinônimo de covardia, reformismo e traição. Até que, destroçada em 74 a última coordenação nacional, os núcleos remanescentes, em meio à vários militantes que retornavam ao PCB, ensaiaram gradual e timidamente um retorno às teses leninistas que tanto haviam negado. O que demonstra que, a despeito de todo o esforço de se diferenciar do antigo PCB, a experiência e o aprendizado feitos neste partido sempre estiveram vivos na ALN.

Como se sabe, a ALN foi a maior organização da esquerda armada no período da Ditadura Militar, e suas dimensões iniciais eram impressionantes. De acordo com Vinhas: “Carlos Marighella e Joaquim Câmara Ferreira organizam a Ação Libertadora Nacional (ALN), que arrasta cerca de 10.000 militantes em todo o país” (Vinhas, 1982:242), número que embora possa parecer exagerado, conta com a confirmação de Carlos Eugênio Paz: “Tranqüilamente, isso corresponde aos cálculos que a gente fazia na época e que eu continuo fazendo hoje. Nós éramos muita gente”. (CP,2008) Por outro lado, segundo Apolônio de Carvalho, conforme citado no segundo capítulo, a base da Corrente Revolucionária, que concentrava a maioria do PCB nas principais aglomerações operárias, girava em torno de 9000. Como a ALN não ficou com todos os militantes da Corrente, é impossível, neste caso, que suas dimensões tenham chegado a 10000. É impossível precisar o tamanho da ALN. Mas é perfeitamente lícito afirmar que era composta de milhares de membros, e certamente de uma extensa rede de simpatizantes. Embora nem todos os seus militantes, e provavelmente nenhum de seus simpatizantes tenham pegado em armas.

Por suas dimensões, torna-se inviável para este trabalho desenhar um retrato, ainda que trêmulo e imperfeito, desta organização. Deste modo analisarei a evolução da política de organização da ALN a partir de alguns de seus

documentos internos, de alguns trabalhos produzidos sobre ela e pelo depoimento de um de seus mais famosos militantes: Carlos Eugênio Paz. Esperamos assim compreender como, a partir de uma leitura particular da conjuntura nacional e internacional em fins da década de 1960 e inícios de 1970, se planejou e executou uma política de organização de tipo completamente novo na história do Brasil.

Embora a ALN tenha recebido adesões de grupos revolucionários em todas as regiões, a maior parte de seus militantes veio do PCB. Também é objetivo deste capítulo analisar em que medida a experiência militante no PCB foi aproveitada na atuação dentro da nova organização, bem como entender suas naturais dificuldades advindas desta mesma experiência, pesquisar os conflitos entre os membros de militância mais antiga dentro do PCB (e que por isso mesmo possuíam hábitos mais cristalizados) com aqueles que iniciaram sua vida política dentro da ALN, ou nela tiveram sua experiência mais significativa, se adaptando com facilidade muito maior.

A fim de dar conta desta empreitada, procederei dentro do possível de forma cronológica, analisando o pensamento de Marighella e seus julgamentos sobre o universo político de seu tempo, ainda dentro do PCB, no Agrupamento Comunista, e na ALN até sua morte. Em seguida analisaremos a chefia de Joaquim Câmara Ferreira à frente da organização e as mudanças por ele imprimidas de acordo com as leituras feitas sobre o momento político vivido. Depois de morto Joaquim Câmara Ferreira, avaliaremos a organização depois dele. Ao final veremos o balanço que os próprios membros da ALN fizeram de sua organização em fins de 79.

Como já é amplamente conhecido, a década de 1960 foi marcada por uma profunda efervescência política e cultural, uma época em que os sonhos mais ousados eram tidos como possíveis. Nesse contexto, em seu livro “Por que resisti à prisão”, Marighella via nos acontecimentos que marcaram aquela época, especialmente na Revolução Chinesa e na Revolução Cubana, elementos que traziam uma nova perspectiva à atuação revolucionária marxista. Desta forma, o autor fala da emergência de um “novo marxismo” ou “marxismo contemporâneo” e de uma nova geração de revolucionários, qualitativamente diferentes do marxismo tradicional, ou “velho marxismo”, forjado na referência à Revolução Russa e no contexto da Primeira e Segunda Guerra Mundial, na resistência ao fascismo etc.

Associados ao “marxismo contemporâneo”, estavam as experiências revolucionárias de Cuba, das guerras populares da Ásia, e o contexto da guerra fria, na qual se forjou a nova geração. Lembra também das declarações das Conferências Internacionais de Partidos Comunistas de 57 e 60, mas sem entrar em detalhes acerca de seus respectivos conteúdos.

A fonte da argumentação é a mudança de contexto aberta com a guerra fria e a emergência de novos caminhos para o socialismo:

O marxismo dos dias de hoje é o marxismo-leninismo em sua expressão teórica mais completa – já agora incorporado com os resultados teóricos e práticos da vitória da revolução e do comunismo em países da Europa, Ásia, África e América Latina (Marighella, 1994:144).

A Revolução Cubana, nessa ótica, seria uma evidência da afirmação do novo marxismo-leninismo, e como tal, “não pôde deixar de ter efeitos e conseqüências entre nós”. (idem). A emergência do “marxismo contemporâneo”, na medida que traz à luz novas questões, desafia a liderança marxista tradicional, “chamando à luta as novas gerações”. (idem)

Neste raciocínio Marighella começava a desenvolver, ainda que de forma incipiente e indireta a tese da superação do PCB e suas tradicionais formas de organização. É importante lembrar que nas teses de Debray, a juventude, que pode muito bem ser associado ao conceito de “novas gerações”, é fundamental para a luta revolucionária.

Prosseguindo, o autor faz um balanço da evolução histórica da tensão democracia x autoritarismo no Brasil. O objetivo de tal raciocínio é demonstrar a inviabilidade das estratégias do PCB e defender uma mudança radical na linha de atuação.

Segundo o autor, depois do fracasso do levante de 35, seguiu-se a ditadura do Estado novo, que durou até o final da Segunda Guerra Mundial. Com a derrota do fascismo também o Brasil viveu uma pequena abertura democrática e o PCB finalmente conseguiu a legalidade e com ela, um espantoso crescimento. Em vista disto, sua legalidade foi cassada e o partido obrigado a mergulhar na ilegalidade e clandestinidade. Reconquistado seu espaço político, ainda que sem a legalidade, na medida que as massas começavam a se mobilizar pelas reformas de estrutura, veio o golpe de primeiro de abril de 1964: a “abrilada”. Durante todo o tempo, as forças armadas agiram no interesse das minorias abastadas e contra a

democracia e melhoria das condições de vida da maioria da população (como significativa exceção do contragolpe democrático de novembro de 1955: a “novembrada”).

Feito este pequeno balanço, Marighella identifica uma “lei histórica” da política no Brasil:

Uma análise atenta dos fatos revela, pois, que a lei histórica da evolução da vida política brasileira é a supressão das liberdades pelas forças armadas, através do golpe, sempre que a democracia avança e as massas se aprestam para chegar ao poder. (Marighella, 1994:146)

Segundo essa “lei histórica”, dois ensinamentos deveriam ser observados, primeiro, as forças militares seriam “um instrumento do aparelho de Estado para a repressão permanente da expansão das massas em busca da democracia” (idem), e segundo: “É impossível obter a vitória sem organizar independentemente a força do movimento de massas” (idem).

A não observância destes ensinamentos segundo o autor, levou à derrota das forças populares com o golpe militar, mesmo com uma política no geral acertada, orientada pela Declaração de Março. Acreditou-se que as massas conseguiriam de forma pacífica as reformas de base. A fonte do erro consistia em que: “Era um caminho sob a hegemonia da burguesia nacional” (Marighella, 1994:147). Esta, por sua natureza, tenderia à capitulação, por preferir a ditadura à hegemonia das massas. Ainda assim Marighella não nega a aliança tática com a burguesia: “Continua sendo exato com a burguesia nacional” (idem), mas não sob sua direção: “torna-se imprescindível travar a batalha pela conquista da hegemonia”. (idem). E só havia um caminho para disputar essa hegemonia:

E o único meio de disputar a hegemonia com a burguesia nacional era exatamente a luta para ganhar as massas na base da vigilância contra o golpe e para a resistência – com ou sem governo – caso se concretizasse a ameaça da reação. (idem)

O grande equívoco de Goulart teria sido ignorar a “lei histórica” brasileira e tentar fazer as reformas de base com a obstinada oposição das forças reacionárias do país. Da parte dos comunistas: “Repetiam-se as advertências de que responderíamos à violência com a violência, de que os golpistas seriam esmagados se levantassem a cabeça, sem que as palavras coincidissem com os atos” (Marighella, 1994:147, 148). A confiança na reação da burguesia ao golpe,

teria sido “um salto no abismo” (idem). As “marchas da família com Deus pela liberdade” teriam sido assistidas com apatia pela direção marxista, que nada fez.

O recurso à greve, (no dia do golpe) sem a aliança com os camponeses, “o ponto fraco da revolução brasileira” (idem) foi outro erro tático. O partido teria desprezado o trabalho junto ao campesinato, junto aos intelectuais, e na pequena burguesia, só preocupado com as negociações de cúpula. Tal isolamento do partido em relação a suas bases era motivado também pela “confiança alimentada no dispositivo militar da burguesia no poder” (Marighella, 1994:149) Some-se a isto, de acordo com Marighella, a falta de unidade na liderança revolucionária, e o despreparo teórico e ideológico:

...no passado, com uma linha stalinista, fomos à derrota, como ainda agora também saímos derrotados aplicando uma linha geral correta do ponto de vista do marxismo contemporâneo, isto quer dizer que há uma causa mais profunda na raiz do erro, que não nos permite dar um passo adiante nos momentos decisivos ou no desfecho das crises.

Essa causa é de ordem ideológica e só pode ser superada com o estudo atento dos erros cometidos e a reformulação de inúmeras questões e conceitos situados até agora num plano subjetivista e dogmático, e, em geral, de caráter burguês e pequeno burguês, e não proletário como deveria ser. (Marighella, 1994:151).

Por tudo isso, seria preciso abandonar as esperanças na burguesia nacional e organizar as massas populares para a luta como único caminho possível.

Até a segunda metade do ano de 1966, Marighella, um dos principais articuladores da Corrente, dedicou muito de suas energias para disputar o VI Congresso do PCB. Carlos Eugênio Paz, em seu depoimento, revela que foi por esta razão que ingressou no PCB:

Nessas primeiras conversas com o Marighella, ele me disse: não você vai para partido, por que está havendo o seguinte, uma luta interna porque vem o VI Congresso, a gente tem que participar dos debates, e dentro destes debates, a gente consegue até ganhar o congresso e colocar o partido dentro da luta armada. (CP, 2008)

O livro de Marighella (Porque Resisti à prisão) foi recebido com muitas críticas pela direção do PCB, Prestes chegou a afirmar que o livro era muito bom até o capítulo 16, mas o resto não! O texto apresenta realmente uma nítida diferença de tom entre os 16 primeiros capítulos e os dois últimos. No entanto, em sua carta de desligamento da Comissão Executiva do partido em dezembro de 1966, o autor afirma que seu livro deve ser entendido como um todo, sendo os dois últimos capítulos inseparáveis do restante da obra. É muito provável que este

trecho tenha sido escrito no momento em que o dirigente desiste de disputar com a direção prestista a linha do congresso. Seu livro seguinte: “A Crise Brasileira”, é justamente um aprofundamento destes dois capítulos, e os ataques à linha do PCB são francos e diretos.

São muito fortes os indicativos de que em 1966, a estratégia de romper com o partido carregando o maior número de militantes, já estivesse em curso. Tal estratégia deve ser colocada nos marcos das manobras da direção prestista em garantir maioria no VI Congresso do partido. As trapaças se manifestaram no adiamento sistemático de sua realização, na dispersão dos dirigentes da Corrente pelo território do país (o que inadvertidamente acabou ajudando os opositoristas), na substituição de lideranças regionais por militantes afinados com a linha da direção, (por exemplo em São Paulo, onde Marighella foi substituído na executiva regional por Hércules Correa), na definição de critérios de seleção de delegados que prejudicavam de maneira flagrante a representação dos Estados onde a Corrente era mais forte, etc.

Marighella e Joaquim Câmara Ferreira defenderam, desde o Pronunciamento do Agrupamento Comunista, a tese da superação do Partido Comunista organizado em moldes leninistas clássicos como ferramenta útil ao processo revolucionário. Quanto a isto não há nenhuma dúvida, todavia, a partir de quando esta convicção se cristalizou? Ora, se os dois revolucionários fizeram parte do movimento de oposição designado de Corrente Revolucionária, que se propunha a vencer o VI Congresso, é perfeitamente factível considerar que a rejeição característica ao modelo partidário no pensamento de Marighella ganha seus contornos decisivos no momento em que fica claro que não será possível obter maioria no IV congresso, devido às manobras burocráticas da direção. O que significa que a primeira opção dos dois dirigentes não era uma nova organização, mas a mudança da linha do PCB e sua adaptação à luta armada:

A tendência na época, se a gente ganha o VI Congresso era a gente ter partido para aquela história do braço armado do partido. Seria ter preservado uma estrutura política centralizada como um partido, e talvez partir pra um braço armado, uma organização como por exemplo o (inaudível) e o IRA, onde há um braço político e um braço armado. Evidentemente que não podemos dizer com certeza, isso é uma especulação histórica. Uma das possibilidades seria essa. Porque eu lembro que já havia conversas entre nós sobre isso. (...) Mas a gente vai ganhar esse partido? (...) e aí se colocava: não, mais aí a gente faz um braço armado. A gente faz ou transforma o partido. Então, evidentemente são especulações, porque a história é o que aconteceu, não é o “se”. Mas uma das possibilidades seria essa. (CP,2008)

Em meio à desilusão quanto ao VI Congresso, Marighella se desliga da Comissão Executiva do partido. Em sua célebre “Carta à Comissão Executiva”, alguns conceitos que mais tarde seriam característicos da ALN começam a se delinear pela primeira vez. A carta é escrita em meio à disputa interna do PCB, em 1º dezembro de 1966. Nesse momento Marighella era o militante mais influente do estado de São Paulo. Já havia publicado “Porque resisti à prisão”, em 1965 e “A crise brasileira” em 1966, livros nos quais tornou públicas as suas divergências com a linha política de PCB. A maioria dos militantes em São Paulo compartilhava das posições de Marighella. A conferência realizada há pouco lhe havia dado 37 dos 39 votos dos delegados paulistas.

Marighella inicia a carta pedindo demissão da Comissão executiva. Deixa claro que não guarda nenhum ressentimento pessoal aos membros desta comissão, mas que suas divergências atingiram tal ponto que se tornara inviável sua permanência num mesmo organismo que eles. Para Marighella, as atividades da executiva se resumem a “fazer reuniões, redigir notas políticas e elaborar informes” (Marighella, 1979:89) Demonstrando um certo desprezo ao que considera vícios burocráticos, afirma: “minha disposição é lutar revolucionariamente junto com as massas, e jamais ficar à espera das regras do jogo político burocrático e convencional que impera na liderança” (idem).

De acordo com o autor, as divergências com a linha do partido datavam da a renúncia de Jânio. Na época, Marighella já teria criticado as posições do partido perante o coletivo, não sendo ouvido. O golpe de abril teria demonstrado que suas críticas eram pertinentes, mas ainda assim o partido não modificou sua orientação.

As razões falhas do partido em 1962, seriam as mesmas de 1964, o despreparo ideológico da executiva, revelado em suas concepções:

São concepções imbuídas de fatalismo histórico de que a burguesia é a força dirigente da revolução brasileira. A executiva subordina a tática do proletariado à burguesia, abandona as posições de classe do proletariado. Com isto perde a iniciativa, fica a espera dos acontecimentos. (Marighella, 1979:91).

Em vez de mudar de orientação, a pretexto de combater o revanchismo e o esquerdismo, a direção executiva estaria impedindo a mudança de linha política. Bloqueava a ação revolucionária conseqüente de combate à ditadura, que nas condições do Brasil, só poderia ser a luta armada: “a saída no Brasil – a

experiência atual está demonstrando, só pode ser a luta armada” (Marighella, 1979:93). Marighella, neste sentido, demonstra convicção que a insatisfação popular provocaria que as massas e a vanguarda ansiavam por uma saída mais radical: “Há no Brasil forças revolucionárias internas capazes de resistir à ditadura e ir à luta. E é verdade que o pensamento leninista brota por toda parte onde o proletariado faz sentir sua influência” (idem).

A ilusão da direção do PCB na burguesia nacional e condicionava sua linha política, reservando ao partido um papel de subordinação a esta classe social. Para contrapor-se, Marighella defendia uma linha política que tivesse como objetivo o poder:

A questão mais importante, a fundamental, é a questão do poder. Os revolucionários no Brasil não se podem propor a outra coisa senão a tomada do poder (...), não há porque lutar para entregar o poder à burguesia. (Marighella, 1979:94)

Assim, os objetivos do poder não poderiam ser a manutenção da ordem anterior, seria preciso uma nova Constituição e uma nova composição do Estado, “a época das revoluções democrático-liberais já está ultrapassada” (idem). O imperialismo acuado estaria se tornando cada vez mais agressivo, impedindo qualquer política de conciliação. “A luta pelas reformas de base não é possível pacificamente” (idem). A transformação do partido marxista em “apêndice dos partidos burgueses” (Marighella, 1979:95), levava à subestimação dos trabalhadores e principalmente dos camponeses, o “fiel da balança da revolução brasileira” (idem)

Em setembro de 1967, realizou-se a primeira (e única) conferência da Organização Latino Americana de Solidariedade (OLAS). Desobedecendo a determinação da Direção do PCB, que proibiu a participação de qualquer de seus militantes no evento, Marighella viajou a Cuba no intuito de participar do evento. A aventura lhe valeu a expulsão do partido. A conferência da OLAS foi marcante para o desencadeamento da luta armada não apenas no Brasil, como em toda a América Latina. Todavia, segundo Silva Júnior: “apesar de seu impacto, a OLAS não teve continuidade, foi uma única e última reunião com o objetivo de apresentar uma proposta concreta de revolução na América latina”. (Silva Junior, 2005:59). Sobre a viagem de Marighella, Carlos Eugênio Paz observa: “O partido, além de não mandar, proibiu seus militantes de irem. E Marighella, falou: “espera

aí, não preciso de pedir licença a ninguém para praticar atos revolucionários"! E foi-se embora para Cuba". (CP,2008)

De acordo com Gorender, "Durante a permanência na ilha, seu pensamento sofreu acentuada flexão, para a qual já estava propenso e que, sem dúvida, não se verificaria tão depressa sem o influxo direto das teses cubanas" (Gorender, 2003:104). A ida a Cuba não apenas consumaria a cisão com o PCB, mas também marcaria a adesão mais clara, por parte de Marighella, à estratégia da guerra de guerrilhas. Ainda em Cuba, sob o impacto da morte de Che Guevara, Marighella redige o documento "Algumas questões sobre as guerrilhas no Brasil". Neste, a proposta de luta armada, que em escritos anteriores sempre vinha associada à luta de massa, aparecia agora destituída de qualquer timidez:

... a guerrilha assumiu nos dias de hoje, uma nova dimensão, ao lhe ser atribuído o papel estratégico decisivo na libertação dos povos. Quer dizer, a guerrilha incorporou-se definitivamente à vida dos povos como a própria estratégia de sua libertação, o *caminho fundamental*, e mesmo único, para expulsar o imperialismo e destruir as oligarquias, levando as massas ao poder. (Marighella, 1979:117)

Em sua batalha interna no PCB, para mudar sua orientação política, Marighella mencionou em vários momentos a importância da luta armada. Embora tenha evoluído, no sentido de defender em cada documento a luta armada com maior ênfase, em todos, ela era apresentada como uma tática para a conjuntura vivida, obrigatoriamente associada ao movimento de massas e dirigida pelo partido. De maneira idêntica ao que defendiam seus companheiros de Corrente, dentre os quais, os que formariam o PCBR.

A luta armada, assumida expressamente como guerra de guerrilhas, deixa de ser uma tática e transforma-se na estratégia fundamental. Em "Algumas Questões Sobre Guerrilha no Brasil", documento que estamos analisando, o modelo de luta armada proposto por Marighella, assemelha-se de maneira dramática às teses de Debray e do modelo da Revolução Cubana, influência reconhecida pelo autor: "Tal formulação do problema, como seja o papel estratégico da guerrilha, não surgiu casualmente e sim porque a Revolução Cubana o introduziu no cenário da história" (idem). A afirmação deste novo modelo substituiria o anterior, típico da Revolução Russa:

Até então a experiência das revoluções de caráter marxista-leninista assentara suas bases na transformação da guerra antiimperialista mundial em guerra civil pela tomada do poder. Esta situação, com suas indispensáveis variantes, assinalou o desenvolvimento da história dos povos pelo menos

durante quatro décadas, a partir do triunfo da Grande Revolução Socialista de Outubro. (idem)

A Revolução Cubana permitiu ao movimento comunista mundial um caminho novo para o socialismo, na conjuntura daquele tempo:

A Revolução Cubana, como parte integrante da revolução socialista mundial, trouxe ao marxismo-leninismo um novo conceito: o da possibilidade de conquistar o poder através da guerra de guerrilhas, e expulsar o imperialismo quando não há guerra mundial e não se pode, portanto, transformá-la em guerra civil. (idem)

Esta contribuição ao marxismo propiciada pela Revolução Cubana, teria colocado a guerra de guerrilha num nível inteiramente novo, como possibilidade real de revolução principalmente na América Latina. No Brasil, “em todo o país aumenta o interesse sobre a guerrilha e são discutidos os seus temas mais importantes” (Marighella, 1979:118).

A crueldade do inimigo, que sabia que sua causa era injusta, daria à guerrilha milhões de apoiadores, “O fator decisivo da vitória da guerrilha está no apoio do povo, na confiança cega e absoluta das massas” (Marighella,1979:130)

Na medida em que o imperialismo adotava uma política global, a revolução teria de ser necessariamente internacionalista. Os revolucionários deveriam apoiar os povos que lutam de armas na mão e contribuir para “criar dois, três...muitos Vietnãs”. (Marighella,1979:119).

Outro objetivo seria “concretizar a solidariedade a Cuba através da luta armada em nosso país”. (idem) Por solidariedade não se entenda um mero apoio moral, mas exige fortalecer o socialismo no continente fazendo a revolução continental por meio da guerra de guerrilhas, conforme assinala o décimo terceiro ponto da declaração Geral da OLAS: “Que a solidariedade com Cuba e a colaboração com o movimento revolucionário em armas constitui um dever internacional de todas as organizações anti-imperialistas do continente”. (O guerrilheiro, nº1,1968:4). Por isso em nome da OLAS, “é uma questão de princípio estar a favor da Revolução Cubana”. (idem)

De acordo com as formulações do autor, nos países em guerra regular, a guerrilha desempenharia um papel tático. Em países que não estariam em guerra regular, como o Brasil, um papel estratégico. Durante a Revolução Russa, a Revolução Chinesa e a Revolução Vietnamita, para citar três exemplos clássicos, a atuação da guerrilha cumpria uma função acessória em relação ao exército regular.

Nos países onde não se verificava a existência deste conflito militar de proporções decisivas, como no exemplo da Revolução Cubana, a guerrilha desempenharia o papel estratégico na luta pelo poder, em função da inexistência mesma de um exército revolucionário. Contudo, a guerra de guerrilhas poderia propiciar a formação deste exército regular, deste momento em diante, voltaria a ser considerada tática. Assim, a guerrilha só é considerada estratégica enquanto não surge uma força militar maior. Se a estratégia é tomar o poder, a tática é luta armada via um exército regular revolucionário. Para quem inicia a luta armada, por outro lado, a formação deste exército passa a ser estratégica, e a tática para construí-lo é a formação de grupos guerrilheiros. Por outro lado, para aqueles que ainda não iniciaram a luta armada, a atuação em guerrilhas é estratégica, pois significa o início do processo revolucionário. O que é tático ou estratégico, varia de acordo com o momento da luta. Querer saltar etapas, por exemplo: iniciar o processo de resistência armada propondo o assalto direto ao poder, seria uma aventura impossível.

Em meio ao intenso debate travado naquele momento entre os comunistas, a discussão acerca das possibilidades reais de que a guerra de guerrilhas pudesse realmente triunfar era uma questão central. Ninguém duvidava das más condições de vida da maior parte da população, da impopularidade atribuída ao Estado ditatorial, dos baixos salários etc, ou seja, das condições objetivas para a revolução. A pergunta era: seria possível que a sociedade e as massas seguissem uma trilha tão radical? Existiriam realmente as condições subjetivas? No documento “ALN: Contribuição para um balanço autocrítico” produzido pelos remanescentes da organização em 1979, é citada uma interessante construção teórica de Marighella sobre as condições subjetivas para a revolução, utilizando-se dos conceitos de Lênin, (aprendidos a partir de sua militância pecebista) e combinado-os às teses de Debray. Marighella conclui que as condições objetivas não existem num plano abstrato, passivo, mas que só podem existir num processo dialético de ação política e seu crescimento:

Discorrendo mais extensamente sobre as condições subjetivas (já que nenhum grupo questionava a existência de condições objetivas para o desenvolvimento do processo revolucionário no Brasil), dizia Marighella em 1967: “mas o que são condições subjetivas? Do ponto de vista da filosofia marxista, são aquelas que refletem na consciência do homem e das massas a situação material concreta das classes oprimidas e exploradas, classes que acabarão sendo impelidas à revolução. Tais condições se concretizam – em

última análise – em partidos e organizações políticas que reflitam em seus propósitos e atividades os desejos materiais, as aspirações e necessidades das classes em luta. Cabe aos partidos, agrupamentos e organizações políticas conduzir as classes em oposição entre si. E conduzir tais classes à vitória contra o opressor é uma questão de adquirir consciência revolucionária e eleva-la cada vez mais”.

A consciência revolucionária, sem dúvida, não se adquire espontaneamente. Na dialética marxista, quando se trata do fenômeno social, um processo de desenvolvimento jamais se efetua por via espontânea. A luta, (não espontânea) é um fator imprescindível e fundamental para que o processo de desenvolvimento chegue às últimas conseqüências. Partidos, agrupamentos e organizações políticas que não passem à luta, não conseguirão criar a condição capaz de levar à revolução. Os que param para discutir a falta de condições objetivas e negar, por isso, a luta armada, são espontaneístas; negam na verdade, a filosofia marxista. Ou caem no campo do dogmatismo ou no campo da metafísica, como sucede a muitos revolucionários da América Latina que costumam citar a fórmula clássica de Lênin. Quem quer que analise, segundo a concepção filosófica materialista, o que Lênin afirmou sobre as condições para o estalo da Revolução e da luta armada, verá que não se trata de nenhum dogma. Pelo contrário, Lênin achou a interpretação filosófica acertada, segundo a dialética marxista, para o fenômeno da revolução que dirigiu vitoriosamente e que deu lugar ao primeiro estado socialista. Para Lênin, a condição sine qua non de sua fórmula clássica é a luta. Sem luta, jamais haverá condições subjetivas, “o que distingue a tática marxista é ser exata e rigorosamente uma tática de classe de vanguarda, uma tática de combate” (ver resposta ao questionário de Pensamento crítico e “ecletismo e marxismo”). (ALN: Contribuição para um Balanço autocrítico,1979:5)

A formulação acerca das condições subjetivas é bem mais complexa e acabada que a vista nos livros analisados de Che e Debray. Antes de tudo, as condições subjetivas, devem ser entendidas como aquelas relativas à direção do processo revolucionário. As condições objetivas e subjetivas formam um todo, dado pela dialética entre a insatisfação popular com a realidade material e política (condições objetivas) e a existência de uma referência de organização e liderança para as massas, ou seja, de uma organização que seja reconhecida pela base que pretende mobilizar. A principal polêmica entre os contrários e os favoráveis à luta armada, era se a população brasileira iria se envolver ou não nesta forma de resistência, ou seja, se a guerra de guerrilhas capitalizaria a insatisfação da massa, ou se isolaria politicamente desta. De acordo com a lógica exposta, seria a ação que determinaria a existência destas condições subjetivas, pois, se um partido ou organização não agisse, não poderia existir enquanto direção. Marighella acreditava que, a partir dos êxitos guerrilheiros e da desmoralização do Estado ditatorial, as massas tenderiam a apoiar e se envolver cada vez mais nessa luta. Assim, sem a luta armada, inexistiria apoio, com luta armada este apoio poderia

ser conquistado. Era na ação, na intervenção real que estava a “prova dos nove”. De outro lado, negar a estratégia de luta armada porque esta não estaria em sintonia com as premissas do partido leninista clássico, consistiria em colocar a defesa dos privilégios burocráticos à frente dos interesses da revolução. Esse argumento, presente em várias passagens dos escritos de Marighella, era muito forte e influente para aqueles militantes mais críticos à linha do PCB. Dentro das premissas que nortearam a estruturação da ALN, a defesa intransigente do modelo leninista só poderia ser dogmatismo, o reconhecimento de uma forma trans-histórica de organização que se tornava para alguns, mais estratégica que a revolução. Tal procedimento, pretensamente leninista, estaria a negar as próprias idéias de Lênin, uma vez que desconsiderava que em cada contexto, utilizar-se-á uma forma de luta (ou tática) correspondente.

Marighella via nas condições brasileiras, elementos favoráveis para o estabelecimento da guerra revolucionária de guerrilhas. A grande dimensão territorial era entendida como um ponto a favor, menciona a China e a URSS, que também são países de grandes dimensões territoriais e teriam se beneficiado da guerra de guerrilhas, tal como no Brasil se poderia fazer: “O Brasil é um país de área continental e, por conseguinte, apropriado para a ofensiva estratégica da guerrilha, que precisa de espaço para mover-se” (Marighella, 1979:120).

A guerrilha precisaria ter mobilidade, atacar sempre de surpresa e ser imprevisível para as forças da repressão. Impor ao inimigo defender seu território, ou seja, obrigando-o a despender grande esforço para manter seus territórios ocupados, com suas tropas empacadas, sem mobilidade. Assim as guerrilhas teriam a iniciativa, restando às forças do Estado tentar evitar os ataques guerrilheiros em alguns pontos. Para isso, as forças revolucionárias deveriam contar com as reservas humanas, a massa de camponeses e de operários para seu sustento. “contando com tais reservas (...) a guerrilha brasileira tem na ofensiva estratégica um método invencível de condução da guerra revolucionária” (idem).

Para tanto, a atuação privilegiada da guerrilha seria no interior do país, nas regiões mais afastadas possível dos grandes centros. A tática era “distrair” as forças da repressão onde estas fossem mais fortes, obrigando-as a que se concentrassem por lá, e fazer o trabalho estratégico de mobilização popular e construção do exército revolucionário no campo, onde as forças da repressão seriam parcas e dispersas. Dentro das metrópoles seria impossível qualquer

iniciativa que visasse ao poder, dada a força muito superior do inimigo, Marighella pouco mais tarde classificou a região de Rio de Janeiro – São Paulo – Belo Horizonte como sendo o triângulo estratégico inimigo – dentro deste cerco as forças revolucionárias não teriam nenhuma chance de vitória permanente.

A ofensiva estratégica começaria por provocar o inimigo onde ele é mais fraco, obrigando-o a se deslocar para o interior do país. Este deslocamento do inimigo iria permitir o crescimento das lutas urbanas, que poderiam sabotá-lo em seu território, o que além de facilitar o apoio logístico para a guerrilha, o obrigaria a retornar.

Um dos requisitos básicos para essa primeira fase seria “a existência de um pequeno núcleo de combatentes” (Marighella, 1979:122) e, a não ser em caso de guerra regular, esse núcleo deveria “ser imune ao convencionalismo dos partidos políticos de esquerda tradicional e suas lideranças oportunistas” (idem).

Nesta sua primeira fase, a ação da guerrilha “se destina a converter uma situação política em situação militar” (idem). Em documento produzido em 1979 por grupos remanescentes da ALN, foi explicado com bastante clareza o que significava transformar a situação política em situação militar:

A situação política a que se refere é a inegável revolta popular, cujas energias estão “represadas”, sendo a idéia do represamento de tais energias consequência direta da decepção dos revolucionários com a não resistência ao golpe de 64. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:4)

As formas tradicionais de política caíam no descrédito, a guerrilha passaria a ser a forma principal de luta para todo o povo, impactando todos os setores em luta. O método principal da guerrilha residiria na ofensiva, decisivo no aniquilamento do inimigo. Assim: “O objetivo político da guerrilha transforma-se, então, no mesmo objetivo de grandes massas do povo (...) o comando total da luta se transfere para a guerrilha” (Marighella, 1979:126)

A guerrilha, partindo do zero evoluiria para o exército revolucionário, capaz de aniquilar definitivamente o inimigo. O exército não deveria ter a estrutura convencional das forças da ordem. Deveria se constituir no “povo em armas”, e ser integrado por camponeses, estudantes, intelectuais etc. Neste processo, as forças da revolução cresceriam não apenas numericamente mas qualitativamente, a partir de uma situação de pouca capacidade de fogo para uma situação de muita capacidade de fogo, podendo “estender a linha de fogo”

(Marighella,1979:127). Elevar o moral das forças revolucionárias e abater o moral do inimigo. Marighella fala inclusive em “operações com aviação” (Marighella, 1979:126), animais, rádio, etc.

Nessa fase, as ações deixariam de ser guerra de movimento (quando as guerrilhas se caracterizariam pela sua mobilidade e ausência de áreas fixas, “ou libertadas”) e passariam a ser guerra de manobras (momento em que o combate se travaria entre dois exércitos, defendendo cada um os seus respectivos territórios e visando a vitória definitiva sobre o outro, em suma, uma guerra civil). Durante a fase da guerra de guerrilha (assimétrica), as ações visam a fustigar e distrair o inimigo, evitando combates frontais. Na fase do exército revolucionário, as manobras visam à derrota do exército oficial. O método ofensivo predominaria, mas também a retirada, se necessária, devendo se evitar expor ao inimigo em condições de inferioridade, em qualquer situação.

De volta ao Brasil, em novembro de 1967, Marighella procura seus companheiros de militância a fim de iniciar os trabalhos para fundar a nova organização. Além de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, outros militantes de expressão engrossaram as fileiras da ALN: Rolando Frati, Raphael Martinelli, Adolpho Costa Pinto e Oswaldo Lourenço.

Organizado o núcleo inicial, é lançado o “Pronunciamento de Agrupamento Comunista de São Paulo”, onde é tornada pública a ruptura política e teórica com o PCB:

Com o pronunciamento que tornamos público através deste documento, desejamos tornar conhecidos nossos pontos de vista acerca de conduzir a luta armada no Brasil.

Pertencemos àquele grupamento dos comunistas de São Paulo que, discordando da linha pacífica, resistiram ao Comitê Central tendo sido muitos deles expulsos ou vítimas de outras arbitrariedades, sem poderem defender-se, por não terem sido chamados a participar das reuniões em que foram punidos.

A separação entre nós e o CC tem caráter de ruptura definitiva.

Essa ruptura tornou-se evidente em toda sua plenitude no momento da realização da conferência da OLAS, quando o CC se exasperou mais ainda e aplicou medidas punitivas de extrema violência contra os discordantes da linha pacífica.

Tais medidas foram ratificadas e mesmo agravadas pela decisão do VI Congresso, realizado sem a presença dos discordantes e transformado numa fraude. Nem ao menos os delegados de São Paulo ou os seus suplentes foram convocados. (Marighella, 1979:131)

Para a ação da guerrilha, o Comitê Estadual e toda a sua estrutura não seriam mais úteis. Os outros comitês, universitário, por exemplo, e outros setores

profissionais, não teriam mais por que existir, “uma vez que faziam parte de uma estrutura superada” (Marighella:1979:133).

A estrutura partidária, do qual todos estes órgãos eram componentes, estariam em “contradição com os objetivos revolucionários” (idem). Segundo Marighella, estes organismos configuravam uma “cúpula pesada e ineficiente” (idem), que entravavam a ação revolucionária e só faziam aumentar a burocracia. Marighella enfatiza mais uma vez as críticas a estrutura partidária clássica do leninismo:

O agrupamento comunista de São Paulo é contrário à organização de outro partido comunista. Não desejamos fazer outro partido, o que seria a volta à antigas discussões e até mesmo a repetição da velha estrutura partidária, em prejuízo da atividade revolucionária imediata.

Nossa estratégia é partir diretamente para a ação, para a luta armada. O conceito teórico pelo qual nos guiamos é o de que a ação faz a vanguarda. (...)

A mesa das discussões hoje em dia já não une os revolucionários. O que une os revolucionários brasileiros é desencadear a ação, e a ação é a guerrilha.

Trabalhando por ela, sem disputarmos qualquer parcela de liderança, sem nos imiscuirmos nos assuntos das demais organizações revolucionárias e sem tentar misturar organizações, apenas procuraremos somar esforços para que a guerrilha seja desencadeada, pois o nosso dever é fazer a revolução.

Da guerrilha, afinal, surgirá a vanguarda revolucionária brasileira. Por enquanto o que nos interessa é trabalhar a fundo por essa guerrilha. (Marighella, 1979:136, 137)

O rompimento com a concepção pecebista de organização vinha acompanhado também de uma nova concepção de relação entre as forças revolucionárias. Para a ALN não era tão importante disputar a liderança política com o PCB, e sim destruir na vanguarda a hegemonia da concepção soviética de partido representada pelo PCB. A relação entre as forças revolucionárias resultaria no seu desenvolvimento, na criação de um novo partido, embrião e base do futuro Estado popular. Daí por que não era útil, naquele momento alimentar divergências que não tinham relação com a ação concreta, pois os contornos deste futuro partido e deste futuro Estado não seriam determinados pelos argumentos levantados nas reuniões, mas pela prática, pela ação.

Marighella argumentava que o que grupamento visava à construção da infra-estrutura necessária ao desencadeamento da guerrilha, que teria na vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental.

No plano logístico, que deveria ser posto em execução imediatamente, necessitaria de forma decisiva do trabalho nas cidades. Neste aspecto, há uma pequena diferença entre Marighella e Debray, pois este último, é completamente

cético em relação às cidades. Para o revolucionário brasileiro, por outro lado, os guerrilheiros não conseguiriam se manter (pelo menos no começo) unicamente com o apoio das massas rurais. Daí que seria muito importante aproveitar toda a estrutura existente nas cidades, desde os víveres e dinheiro necessários à sobrevivência dos guerrilheiros nas regiões remotas, até a rede de simpatizantes, ainda inexistente nas regiões camponesas. Esta dependência das cidades seria característica do início da guerrilha; na medida de seu fortalecimento, os combatentes passariam a necessitar cada vez mais menos da ajuda da cidade, para o que, a aproximação com o campesinato seria fundamental: “Por sua vez, o camponês é o fiel da balança da revolução brasileira”. (Marighella, 1979:131)

O profissionalismo típico da estrutura pecebista também deveria acabar. A nova forma de luta também exigiria militantes profissionais, mas escolhidos segundo outros critérios, “de acordo com os interesses da revolução, jamais para satisfazer a vontade do grupo que manda” (idem). A organização partidária clássica não serviria para a luta armada.

Precisamos agora de uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel. Uma organização de vanguarda para agir, para praticar a ação revolucionária constante e diária, e não para permanecer em discussões e reuniões intermináveis. (idem)

Dialogando com a concepção do centralismo democrático, que restringiria a ação autônoma dos militantes e por isso estaria associada à estrutura partidária superada, Marighella defende a liberdade de iniciativa, “Os membros desta organização (...), não esperam pelos chamados assistentes, nem ficam de braços cruzados aguardando ordens”. (Marighella, 1979:134).

O conceito de “democracia revolucionária”, segundo o qual os militantes têm o direito e o dever de agir, “o que vale é a ação” (idem), é mais uma crítica ao modelo partidário anterior, onde o mandonismo inibiria a prática da democracia revolucionária.

A liberdade de ação dos militantes é uma das características mais conhecidas da ALN. Denominada “autonomia tática”, consistia na relativa liberdade que os grupos da organização possuíam em decidir as suas ações imediatas. Quando digo “relativa liberdade” era pela atuação organizadora de Marighella que, de acordo com Paz, se deslocava de ponto em ponto e por meio das conversas com os militantes conseguia impedir que alguns excessos fossem cometidos ou que a linha da organização fosse descaracterizada pelo excessivo

militarismo: “Como se organizava tudo isso: então era uma grande bagunça, a ALN? Não, por que o Marighella era a liga de tudo isso”. (CP,2008) Em seu depoimento, Carlos Eugênio Paz fala com o conhecimento de quem dirigiu essa organização, a respeito de como o conceito funcionava no dia a dia da organização, e por quais princípios se guiava:

A autonomia tática é dos primórdios da ALN, que era o que Marighella tinha naqueles princípios básicos: “não precisamos pedir licença a ninguém para praticar atos revolucionários, nem para fazer revolução”, “a ação faz a vanguarda”, tanto que eu costumava dizer que a ALN substituiu o centralismo democrático pelo centralismo da ação. Centralismo da ação era o que? Se você age, você está centralizando quem não está agindo. Você toma sua iniciativa; então, cada grupo desses tinha a iniciativa de decidir suas próprias ações, desde que fossem coisas políticas, definidas dentro da linha política da ALN, que estava lá no “O Guerrilheiro”, que estava nos documentos da organização, aquela coisa toda. Mas tinha autonomia tática, cada grupo agia. Então como um grupo não sabia em que o outro tava agindo, o que o outro tava fazendo, você tinha, ao mesmo tempo, uma desburocratização muito grande e ao mesmo tempo uma segurança maior. Porque se eu sou de um Grupo de Fogo e eu não sei o que o outro Grupo de Fogo está fazendo, se eu for preso e contar o que eu sei, eu só vou saber do meu grupo, ou, de coisas que eu fiz na hora em que o meu grupo juntou com o segundo grupo pra fazer ações médias ou com o terceiro grupo para fazer grandes ações. (CP,2008)

Quanto aos princípios, estes são enunciados em sentenças simples e objetivas, visando reforçar a plena autonomia e independência dos militantes em ação, estabelecido o objetivo do poder e o método da luta dentro de um plano global, todos estariam livres para agir, fazer a revolução:

Os princípios pelos quais se rege esta organização são três: o primeiro é que o dever de todo o revolucionário é fazer a revolução; o segundo é que não pedimos licença para praticar atos revolucionários e o terceiro é que só temos compromisso com a revolução. (Marighella, 1979:134)

A organização teria surgido sem pedir licença, a partir de um pequeno núcleo que já existiria em função da luta armada. Surgia da rebeldia, e “Dessa rebeldia e resistência também estão surgindo grupos revolucionários” (idem).

As bases da organização, voltadas para a guerra de guerrilhas, seriam os grupos revolucionários, “são pequenos grupos, compostos pelos revolucionários de mais iniciativa e de maior capacidade de luta” (Marighella,1979:135). Todos os membros da organização deveriam formar grupos revolucionários e deles fazer parte e “O comando geral da organização pertence à guerrilha onde quer que ela esteja” (idem) Todos deveriam ter tarefas, os grupos de primeiro escalão deveriam realizar as tarefas mais difíceis, prioritariamente aquelas relacionadas com a guerrilha, que naquele momento, estaria na fase de preparação. Dentre as tarefas

daquela fase estariam treinamento, seleção de guerrilheiros, aquisição de armas e munições, organização de boletins informativos para divulgar os objetivos da guerrilha e obter apoio financeiro. A organização de grupos de sabotagem nas cidades e grupos de guerrilha urbana seria importante para “manter as cidades em clima de rebelião enquanto a guerrilha se desenvolve no campo, na área rural” (Marighella, 1979:136) A agitação nas cidades deveria ser estimulada, no campo, estimular a luta pela terra, a luta das mulheres e jovens, que seriam organizados em grupos específicos ou mistos. A realização desse conjunto de tarefas possibilitaria criar uma rede de apoio para a sobrevivência da guerrilha.

No documento “questões de organização”, escrito por Marighella em fins de 68, (do qual consegui uma versão em espanhol), cerca de um mês após a divulgação do “Pronunciamento do Agrupamento Comunista”, Marighella deixa clara a intenção de fazer diferente do PCB. Logo de início, ao determinar os fins a que se propõe a ALN, Marighella deixa claro que está a negar o que considera serem os erros do PCB:

Nuestra organización fue constituida para llevar a la práctica una línea revolucionaria que tiene como estrategia la guerrilla. Los principios de esa organización no se confunden con los de las organizaciones políticas de la izquierda tradicionales en el Brasil, cuyo funcionamiento se establece a base de reuniones para elaborar tareas más o menos burocráticas, dadas por la dirección, y que nunca se realizan.

El funcionamiento de nuestra organización, por el contrario, es de abajo hacia arriba, y se hace a base del desencadenamiento de la acción y la lucha revolucionaria, dando énfasis a la iniciativa tomada por los grupos que constituyen nuestras bases. (Marighella, 1986:135)

Logo na introdução, as referências negativas ao PCB eram claras: Marighella fazia questão de frisar que o objetivo da ALN era fazer a revolução, objetivo não reconhecido ao PCB. Subordinado a este objetivo é que se colocava a necessidade de uma estruturação diametralmente oposta ao modelo pecebista de organização comunista no Brasil. Para Marighella, as reuniões e demais procedimentos burocráticos da vida partidária seriam inúteis para uma prática revolucionária, gerando um direção burocrática, que não realizaria pessoalmente as tarefas que propunha ou ordenava.

Na ALN, deveria ficar claro desde já que a organização se daria de baixo para cima, afirmação que ademais, não conflita diretamente com as máximas leninistas quando o funcionamento do partido se dá mediante uma prática democrática. O que estava em questão não era o funcionamento de baixo para

cima, mas o funcionamento mesmo da direção que, numa estrutura onde a prática seria a base do reconhecimento, teria muito menos condição de adquirir desvios burocráticos e exigir da base tarefas que ela pessoalmente não estaria disposta a cumprir.

Dentro desse formato, sem dúvida original de organização, inicialmente a estrutura da ALN era muito simples e resumida, basicamente composta de um setor tático e um estratégico, incumbidos de formular a estratégia inicial e criar as condições necessárias para o desencadeamento das primeiras operações, tais como o centro de treinamento guerrilheiro (como se sabe, grande parte dos militantes da ALN tiveram treinamento guerrilheiro em Cuba).

De acordo com o documento, no início a ALN foi constituída por estes dois setores e por grupos revolucionários que a ela se ligaram e que concordavam com seus princípios e estratégias. Tais grupos se dividiriam basicamente em dois tipos: a) militantes remanescentes do PCB e b) grupos não convencionais que aderiram a organização.

Articulando estes grupos, surgiram as primeiras coordenações urbanas, e pouco depois outros tipos de coordenação. Nesse processo, outros grupos revolucionários, militantes independentes e alguns eclesiásticos aderiram também a ALN (como por exemplo os freis dominicanos, entre os quais estava Frei Beto).

De acordo com Marighella: “Nuestro concepto de organización no es estático, ni dogmático, pues no existe, según la teoría marxista-leninista, ninguna organización abstracta”. (Marighella,1968:136)

As mudanças introduzidas na organização, de acordo com o documento, se deram de acordo com as necessidades que a dinâmica da realidade exigia. Inicialmente, a organização decidiu investir na preparação técnica militar de seus militantes via treinamento guerrilheiro. Em 1968, ocasião em que o documento é escrito, Marighella se revela bastante otimista com as futuras mudanças de qualidade que estes militantes, bem treinados, provocariam na luta de classes no Brasil.

Graças ao crescimento da organização, teriam surgido as unidades móveis do grupo de trabalho estratégico e do grupo tático armado. Os dois grupos agiam com total autonomia em suas frentes existindo não obstante uma articulação entre eles. O autor vê no surgimento de grupo tático armado a mudança de qualidade mais importante do período:

El grupo táctico armado señala, con relevância especial em nuestra organizacion, el paso de una situación em que estábamos em punto cero y no teniamos potencia de fuego para una situación en que tenemos razoable potencia de fuego: se trata aquí del cambio de calidad más importante. (Marighella, 1968:137)

O grupo táctico armado não deveria ser confundido com outros grupos de menor potência de fogo. Sua fonte de recrutamento era constituída por ativistas independentes, mas determinados e dispostos a tudo, e por militantes de outros grupos da organização que estejam dispostos a serem deslocados ara ele. Esse setor privilegiado de formação revela significativa diferença entre as organizações da luta armada e as outras organizações de esquerda. Enquanto a maior parte das organizações formava a maioria de seus quadros pelo trabalho de político de base, num longo processo, a ALN visava atrair principalmente militantes já experientes ou com alguma experiência política, ou ainda ativistas de base que, conquanto sem experiência política estivessem dispostos a assumir os riscos da luta armada. Sem dúvida, as dificuldades de aproximação de novos militantes, eram muito maiores para os aliados de Marighella, do que tinha sido até então para o movimento comunista. Problema que certamente se tornou ainda maior com o refluxo do movimento guerrilheiro, de 1970 em diante.

Seriam três as frentes de trabalho na ALN: a frente guerrilheira, a frente de massas e a rede de sustentação. Dada a inegável desigualdade do movimento revolucionário no Brasil, poderia ocorrer, de acordo com o documento, que o desenvolvimento de cada uma das frentes se desse de maneira desigual de região para região.

O objetivo da ALN para o período seguinte seria trabalhar para o desenvolvimento das três frentes em todo o país. Da conjugação delas deveria resultar a intensificação da guerrilha urbana.

Sobre as tarefas da frente guerrilheira:

El frente guerrillero se caracteriza por la captura de armas y esplosivos, por los actos terroristas revolucionários, por el sabotage, por las acciones armadas de todo los tipos, por la acción antimperialista, por el volumen de agitación através de grupos armados que pintaron los muros y distribuyeron volantes e hicieron mítines relámpagos. (Marighella, 1968:138)

A frente guerrilheira teria sido possibilitada pela criação de uma infraestrutura de fabricação e produção de armas e explosivos, tal infraestrutura seria função da mudança de qualidade na luta de classe brasileira, ou seja, sua

simples existência já seria a expressão da evolução da luta revolucionária no país. O crescimento incessante da frente guerrilheira deveria dar lugar a uma política de “terra arrasada” de modo a obrigar a ditadura a deslocar todas as suas forças, sem sucesso, no combate a guerrilha.

A Frente de Massas teria a tarefa de organizar grupos revolucionários nos locais de trabalho, estudo e na área rural. Para isso, a Frente de Massas não poderia prescindir de uma razoável potência de fogo. As ações de massa deveriam ser armadas e portanto, a Frente de Massas deveria ter uma estrutura idêntica à frente guerrilheira. O trabalho entre as massas camponesas deveria ser priorizado.

Não se deveria confundir Frente de Massas com trabalho de massas, a primeira teria como objetivo estimular uma consciência e forma de luta revolucionária nas massas, e seria organizada sob a forma de Grupos de Fogo, a segunda deveria realizar o trabalho de penetração política inicial nestas massas, ou seja faria o trabalho político de base.

A fim de facilitar a sobrevivência dos guerrilheiros, fazia-se necessária uma rede de sustentação. Esta seria a Frente Logística de apoio à luta guerrilheira. Casas, esconderijos, centros de treinamento, recursos financeiros e de informações etc.

Face às mudanças efetuadas pelas necessidades do movimento real da luta de classes e da evolução da organização, a estrutura da ALN no momento em que o documento foi escrito, era basicamente assim:

1. Um Comando Estratégico ligado á tarefa de implantação da guerrilha rural, a definição das áreas estratégicas secretas (provavelmente em fazendas compradas) e do centro de treinamento guerrilheiro.

2. Unidades móveis do Comando Estratégico e do Comando Tático armado atuando sob a coordenação do primeiro. Não teriam base fixa, agiriam de acordo com a determinação do comando estratégico.

3. Coordenações Regionais responsáveis por desenvolver a infraestrutura guerrilheira em suas regiões e pelo funcionamento das três frentes. As coordenações regionais seriam ligadas ao comando estratégico, mas poderiam, quando necessário, criar coordenações menores a seu comando. Por questão de segurança, não deveriam manter contatos desnecessários com unidades móveis subordinadas ao comando estratégico.

A estrutura informada até aqui dá conta da hierarquia da organização. A partir do depoimento de Carlos Eugênio Paz é possível ter uma idéia mais clara a respeito de como os militantes da ALN eram organizados em suas frentes de atuação:

“Grupos de três”. A, B e C. (A) dirigia o grupo. Mas dirigir o grupo na verdade,... que aí entra o grupo e a atuação, são duas coisas diferentes. (A), a prerrogativa de (A) é que ele entrava em contato com o (A) de outro “grupo de três”. Quando (A) e (A’) encontravam um terceiro (A) de um terceiro grupo, formava-se um triangulo de três “grupos de três”. (...) Um “grupo de três” era um “Grupo de Fogo”, três “grupos de três” era uma “Equipe de Fogo”. Todas as “equipes de fogo” de um Estado formava uma Coordenação Regional. Sempre (A) com (A’), (A’), (A’’), (A’’’). ninguém era comandante de ninguém, ninguém mandava em ninguém. Era uma coordenação.

Posteriormente, (...) o que eu comecei a perceber, com três, você faz muito pouca coisa de ação armada. Com quatro, você faz todas as pequenas ações. Com quatro, o que você faz, dois ficam no carro, dois saem pra expropriar um carro. Dois ficam no carro, um motorista e um metralhador. Com grupos de três você já tinha que pegar um alfa de outro grupo pra você fazer uma ação, então você misturava duas estruturas. Quando eu percebi isso comecei a fazer grupos de quatro. Então grupos de quatro, alfa, beta, gama e delta, A, B, C, D. então (A) encontrava com (A’) e os dois encontravam com (A’’), tinham doze. Com quatro você faria todas as pequenas ações, com dois grupos de quatro você fazia as médias ações, e com uma equipe de fogo de doze, você fazia as grandes ações. (...) isso começou em 1970. (...) em São Paulo chegamos a ter três Equipes de Fogo, na cidade de São Paulo, três equipes de fogo funcionando a pleno vapor durante três anos 70, 71 e 72.

Além das estruturas digamos “oficiais”, a organização se dispunha a contar com outros tipos de colaboradores.

Pequeñas organizaciones con vida própria y militantes revolucionários solitários o francotiradores integran nuestra organización con entera libertad de acción y libertad táctica, desde que acepten, defiendan e cumplan sin reservas todos nuestros principios estratégicos, táctico e orgánicos. (Marighella, 1968:141)

Esse trecho contém premissas até então inéditas nas organizações da esquerda revolucionária no Brasil. Marighella admite que militantes sem um vínculo orgânico forte sejam reconhecidos como parte da organização. Talvez o dirigente da ALN acreditasse que a partir destes militantes isolados grupos maiores surgissem e viessem a integrar a organização num momento posterior. Para Marighella o desencadear de ações armadas levaria a uma intensificação da luta armada como um todo. Também existe aqui um novo critério de militância.

La espina dorsal de nuestra organización son los grupos revolucionários, que se caracterizan por su iniciativa y combatividad. Los grupos revolucionários tienen el derecho de rechazar a quien quiera que intente en nombre del mando frenar cualquier iniciativa revolucionária de los grupos basada en los principios y en la táctica de nuestra organización. (idem)

Aqui aparece com mais clareza a “inspiração antitética” ao PCB. O objetivo explícito deste texto é impedir que uma eventual direção traidora ou com medo possa frear as ações revolucionárias. Se tentasse, correria o risco de ser desmoralizada e ultrapassada por um grupo a ela subordinada. Esse mecanismo pode ter funcionado no sentido de obrigar as direções a serem sempre um pouco mais militaristas do que na verdade seriam, se não houvesse este princípio. De outro modo se correria o risco da desmoralização e insubordinação por parte da base potencialmente mais radicalizada. Trata-se também de uma questão completamente nova entre os dirigentes políticos da esquerda. Marighella talvez tenha sido o primeiro a montar uma organização onde ele próprio, figura principal do comando estratégico, diminuiu o seu poder.

Opondo-se novamente à estrutura pecebista, a cadeia de comando da ALN seria a mais simples possível, “exatamente para no liquidar a sencillez del funcionamiento” (idem).

La dirección en nuestra organización, y en particular cualquier coordinación o mando es muy simple y siempre se compone de un número reducido de compañeros, que para merecer confianza deben destacarse en las acciones más arriesgadas y responsables, por la capacidad de iniciativa, por intransigencia en la defensa y por la aplicación concreta de los principios revolucionarios con los cuales estamos comprometidos. (idem)

Com este requisito, a exigência de destaque nas ações armadas, de preferência as mais perigosas, os militantes mais aguerridos puderam conservar sua hegemonia à frente da ALN durante a maior parte de sua existência. A formação guerrilheira, o desprendimento e a coragem pesavam muito mais no balanço do militante do que sua formação política. Além disto, se é que Marighella concordava com Debray (aparentemente concordava), a formação política se daria no curso da guerra revolucionária, não sendo muito importante para o guerrilheiro em seu início.

Assim, de um lado assegurava absoluta liberdade de ação às bases em suas ações revolucionárias (quase sempre lida como ações armadas), de modo que uma direção pacifista não conseguiria centralizar as bases, de outro, o meio privilegiado de ascender às posições de comando da ALN, e manter o poder era justamente ser mais aguerrido e competente militarmente, de ambos os lados o

funcionamento da estrutura orgânica da ALN impulsionava o todo e as partes para a ação violenta.

Não é demais observar que estes mecanismos instituíam a disputa interna em outros termos totalmente diversos que a mesma disputa nas fileiras do PCB.

Embora sem fazer citações, a concepção de direção revolucionária em Marighella é praticamente a mesma de Debray. Consiste na indissociabilidade entre o que é político e o que é militar (provavelmente a maior diferença com o maoísmo, para o qual a existência de um partido dirigindo a luta armada é fundamental). Ao que tudo indica, Marighella não desprezava a importância da formação política, mas estava convicto das possibilidades favoráveis para a luta armada. Com a necessidade de formar o mais rápido possível uma infraestrutura militar de alto poder de fogo, a formação militar foi bem mais valorizada do que a formação política nos primeiros momentos da ALN. Pode ser que diante do aumento e especialização da repressão e a percepção de uma correlação de forças não tão confortável quanto se supunha, Marighella viesse a rever essa prioridade; de qualquer forma essa é uma questão sem resposta. O fato é que, com sua morte, poucos ousaram questionar suas premissas. Muito menos, os dirigentes da ALN, já que boa parte dos principais quadros não possuía uma profunda formação política. Tentar rever essa premissa poderia significar a perda da direção sobre os militantes da base ou outros, exilados, críticos e isolados.

Marighella tinha consciência que o formato dado à sua organização era algo completamente novo e que problemas ainda não imaginados poderiam surgir, a resolução destes, segundo o autor seria alcançada com o acúmulo das experiências, ou seja, com o desenvolvimento das ações guerrilheiras. O comando estratégico, como já mencionado acima, seria fruto deste amadurecimento guerrilheiro :

Con este tipo de organización revolucionária, estamos frente a una experiencia inédita en el movimiento revolucionario brasileño. Subsisten así, problemas no madurados em lo que se refiere al funcionamiento nacional e global de nuestra organización, que solo pueden ser resueltos después que avancemos más en la ejecución de operaciones y tácticas guerrilleras. En cualquier circunstancia, aunque la autonomía y la libertad de acción y revolucionária sean necesarias y aun imprescindibles al funcionamiento de la organización local, el mando revolucionario, y por eso mismo político militar, no es espontáneo. “Tal mando es resultado directo de la acción estratégica y táctica móvil, de carácter global, así como de su potencia de fuego, de su maior volumen, eficiencia y capacidad técnica”. (ibid pág 142)

Após reconhecer que possíveis alterações, motivadas pelas necessidades de atuação, pudessem ocorrer, tais modificações jamais deveriam chegar a ponto de abandonar os princípios da organização. Assim, ao final do documento, Marighella elenca os princípios da organização. Como se sabe, princípios não se revêem com a mesma freqüência que questões metodológicas do dia a dia. O princípio fundamental era:

El principio básico de nuestra organización revolucionaria es partir da guerrilla y una vez asentada tal premissa, hacer de la organización un instrumento de la línea política que sigue esta estratégia. (Marighella , 1968:142)

A organização deveria exercer constantemente a atividade revolucionária, ou não seria considerada como tal. Mas a ação deveria ser feita de acordo com a estratégia, princípios ideológicos de organização e disciplina, ou seja, a autonomia tática, teoricamente tem um limite. Para se converter em vanguarda, a organização deveria se destacar na ação e acumular experiência convincente, “pues sólo la acción hace la vanguardia” (Marighella,1968:142). O fundamental nessa organização não seria criar um novo partido, mas praticar ações revolucionárias (neste documento que ora analisamos, o conceito de partido está associado às formas de atuação não revolucionárias, pelo menos da forma em que está redigido). E as ações revolucionárias podem facilmente se confundir com ações armadas e só elas, talvez fosse exatamente isso que Marighella quisesse dizer.

e) Lo fundamental en la organización revolucionaria no es hacer reuniones improductivas sobre temas generales y burocráticos, pero sí, dedicarse sistemáticamente a planear y ejecutar hajo su mando, hasta las menores acciones revolucionarias. (Marighella,1968:142)

O elemento propulsor para o funcionamento da organização seria a capacidade de iniciativa de seus militantes, a direção não poderia coibir sob nenhum pretexto a iniciativa revolucionária destes militantes. Não existia linha política e linha militar, mas apenas linha político-militar fundidas. A guerrilha não seria o braço armado do Partido, e sim o próprio comando da revolução. O que determinaria a escolha da direção seria participação em ações armadas. Não existiria direção sem capacidade de ação e disposição para a luta armada. Os cargos não teriam valor.

Algumas das frases mais famosas de Marighella neste documento, na parte sobre os princípios da organização: “ El deber de todo revolucionario es hacer la revolución”, “No pedimos licença a nadie para praticar actos revolucionários” e “Solo tenemos compromissos con la revolución. (Marighella,1968:143).

Em sua atuação, a vigilância revolucionária deveria ser atitude constante, como forma de se precaver de infiltrações; delatores e demais traidores deveriam ser punidos exemplarmente. Como princípio de segurança, cada um deveria saber apenas o estritamente necessário para suas ações, ou seja, não existia circulação de informações. O bom militante era aquele que não manifestasse curiosidade sobre aquilo que não fosse absolutamente essencial à sua atuação. Tamanha rigidez, fique bem entendido, não era uma questão de princípio, mas de segurança. Se todas as informações estivessem disponíveis para todos os militantes, bastaria que um único membro fosse “convencido” a falar, para que a repressão pudesse destruir a ALN.

Ao que tudo indica, a construção da estrutura organizativa e de poder dentro da ALN não obedeceu a um formato pré-determinado, mas se construiu mediante a própria prática, que, na medida em que era eivada de vanguardismo e militarismo, acabou atraindo e concentrando um grande número de militantes com essas características.

Ao mesmo tempo, na medida em que se tratava de uma estrutura completamente nova, sem referências anteriores ou organizações parecidas, a experiência desenvolvida se deu, num primeiro momento, referenciando-se vagamente no modelo defendido pelos cubanos e na rejeição ao PCB. É flagrante que várias formulações sobre organização feitas por Marighella tinham a intenção de *fazer diferente do que fora feito no seu antigo partido*. Adotarei a definição de “inspiração antitética” para explicar as mudanças da ALN em relação ao PCB.

Marighella se preocupava com a possibilidade de a ALN vir a reproduzir práticas herdadas do PCB, que considerava fatais à nova organização, como por exemplo o poder de controle das direções sobre as bases. Daí a ampla autonomia que reservava às ações guerrilheiras. É possível que Marighella estivesse excessivamente confiante, recém regressado de Cuba, com a luta armada. Da mesma forma que nos dias que antecederam o movimento de 35, se ouvia frases do tipo: “Basta um grito de Prestes para que a massa venha atrás”, neste

contexto, uma sentença muito parecida foi popular não apenas na ALN, mas também para virtualmente todas as organizações que se envolveram na resistência em armas contra a ditadura militar, a de que, depois do primeiro tiro, a luta armada se desenvolveria de forma incontrolável. Não foi o que sucedeu. No entanto, avaliando a situação a partir do prisma de quem pensava deste modo, a permissão dessa ampla liberdade de ação era absolutamente coerente. Pode ser que a intenção de negar o PCB tenha agido no sentido de defender com mais força a autonomia tática da ação armada.

Início das atividades da ALN.

As primeiras ações do grupo de Marighella (então Agrupamento Comunista de São Paulo), segundo Gorender, ocorreriam já em 1967. Em 24 de setembro de 1967, no município paulista de Presidente Epitáfio, um grupo de militantes comunistas ligados a Marighella, mobilizando camponeses da região, invadiu um fazenda e “justiçou” (matou) um conhecido grileiro da região, “Zé Dico”, responsável por vários assassinatos. Ainda em 1967, no mês de dezembro, militantes do Agrupamento Comunista faziam as primeiras ações de arrecadação de fundos, a primeira delas foi um assalto a um carro blindado no bairro paulista de Santo Amaro. Ainda segundo Gorender:

Seguiram-se outros assaltos a agências bancárias, a expropriação do carro pagador da Massey Ferguson, a apreensão de explosivos da Companhia Rochester, em Mogi das Cruzes. A ação mais sensacional – o assalto ao trem pagador da estrada de ferro Santos – Jundiaí, a 10 de agosto de 1968. (Gorender, 2003:108)

O segredo das ações foi revelado em fins de 1968, quando um militante da ALN foi reconhecido em um posto de gasolina como participante de uma ação que expropriara há poucas horas o carro pagador do Instituto de Previdência da Guanabara (IPEG). Reconhecido, o jovem militante revelou tudo o que sabia, inclusive que há poucos momentos, havia se despedido do líder da ação, Carlos Marighella. No dia seguinte, os jornais de todo o país publicavam longas reportagens sobre o líder da ALN. Foi nesta época que ele ganhou o título de “inimigo público número um” (título, aliás, que ele sempre se orgulhou).

Se é certo que a autoria dos assaltos fora revelada pelo militante preso, também é certo que a organização poderia continuar não assumindo a autoria das ações. Até poderia ocorrer que os órgãos policiais e da repressão viessem a

atribuir uma motivação política a qualquer assalto que ocorresse, mas não poderiam ter certeza e nem saber com segurança que organização havia realizado a ação. Ou seja, não é por que o segredo fora descoberto que a tática de não revelar a autoria das ações devesse ser abandonada como poderíamos concluir apressadamente ao ler o livro de Gorender.

De acordo com Carlos Eugênio Paz, a orientação de não assumir a autoria das ações era de Marighella que, segundo o entrevistado, considerava essa prática apropriada para luta de longo prazo, na medida em que desorientaria as forças policiais e da repressão. Ocorre que um outro grupo da esquerda armada, o Comando de Libertação Nacional (COLINA) também iniciou os assaltos a banco nesta época, assumindo a autoria. Os militantes da ALN, levados pelo impulso, decidiram tomar o mesmo procedimento, não sem alguma reprovação de Marighella:

Marighella encarava todo aquele período que a gente vivia de guerrilha urbana como um período de preparação para a luta armada, ele não acreditava que aquilo já era a luta armada. Tanto que, você veja, por orientação dele, a gente fazia as ações armadas e não se dizia que era para revolução. A gente não dizia que era a esquerda, que éramos nós que estávamos fazendo, nós íamos lá, pegávamos o dinheiro dos bancos, eu lembro até a imprensa e a polícia especulavam, porque anos antes tinha tido uma quadrilha de gregos, por que aqui no Brasil não tinha assalto a banco, né? E tinha uma quadrilha de gregos que tinha assaltado uns bancos e depois desaparecido, mas era assalto comum. E quando nós começamos a fazer os assaltos, de vez enquanto eles especulavam: serão os gregos de novo? Será a quadrilha dos gregos? (...) Começando em São Paulo, depois se expandindo pra Rio de Janeiro, e posteriormente até em Belo Horizonte e depois foi se espalhando.

O Marighella achava que aquilo era uma preparação para a luta armada. Fomos surpreendidos com o COLINA que começa a apregoar aquela coisa, dinheiro e armas pra revolução, e começam a assinar as ações. E aí, fomos levados de roldão e acabamos tomando a decisão de assinar as ações. Até a essa época não tínhamos nem nome, a organização não tinha nem nome. A organização era o grupo Marighella, Agrupamento Comunista de São Paulo, que já era nacional, por que como veio do Partido Comunista Brasileiro, acabou se tornando uma organização nacional também. Então, nós nos deixamos levar por essa fase de preparação, acabamos transformando a fase de preparação numa luta em si. Acabamos por transformar o que era tática, em estratégia de luta, talvez não por concepção declarada, mas pela prática concreta. (CP,2008)

A ALN contava por esta época, com milhares de militantes, mas nem todos participavam de ações, muitos foram aproveitados na rede apoio logístico ou na frente de trabalho de massas. Aqueles que se dispunham a pegar em armas, eram preparados aos poucos, em tarefas como roubo de placas de carro, e outras

ações de menor complexidade. De acordo com o depoimentos de Carlos Eugênio Paz:

Estávamos no partido, mas já estávamos inclusive fazendo as primeiras ações. Treinamentos militares (...) subia no morro para praticar alpinismo, fazia educação física, ia para as praias desertas praticar tiro, aquela coisa toda, e já estávamos fazendo aquelas primeiras ações, que são as ações em que você não confronta com o inimigo armado diretamente, quer dizer, você não tem que desarmar alguém. Que era o primeiro tipo de ação, na escalada que tinha, isso era tudo programado. Que era essencialmente roubo de placa de carro, roubo de mimeógrafo dos colégios e das universidades, para gente fazer os nossos jornais, placas de carro para gente depois fazer placas frias para colocar nos carros ilegais, e aquelas coisas do tipo, recolher remédios para a guerrilha, fazíamos método Paulo Freire lá no morro da Macedo Sobrinho, lá em Copacabana. (...) porque era importante pra gente conhecer o povo. (CP,2008)

Os ativistas aproximados para a proposta de militância de Marighella se caracterizavam também por uma conduta diferente dos militantes tradicionais do movimento de esquerda. Enquanto os militantes do PCBR, do PCdoB, da AP do PCB, etc, disputavam entre si a liderança do movimento estudantil, os militantes do “Grupo do Marighella” evitavam qualquer exposição. Tal atitude demonstra uma modificação da atuação militante em função de uma nova compreensão de como se daria a atuação da esquerda em sua luta contra a ditadura:

Na verdade verdadeira, eu participei do movimento estudantil em 66 e 67, em 68, a gente ia às passeatas (...) a gente ia, ia inclusive tomando cuidado, ia pra segurança da passeata, por que ali é onde você acaba não sendo pego desprevenido, porque você está na segurança, você vê as coisas acontecerem, bate na polícia quando tem que bater, corre da polícia quando tem que correr e acaba não sendo preso. O pessoal que está no meio da passeata é que corre mais risco, não sabe o que está acontecendo em volta, quando vê está cercado e preso. Por que o Marighella já dizia: não, não façam isso, não vão se queimar. Eu nunca fui, por exemplo, da diretoria de um grêmio, nunca fui, no Pedro II, às vezes, o pessoal até achava que eu era. (...) por que? Pra não me queimar, não entrar nas fichas do DOPS, aquela coisa toda. (CP,2008)

A ALN se tornou a organização brasileira com as melhores relações com Cuba. De acordo com Silva Junior, a aproximação com esta ilha, à época, uma espécie de nova pátria do socialismo, também respondia à uma necessidade de sinalizar ao PCB uma outra referência internacional: “Além de uma retaguarda de treinamento de guerrilheiros, além de uma transposição do método guerrilheiro, a aproximação com Cuba foi uma resposta ao PCB”. (Silva Junior, 2005:66).

Nesta época viajou para Cuba o primeiro grupo para realizar treinamento guerrilheiro. É inegável que tenham existido algumas semelhanças entre o modelo

de organização de Marighella e a proposta dos cubanos, de acordo com Silva Junior:

Há um fator cubano na estruturação da ALN e da proposta de luta armada de Marighella no Brasil. Em nenhum momento esse fator cubano implica uma cópia fiel ao processo revolucionário de Cuba, muito menos uma subordinação da proposta defendida por Marighella aos interesses cubanos. (Silva Junior, 2005:64)

Todavia, um aspecto muito mistificado sobre a ALN é justamente essa relação com a ilha. Em alguns importantes trabalhos é atribuída a ALN uma grande proximidade com Cuba. Jacob Gorender, por exemplo ao relatar a viagem de Mario Alves a Cuba com o objetivo de conseguir treinamento guerrilheiro para seus militantes, o que consegue, com a condição de que sejam enviados através da ALN, observa: “Ficou claro que a liderança Cubana considerava a ALN como organização preferencial no Brasil” (Gorender, 2003:115,116). Se tal preferência existiu, e é possível que tenha existido realmente, a organização de Marighella jamais se comportou de modo subordinado às diretrizes de Cuba, muito pelo contrário, “considerando que essa relação com Cuba foi alterada em meados da década de 70, num outro momento da luta armada no Brasil” (Silva Junior, 2005:64), foi o Estado Cubano, por meio da polícia secreta G2 que, por sucessivas vezes tentou interferir na ALN. De acordo com o depoimento de Carlos Eugênio Paz, a relação entre a organização e Cuba foi, na verdade, muito conflituosa. De início a relação teria sido muito amistosa e produtiva para os dois lados:

No início foi muito interessante. Marighella foi muito bem acolhido em Cuba. (...) foi uma relação muito interessante, que nos ajudou muito a impulsionar. Por exemplo, a solidariedade de Cuba, que nos ajudou a treinar aquele primeiro exército, foi fantástica. Porque nós na época não tínhamos quadros pra fazer falsificação de documentos, pra fazer explosivos, não tínhamos quadros que tivessem conhecimento – quadros jovens, dos métodos de atuação clandestina, e tipo assim, cifragem de cartas, essas coisas desse tipo. Então foi muito bom. (CP,2008)

Segundo Paz, a figura de Marighella, dotada de muito prestígio internacional e sua insistência em manter a autonomia da organização, conseguiu preservar de modo satisfatório a cooperação e o respeito à independência da ALN. Entretanto, com a ida dos militantes para fazer treinamento na ilha, as interferências cubanas se iniciaram :

No começo eles vieram muito de boas vontades conosco, e respeitando os limites entre a organização deles e a nossa organização. Quando eu digo a organização deles é o Partido Comunista, o Estado Cubano, e a polícia do

Estado cubano, política, a polícia secreta, a G2, a famosa G2. mas não tardou a aparecer as divergências, por que? Primeiro, o nosso contato, quando eu falo do nosso contato é assim, os militantes da ALN que iam pra Cuba. Quem chegava em Cuba, o relacionamento nosso com a Revolução Cubana era através da G2, isso era um problema, porque a G2 era a polícia secreta, era como se a gente na União Soviética estivesse fazendo contato com a KGB em vez do Partido Comunista na união soviética. Então o que acontece? O que a polícia secreta faz? Pra começar, infiltra. Então eles o tempo todo tentaram ganhar companheiros nossos para linha deles. (CP,2008)

De acordo com o depoimento de Paz, as tentativas de interferências de Cuba foram de tal intensidade que chegaram a estremecer a relação da organização com a ilha. Marighella, que em momento algum deixou de defender a Revolução Cubana, exemplo seguido aliás por todos os militantes da ALN, chegou a defender que mais nenhum militante fizesse treinamento na ilha:

Quando Marighella, no final da vida de Marighella, ano de 69, Marighella já estava enfrentado vários problemas com os cubanos. (...) a Zilda Xavier Pereira que era uma comandante da organização (...) no momento que Marighella morre, (...) os cubanos não queriam nem deixar ela voltar para o Brasil, só pra você entender, por que já estava um problema político criado, por que os cubanos começaram o que, (...) chegavam nos treinamento e começavam a conversar com companheiros nossos para ganha-los pra linha, por que evidentemente a linha do Partido Comunista Cubano, do Estado cubano pra América Latina não era a linha que a ALN tinha pro Brasil. (...) os cubanos começam a tentar ganhar companheiros, e ganharam alguns. A tentar dizer que fulano tinha que ser da direção da organização, sicrano tinha que comandar a ALN. A tentar comandar o processo de volta dos nossos companheiros. (...) Eu inclusive fui cantado pelos cubanos para desembarcar com cem Cubanos aqui na Floresta Amazônica (...) Marighella já tava enfrentando isso, já tava revendo a história de mandar gente para Cuba, já não tava querendo mandar ninguém, (...) aí ganhava um camarada para a linha deles, o camarada começava a passar informações da organização para Cuba e a gente criticando, a gente cortando.

Aí Marighella morre, aí Toledo e Zilda tão lá em Havana, e estavam enfrentando isso concretamente, que o pessoal do segundo exército nosso tava lá brigando com os cubanos abertamente, discutindo; não, que história é essa, não se metam na gente. Os caras querendo comandar, que é que voltava, quem e que não voltava, escolhendo aqueles militantes que estavam fechados com eles. (...) eu lembro uma época que chegou aqui no Brasil um camarada (...) e os cubanos mandaram por ele uma pistola (...) que ia ser a pistola do "Comandante Raul"! Aí eu virei pro Toledo e disse: que história é essa? Agora eles estão dizendo quem vai ser o nosso comandante? Aí eu peguei a pistola na mão grande e falei: companheiro, faz favor, essa pistola aqui é para comandante? Pois vai ser para comandante mesmo, e não é para mim, não. Vai ser para [outro]. Antonio Sérgio de Matos, que depois morreu com essa pistola na cinta. Lá na rua João Moura, em setembro de 1971. (...) e dei para ele, por que ele era um comandante da ação libertadora nacional, por que posto de comandante se consegue é na luta. (...) você não pode ser escolhido por uma nação estrangeira pra ser chefe nem comandante de uma organização no Brasil. (...) então o que acontece? Toledo e Zilda saem de Cuba, a Zilda, eles chegaram a dizer que não queriam que ela voltasse, sempre com aquela história: mas companheira, vai se arriscar na clandestinidade, não faça isso, é um quadro importante, mas foi até o fim, eles tentando fazer com que ela não voltasse. Sabiam que Zilda tinha uma posição de uma independência muito grande, que era uma marighelista, que

seguia aqueles preceitos básicos do Carlos Marighella, e que ela voltar, significava o seguinte, que eles não conseguiriam tomar o poder na nossa organização aqui no Brasil. Eu digo e afirmo como sempre disse: não sou antiCubano, defendo a Revolução Cubana (...) mas que a G2, Partido Comunista e a G2, Comandante Pinheiro, aquele pessoal, Comandante Arnaldo [Ochoa], tentaram interferir na nossa organização o tempo inteiro. E não deixamos. Quem deixou, foi aquele pessoal que depois voltou em contato com os cubanos, com Cabo Anselmo, rapaziada boa, né? E fundaram o MOLIPO. (CP,2008)

Freqüentemente se atribui a Marighella um perfil mais impulsivo e a Joaquim Câmara Ferreira um caráter mais ponderado, entretanto, de acordo com Carlos Eugênio Paz, era justamente o contrário. Marighella, segundo Paz, tinha uma visão de longuíssimo prazo para a guerra de guerrilhas no Brasil. A tática de não revelar a autoria das primeiras ações, inclusive, seria uma demonstração desta compreensão.

O que acontece, você se torna comunista hoje, aí você vai dormir, amanhã de manhã, quando você acordar, vai achar que o capitalismo está acabando, que ele está numa crise, que dessa vez é a crise final (...). Nós tínhamos essa concepção de que o capitalismo estava numa crise e estava já na sua crise definitiva (...) Essa impressão, chegou a existir entre nós. Aquele crescendo... Marighella não entrava nessa história. Marighella dizia o seguinte: não gente, isso aqui é a preparação da luta. A luta, ele tinha aquela visão, de fazer a guerrilha rural, de se construir um exército no interior do país, arregimentando quadros do campesinato, e levando os quadros estudantis pra lá. Ele via que existia um cerco, tanto que ele falava do negócio do “triângulo de ferro”, Rio – São Paulo – Belo horizonte, isso aí era as raízes do capitalismo no Brasil e do poder, do poder econômico, do poder político e do poder militar e que ia ser muito difícil a gente dentro deste cerco estratégico que constituía as grandes cidades, nós nunca conseguiríamos ganhar a luta, e ele tinha razão, ficou provado, eu sou testemunha viva da história, o Marighella tinha razão, não tinha como ganhar a luta nas cidades. Não ficou comprovado se a gente conseguiria ganhar a luta no campo.

Joaquim Câmara Ferreira, (ou Toledo, para os militantes da ALN) é que manifestaria uma certa impulsividade e um otimismo mais exagerado. Para ilustrar esta observação, Paz menciona como exemplo a ação de maior repercussão da ALN, o seqüestro do embaixador norte americano Charles Elbric:

Por que o Toledo resolveu fazer aquela ação junto com MR8? O Toledo acreditava que podia chegar um ponto que a gente conseguisse desestabilizar a ditadura a tal ponto, que conseguisse criar um vazio de poder e no fundo, a gente acabava “tomando o palácio de inverno”. O Toledo tinha uma visão menos em longo prazo que o Marighella. (CP,2008)

Segundo Carlos Eugênio Paz, a ação de seqüestro do embaixador só havia sido possível em função do princípio da autonomia tática, ou seja, o sucesso na ação de seqüestro demonstrava o potencial dinâmico do princípio. Não

obstante, mostrou que o custo poderia ser muito alto. Sem uma compreensão estratégica, o crescimento descoordenado das ações nas cidades estava levando a que os militantes da ALN consumissem todas as suas energias e estabelecessem seus planos apenas para a atuação urbana, esquecendo do objetivo estratégico que era a guerrilha rural: “Tudo também o seu lado negativo, o fato desta autonomia tática acabou contribuindo para a gente acabar transformando aquela luta na nossa luta estratégica” (CP,2008). Além disto, a partir da ação de seqüestro do embaixador, a repressão conseguiu chegar não só a Marighella, tirando sua vida, mas também desbaratar o Grupo Tático Armado de São Paulo:

A autonomia tática, foi o que possibilitou, por exemplo a uma parte da organização participar do seqüestro do embaixador americano, quando o Marighella inclusive achava que não era a hora. (...) ele achava que não era o tipo de ação, na concepção dele, que não ajudava a preparar o lançamento da guerrilha rural, que era em novembro. (...) Mas o seqüestro do embaixador americano foi em setembro e o Marighella morreu em novembro. As pistas que levaram à Marighella, começaram na ação do embaixador americano. E a queda do GTA em São Paulo, tudo veio do embaixador americano. (CP,2008)

A morte de Marighella, foi a maior derrota da ALN até aquele momento. Também teve como consequência o não lançamento da guerrilha rural, que naquela ocasião já tinha até data: 15 de novembro de 1969⁷³. De acordo com Paz, o comandante da ALN já havia feito todos os preparativos. No dia do lançamento, o próprio Carlos Eugênio Paz faria uma ação com explosivos no quartel do Exército no qual prestava serviço militar e partiria imediatamente para a região da guerrilha. Marighella teria lhe dito: “Nós vamos estar lançando a guerrilha rural, lá no sul do Pará”. (CP,2008)

Devido aos avanços da repressão, que custaram a vida de Marighella, e dos prejuízos advindo do uso da autonomia tática, Joaquim Câmara Ferreira, que assumiu a coordenação depois de Marighella (não sem um pequeno atrito com os Cubanos), inicia um processo de centralização da organização. De início, o novo comandante contou com uma certa resistência de seus comandados, inclusive Carlos Eugênio Paz. Em seu livro, “Viagem à Luta Armada” o ex-militante da ALN dá uma boa dimensão de como se deu este conflito. O autor relata uma discussão travada durante uma reunião entre Toledo, Yuri Xavier Pereira (dirigente da organização egresso do PCB, morto em 24 de Junho de 1972,

⁷³ Marighella foi assassinado em 04 de novembro de 1969.

retratado no livro sob o pseudônimo de Altino) e ele próprio. Na polêmica, Yuri e Toledo defendem uma maior circulação das idéias e dos projetos da organização para o conjunto dos militantes. A socialização das discussões, é uma premissa leninista que tem como um de seus objetivos centrais fortalecer a democracia e permitir o controle do coletivo sobre a direção. A militância oriunda do PCB impregnava Toledo e Yuri, de modo que suas propostas de organização refletiam uma concepção de entranhada de prática democrática forjada na esteira do combate partidário. Em Carlos Eugênio Paz, as marcas eram outras, adquiridas dentro da militância na ALN, sob o primado da autonomia tática e da obediência irrestrita às normas de segurança. Deste modo, o que poderia ser uma questão de princípio para Toledo e Yuri, não era para Clemente (pseudônimo utilizado por Carlos Eugênio Paz durante sua militância na ALN), da mesma forma como as normas de segurança, que para ele eram a prioridade, eram mais facilmente relativizadas por seus companheiros de organização. No fundo, estava a formação qualitativamente diferente proporcionada pela militância no PCB e na ALN:

Altino – Concordo, estou convencido de quase tudo, só tenho medo do segredo total, do excesso de segurança. Podemos nos transformar numa seita ou sociedade secreta, cada vez mais distante das massas. [obs, Altino –Yuri fez parte do PCB].

Clemente –Altino, só falta dizer onde estão as massas. Estamos na defensiva, até agora só aparecem em nossos panfletos.

Diogo⁷⁴ – O distanciamento das massas é uma coisa do momento. Estamos na defensiva, mas o que Altino diz é correto, uma visão de sociedade secreta nos afastaria delas para sempre, desde a concepção mesma da luta. Outro perigo é terminarmos por não saber o que pensa a maioria da organização, se os militantes estão de acordo com nossos métodos, com os rumos que traçamos. Quando uma direção entra por esse caminho, dá com os burros n'água, começam as dissensões. É difícil confiar quando não se sabe de quase nada.

Clemente – Devemos discutir as linhas gerais, os objetivos, mas não as táticas, as ações concretas, os deslocamentos de militantes. Se você me diz que o trabalho de implantação da guerrilha rural está avançando, não precisa dizer mais nada. Estamos dando a vida por uma causa e a maior confiança que podemos demonstrar é não querer saber demais.

Diogo – Quando as idéias circulam, o pensamento enriquece.

Clemente – Também posso ser preso amanhã expropriando um, carro (...), não resistir às torturas, abrir seus planos e vai tudo por água abaixo. Uma direção que desperdiça tempo, vidas e dinheiro, deixando brechas na segurança, arriscando planos de meses porque alguém sabia mais do que precisava é incompetente. Os companheiros são presos, torturados, um dá um detalhe aqui, outro dá mais um acolá e a repressão vai fazendo o quadro da nossa estrutura, nossos métodos e regiões de atuação. Na defensiva, temos que despistar, falar pouco, construir uma organização sólida, de combatentes firmes e conscientes da necessidade de confiar no comando, sem saber nada além do importante para a sua atuação. “quem samba fica,

⁷⁴ No livro de Carlos Eugênio Paz, Diogo era o nome utilizado para retratar Joaquim Câmara Ferreira.

quem não samba vai embora” dizia Fabiano⁷⁵, se não for assim seremos dizimados. (Paz, 1996:51,52)

Mais a frente, Carlos Eugênio Paz expressa o que, dentro da ótica de um militante da ALN, significavam as intervenções de Toledo na política de organização:

Diogo muda completamente o estilo da ALN, nos aproximando das organizações tradicionais da esquerda. Com Fabiano a ação fazia a vanguarda, não precisávamos pedir licença para praticar atos revolucionários. Essa atomização das decisões permitiu nossa participação no seqüestro do embaixador norte americano que Diogo defendia e Fabiano era contra. As concepções de Fabiano desenvolveram a iniciativa de nossos militantes, em oposição ao imobilismo do Partido, quando esperávamos sempre as decisões das instancias superiores. Agora centralizamos tarefas e comando, Diogo imprime sua marca. (Paz, 1996:186)

Se Marighella era mais ponderado e Toledo mais sonhador, no que tange à política de organização, Toledo se utilizou de métodos bem mais tradicionais, isto é, bem mais em sintonia com sua experiência pecebista, do que Marighella. Segundo Paz, os dois principais líderes da ALN apresentavam uma nítida diferença de perfil. O primeiro mais centralista, organizado, metódico, o segundo mais aberto, mais impregnado do espírito da ALN:

Diogo provoca impacto com suas maneiras, sua forma elegante de falar e a organização de seus pensamentos. Se alguém tinha dúvidas de sua capacidade como comandante, elas deixaram de existir. A conduta de Fabiano aglutinava na prática das ações diárias, no sentido que dava a cada uma das lutas travadas paralelamente e sem coordenação explícita. Nos sentíamos chefes como ele, ou melhor, nos sentíamos sem chefe, donos de nossa iniciativa revolucionária, seguindo os passos de um líder. Diogo aglutina a partir de cada palavra, cada atitude, cada proposta. Cada um a seu modo, homens impares, líderes de uma geração combativa e rebelde. (186)

Como já era de se esperar, uma das primeiras modificações no modelo de organização da ALN foi o fim da autonomia tática. Carlos Eugênio Paz, que a época foi convencido da proposta, fala a respeito dos inconvenientes do referido princípio na conjuntura de 1970:

Então essa autonomia tática acaba quando o Marighella morre. O Toledo volta e que a gente faz ajustes na forma da organização, a gente centralizou a organização. Porque era um novo momento. Primeiro porque era o momento

⁷⁵ No mesmo livro, Marighella era retratado com o nome de Fabiano. Em conversa particular com Carlos Eugênio Paz, este me revelou que a escolha do nome foi inspirada em personagem homônimo de Graciliano Ramos, em seu romance Vida Secas. Não posso deixar de opinar que foi uma escolha de muito bom gosto!

do DOI/CODI⁷⁶ (...) com a repressão que já tinha em 1970, a autonomia tática causava problemas de segurança brabos, então começava a se virar contra nós, por que, por exemplo, um grupo fazia uma ação numa região da cidade e imediatamente, os caras coalhavam aquela região de polícia, o outro grupo não tava sabendo, um companheiro podia ser preso numa batida. (CP,2008)

Num primeiro momento, as propostas de reorganização e centralização não foram bem acolhidas mesmo entre os componentes da coordenação. Mas Joaquim Câmara Ferreira conseguiu convencer a todos. Paz, em seu depoimento relata as razões que o levaram a concordar com as formulações de Toledo:

O Brasil era outro, a organização era outra, a repressão era outra. E aí o Toledo começa a colocar... e olha que no começo eu dizia assim: porra, velho, você é um burocrata mesmo! Negócio de partidão, Marighella rompeu com o partidão, você não rompeu com o partidão. Ele ria, sabe? Ele me tratava com condescendência. (...) e ele acabou me ganhando. A gente se tornou mais eficaz (...) continuava a mesma estrutura da organização, de Grupos de Fogo, equipes de Fogo e coordenações, isso aí continuava. Só não podia mais, era aquela história, um grupo resolve fazer uma ação, e faz sem a aprovação do comando. (CP,2008)

A rearticulação promovida por Toledo veio associada a uma nova leitura da conjuntura e da correlação de forças no Brasil. No segundo número do jornal “O Guerrilheiro” de novembro de 1971, o próprio dirigente fez uma discussão acerca da conjuntura e da correlação de forças no Brasil. A avaliação de Toledo é bem mais cautelosa que aquelas feitas por Marighella. O dirigente da ALN não tem dúvidas em afirmar que “as ações revolucionárias entraram em um período de descenso”. (O Guerrilheiro nº2, 1971:3)

Embora seu lado otimista não deixe de aflorar quando fala das ações realizadas pela ALN e também pelas outras organizações de luta armada, segundo ele, ações promovidas “demonstraram a viabilidade da luta armada. Instalamos de fato, a guerra revolucionária no país” (idem). Assim, se Joaquim Câmara Ferreira reconhece o aumento da repressão, não tem dúvida que a ALN está no caminho certo.

Tratando mais diretamente a mudança da conjuntura, Toledo se pergunta se o aumento da repressão significa alguma mudança objetiva na ditadura, e a sua resposta é não: “o que existe em relação a 1968, é uma mudança quantitativa: a ditadura consolidou o estado de terror” (idem).

⁷⁶ Destacamento de Operações de Informações/Centro de Operações de Defesa Interna. As delegacias DOI/CODI substituíram às do DEOPS (Departamento Estadual de Ordem Política e Social), e diferiam destas pela sua maior organização e “eficiência” na repressão brutal.

Toledo reconhece algum êxito por parte do governo em sua campanha desenvolvimentista e ufanista. Mas credita a esse sucesso limites bem estreitos, menciona o arrocho salarial, o aumento da miséria, da corrupção, as obras públicas realizadas para atender aos interesses do imperialismo, a tortura, a censura etc.

Frente a este quadro a saída proposta por Toledo é a intensificação das ações. Essa saída, a da intensificação das ações para responder à intensificação da reação, foi de modo geral, a principal conclusão a que chegaram os dirigentes da ALN até 1974. Os mecanismos de promoção e permanência na direção da ALN favoreciam a formulação dessa sentença. Afinal, os dirigentes tinham de demonstrar coragem e desprendimento, assim, essa proposta acabou se repetindo ao longo dos próximos anos mesmo nos momentos da mais dura repressão:

Diante desta situação, os verdadeiros revolucionários não têm outra alternativa senão intensificar a guerra contra a ditadura e o regime. É indispensável que sejam tomadas as medidas técnicas de segurança que garantam o êxito de ações urbanas visando abalar a ditadura e que tenham início as ações guerrilheiras no campo, visando despertar o enorme potencial revolucionário das massas camponesas. (O Guerrilheiro, nº1:5)

A expectativa com o “despertar político” do campesinato certamente parecia aos militantes uma reserva de forças que, nos momentos de maior repressão ainda lhes estava assegurada. Desta forma, mesmo se as quedas aumentassem de maneira desesperadora e a organização chegasse a beira da aniquilação, seus membros ainda podiam acreditar que, tão logo se chegasse à guerrilha no campo, a correlação de forças iria se modificar de tal forma que eles lograssem virar o jogo. Esta convicção mantinha a esperança, e o futuro poderia parecer colorido mesmo nos dias mais sombrios.

A intensificação das ações, para Toledo não significava somente ações armadas. Mais do que se pode observar nos escritos de Marighella, Joaquim Câmara Ferreira fala diretamente de outros níveis de atuação que também deveriam ser estimulados. O que demonstra mais uma vez o peso maior da herança pecebista neste dirigente, que procurava combinar a experiência de organização sindical e popular com a luta armada mais do que qualquer dirigente anterior ou posterior da ALN: :

... a divulgação de volantes, aquisição de uma arma, o pichamento de paredes, os comícios dentro das fábricas e nas concentrações populares, a ampliação das redes de apoio e informações, o estímulo às lutas reivindicatórias gerais e parciais, a participação intensa em campanhas como a denúncia da farsa eleitoral e pelo voto nulo, a preocupação com a formação política e ideológica dos próprios revolucionários, a formação de

novos grupos revolucionários, etc. o essencial é despertar a iniciativa dos revolucionários em todos os níveis. (idem)

Por fim, Toledo destaca ainda as primeiras reuniões e ações da Frente Revolucionária⁷⁷, segundo ele, mais uma evidência do avanço da luta armada no país.

Contudo, no mesmo jornal, a reportagem seguinte dá a notícia de sua morte. Uma perda, sem dúvida, de muitas conseqüência para a ALN naquele momento:

O assassinato de Marighella havia sido, há um ano, um golpe que nos abalou profundamente e adiou o início da guerrilha rural. Vínhamos, desde então, nos reorganizando, procurando levar avante as diretivas que Marighella nos deixou.

Apesar da ofensiva política da ditadura e da repressão, sob o comando do “velho”⁷⁸ estávamos desenvolvendo o trabalho de prosseguimento da guerrilha urbana e preparação do desencadeamento da guerrilha rural. (O Guerrilheiro nº1, 1971:6)

O autor da notícia dá à luta armada depois da morte de Toledo, um conteúdo que talvez tenha vindo a se tornar desproporcional nos anos de seguintes da ALN: a vingança “Honraremos nossos heróis não só com a luta, como também com sua vingança: ‘olho por olho, dente por dente’ é, mais do que nunca, um de nossos lemas”. (idem)

Num artigo intitulado: “Eles”, fala-se dos traidores (talvez não seja demais destacar que Joaquim Câmara Ferreira foi delatado por um traidor), daí provavelmente o motivo deste artigo. O artigo fala da necessidade de maior rigor na seleção e promoção de novos militantes a fim de evitar a penetração de informantes dentro de suas fileiras:

O cuidado com os combatentes começa na apreciação e recrutamento de elementos. Ao ingressar na organização, precisa conhecer e ter consciência dos objetivos e riscos da luta. Devemos ampliar paulatinamente seu comprometimento e participação, para que não haja choques, dilemas ou vacilações. (O Militante nº1, 1971:8)

⁷⁷ Durante o início dos anos de 1970, as organizações da esquerda armada formaram a “Frente Revolucionária”, entre as principais agremiações estavam: a ALN, o PCBR, a VPR, o MR-8, REDE (Resistência Democrática, depois se dissolvendo na ALN), COLINA (Comandos de Libertação Nacional), MRT (Movimento Revolucionário Tiradentes), etc. Entre os objetivos principais estava a construção da unidade do movimento revolucionário brasileiro, inclusive organicamente, todavia, em função das várias divergências entre seus participantes, a Frente não foi além da atuação conjunta em ações armadas. Embora deva se registrar, que algumas delas foram espetaculares.

⁷⁸ “Velho”, além de Toledo, era como Joaquim Câmara Ferreira era carinhosamente chamado pelos militantes da ALN.

A repercussão da morte de Toledo desencadeou uma atenção ainda maior à segurança. Ainda em 1972, a direção da organização lança o documento “Política de Organização” que, como o próprio nome já diz está voltado para a reorganização da ALN. O objetivo do documento “é o de proporcionar uma visão mais geral e atualizada da política de organização” (Política de organização, 1972:1). De acordo com o autor⁷⁹, a necessidade do documento já se fazia sentir há algum tempo face às necessidades de criação e reorganização e sistematização de novas estruturas da ALN nos seus diversos níveis em função da expansão da influência e dos golpes de inimigo. Segundo o autor, o documento é fruto de um debate coletivo, feito sem ferir o princípio básico da ALN de “atuação revolucionária permanente⁸⁰” (idem). Os problemas enfrentados pela ALN seriam fruto das mais diversas debilidades: teórica, política, pouca formação de quadros, além do refluxo do movimento guerrilheiro em função do aumento da repressão. As conclusões apontadas pelo documento não resultariam de uma especulação filosófica abstrata, como fez questão de enfatizar o autor, mas de uma reflexão feita a partir da atuação revolucionária direta, ou seja, da prática real. O documento argumenta que, devido às condições da conjuntura brasileira, marcada pela intensa repressão da ditadura militar, “fez-se necessário o aparecimento de pequenos grupos de homens armados” (Política de organização, 1972:2), ou seja, se nas primeiras referências à luta armada feitas por Marighella ainda no PCB, essa forma de atuação aparecia como subordinada ao movimento de massas, aqui, o abandono de uma política de atuação junto às massas operárias é justificado em função do endurecimento do regime.

De acordo com o documento, as organizações que souberam compreender essa imposição conjuntural da luta armada conseguiram crescer:

Ao compreender que era viável o emprego da violência revolucionária, compreenderam que ela não era artificial, e sim uma necessidade decorrente da escalada crescente da repressão contra as forças revolucionárias e as massas em geral, a partir de 1964 (idem)

O desenvolvimento da ALN, segundo o documento, não foi linear, teve altos e baixos conforme o ascenso e refluxo do movimento revolucionário, mas conseguiu manter sua continuidade, sua permanente ação revolucionária, nisto está

⁷⁹ A autoria do documento, segundo Paulo Vannuchi, citado por Teixeira Junior, é de Luiz José da Cunha.

⁸⁰ De modo geral, dentro das organizações armadas mais militaristas, tais como a ALN e a VPR, ressalvas como estas são feitas antes de se iniciar uma discussão teórica.

um de seus maiores méritos. Para prosseguir na luta, tal organização necessitaria ainda de se depurar de fórmulas e concepções superadas. Não fica claro, no entanto, a que tipo de concepções e fórmulas superadas se refere, se concepções vinculadas à antiga estrutura pecebista, ou se, concepções extremamente militaristas desenvolvidos no curso da ALN.

De acordo com o documento, a ALN seria uma organização centralizada e composta por grupos revolucionários e coordenações. Desta forma, não seriam admitidas frações ou grupos independentes, com programa e disciplina próprios. Os grupos comporiam a estrutura fundamental da ALN, variando o número em função da tarefa para a qual estão constituídos. Entre os grupos existiria uma rigorosa compartimentação. Seriam dirigidos por um coordenador.

O coordenador seria escolhido pela coordenação a qual estivesse ligado. As coordenações seriam responsáveis pelo desenvolvimento técnico-militar, político e orgânico da ALN, pela unidade, segurança, disciplina e pela implementação da linha da ALN. Seriam responsáveis pela atuação dos grupos e de seus coordenadores. Entre as principais tarefas, estava o aprimoramento teórico e prático dos grupos. Para tanto, deveriam mantê-los informados (respeitando os critérios de segurança) e encaminhar as críticas e sugestões dos militantes às coordenações imediatamente superiores.

“A ALN é dirigida por suas coordenações: Nacional, Regional, Local e setorial”. (Política de organização, 1972:4). Cada uma delas teria suas tarefas gerais e específicas, relacionadas a suas frentes de atuação. “são as seguintes frentes de atividades: FRENTE DE TRABALHO POLÍTICO, FRENTE GUERRILHEIRA e REDE LOGÍSTICA DE APOIO”. (Política de organização, 1972:4 grifo do autor)

A Coordenação Nacional estaria incumbida da direção política e militar geral; do controle do centro de aperfeiçoamento técnico e de combate, e da relação com as outras organizações em nível nacional e internacional.

As coordenações regionais, ligadas diretamente à Coordenação Nacional, seriam responsáveis pelas ações armadas em sua área de atuação, e com as seguintes responsabilidades: manutenção da luta armada e seu aperfeiçoamento, desenvolvimento da potência de fogo, desenvolver o trabalho de massas, organizar as coordenações locais e por setor.

As coordenações locais seriam encarregadas pelo trabalho político-militar em uma determinada localidade e seriam subordinadas diretamente às coordenações regionais. As coordenações por setor se encarregariam do desenvolvimento das atividades da organização em um determinado setor: político, militar ou técnico, e seriam subordinadas a uma coordenação regional ou diretamente à coordenação nacional. Em determinados casos, uma coordenação local ou de setor poderia se ligar diretamente à coordenação nacional. Uma coordenação seria estruturada sempre de acordo com as necessidades reais da dinâmica da luta e nunca como formalidade burocrática.

As coordenações regionais locais ou por setor formar-se-iam por cooptação, ou por decisão de uma coordenação superior, ouvindo os militantes da região ou setor. Como se vê, a formação das coordenações na ALN se dava de forma diversa que no PCB, sua formação não é impulsionada pelo critério de expansão territorial, mas a própria expansão obedece a um critério de necessidade objetiva, além disso, não existiam eleições. Embora os militantes fossem ouvidos, a decisão era da direção, ou seja, ao menos no que diz respeito à escolha das coordenações, a organização não se formava de baixo para cima.

Na ALN as coordenações são compostas pelos companheiros mais dinâmicos (...) e que reúnem uma maior experiência guerrilheira. O companheiro componente de uma coordenação deve se constituir num exemplo para os outros combatentes (idem).

Para fazer parte de uma coordenação era preciso antes se destacar na luta armada, o critério era mais técnico militar do que político, pois um militante pode ter anos de marxismo e poderia estar hierarquicamente abaixo de um jovem egresso do serviço militar e portanto mais hábil com as armas. Esse critério garantia a predominância dos mais militaristas dentro da organização. Tal mecanismo, pensado na origem da organização, foi mantido. Talvez a exceção mais famosa a esta regra seja Joaquim Câmara Ferreira.

Uma coordenação poderia ser substituída por ineficiência, atividade fracionista, ou atuação displicente com a segurança. Em casos determinados, seriam realizadas reuniões para dar melhor encaminhamento às atividades da organização. O direito de crítica, de acordo com documento, seria assegurado, desde que não incorra em indisciplina e atividade fracionista.

Quanto aos critérios de militância, segundo o documento:

Militantes da ALN são os companheiros revolucionários que aceitam nossa estratégia de guerrilha, nossa tática, nosso centralismo orgânico e nosso programa de Libertação Nacional e Democrático Revolucionário, que abrirá caminho às transformações socialistas. E que, integrando-se em um dos nossos grupos revolucionários, contribuem com sua prática – política e/ou armada - para que a ALN cumpra com os objetivos a que se propõe. (Política de organização, 1972: 5)

Um ativista que aceitasse o programa da ALN, mas não aceitasse o centralismo orgânico ou não reunisse as condições ideológicas e políticas para ingressar na organização poderia contribuir na condição de aliado.

Aqui existe um conceito interessante: o “centralismo orgânico”. No momento da formação da ALN, o centralismo democrático era recusado em favor da autonomia tática. Neste momento, a autonomia tática era posta de lado e o comando da organização, através de suas coordenações controlava a ação dos militantes. Deste modo, se o princípio que motivou a recusa do centralismo democrático foi a liberdade de ação frente às possíveis manobras burocráticas da direção, que poderia manipular (a exemplo do que ocorrera no PCB), as decisões do coletivo passando por cima das discussões, neste caso, nem as discussões existem e a linha da direção é deveria ser cumprida sem contestações. Os militantes deveriam ser integrados em um grupo e se submeter ao centralismo orgânico, não existindo militantes que atuem por conta própria. Tal procedimento, entretanto, não deve ser entendido como um autoritarismo rasteiro. Para avançar em direção ao centralismo democrático, o primeiro passo seria a realização de plenárias e conferências que ratificassem as táticas e programas da organização e a escolha da direção, e neste caso, estes procedimentos entrariam em conflito com vários princípios (como por exemplo, o da promoção pela bravura e o “antiburocratismo” e “antireunionismo”) e ainda esbarrariam em dificuldades relacionadas à segurança. Some-se ainda o fato de que a maior parte dos militantes desta organização defendia os princípios mencionados.

Em casos especiais, poderia acontecer que um militante se visse isolado e obrigado a atuar sozinho, mas deveria buscar restabelecer o contato com a organização. Em casos especiais, um militante poderia atuar isoladamente, diretamente ligado à coordenação nacional.

Todos os militantes deveriam zelar pela unidade orgânica e de ação, bem como da segurança da organização. O exercício da crítica e da autocrítica seria

direito e dever do militante, dentro do centralismo da organização. Contudo, qualquer militante envolvido em práticas fracionistas seria advertido, a persistência nesta atitude levaria ao seu desligamento.

Dentro dos direitos dos militantes estavam o de fazer críticas e sugestões à direção e propor a substituição de um dirigente, em reunião de seu grupo ou à coordenação imediatamente superior. Em contrapartida todos teriam o dever de acatar as ordens mesmo que discordassem. Trata-se de um princípio do centralismo democrático, com a diferença de que esta obrigação se dá depois de um amplo processo de discussões. Todos os militantes seriam responsáveis pela aplicação da linha e pela segurança, sendo que, havendo níveis distintos de militância, também haveria níveis distintos de responsabilidade.

Todos os militantes, independentemente do ramo em que atuassem, deveriam estar preparados para participar de ações armadas, embora pudesse ocorrer que nem todos fossem mobilizados para estas atividades. Os militantes poderiam ser mobilizados para ações armadas por sua situação legal ou ilegal⁸¹, condições físicas etc. Por conta da possível requisição para ações armadas, era importante que todos os militantes tivessem a preocupação em acumular conhecimentos práticos militares.

O objetivo central da ALN era o desenvolvimento da luta armada contra a ditadura, entendendo esta forma de luta como expressão da radicalização da luta contra o regime. Nas condições do Brasil, segundo o documento, a luta armada urbana teria uma importância maior naquele momento, “em uma situação de refluxo do processo revolucionário” (Política de organização, 1972:7). Essa forma seria a forma embrionária da luta, que tenderia a se desenvolver num processo prolongado. Assim, seria preciso estabelecer os setores mais importantes de concentração do trabalho de construção para desenvolver a organização de forma multilateral nos setores chaves, naquela etapa determinada. A política de concentração e construção não poderia ser nem estática, nem dogmática, mas flexível política e taticamente. A seguir, o autor fala das classes e segmentos estratégicos para a política de concentração e construção:

Temos presente que o proletariado é a classe social revolucionária no atual estágio da história, onde predominam as relações de produção capitalistas. E, sem sua participação e direção será impossível a realização da Revolução

⁸¹ De um modo geral, os militantes que já estavam em situação de clandestinidade, eram requisitados com mais frequência para esse tipo de tarefa.

Nacional, Libertadora e Democrática. No entanto, não será a classe operária a única a participar da Revolução, daí porque é inevitável e fundamental que no processo sejam estabelecidas alianças e frentes com as massas exploradas do campo, campesinato pobre e os assalariados agrícolas. E, nas cidades, com os setores das camadas médias. (Política de organização, 1972:8).

De acordo com o autor, naquele momento, era muito importante a construção da organização junto às camadas operárias que estariam sentindo de forma mais direta a piora nas condições de vida. Registra-se aqui, uma primeira evolução no sentido de uma proximidade com as estratégias mais tradicionalmente pecebistas de organização. De início o formato organizativo da ALN procurava evitar todos os erros atribuídos à prática do PCB, uma vez que não apenas a linha política daquele partido mas a sua própria concepção teórica constituiria um obstáculo à revolução. Entretanto, o funcionamento da organização julgada ideal para o desencadeamento da revolução, acabou por revelar também seus inconvenientes dentro de uma conjuntura que se mostrou bem mais desfavorável do que se queria acreditar. A reestruturação proposta, então, acabou por reabilitar características do antigo PCB que até então eram enfaticamente recusadas. A política de centralização orgânica é o maior exemplo disso, pois significava uma forma de verticalização, em tese, bem mais rígida que a existente naquele partido.

Um segundo aspecto a notar é a importância substancialmente maior da *guerrilha urbana* nos planos da ALN. A guerrilha rural continuava ainda a figurar como o horizonte estratégico da revolução, mas sua menção é meramente casual. Silva Junior em sua tese de doutorado sobre a ALN já havia percebido esta questão, a de que a organização secundarizou seu projeto estratégico em função de uma atuação considerada tática em sua linha política:

Após consulta aos seus documentos e a correlação com outros estudos, chegamos a seguinte hipótese: a Ação Libertadora Nacional, através de seus pronunciamentos oficiais, desenvolveu uma prática e uma reflexão da guerrilha com base na ação armada na área urbana, mesmo que o objetivo inicial fosse o desenvolvimento da guerrilha rural. Portanto, no decorrer de sua trajetória, a ALN alterou sua linha política original, que previa a formação de uma “Frente Revolucionária”, que previa o lançamento da guerrilha no campo e passou a privilegiar a ação armada urbana. (Silva Junior,2005:93)

A estruturação proposta é pensada para atuação sob restritas normas de segurança, sob feroz repressão da ditadura. A questão é, se a conjuntura é cada vez mais desfavorável, e as possibilidades de atuação são cada vez menores com

custos cada vez mais elevados, por que não apressar a retirada do cerco estratégico inimigo e apressar o lançamento da guerrilha no campo?

A possível resposta a esta pergunta foi dada por Carlos Eugênio Paz em seu depoimento realizado para este trabalho. E é simplesmente surpreendente. De acordo com Carlos Eugênio Paz, que nesta ocasião era o principal dirigente desta organização, a ALN não abandonou a guerrilha rural. Desde pouco depois da morte de Toledo, a direção da ALN manteve algumas reuniões com a direção do PCdoB, na figura de João Amazonas, e estabeleceu um acordo. Que consistiu basicamente numa divisão de tarefas, o PCdoB se encarregaria do lançamento da guerrilha rural já em fase de preparação no sul do Pará, e a ALN se encarregaria de “distrair” as forças da repressão atuando dentro do cerco estratégico.

Tal revelação é absolutamente inédita, foi feita por ninguém menos que Carlos Eugênio Paz, o principal dirigente da organização depois de Marighella e Toledo, por sua relevância, optei por transcrever integralmente toda a parte do depoimento em que o fato é narrado:

Uma coisa que pouca gente sabe é que eu tive contato com João Amazonas na clandestinidade. Isso aqui... você é o primeiro que vai usar essa coisa, eu acho.

Porque quando, a gente já estava no cerco nas cidades, Marighella morto, Toledo morto, a gente procura o PCdoB. nós sabíamos que o PCdoB estava implantando [a Guerrilha do Araguaia], primeiro por causa de contatos com quadros do PCdoB que a gente conhecia, dentro da esquerda você sempre acaba tendo aquela conversa. Não sabíamos os segredos, por que inclusive não queríamos saber, nunca tentamos saber. Você sabe que um dos princípios do quadro clandestino é querer saber o mínimo possível. Eu acabei tendo que saber muito porque eu era da direção da organização e tinha que saber muito. Mas é um fardo saber muito por que sabendo muito você tem muito o que contar. É fardo até hoje, estamos aqui, conversando, e eu tendo que contar um monte de coisas que eu já contei mais de quinhentas vezes. (risos) Não que você seja um fardo.

E começamos a conversar, primeiro por isso, segundo porque nós também implantávamos, estávamos implantando gente, até hoje tem coisa da ALN no campo do Brasil. Tem propriedade da ALN, tem companheiros que foram pra lá, e que se estabeleceram, e nunca voltaram, ficaram por lá. E o que acontecia, a gente, ouvia falar deles. Tanto que inclusive, nós temos indícios concretos de que quando o Araguaia, a Guerrilha do Araguaia foi descoberta, eles não estavam procurando o PCdoB, eles estavam procurando implantações nossas lá. E acabaram dando de cara com o PCdoB, e tomaram até uma surpresa, que perceberam que não era a ALN, falaram: mas quem é?... Nossa, são aqueles maoístas malucos! Coisas que a gente sabia, porque, ninguém é criança, se eles infiltravam na esquerda, a esquerda também infiltrava a direita, então nós sabíamos dessas conversas. Então nós tivemos um contato com João Amazonas, eu e Yuri, e, houve inclusive um acordo. Por que nós sabíamos o seguinte, que depois da morte do Toledo... Nós tivemos que reconstruir duas vezes nossos contatos no campo. Quando o Marighella morre, Toledo volta de Cuba, que ele tava em Cuba lá cumprindo missões da organização, e vai reconstruir o campo, vai retomar todos os contatos, quando ele morre agente também teve que fazer isso.

Então nós vimos que aquilo estava difícil. Então nessas conversas com o Amazonas, nós chegamos ao seguinte: “olha, pra nós esta difícil. Se vocês conseguirem, lancem a guerrilha e vamos fazer de uma forma concertada, vamos fazer o seguinte, vocês lutam lá, e a gente faz “diversão” aqui. A gente faz “diversionismo” aqui. Entendeu? Quando vocês forem fazer ação lá, a gente lança uma ofensiva nas cidades pra propagandear a guerrilha”. Aquilo que a gente pretendia fazer com as próprias forças da ALN, no começo, que depois contou fazer com as forças da Frente Armada Revolucionária em 1970, na aliança que a gente teve com Carlos Lamarca, com o PCBR, com o MR8, com o MRT, aquela coisa toda, e a VPR, que era o Lamarca, o Lamarca ainda tava na VPR. Nós acertamos de fazer com o PCdoB. Não sei se há hoje em dia algum quadro vivo do PCdoB que tenha conhecimento desses contatos na época, mas eles existiram, foram reais, foram concretos, e tinha esse acordo entre nós. Tanto que, nós inclusive começamos a tratar mais da estruturação, da organização nas cidades, a gastar mais dinheiro nisso. A gente não agüentava mais não ter hospital, pra tratar dos nossos feridos, a gente não agüentava mais todos os nossos aparelhos serem alugados, começamos a comprar casas. A gente vai montar um hospital, não pode ser numa casa alugada, porque amanhã o cara resolve retomar a casa, e como é que você vai desmontar um hospital? Ia dar problema. Então começamos até a despender mais dinheiro e mais concentração de esforços na nossa estruturação nas cidades, confiando que o PCdoB estava lá e estava fazendo uma implantação séria.

- Isso a partir de que ano?
- Essas conversas com Amazonas e existiram em 71 e em 72. Isso aí é uma coisa que aos poucos a gente vai falando por que também tem que esperar as coisas terem tempo histórico. (CP,2008)

Num ponto mais avançado da entrevista, quando o entrevistado estava falando sobre o debate relacionado à proposta de recuo da luta armada na ALN, faz nova referência a esta questão:

No Brasil mesmo, foi muito fraco, não havia essa coisa do recuo no Brasil. É isso o que eu digo pros companheiros e era isso que eu dizia na época; lá no Brasil ninguém está querendo recuar, não. O que o pessoal está querendo, é assim, o que a gente via aqui era o seguinte: vamos condensar a nossa atuação, ver o que acontece com a guerrilha do PCdoB, pra ver se isso abre uma mudança de conjuntura, por que hoje nós estamos cercados, tem inclusive documentos internos da organização que a gente já dizia isso, estamos cercados, estamos cercados. Vamos manter acesa a chama, vamos manter essa luta, pra ver nas próximas conjunturas o que vai acontecer. Vê se acontece alguma coisa de novo, que a gente contava muito com a guerrilha do Araguaia para abrir uma nova perspectiva de luta. (CP,2008)

Não apenas a ALN e o PCdoB fizeram um acordo de atuação combinada, como também, de acordo com Paz, a descoberta dos combatentes do PCdoB pela repressão foi uma espécie de acidente. Como vimos, poucos dias antes de sua morte, Marighella teria revelado a Carlos Eugênio Paz que a região de lançamento da guerrilha rural da ALN seria no sul do Pará. A mesma região da Guerrilha do Araguaia. O trecho acima abre uma nova perspectiva de estudos sobre a ALN e também sobre o PCdoB. Será preciso investigar mais sobre isso nos arquivos da repressão, e com dirigentes ainda vivos do PCdoB. Infelizmente, por uma

fatalidade do tempo, não restaram muitos, e pode ser que Carlos Eugênio Paz seja a única fonte desta informação. O que não diminui a credibilidade desta informação, por se tratar de um personagem histórico amplamente reconhecido pelos pesquisadores sobre o tema como um homem responsável e honesto, Paz não daria essa informação de brincadeira, para gerar qualquer tipo de especulação estéril.

A derrota do movimento guerrilheiro e o balanço realizado pelos militantes remanescentes da ALN.

Uma vez que não é objetivo deste capítulo fazer um histórico ainda que resumido da trajetória desta organização, limito-me a registrar que as dificuldades de atuação tornaram-se cada vez maiores até o ano de 1974, ocasião em que cai sua última Coordenação Nacional. Para a repressão e para muitos autores, este acontecimento marca o fim da Ação Libertadora Nacional. De acordo com Silva Junior: “talvez o mais correto seja admitir que a ALN deixou de existir no exato instante em que a última coordenação nacional foi destituída”. (Silva Junior, 2005:328)

Depois de alguns anos, os militantes remanescentes da ALN fizeram um balanço de sua prática através do documento “ALN: contribuição para um balanço autocrítico”, e retornam a algumas premissas de organização leninistas que os documentos de Marighella haviam negado com fervor. Tal fato demonstra que, pelo menos para uma parte dos militantes da ALN, as referências às formas mais tradicionalmente leninistas de organização, não apenas persistiram, como até sobreviveram à própria desarticulação da organização.

As opiniões e julgamentos dos autores não expressam a opinião do conjunto dos militantes da ALN. Trata-se de um grupo de militantes que conseguiram sobreviver à repressão e que, ao final da década de 1970, decidem fazer um balanço crítico da agremiação da qual participaram. O autor, (ou os autores), é desconhecido para este que escreve. Como a fonte em questão se apresenta enquanto resultado de um debate coletivamente travado, acreditamos ser coerente supor que não há um único autor. Desta forma, as posições expressas, refletem as opiniões de um círculo representativo de remanescentes.

O mais importante a reter do escrito, é a acidez com que os autores questionam os princípios organizativos que nortearam política desta organização

até 1974. Em meio às suas críticas, a redação sugere que o abandono dos princípios leninistas de estruturação está entre as maiores causas da derrota da luta armada. Não nos sentimos seguros para concordar ou discordar do texto. Nos parece entretanto, que constitui um equívoco atribuir tão somente aos guerrilheiros, sejam eles mais ou menos militaristas, as responsabilidades pela derrota do movimento de resistência armada. A atuação da ALN em especial (e também das várias outras organizações da esquerda guerrilheira), foi espetacular e heróica. Se não venceram, isso se deveu a elementos que estavam além de seu poder: a profissionalização da repressão, o sucesso da propaganda política da ditadura, os efeitos do “milagre econômico”, etc, enfim a própria imprevisibilidade do desfecho de uma empreitada no momento em que se a inicia. Durante os primeiros momentos da luta armada, nenhum contemporâneo ousou afirmar que estas estavam fadadas ao fracasso (a exceção dos dirigentes do PCB, por razões já discutidas).

Estes militantes que em 1979, (durante a ascensão do “novo sindicalismo” e os debates para a formação do PT), questionaram tão enfaticamente a linha organizativa de sua organização, certamente não possuíam tanta convicção no momento em que romperam com o PCB. Trata-se de uma crítica retrospectiva, não há elementos que permitam afirmar que as opiniões expressas já existiam durante o período de 1967 a 1974. Mas também não existem elementos que possam negar esta hipótese. Aliás, é muito provável que a maioria dos responsáveis por este documento não tenha feito da parte da “linha de frente” da ALN, visto que a maior parte dos quadros militares desta agremiação já estavam mortos, exilados, ou presos nesta época. Deste modo, pode ser que o autor, ou os autores, não tenham feito parte da direção nos momentos de maior repressão, e neste caso, é possível que manifestassem essas posições, com a mesma ou menor intensidade, mesmo antes de 1974, e não tenham conseguido se fazer ouvir dentro das estruturas da ALN, que não favoreciam a este tipo de questionamento. Também é lícito supor que o teor das críticas tenha aumentado depois de 1974, quando o setor mais militarista já havia sido anulado da cena política. Embora não se tenha como comprovar, partimos da hipótese que o balanço feito neste documento reflete a posição da base sobrevivente da organização contra a direção nacional já inexistente da mesma.

A data de sua produção é 4 de novembro de 1979, ou seja, no aniversário de uma década da morte de Marighella. Fazendo um balanço da formação da ALN, o texto lembra que o contexto de formação desta organização foi marcado por uma profunda divisão entre os comunistas em nível brasileiro e latino-americano e ao mesmo tempo, havia um ascenso das lutas no campo e na cidade. A redação faz um balanço positivo da formação da ALN, reivindicando a luta armada, o rompimento com o PCB, as referências internacionais e a avaliação conjuntural que embasou a estratégia adotada. Segundo o documento, Marighella apontava corretamente a necessidade da aliança operário camponesa, com ênfase para a deficiência das forças revolucionárias no campo e a conseqüente necessidade de corrigir essa lacuna. Somente com a aliança operário-camponesa é que se poderia fazer a Revolução de Libertação Nacional.

Com o fechamento do regime, a luta armada teria crescido em importância, potencializada ainda pela realização da I Conferencia Tricontinental realizada em Havana em 1966 e a realização da OLAS em 1967. Em relação a esta, o documento destaca que dentre seus vinte pontos, sete teriam tido uma correspondência direta com a proposta da ALN na ocasião de seu surgimento:

3. Que o conteúdo essencial da Revolução na América Latina é dado por sua oposição ao imperialismo e às oligarquias de burgueses e latifundiários. Conseqüentemente, o caráter da Revolução é a luta pela independência nacional, a emancipação das oligarquias e cominho socialista para seu pleno desenvolvimento econômico e social;
4. Que os princípios do marxismo-leninismo orientam o movimento revolucionário na América Latina;
5. Que a luta armada revolucionária constitui a linha fundamental da Revolução na América Latina;
6. Que todas as demais formas de luta devem servir e não impedir o desenvolvimento da linha fundamental, que é a luta armada;
7. Que, para a maioria dos países do continente, o problema de organizar, iniciar, desenvolver e provocar a luta armada constitui hoje tarefa imediata e fundamental do movimento revolucionário; (...)
10. Que a guerrilha, como embrião de exército de libertação, constitui um método mais eficaz para iniciar e desenvolver a luta revolucionária na maioria dos países;
11. Que a direção da Revolução exige, como um princípio organizador, a existência do comando unificado político-militar, como garantia para seu êxito. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979: 3)

Teria sido partir da OLAS e de seu significado para todo o continente latino-americano que se forma não só a ALN, como também vários outros grupos que adotam a tática da luta armada, ou seja, os remanescentes reconhecem a importância do aspecto internacional como fator importante para a organização dos comunistas no Brasil. Afirmar isso não pressupõe dizer que as correntes

políticas são dependentes dos centros internacionais, mais que não são imunes à sua influência e que, sua referência e inter-relação constitui um dos fatores para explicar e compreender as decisões tomadas. Afirma também, que as divergências entre as organizações armadas tiveram como consequência a desunião e a dispersão da luta armada no Brasil:

As divergências determinaram a proliferação de organizações autônomas, que não conseguiram chegar a um denominador comum em suas práticas. Esse fator enfraqueceu profundamente a organização da luta armada, determinando logo de início uma falta de unidade que dispersou esforços e atomizou os grupos revolucionários que não puderam dar consequência organizativa ao apoio amplo que tinham, principalmente nas camadas médias urbanas radicalizadas. (idem)

Segundo a lógica desenvolvida, as divergências entre as organizações foram determinantes para o não crescimento orgânico das organizações armadas, apesar do “amplo apoio que tiveram”. O apoio popular não era colocado em dúvida mais de uma década depois do processo, embora já houvesse elementos suficientes para ao menos por em dúvida esta convicção.

Segundo o documento, o campo era o local mais indicado para o desencadear da guerrilha, contudo nas condições do Brasil fez-se necessário iniciar a luta armada nas cidades, em função do ambiente mais favorável. Dada a receptividade das classes médias e trabalhadoras que se tornavam cada a cada dia mais insatisfeitas com as medidas autoritárias do Estado ditatorial, ali era mais fácil o recrutamento. A necessidade de levantar fundos para iniciar a luta armada rural, num momento posterior, também justificaria taticamente o início da luta armada pelas cidades.

Dentro do princípio de construir uma forma organizativa de tipo novo, a ALN não surgiu com uma estrutura definida, esta se formou ao longo de seu crescimento e acúmulo de experiência, em seu início não existiam as coordenações, por exemplo:

... a organização seria uma consequência da ação e, enquanto o núcleo guerrilheiro estratégico não fosse constituído, não se cuidaria de formar uma Coordenação Nacional, considerada então um empecilho para o desenvolvimento da luta – por seu peso *burocrático e entorpecedor da iniciativa das bases*.

É nessa situação que encontramos a ALN no final de 1969, antes do assassinato de Marighella. Embora já não se negasse a necessidade de coordenações e, inclusive, já existissem algumas formalmente instituídas, na prática, esses organismos de direção não funcionavam como tal, prevalecendo ainda o império do comando centralizado ou da autonomia tática (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:5)

Na construção da estrutura da ALN, houve alguma heterogeneidade de região para região, mesclando alguma centralização e alguma autonomia. De acordo com Silva Junior, devido à relativa autonomia dos grupos, ao menos em seu início, a organização teve uma certa heterogeneidade, uma desigualdade na estruturação da ALN:

Além disso, a ALN não foi uma organização homogênea, muitas divisões ocorreram em seu interior, algo compreensível, pois a autonomia dos núcleos de militantes foi sempre um destaque registrado em seus pronunciamentos, algo que certamente teria contribuído para posições não homogêneas e que permite caracterizar a ALN como palco de debates em certo sentido plurais, sem contudo, se afastar da valorização das ações de guerrilha. (Silva Junior, 2005:332)

Parece-me claro que, no início, os militantes da ALN e mesmo Marighella não sabiam ao certo qual seria essa nova estruturação. Havia por um lado uma referência ao modelo de organização sugerido por Debray (principalmente) e Che, e pela experiência cubana, estimulada inclusive pela OLAS que, na medida em que afirmava que os partidos comunistas estavam ultrapassados, estimulava a busca de um novo modelo organizativo. Mas mesmo os principais formuladores deste modelo afirmavam que não havia uma fórmula válida para todos os casos, sendo importante adequar os princípios da guerrilha à realidade nacional em que se atua. Nos primeiros escritos de Marighella, tais como o “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo” e “Algumas Questões Sobre Guerrilha no Brasil”, entre outros, existem apenas indicações vagas acerca de uma organização pequena, flexível, voltada à prática revolucionária constante, etc. O que havia de concreto era a recusa ao modelo partidário do PCB.

Os fundadores da ALN pensaram evitar os supostos desvios do PCB estruturando a nova organização em bases totalmente novas e atentas a estes. Os cargos de maior importância e elaboração estratégica eram ocupados por aqueles militantes que mais se destacavam nas operações militares. É inegável que se evitou deste modo a ascensão de dirigentes covardes e burocráticos. Por outro lado, a rigidez neste quesito pode ter limitado a contribuição que militantes de grande formação política poderiam dar à organização, ou ter dificultado ou impedido que estes pudessem questionar ou modificar a linha da ALN. O critério da prática funcionou como mecanismo seletor e de permanência na direção, colocando os critérios de promoção e as táticas de disputa de poder dentro das

estruturas da ALN em bases completamente novas. A formação política e habilidade em debater tinha muito pouco valor. Um jovem egresso das forças armadas poderia se sair muito bem nas ações armadas, e sua opinião seria mais ouvida que a de um militante egresso do PCB com vinte anos de experiência política. Desta forma, o discurso mais ofensivo, mais determinado e impulsivo tinha vantagem sobre aquele mais teórico, relativizado e cauteloso. Falar em recuo, por exemplo, poderia significar a acusação de fraqueza, medo, liberalismo etc. Às quedas e mortes, a única proposta que se podia apresentar era mais militarismo, mais ações, jogando desta forma a organização num círculo vicioso.

Ao avaliar a organização e seu início, o texto não faz nenhuma crítica severa, ou seja, esses militantes reconheciam e defendiam a necessidade do rompimento com o PCB e a necessidade da nova organização.

As críticas começam a tomar corpo quando se inicia a discussão acerca das práticas da ALN. De seu suposto vanguardismo e excessivo militarismo, e também de sua avaliação superficial e apressada da realidade. Segundo os argumentos desenvolvidos, grande parte de seus militantes subestimaram a capacidade de reação do Estado ditatorial, não compreenderam o caráter de longo prazo da luta pelo poder por meio da guerra de guerrilhas.

O documento afirma que a primeira ação da ALN de grande monta ocorreu no dia 15 de abril de 1968 o texto afirma que a maior parte dos erros cometidos pela organização (alguns que se perpetuaram), surgiram nesta época. O autor elenca três categorias básicas de erros:

1. Erros provenientes de desvios face a concepções teóricas corretas: talvez o melhor exemplo seja o da ação revolucionária (“a ação que definirá a vanguarda será exatamente a organização armada do povo contra seus inimigos internos e externos”). Partindo de uma formulação correta, passou-se a um entendimento restritivo da ação revolucionária e terminou-se por considerá-la tão somente como sinônimo de ação armada.
2. Erros advindos de concepções teóricas incorretas: o maior representante deste grupo, por ser a base de gravíssimas incorreções da prática orgânica, foi a formulação do caráter da organização. Extensamente discutida no documento “Questões de Organização”, dele constam concepções inteiramente estranhas ao marxismo-leninismo: “Pequenas organizações ou grupos com vida própria ou grupos com vida própria e militantes revolucionários solitários ou franco-atiradores também integram nossa organização, gozando de inteira liberdade de ação e liberdade tática, sob a condição de aceitarem, defenderem e cumprirem sem reservas todos os nossos princípios estratégicos táticos e orgânicos”. Ou então: “A espinha dorsal de nossa organização são os grupos revolucionários, que se caracterizam por sua iniciativa e combatividade (...) Seja qual for o grupo revolucionário, tem, entretanto, o direito de rejeitar quem quer que, em nome do comandamento ou da coordenação, tente tolher qualquer atividade revolucionária dos grupos. Planejada de acordo com os princípios e a tática

da organização”. Ou ainda: “Nenhum comando ou coordenação tem autoridade para impedir qualquer iniciativa dos grupos revolucionários visando desencadear a ação revolucionária”.

Tais formulações fizeram com que muitos militantes da ALN entendessem a organização como uma frente e deram alento a um sem número de erros e desvios, a começar pelo caráter espontaneísta de nossa prática, a ineficiência de uma política de quadros etc.

3. Erros surgidos e desenvolvidos frente a omissões sobre aspectos essenciais da linha de qualquer agrupamento que se proponha a contribuir com o avanço do processo revolucionário: a questão da construção do partido, o trabalho de massas etc. (idem)

A prática vanguardista é criticada duramente. O documento se reaproxima das posições defendidas por Marighella quando da disputa interna no PCB e antes de sua viagem à Cuba. O conhecimento mais ou menos detalhado desta discussão, incomum à maioria dos militantes que, segundo o próprio documento, tinham uma formação teórica frouxa, sugere que pelo alguns dos militantes que redigiram o texto eram provenientes do PCB. Em sua autocrítica ao suposto vanguardismo isolacionista, mesmo algumas idéias de Marighella são questionadas, o que demonstra um desprendimento face à mitificação e uma intenção real de propor um novo modelo organizativo, referindo-se ao “Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo”:

No “Pronunciamento de Agrupamento Comunista de São Paulo” essa questão [da relação com as massas] é respondida propondo uma ação de tipo agitativo; o trabalho de organização e educação do movimento é visto secundariamente, e o que se viu posteriormente foi um abandono da prática desse esforço de construção da vanguarda a partir da organização do movimento de massas. A vanguarda é vista como se fosse destacada da massa, pairando acima dela, e tomando a si a tarefa de empreender a luta armada, ficando as massas como espectadoras. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:8)

Referindo-se às posições de Marighella em 68, (no documento “sobre problemas e princípios estratégicos”) e em 69 (em “operações e táticas guerrilheiras”), o autor demonstra que a preocupação com a aproximação da organização e o movimento de massas já existia em Marighella naquela época. Afirmava o fundador da ALN, em 68, que a organização deveria atuar simultaneamente nos movimento operário e na luta armada com o fim de construir entre os trabalhadores “uma infra-estrutura da luta armada no meio dos operários” (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:8). Contudo, em 69, já vivendo sobre a égide do AI.5, sua posição se altera sensivelmente, afirmando que:

As formas de luta de massa, entretanto, foram confirmadas como fracas diante do poder de fogo da reação contra o movimento de massa desarmado.

Os comandos foram organizados para suprir a inferioridade das formas de luta de massas face ao inimigo. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:9)

Assim, face ao endurecimento da ditadura, e a conseqüente dificuldade de atuar junto ao movimento operário, agora privado de seus principais dirigentes e sob férrea vigilância, Marighella teria concluído pela superioridade das organizações guerrilheiras sem apontar caminhos para reverter o isolamento político da organização. De acordo com os remanescentes que escreveram o documento agora analisado, este foi um dos maiores erros do principal comandante da organização. Equívoco que foi responsável pela visão um tanto simplificada que grande parte dos militantes da ALN desenvolveram sobre como seria o processo revolucionário no Brasil:

Acreditávamos que a intensificação das ações e o crescimento da guerrilha empolgariam o conjunto da esquerda, unificando-a numa frente revolucionária de libertação, sendo que a homogeneização das concepções se daria a partir daí. Na base desse otimismo idealista estava a mesma crença num desenvolvimento linear da guerra, sem refluxos e sem derrotas importantes. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:11)

A forma organizativa tão logo teria se formado, passou a funcionar de modo a se reproduzir, e com ela os desvios atribuídos a seu funcionamento:

Se os erros de concepção ou de aplicação prática acarretaram, no geral, inevitáveis prejuízos, os desvios específicos que se observaram em nossa concepção e política de organização tiveram correspondência em prejuízos particularmente graves. De um lado, porque a própria forma como se estruturou a organização representou um obstáculo à tomada de consciência dos desvios, dificultou a discussão interna para correção do rumo e estimulou o ativismo militar que gerava um círculo vicioso difícil de ser interrompido. E de outro lado, porque implicou em desvios na política de recrutamento e formação de quadros... (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:9)

O texto faz um balanço negativo da política de formação da ALN, “praticamente nenhum trabalho de formação foi desenvolvido” (idem) , toda a energia formativa era direcionada para a formação militar: “o único [aspecto da política de formação] que mereceu certos cuidados foi o adestramento técnico-militar” (idem). A inexistência de uma prática de debates e a situação de grande desinformação dos militantes sobre sua própria organização (em função das questões de segurança) também contribuíram, segundo o texto, para a má qualidade da formação política dentro da organização:

Não se cuidou de discutir e estruturar uma política de formação de quadros que abarcasse desde as condições mínimas para a vinculação a ALN, com

unidade em torno das concepções programáticas, estratégicas e táticas, até a fixação de uma vida política interna que estimulasse o debate político e ideológico – obviamente sem repetir os hábitos do PCB – e desenvolvesse a qualidade dos militantes em todos os aspectos. Que propiciasse uma formação em todos os níveis. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:11)

Os primeiros documentos da ALN apontavam para uma política de formação ampla para os militantes, mas, de acordo com os autores, com o desenvolvimento da organização e, com sua estruturação voltada praticamente toda para a ação armada, esta política deu lugar a um rígido militarismo:

Se os primeiros documentos, que assinalam o próprio surgimento da ALN, são apoiados em fundamentos políticos conscientes, os documentos posteriores transformaram-se gradualmente em mera sistematização de questões práticas, como o “mini-manual”, ou na apresentação de uma seqüência de princípios, premissas e normas sem que se incluísse o fio condutor que levava o raciocínio àquelas conclusões, como é o caso de “Questões de Organização”, “Operações táticas Guerrilheiras”, “O Papel da Ação Revolucionária na Constituição da Organização Revolucionária” e outros. O resultado é que uma análise atual desses textos leva à avaliação segura de que muitas afirmações ali contidas foram cabalmente negadas pela prática, e outras nem sequer requeriam experimentação para se concluir pela sua incorreção. (idem)

Segundo o texto, “a ausência de debate interno, de mecanismos mínimos de discussão” (ibid, pág 11) levou a um abandono da teoria. E o espaço do debate diminuiu na proporção exata do aumento do militarismo. Qualquer relativização era rechaçada: “facilitando a consolidação de uma orientação esquerdista que rechaçava todo projeto de correção da nossa prática como sendo deserção e capitulacionismo”. (idem) de modo que não havia meios de mudar a concepção e a tática da ALN enquanto talvez ainda existisse tempo para isso.

Como enfatizado diversas vezes nos primeiros escritos de Marighella, falava-se insistentemente na necessidade da guerrilha rural, depois se passou a falar que a guerrilha rural deveria ser precedida pela radicalização das rebeliões camponesas, por fim acabou-se a atribuir a guerrilha urbana um peso que não existia nas formulações iniciais, isso ocorreu porque não se conseguia passar da luta nas cidades à luta no campo. Ao invés de reavaliar os projetos iniciais diante dos desmentidos que a realidade insistia em demonstrar, modificou-se a teoria para se justificar a permanência de uma prática militarista que não guardava quase nada de suas formulações iniciais, que afirmavam que a luta nas cidades eram inviáveis face ao cerco estratégico do inimigo:

Nesse emaranhado, pode ser lembrada a própria dimensão da guerrilha urbana, que em nossa prática foi assumindo uma conformação diferente da teria inicial, impondo a esta última uma adaptação posterior aos próprios fatos. Demos à guerrilha urbana uma importância que nossos planos não estabeleciam, e devagar reformulávamos os próprios planos para adaptá-los ao real. (idem).

É bem provável que os autores deste documento desconhecêssem o acordo da direção da ALN com o PCdoB no sentido de uma atuação coordenada entre as duas organizações. Tal hipótese parece ser reforçada pela seguinte passagem:

Outro fato importante deste período, e no qual o organização não pode intervir, mas que indica bem o grau de isolamento da esquerda, refere-se à Guerrilha do Araguaia. O sectarismo, a falta de diálogo entre as organizações contribuiu para que este episódio tão significativo não repercutisse politicamente. A Guerrilha do Araguaia combateu durante dois anos sem nenhuma repercussão importante nas cidades. A ditadura pôde isola-la e destruí-la, quando outros teriam sido os desdobramentos políticos se ela tivesse encontrado ressonância em outras regiões. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:19)

A limitada formação política de alguns militantes se refletiria também no momento em que eram capturados pela repressão. De acordo com o autor do documento, os militantes da ALN deveriam estar mais bem preparados ideologicamente para resistir às torturas, evitando assim a morte de muitos militantes importantes graças a suas informações:

Afirmar que a única causa das derrotas foi o mau comportamento de inúmeros militantes frente às torturas seria esconder todos os demais erros que prepararam as condições para nosso isolamento político. Mas também não se pode desprezar a importância do problema: um dirigente com a dimensão internacional de Marighella foi assassinado porque militantes não resistiram à tortura; Câmara Ferreira foi assassinado em virtude da traição de um quadro tido como experimentado e seguro; dezenas de companheiros foram presos e assassinados após serem indicados por militantes sob tortura; centenas de prisões transcorreram de forma idêntica e não foram poucos os episódios de deserção até mesmo de quadros dirigentes. (idem)

O autor não deixa de mencionar a impossibilidade de, naquelas linhas, fazer uma discussão mais aprofundada a respeito da origem de classe, experiência de vida, formação prática e política, etc dos militantes da ALN. O que poderia iluminar, de acordo com os critérios do autor, algo mais sobre o comportamento de alguns deles sob tortura, mas enfatiza que um melhor preparo ideológico teria sido útil, ao menos para diminuir as delações sob tortura.

Essa discussão, sobre o comportamento dos militantes sobre tortura, é mais um aspecto daquele equívoco muito comum da esquerda armada no Brasil de

atribuir a si, todas as responsabilidades pela derrota de seu movimento. De um lado atribui as derrotas à pressa, a inexperiência, aos desvios pequeno-burgueses etc. Como se o desfecho pudesse ter sido outro simplesmente se esses erros não se tivessem verificado. Neste caso, os militantes que não resistiram a tortura são penalizados e acusados por parte das derrotas e especialmente pelos sucessos obtidos pela repressão. Atribuir a não resistência à tortura como sendo decorrente do baixo preparo ideológico era uma crença muito comum nas esquerdas daquela época. Em seu depoimento Carlos Eugênio Paz levanta um questionamento muito interessante sobre este argumento: “Aquela história de nível ideológico. Tinha uma mitificação do nível ideológico. Então se eu li quarenta livros de Marx, eu não vou abrir?” (CP,2008). De acordo com o ex-comandante da ALN, não é o nível ideológico, ou o caráter do militante que determina sua resistência ou não à tortura. Paz argumenta que, uma mesma pessoa pode manifestar maior ou menor resistência de acordo com o seu estado de espírito na ocasião de sua prisão:

É uma questão que mistura um monte de coisas, você sabe por exemplo, que tem companheiros da ALN que caíram uma primeira vez e não falaram nada, uma segunda vez e não falaram nada, e na terceira vez falaram. Porque quando caíram na terceira vez, ou na quarta vez, sabe o que acontecia? Já estavam derrotados. Por que a organização já estava sendo extinta. Então o moral de uma pessoa que cai quando a organização está florescendo e atacando é um, e a mesma pessoa depois, submetida a uma situação de cerco derrota e aniquilamento é outra. (CP,2008)

Ainda de acordo com Paz, seria uma injustiça atribuir tão somente aos militantes torturados as quedas daqueles que, sob tortura, tais militantes foram obrigados a entregar. Mesmo porque, a organização já estava preparada para este tipo de problema. Em certas ocasiões, a displicência com a segurança era a causa da prisão, ou seja, o preso, é que era o maior responsável por sua prisão:

A organização previa que os militantes abrissem, tanto que você tinha prazo para as coisas. Prazo para, se uma pessoa não aparece no ponto, você ir embora, prazo pra se uma pessoa não volta pra casa, largar a casa. Muitas vezes, a culpa de alguém ter caído, foi de quem caiu, que ultrapassou os prazos combinados pela organização. (...) Então, ao abrir sobre tortura, o criminoso é o torturador. (CP,2008)

O fato é que as quedas, especialmente dos dirigentes mais bem preparados como Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, foram muito pesadas para a ALN. Não tendo como substituí-los, a organização foi dirigida por militantes com pouca formação, incapazes, segundo o texto, de corrigir os vícios que começavam a se tornar permanentes:

Desfechados os primeiros golpes profundos, como o assassinato de nossos dois principais comandantes, mantida uma tônica voluntarista que não admitia cogitar na palavra recuo, começaram a suceder-se direções com um preparo extremamente distanciado das anteriores. Militantes com uma prática limitada, e mesmo aqueles cuja única experiência política se dera nos marcos da ALN, com todos os descuidos observados em seu trabalho de formação, eram alçados agora à condição de dirigentes, passando a projetar sua própria debilidade política na prática da organização. O círculo vicioso assim desenvolvido não conseguiria ser rompido antes que chegássemos à desarticulação quase completa. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:12)

Descrevendo um processo de evolução militar e retrocesso político, o documento menciona os resultados positivos do ponto de vista técnico da formação de guerrilheiros, cita o “centro de treinamento” numa provável referência à Cuba. Mas destaca que os guerrilheiros vindos de lá, encontram uma organização desarticulada e isolada do movimento de massas. Situação agravada ainda pela atitude da ALN em retirar quadros voltados para o movimento de massas, às vezes até da direção, para alocá-los na guerrilha urbana.

A frente revolucionária também é lembrada pelo documento, o texto afirma que graças a ela, tanto a ALN quanto as outras organizações que dela participaram conseguiram manter um nível de ações significativas, mas seu efeito para o conjunto das organizações não teria ido além disto:

A frente das organizações armadas, formada então, permite manter um nível de ações significativas e de impacto, mas não fortalece a estrutura das organizações, nem avança para uma unidade de propósitos no que se refere a um plano estratégico e tático global, tarefa a que se propunha, pelo menos teoricamente. Na verdade, a frente vinha atender as debilidades orgânicas das várias organizações que a compunham e possibilitar a continuidade da prática que vinham levando até então. (idem)

O endurecimento da conjuntura e o aumento das dificuldades para as ações armadas foi captado por Joaquim Câmara Ferreira em um artigo de “O Guerrilheiro, nº 2”, mas mesmo ele não propôs qualquer recuo. Desta forma, embora descrevesse uma situação de endurecimento e insegurança, recomenda o aumento e a intensificação das ações. Mais iniciativa, entendendo mais militarismo, isso, segundo o texto, piorou o círculo vicioso.

Por fim, a militarização exagerada trouxe como encargo um número muito grande de militantes clandestinos, vivendo em aparelhos ilegais e sem uma infra-estrutura legal ou semi-legal de sustentação. Dessa forma a ALN teria precisado despender grande quantidade de energia para sustentar sua estrutura,

desviando-se dos fins estratégico a que se propunha, como era o caso da guerrilha rural.

Finalmente, uma estrutura operada pela quantidade de quadros clandestinos, de aparelhos quase sempre “ilegais”, carente de uma infraestrutura legal que tornasse mais leves os gastos com manutenção e sobrevivência, leva a um círculo vicioso em que mais e mais ações de expropriação devem ser realizadas com urgência, para atendimento de necessidades materiais imediatas, sem que se formulasse um plano de operações urbanas de longo prazo, e aumentando a quantidade de quadros clandestinos em função das atividades de expropriação, etc. O ativismo começava a sufocar nossas possibilidades de correção do rumo. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:14)

Falando sobre as cisões da ALN, que foram duas principais, a Tendência Leninista (TL) e o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), o documento ressalta a importância de evitar três erros principais. O primeiro seria avaliar as cisões de um ponto de vista unilateral, maniqueísta, desconsiderando as dificuldades criadas pelos desvios orgânicos que, de fato, dificultavam o debate e a troca de idéias. O segundo seria fazer uma avaliação acrítica dos processos, como se as dissidências se justificassem pelos desvios apontados. Fazendo referência a Lênin e lembrando do processo de ruptura de Marighella e seu grupo do PCB, afirma que uma cisão só deve ocorrer depois de esgotados todos os mecanismos de disputa interna. O que, de acordo com o autor não foi feito pelas duas dissidências. Segundo o documento, muitas das críticas e reivindicações feitas pelos grupos que romperam poderiam ser assumidas pelo conjunto da organização.

A cisão da Tendência Leninista (TL), surgida em agosto de 71, com o documento “Uma autocrítica necessária” de autoria atribuída a José dos Santos (pseudônimo de Ricardo Zaratini), é avaliada com mais acidez pelo documento.

A TL criticava abertamente o suposto debralismo da ALN: o militarismo, a inexistência de uma estrutura democrática de debate interno, a ausência de democracia, o afastamento do movimento de massas, etc. Como se pode deduzir pelo próprio nome da tendência, a TL propunha uma retomada do leninismo, a realização de um congresso da ALN no exterior a definição de um programa político, de uma direção, de uma redefinição de uma tática e de uma estratégia de luta. A Cisão se consumou depois que o grupo da TL se organizou enquanto fração e passou a divergir publicamente da ALN fazendo inclusive contatos com outras organizações no Brasil e no exterior.

O documento afirma que as críticas feitas pela TL eram típicas de militantes que estavam já há algum tempo no exterior, (alguns teriam se exilado inclusive sem o consentimento da organização) ou de militantes que pouca experiência tiveram na ALN, ou seja: “Em essência, tratava-se de uma crítica e de uma proposta exteriores à luta” (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:15)

Em verdade, as questões levantadas por esta tendência não são muito diferentes das levantadas pelo próprio documento que a critica, ciente da semelhança, afirma o texto:

Se alguns dos aspectos sustentados pela efêmera TL são assumidos com alguma semelhança no balanço auto-crítico que ora fazemos, não é menos verdade que, vitoriosa a proposta por ela lançada em 71, poderíamos ter chegado à desativação completa de nossa ação revolucionária no País. (idem)

Tal afirmação me parece um tanto contraditória com o que o documento afirmou até aqui, na medida em que aponta como principais causas dos revezes da ALN, justamente a ausência dos mesmos mecanismos que a TL apontava e dos mesmos desvios orgânicos que a mencionada cisão questionava.

Uma questão interessante merece ser sublinhada, no momento em que se refere a Lênin, o documento afirma: “em verdade, os ensinamentos de Lênin, particularmente em seus períodos de combate frontal ao trotskismo...” (idem) ora, Lênin nunca combateu o trotskismo, Lênin e Trotski foram aliados desde Revolução de 1917 até a morte do primeiro. O termo trotskismo, em sua versão pejorativa, só surgiu depois que Stalin se tornou o “todo poderoso” da URSS burocratizada e usava todo o seu poder para perseguir seus opositores políticos, e o principal deles, foi Trotski. Para quem militou num partido comunista ligado à URSS até 1956, o nome de Trotski era colocado abaixo dos palavrões mais sujos. E o termo trotskismo era uma espécie de guarda chuva sob o qual se colocavam todos os defeitos: traição, falsidade, corrupção, calúnia etc. Afirmar que os ensinamentos de Lênin “principalmente no momentos de combate frontal ao trotskismo...” quase equivale a dizer que o caminho de dissidência da TL correspondeu a prática do trotskismo. Semelhante recurso metafórico, embora

falso, não deixa de ter sua criatividade, pois equivale a dizer que os trotskistas (no caso, os integrantes da TL) voltaram para o PCB⁸².

Se o antitrotskismo destes remanescentes da ALN lembra um pouco o stalinismo, do lado da TL, há pelo menos uma suspeita, observada por Mores (2003): no pseudônimo José dos Santos, curiosamente, as iniciais “J” e “S” são as mesmas de Joseph Stalin, se coincidência ou não, é impossível afirmar, mas fica de qualquer forma, registrada a observação.

Ao falar da outra cisão organizada de ALN, o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), os autores são bem mais compreensivos. Segundo o documento, “esses companheiros se afastaram da ALN determinados a encontrar um caminho para a revolução, sem apoiar teses reformistas e pacifistas”. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:16,17). A cisão teria surgido por causa do mau funcionamento orgânico na organização, especialmente na dificuldade cada vez maior da direção da ALN em organizar e debater com os militantes exilados no exterior. Acrescente-se a isto que a direção da ALN não gozava de reconhecimento incontestado por parte do conjunto de militantes, (principalmente no exterior) as dificuldades em determinar uma linha para os militantes fora do Brasil eram muito grandes, e a disciplina tornava-se mais frouxa e maleável.

Além de tudo isto, as críticas feitas pelos futuros fundadores do MOLIPO à direção da ALN foram, segundo o texto, muito mal recebidas. Identificadas como fracionismo, reformismo, pacifismo e outras acusações. Os militantes no exterior formaram o chamado “Grupo dos 28”, e suas críticas a organização eram basicamente relacionadas à sua forma de estruturação:

Entre as críticas formuladas pelos 28 à ALN estão a ausência do trabalho de massas, a subordinação da organização aos GTAs e às ações armadas, a política de recrutamento e a ausência de educação política, a não existência de uma direção e de uma política de organização leninista, e o abandono do marxismo como método de análise. (idem)

Os dirigentes da dissidência voltaram ao Brasil, segundo o documento, sem a intenção de fundar uma nova organização. Como não confiavam na direção da ALN, penetraram em suas áreas de influência, especialmente na chamada frente de massas e tentaram reorganizar o coletivo de acordo com suas propostas. O que, não deixa de ser para qualquer observador, uma quebra na disciplina (tão grande

⁸² Alguns membros da TL retornaram ao PCB.

como no caso da TL). Em todo o caso, o autor parece mais disposto a aceitar a quebra de disciplina do MOLIPO. E lamenta que a cisão tenha se consumado: “A sectarização política, no entanto, acabou transformando a luta ideológica numa luta sem princípios e o racha acabou ficando em cima de divergências pessoais e de comando” (idem)

Como vimos algumas páginas atrás, na citação feita do depoimento de Carlos Eugênio Paz sobre as interferências dos cubanos na organização, a cisão do “grupo de 28” se deve diretamente às interferências de Cuba na linha da organização. Este fato pode explicar em boa medida as dificuldades de diálogo entre a direção da ALN no Brasil e “Grupo dos 28” que veio a formar o MOLIPO, ou pelo menos explicar porque suas críticas não tenham sido bem recebidas.

De acordo com Carlos Eugênio Paz, a ALN continuou mantendo contato com as duas cisões. No caso da TL os contatos se deram apenas no exterior, no caso do MOLIPO, a ALN chegou a presentear os dissidentes com algumas armas. É bem provável que, devido à pouca circulação das informações, (até pelas questões de segurança) quem escreveu este documento não tivesse estes dados.

Prosseguindo na avaliação dos erros na trajetória da ALN, trata do trabalho de massas. A convicção de que as ações armadas eram as ações mais importantes teria levado, segundo o texto, à secundarização do trabalho de massas, embora os escritos de Marighella que antecederam ao seu rompimento com o PCB falassem insistentemente da mobilização das massas, essa proposta teria começado a ser abandonada já nos documentos fundadores da ALN:

Quanto ao trabalho de massa, não obstante sempre ter sido considerado teoricamente um componente do tripé do trabalho orgânico (Frente Guerrilheira, Frente de Massas e Rede de Sustentação), é inegável o pouco apreço com que foi tratado na prática da organização. Aliás, o ponto de partida desse relativo desprezo pode ser detectado nos próprios documentos de fundação da ALN, bem como nos que vieram depois, haja vista a pouca atenção que neles lhe era dada. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:13)

Haveria também, de acordo com o escrito analiado, um despreparo da organização para o trabalho de massas, pois a ALN não tinha uma linha definida para atuar em meio aos operários. As iniciativas da frente de massas nunca teriam obtido o resultado desejado. Além de terem surgido desentendimentos entre os grupos de trabalho de base e os grupos armados, tais desentendimentos não frutificaram em discussões maduras, por causa das dificuldades provocadas pelas

práticas orgânicas da ALN, que desfavoreciam a troca de idéias e da radicalização de posições.

No período de ascenso que antecedeu ao golpe de 1964, o movimento operário teria sido manipulado pelo PCB no sentido de adequá-lo à sua política de colaboração de classe e, mesmo movimentos mais radicalizados, tais como as ligas camponesas, teriam encontrado no partido uma força de contenção. Como resultado, os militantes que formaram a ALN teriam desenvolvido uma associação equivocada entre movimento de massas e sua manipulação pelo PCB, alimentando um certo desprezo pelo trabalho de base pelo movimento sindical, que se refletiu em sua prática vanguardista e isolada da classe trabalhadora. Com o refluxo imposto ao movimento dos trabalhadores depois do AI.5, este fosso teria se aberto ainda mais, e os guerrilheiros se lançaram à luta sem o apoio fundamental da população:

Mas, para articular com êxito a ação dos comandos e as lutas de massa era preciso que o maior empenho fosse posto na construção de organizações de massa que fossem capazes de colocar como tarefa as formas qualitativamente superiores de resistência ao avanço da ditadura.

Isso não foi feito. E a frente guerrilheira, organização de pequenos grupos de vanguarda, com os GTAs à frente, tiveram um avanço incompatível com o desenvolvimento frente de massa e, em consequência, com a rede de sustentação. E com isso nos isolamos e ficamos a mercê de um enfrentamento extremamente desfavorável com a repressão. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:9)

O movimento operário, abandonado pelos comunistas que teriam insistido em políticas de cúpula, estava desorganizado e desmobilizado, de modo que muito poucos responderam ao chamado de participar da luta armada. O documento, para justificar a pequena força de atração que a organização exerceu entre as massas operárias, faz uma análise da substância do movimento operário no mínimo na contramão da idealização costumeira:

Não é objetivo deste documento analisar o movimento operário brasileiro, suas origens e as diversas fases de seu desenvolvimento. De qualquer forma, vale lembrar sua relativa juventude (quando comparado aos movimentos de países europeus, por exemplo); a influencia de idéias anarquistas nos seus primórdios, trazidas de imigrantes, principalmente espanhóis e italianos; o papel do corporativismo sindical implantado por Vargas no Estado Novo; as peculiaridades de sua composição, ressaltando aqui o grande contingente de *operários oriundos do campo*; a já citada política de conciliação de classes, que caracterizou o trabalho de “vanguarda” comunista etc. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:7 - grifo meu)

O texto enfatiza muito mais as deficiências da classe, outrora descrita como tendo hegemonia na organização, do que as deficiências da própria

organização em não conseguir apresentar uma proposta que levasse a um ativista de base a arriscar sua vida e sua família. Outra passagem a destacar é a avaliação de que a origem camponesa de muitos trabalhadores constituiria um elemento do atraso, depois de, em diversas ocasiões, a mesma organização afirmar que os camponeses constituíam um segmento avançado das classes oprimidas.

Mesmo após reconhecer que estavam errados na avaliação da conjuntura política e que os operários não viriam às centenas ou milhares engrossar o exército revolucionário, prossegue: “Afirmar que falhamos na análise de conjuntura e na avaliação de nossas forças não significa concluir que tenha sido incorreto o lançamento da luta armada” (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:7). Reiteravam que as condições objetivas estavam dadas, faltando apenas criar as condições subjetivas (ou seja, a direção revolucionária) através da luta. Mas, a organização não teria conseguido canalizar as insatisfações da classe operária para a violência revolucionária. Em transformar a situação política em situação militar: “Falhamos por que não soubemos converter a situação política em situação militar. Nossa tática deveria ser a de dar continuidade à luta política em outro nível, mas sem abandonar a luta política que é a base da prática militar” (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:7). Além de superestimar as adesões do movimento operário à guerra de guerrilhas, o que pode ter contribuído para um menor empenho nesta tarefa, a ALN também não teria levado em conta as oscilações da classe média, que, embora lutando contra o governo até 68, também forneceu um grande contingente de “marchadeiras” na fase final do golpe de 64.

Falhamos enfim, por não termos conseguido levar à prática uma visão de guerra popular e prolongada, por mais consciente que fosse nossa consciência teórica sobre isso. A luta foi conduzida como se acreditássemos em um desenvolvimento linear até a vitória final. Em quase nada transparecia a compreensão de muitos ciclos de fluxos e refluxo, avanços e recuos, ofensiva e retirada se sucederiam, no decurso de longos anos, até a consecução de nossos objetivos estratégicos. Da mesma forma, o caráter popular da luta ficou praticamente restrito a seu conteúdo histórico, e em quase nada teve uma correspondência concreta no plano real, ou seja, na incorporação das próprias classes populares à luta, mesmo se entendida de uma forma indireta. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:8)

Além da crítica ao desprezo e isolamento da organização em relação à classe que se queria dirigir, e a qual se atribuía a direção hegemônica da organização, o documento critica também a visão instrumental, algo aparelhista

que se tinha das organizações dos trabalhadores, o que, sem dúvida contribuía para acentuar o isolamento e estranhamento:

O movimento de massas não pode ser visto meramente como um manancial de onde a guerrilha extrai quadros para substituir suas baixas ou para ampliar sua capacidade operacional, ou de onde se retiram recursos para uma infra-estrutura de apoio logístico, embora nem mesmo isso tenha sido realizado significativamente em nossa prática. (idem)

Na opinião dos autores, a ALN pôs à massa um nível de organização de tipo “superior”, num momento extremamente desfavorável, o que só poderia ter resultado no completo isolamento da organização em relação à dinâmica real da luta de classes. Mesmo reconhecendo a necessidade do abandono da estrutura organizativa do PCB, o texto afirma que “a procura dessa nova forma de organização ensejou alguns erros sérios”. (idem)

Imediatamente após o assassinato de Marighella, em 1979, a ALN, segundo o texto, estaria vivendo um momento de descenso em virtude do aumento da repressão da ditadura militar. Neste momento, como vimos, Joaquim Câmara Ferreira inicia um primeiro processo de centralização onde, entre outras coisas, põe fim ao funcionamento da autonomia tática. O documento reconhece o acerto desta atitude, mas lamenta que a dispersão atribuída a este princípio abandonado ainda tivesse persistido durante um longo tempo:

Assim começa a ficar claro, agora, que a autonomia tática dos grupos armados dispersa os esforços e cria um grande desnível na atividade dos vários setores e dá livre curso à manifestação de práticas totalmente alheias às nossas proposições. A questão orgânica passa a ser vista pela maioria dos militantes como problema que necessita de urgente solução. Entre o ato de perceber e o momento de assumir concretamente o processo de retificação das concepções organizacionais, entretanto, vai decorrer um longo período. E quando, em 1972, esse processo foi finalmente encarado e desenvolvido, os graves erros de concepção já haviam cobrado pesado tributo da ALN. (idem)

O documento menciona a reorganização da ALN em fins de 1970, mas a profundidade desta reorganização não é desenvolvida no documento. Critica-se tão somente a linha mantida de intensificar as ações armadas num contexto extremamente desfavorável:

A reavaliação de nossa atuação, feita naquele momento, passa por cima da conjuntura extremamente desfavorável para o movimento revolucionário e a autocrítica que lentamente é realizada encontra uma barreira na insistência em realizar a luta armada como tarefa de vanguarda desligada da massa e de seu movimento real. Nesse ponto se manifesta a contradição fundamental de nossa prática. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:18)

Fazendo a autocrítica do militarismo e procurando suas causas, o autor do documento justifica os erros recorrendo a argumentos e esquemas de raciocínio muito parecidos que aos que foram utilizados pelo PCB nos seus momentos de maior stalinismo, associando os erros à determinações de classe, bem ao modo da linha do terceiro período:

A prioridade para a luta armada de pequenos grupos é fruto de uma visão radical pequeno burguesa elitista e voluntarista que se impôs entre nós e barrou o desenvolvimento de um trabalho de construção da vanguarda a partir do seio do próprio trabalho político de massas, de sentido classista. Nessa visão vanguardista, ação se confunde com ação militar pura, sem implicação na luta política, mantendo e acelerando um retrocesso. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:19)

No número 11 do jornal ação, em 1973, a organização teria começado a reconhecer com mais clareza seus desvios e o exagero atribuído à violência revolucionária na organização. O documento reconhece a má formação política dos militantes, citando o referido jornal:

... as discussões em torno desse problema levaram a um estudo maior dos princípios deixados por Marighella e Toledo e por nossa prática. Porém, isso não foi levado a efeito com uma visão crítica, havendo aceitação de uma aplicação incondicional e quase dogmática dos escritos de Marighella (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:20)

De acordo com o documento, tal autocrítica, embora correta, foi tardia e limitada, motivada pelos fracassos evidentes e pelos sucessivos desmentidos da realidade às expectativas até então formuladas. A autocrítica teve efeitos muito limitados na prática da organização e não conseguiu impedir a seqüência de quedas e derrotas, não evitando que em 74 fosse destruída a última coordenação nacional. Apesar destas limitações algumas reestruturações foram feitas:

A evolução de nossa prática não se deu, no entanto, em correspondência com as avaliações que começavam a se esboçar, o que permite concluir sobre a insuficiência da autocrítica que assumíamos. É certo que, nesse período, houve algumas reformulações importantes (rompimento com a “autonomia tática”, sistematização, em 1972, de uma política de organização a partir de documento discutido amplamente pelos militantes, início de uma preocupação sistemática com a formação de quadros e com o trabalho político), mas praticamente a reboque das próprias derrotas, e não previamente a elas, para impedi-las. (idem)

Além das críticas ao funcionamento e isolamento político da ALN, os autores do documento também questionaram algumas premissas que, no início, foram muito caras a esta organização. E avaliaram que a ALN poderia ter se

estruturado de forma diferente, ou que poderia ter se utilizado da larga experiência que alguns de seus militantes possuíam de organização partidária:

Derrubando teses ortodoxas, existiram as experiências coreana e albanesa, em que o Partido se compôs no próprio curso da luta armada de libertação, e o ocorrido em Cuba, Angola e Moçambique, onde o surgimento do Partido proletário, como tal, é posterior à conquista do poder político.

(...) nossa concepção orgânica inicial foi marcada por uma transposição direta do ocorrido em Cuba, com a vitória do movimento 26 de julho. O mecanicismo da análise impediu perceber a excepcionalidade daquela experiência, as enormes diferenças econômicas, política e sociais que distinguiam os dois países, e mesmo a modificação brutal que a vitória do povo Cubano certamente imprimira à contra-revolução no Continente.

(...), confundimos Partido burocrático e revisionista, abandonando toda uma série de contribuições que a experiência e os ensinamentos da Revolução Russa e da prática do movimento comunista internacional haviam acumulado na concepção leninista de organização dos revolucionários.

(...) rejeitando em bloco todo conceito que pudesse lembrar a imagem do PCB burocratizado, incorremos no desvio oposto de ignorar a prática do centralismo democrático, da democracia interna, da unidade ideológica e de ação e muitas outras ferramentas indispensáveis, substituindo-as por conceitos como “autonomia tática”, “democracia revolucionária”, onde ninguém pede licença para praticar atos revolucionários, e outros postulados que geraram um ecletismo causador de sérias dificuldades em fase posterior. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:10)

Aprofundando o balanço crítico, o documento ressalta a inexistência de um projeto de evolução orgânica:

Não se afirmava que a OPM [Organização Política Marxista], existiria como tal até a vitória da Revolução, mas também não se explicava como ela evoluiria para um grau superior de organização partidária; propunha-se a criação de um Exército Revolucionário de libertação, mas não havia uma explicação clara acerca da direção política desse exército. (idem)

Como já mencionado, a formação da ALN não obedeceu a um formato pré-determinado. E se houve influência do modelo cubano, também houve da experiência chinesa e sem dúvida do PCB (embora essa herança seja em alguns momentos enfaticamente negada). Este documento, em particular, omite essas outras influências. A acusação de que a ALN “copiou” as fórmulas cubanas, a nosso ver, não procede. Mas é compreensível, especialmente num momento em que se critica de forma tão radical às direções anteriores.

O fato é que, em seus processos de redefinição orgânica, mesmo os dirigentes da organização até 1974, implementaram medidas que gradualmente se afastavam das premissas iniciais e se aproximavam, ou re-significavam as premissas centralizadoras do PCB. Tal como ocorreu na ocasião do abandono da autonomia tática e na adoção do centralismo orgânico, por exemplo. No momento em que este documento é escrito, às resistências à forma de organização “partido”

são praticamente nulas. Assim, o rompimento mais permanente com o PCB, foi na verdade com o caminho pacífico, e à aliança de forma subordinada à burguesia nacional. O tom agressivo do texto com relação às coordenações nacionais da ALN (note-se que em suas críticas, o documento poupa Marighella e Joaquim Câmara Ferreira), se explica por se tratar de um grupo de militantes que provavelmente não ocupou a direção, e que, portanto, tende a responsabilizar as direções existentes desde a morte de Toledo até 1974, pela desarticulação da organização.

Algumas das acusações feitas aos antigos dirigentes assemelham se muito às críticas feitas pelos dirigentes do PCB ao grupo de Marighella na ocasião de seu rompimento. Segundo o texto, “a empolgação com o êxito cubano e o ardor do combate ao burocratismo” (idem) teria impedido aos militantes de avaliarem a particularidades das características brasileiras: a dimensão territorial e suas inúmeras desigualdades, o desenvolvimento dos centros urbanos, “a consciência crescente do proletariado industrial” (idem) entre outros fatores “que apontam como caminho mais provável a necessidade de um partido revolucionário (...) como condição indispensável para a vitória da Revolução no Brasil” (idem). A impulsividade e a leitura algo apressada e superficial da conjuntura no final dos anos de 1960 (que aliás era comum a praticamente todas as organizações armadas neste período), teria desencadeado a desconsideração pela discussão de organizações estruturadas em longo prazo. Diferentemente de todos os outros documentos pesquisados, este faz uma autocrítica clara acerca do abandono da teoria e forma de organização leninista:

O caminho certo teria sido, portanto, criar “uma organização clandestina, pequena, bem estruturada, flexível, móvel”, como afirmava Marighella, mas sem deixar de incorporar a ela toda a série de contribuições históricas contidas no pensamento leninista sobre organização dos revolucionários. Tratava-se de desencadear a ação, compreendendo que a mesa de reuniões não reunificaria os revolucionários, mas sem perder de vista que essa opção orgânica que realizamos seria algo transitório, adequado apenas a um momento específico do processo, e que deveríamos estar continuamente preocupados com a apropriada superação dialética da OPM [Organização Política marxista] rumo ao nascimento de instrumentos superiores. E isso sem perder de vista que essa opção orgânica não poderia exclusivizar um tipo único de atividade revolucionária identificando, como já se disse, ação revolucionária com o conteúdo particular de ação armada; sem perder de vista que, embora o político e o militar devessem prosseguir em íntima vinculação no desenvolvimento da luta, constituindo uma “linha revolucionária única” é inegável que, em última instância, nossa atividade armada serve à nossa linha política. (idem)

No início de 1974, com vaga promessa de abertura lenta, segura e gradual, a ditadura intensifica seu trabalho de eliminar o que resta do movimento revolucionário. Muitos militantes da ALN são assassinados silenciosamente, sem simulacros de suicídio ou atropelamento, sem nenhuma satisfação pela imprensa. O que resta da direção nacional não é capaz de resistir e é desagregada, restando apenas direções regionais completamente descoordenadas entre si. Essa observação também serve para repensar historicamente este momento da história brasileira. No Governo de Geisel, as organizações da esquerda armada não possuíam mais a mesma força e a mesma visibilidade que no início da década de 1970 e eram numericamente bem menores. Deste modo, a ditadura pôde conservar toda a sua truculência e violência de maneira bem mais silenciosa. Na verdade, para os guerrilheiros ainda vivos e atuantes neste período, a repressão do governo Geisel não ficou a dever nada em matéria de desrespeito aos direitos humanos ao governo de Médici. Também para os autores deste documento, este fato poderia, ao menos, atenuar as críticas à direção da ALN, mas isso não foi feito.

No Brasil, o que restou da ALN, segundo o texto, teriam sido basicamente duas coordenações regionais e alguns grupos de militantes isolados que, aos poucos conseguiram se encontrar. Essa dispersão deu ensejo a várias desigualdades na organização, com formas organizativas, de atuação e concepções substancialmente diferentes para o trabalho político, embora tenham se mantido ativos durante todo o tempo. Com o tempo, estes grupos teriam conseguido se reencontrar. Em 1977 foi feita uma primeira tentativa de rearticulação, mas que não teve continuidade. Em 1979, ano do documento, começavam a surgir as primeiras condições para essa rearticulação. O próprio documento autocrítico agora analisado, visaria a atender o objetivo de fazer ressurgir essa organização.

Segundo os autores, uma nova direção não poderia ser imposta de maneira superficial, mas deveria ser fruto do amadurecimento da discussão orgânica e programática do conjunto da organização. O documento fala de três grupos entre os remanescentes da ALN que se envolveram mais ativamente no esforço de reorganização. Um desses grupos colocou para si a tarefa de reaproximar dos movimentos de base, vencendo o desprezo que a organização até então, segundo sua ótica, nutria por esse tipo de trabalho. O segundo grupo

desenvolveu um trabalho semelhante, mais voltado para as regiões rurais. E o terceiro, além de procurar se enraizar na base, desenvolveu um importante trabalho de denúncia dos crimes da ditadura, listando torturadores e denunciando crimes e colaboradores através de relatórios periódicos.

Este terceiro núcleo produziu ainda alguns documentos sobre a organização, com destaque para o documento “Apresentação”, que fez as primeiras críticas ao documento “Política de organização” apontando seus acertos e insuficiências, uma discussão sobre partido, e sobre a conjuntura brasileira. Além de alguns enxertos de obras clássicas do marxismo-leninismo.

O documento se reivindica como uma síntese das questões levantadas pelos remanescentes da ALN em várias regiões para iniciar o processo de reelaboração orgânica, tática e estratégica da ALN e das condições da luta armada, no momento corretamente suspensas. Ao final, o documento deixa claro que o balanço autocrítico não implica negar o passado de luta da ALN:

Concluindo, é preciso deixar bem estabelecido que a autocrítica aqui apresentada não invalida a série de aspectos positivos que podem ser verificados em nossa atuação, destacando-se o fato de, pela primeira vez os comunistas brasileiros terem superado a rotina de mera preparação para combates futuros e terem sido profundamente golpeadas as ilusões quanto a uma evolução gradual que permita dispensar a violência revolucionária das massas. Pelo contrário, a autocrítica e que garante a continuidade de uma proposta conseqüente, cujos pilares continuam sendo a negação da política de colaboração de classes e a preparação da violência revolucionária do povo. (ALN: Contribuição para um balanço autocrítico, 1979:23)

As concepções orgânicas dos militantes remanescentes aproximam-se de forma muito clara das concepções de organização leninistas, o conhecimento relativamente aprofundados dos conceitos, somados a alguns fatores subjetivos, tais como a referência pejorativa feita ao trotskismo, sugere que pelo menos parte dos autores fizeram parte do PCB e que tiveram a sua formação política fundamental dentro deste partido.

Em suma, percebe-se no pensamento orgânico da ALN uma “involução” de uma “rejeição antitética” da organização leninista em sua forma pecebista em seu início, para um readoção de vários desses pressupostos (outrora recusados) numa fase posterior. Essa reaproximação com as estratégias mais classicamente leninistas de organização, não deve ser confundida com um reconhecimento da organização superior do PCB, mas como uma síntese. Se os militantes remanescentes apontam para a recusa de algumas das práticas iniciais da

organização, tais como a excessiva descentralização e o abandono do trabalho de base, nem por isso apontam para o retorno de uma organização espelho do PCB, mas para um tipo de organização mais acentuadamente leninista, sem a burocracia do antigo partido.

Cabe aos historiadores que pesquisam os acontecimentos do fim da década de 1970 e inícios da década de 1980, determinarem em que medida o legado da ALN foi aproveitado pelos movimentos sociais que neste momento ressurgiam. Entre os fundadores do Partido dos Trabalhadores, estiveram remanescentes da luta armada. Muito embora essa experiência não se manifestasse do mesmo modo em todos eles, como lembra Carlos Eugênio Paz:

O PT foi o quê? Movimento sindical do ABC, Igreja Católica, e oriundos da luta armada. Infelizmente uma boa parcela desses que fundaram o PT eram na verdade meio arrependidos da luta armada. Se eles se arrependessem menos ou não se arrependessem, talvez tivessem dado uma construção maior na construção do Partido dos Trabalhadores. (CP,2008)

Sem dúvida, essa organização é, em primeiro lugar, parte importante da memória das lutas de resistência deste país contra a ditadura militar. O silêncio nos livros de didáticos e nos parâmetros curriculares oficiais a respeito deste momento da história do Brasil (em que a ALN foi uma das organizações mais importantes) é um dos grandes crimes contra a nossa história.

Embora o documento por último analisado proponha uma reorganização da entidade, isso não ocorreu, ou pelo menos, esta não voltou a se organizar com a mesma sigla e da mesma forma. Mas certamente, a defesa de uma prática política independente, desburocratizada e livre não foi esquecida por aqueles que ao longo da década de 1980 reorganizaram a esquerda do Brasil. Aliás por que não acreditar, como sugere Carlos Eugênio Paz, que a ALN ainda está entre nós?

Nós já tivemos um papel na esquerda que tem hoje, e teremos um papel na esquerda de amanhã. Estamos aí, estamos conversando, estamos formando, estamos incentivando, estamos espalhando um pouco de Marighella e de Toledo por aí... (CP,2008)

CAPÍTULO 4. PCBR: A ORGANIZAÇÃO.

O PCBR foi uma das organizações mais importantes da esquerda nos anos de 1960 e 1970, o partido de Mario Alves, Apolônio de Carvalho, Jacob Gorender e Bruno Maranhão entre outros conhecidos personagens da história política do Brasil. Por seu caráter marcante na constelação revolucionária que combateu a ditadura militar, não há livros que abordem a luta de classes nos anos de chumbo da história recente que não o mencione, ao menos de passagem. Todavia a historiografia tem sido muito injusta com tal partido, dentre tudo o que conseguimos levantar, consta apenas uma dissertação de mestrado que o aborde com exclusividade⁸³, e alguns fragmentos nos livros clássicos sobre a esquerda armada.

Em virtude da ausência de mais trabalhos sobre tal organização, a tarefa de estabelecer um diálogo entre as produções disponíveis só pode ser considerada uma tentativa inicial e ciente de sua incompletude. Não obstante, também é uma iniciativa, ainda que humilde, de contribuir para futuras pesquisas e acender o debate.

O PCBR se formou no mesmo processo que a ALN e as dissidências estudantis, nas fileiras da Corrente Revolucionária, tentando mudar a linha defendida pela direção majoritária do PCB, que preconizava o caminho pacífico.⁸⁴

Os métodos algo autoritários da maioria da direção do PCB ligada a Prestes, desencadearam um processo de resistência dentro do próprio PCB que reuniu desde as bases do partido, especialmente nas grandes aglomerações, até respeitados dirigentes do Comitê Central e da comissão executiva.

Os militantes que atuaram na corrente revolucionária chegaram a avaliar a possibilidade de vencer o VI congresso do PCB, contudo, face às sucessivas manobras de adiamento, à perseguição aos principais líderes da Corrente, a definição de critérios para a tiragem de delegados nos Estados que desfavoreciam de maneira flagrante a representação dos maiores estados, entre outras violações à democracia partidária, os dissidentes passaram a ter como certa a perspectiva de ruptura com o PCB e a formação de um novo partido.

⁸³ Della Vechia, Renato Silva. Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (1967-1973) Dissertação de mestrado, UFRS, Porto Alegre – RS, 2005.

⁸⁴ Sobre a formação e atuação da corrente revolucionária, ver capítulo 2 do presente trabalho.

No entanto, se os unia a luta contra a linha do caminho pacífico, contra os métodos stalinistas de disputa interna, contra a recusa da luta armada, em suma, se a luta os dotava de uma forte unidade, as divergências surgiram e tomaram corpo no momento de apontar o caminho a seguir.

A polêmica girava em torno da necessidade e da operacionalidade ou não de um partido organizado nos moldes clássicos do leninismo para conduzir as guerrilhas no Brasil. Tal divergência foi, segundo Ridenti, o principal motivo para que ALN e PCBR não constituíssem uma mesma organização: “A defesa intransigente de um partido revolucionário para conduzir a luta armada foi o principal fator a afastar organizações, como o PCBR da ALN”. (Ridenti, 1993:38).

Segundo Salles, citando Apolônio de Carvalho, o momento de início das divergências foi a declaração da OLAS e o lançamento do livro de Debray. Segundo Apolônio, Cuba trazia para uma grande parte desses militantes o romantismo revolucionário, inspirador para quem estava cansado das derrotas da esquerda e ansiava por um caminho que realmente levasse à revolução. O abandono do modelo leninista de partido afastou os fundadores do PCBR da ALN. Já as Dissidências Estudantis⁸⁵ divergiam com respeito ao caráter da revolução que deveria ser diretamente socialista.

Como já mencionado, as divergências ganharam um novo ímpeto com a viagem de Marighella a Cuba. Em sua volta, o então aliado, radicalizou o discurso no sentido de que não só a linha do PCB era um obstáculo à revolução, mas a própria forma tradicional de partido leninista estava já superada.

Em comum, todos os integrantes da Corrente defendiam a luta armada como tática decisiva para a resistência à ditadura. Entretanto no que tangia à conveniência ou não de organizar um novo partido em moldes leninistas, as discussões foram acaloradas. Segundo Antonio Soares, (Codinome Lúcio, desde os tempos de clandestinidade na militância do PCBR, organização em que foi um dos dirigentes), em depoimento para esta pesquisa, as divergências se tornaram um fator complicador até mesmo quando era preciso redigir documentos da Corrente:

⁸⁵ Em vários Estados brasileiros, a juventude comunista se organizou sob a forma de dissidências estudantis, “DI”, as mais famosas foram: a Dissidência Estudantil de Estado do Rio de Janeiro, (que ficou mais tarde conhecida por “MR8”, o nome de seu jornal), a Dissidência Estudantil do Estado da Guanabara, (que na ocasião do seqüestro ao embaixador americano passou a assumir a sigla MR8, para desmentir a ditadura que teria feito grande alarde por ter liquidado tal organização), a Dissidência Estudantil do Estado de São Paulo DISP, (que entrou quase toda para a ALN) e a Dissidência Estudantil do Rio Grande do SUL. Do ponto de vista orgânico, as “dissidências” se aproximavam mais da ALN.

A grande divergência dentro da resolução da corrente sabe qual foi? Nós colocamos um aposto. Um aposto mesmo, havia uma resolução que dizia assim: “o primeiro passo é a criação de um comando político militar”, aí a gente colocou um aposto: “sob a direção do partido”, isso foi fundamental. Isso foi a grande divergência. (LC,2008)

Os principais dirigentes que viriam a formar o PCBR, possuíam uma leitura diferente não só no que concerne a operacionalidade da organização leninista (da qual eram favoráveis incondicionais) mas também a respeito da própria Revolução Cubana, interpretando-a com suas próprias chaves de leitura e destoando substancialmente da versão propagada pelos seus representantes mais conhecidos. De acordo com Cláudio Gurgel, ex-militante do PCBR em entrevista concedida para esta pesquisa:

O PCBR era uma organização com quadros muito qualificados. A princípio do seu Comitê Central, onde ali você encontrava figuras como Mario Alves, como Apolônio, como Jacob Gorender, Bruno Maranhão, são pessoas muito estudiosas que cultivavam a leitura revolucionária. (...) A leitura destes autores revolucionários, dessas revoluções (Cuba e China), era entendida como uma leitura marxista-leninista para a realidade brasileira. (CG,2007)

Apolônio de Carvalho em entrevista a Silva Junior sintetiza a proposta de seu grupo nos debates internos da corrente:

Nós queríamos um partido, nós nunca desejamos acabar com o partido (...) nós lutávamos para fazer um partido que mudasse a sua linha política. Porque ele... tinha se transformado numa orientação reformista e conciliatória, e conciliadora com a ditadura militar. (...) Então, nós queríamos o partido dirigindo e não como Cuba, com um comitê político militar. Arrasando completamente com a possibilidade de crítica e autocrítica e sua influência criadora e enriquecedora, única capaz de redimir os erros de Fidel e Che. (AC1998)

Na medida da intensificação do debate, um grupo e outro tentava ganhar adeptos para suas posições, ficando a cada dia mais claro que não seria possível unificar as duas principais correntes de opinião em uma única organização. Os militantes simpáticos à idéia do partido recorriam a Lênin, a Mao Tsé Tung, tentavam demonstrar o papel de relevo desempenhado pelas lutas de massa na Revolução Cubana, lembravam dos ensinamentos da Revolução Russa e da Revolução Chinesa; os militantes simpáticos às teses de Marighella retrucavam que nas condições da América Latina semelhantes exemplos não se aplicavam, não concordavam com a interpretação segundo a qual os movimentos de massa foram decisivos na Revolução Cubana e, no intuito de demonstrar que não

negavam em absoluto a necessidade de um partido, argumentavam que este deveria surgir durante a luta revolucionária. De acordo com Lúcio:

Eles falavam o seguinte, o pessoal da ALN, que em Cuba somente depois do processo revolucionário é que o partido comunista se consolidou, com a decretação do socialismo em 61. E que a organização do partido viria depois do processo revolucionário, no bojo do processo revolucionário é que se forjaria o partido. A gente achava isso autonomismo, uma coisa mecanicista perigosa. Porque num processo de revolta, ou revolução, muitas vezes ela para na esquina. Ela não continua, ela não tem continuidade, pode ser uma revolução que se limita contra a ditadura burguesa. Então agente estava preocupado com o fator do socialismo e que tinha que ter um partido comunista dirigindo isso, que se não, não ia ter nenhum corpo orgânico que tivesse digamos assim, um receptáculo às idéias socialistas, de esquerda comunista. A gente achava que tinha que manter a estrutura, e se mudar a linha do partido. (LC,2008)

Em meio à divergência, a Comissão Provisória de organização do PCBR lançou um documento⁸⁶ expondo suas divergências. O objetivo de documento, lançado em inícios de 1968, provavelmente era uma última tentativa de convencer os “indecisos” pois a formação de duas organizações distintas já era um fato reconhecido, o Agrupamento Comunista, por exemplo, já estava formado e fazendo suas primeiras ações. O documento se inicia afirmando a convicção de que os “que lutaram contra a farsa do VI Congresso, queriam e querem um Partido marxista-leninista revolucionário” (PCBR-1968 apud DV:285), livre de manobras burocráticas e práticas stalinistas. Entretanto, para um setor significativo da Corrente, este princípio estaria sendo recusado em detrimento de uma forma de organização foquista:

O que se propõe, porém, é não só a dissolução do Partido, como a constituição por um aglomerado, sem nome e sem programa, submetido à (...) de direção que, em matéria de irresponsabilidade unipessoal, nada fica a dever ao tão conhecido e repudiado prestismo. O chamado Agrupamento Comunista de São Paulo se manifesta contra a “teoria do foco”, mas é realmente nela que se inspira para decretar a dissolução do partido em São Paulo. Dado que a teoria do foco se desprestigiou, em virtude de seu fracasso prático, já não é possível defendê-la abertamente. Mas o liquidacionismo do Agrupamento se filia (...) às teses básicas desta teoria, quando afirma “a guerrilha é a vanguarda revolucionária, o seu núcleo fundamental”. E mais: “que o comando geral de toda a organização é a guerrilha, onde quer que ela esteja”. Os militantes revolucionários não podem aceitar, sem a mínima explicação autocrítica por parte de dirigentes responsáveis, a sucessão, praticamente sem intervalo, de posições essencialmente opostas: a primeira declarando o Partido imprescindível à vitória da revolução; a segunda declarando o mesmo como um obstáculo a esta mesma vitória. (PCBR-1968 apud DV:285)

⁸⁶ O documento citado, que consta nos anexos da pesquisa de Della Vechia, aparentemente não tem nome, o título a ele atribuído por Della Vechia: “Documento do PCBR estabelecendo as diferenças com o coletivo de São Paulo da Corrente Revolucionária que irá criar a ALN”. (Della Vechia,2005:284). Para facilitar a leitura, será doravante referido como “PCBR-1968 apud DV”.

Após questionar o foquismo, desvio atribuído ao Agrupamento comunista, o documento conclui fazendo a defesa da organização partidária, não seria o método de organização em si, mas a linha política de uma organização que determinaria seu caráter revolucionário ou reformista, deste modo só poderia ser um grave equívoco colocar num mesmo saco a linha do PCB e a organização partidária que ele representa:

Este documento, que, aqui, fraternalmente contestamos, repousa num dilema: o de que um Partido, qualquer que ele seja, impede a Atividade comunista, em primeiro lugar, a preparação e o desencadeamento da luta armada. Um partido reformista, bajulador da burguesia, como é o de Prestes, impede, de fato, a atividade revolucionária e para isso que ele hoje existe. Mas um partido revolucionário, fiel ao marxismo-leninismo, é condição indispensável para que ação revolucionária se desse e ganhe a direção conseqüente do proletariado. (PCBR-1968 apud DV:285)

Como já desenvolvido nos capítulos anteriores, sabemos que o grupo de Marighella constituiu o Agrupamento Comunista de São Paulo, que pouco tempo depois veio a se tornar ALN. Todavia a tentativa de se unificar com os antigos companheiros de Corrente não cessou imediatamente. Até o congresso de fundação do PCBR, pelo menos, Marighella tentou, sem sucesso, atrair os antigos aliados da Corrente para sua organização, em processo narrado por Apolônio de Carvalho:

Marighella então, tem um contato muito estreito conosco, e ele nos cerca de maneira muito tenaz. Ele quer que nós nos passemos para Ação de Libertação Nacional (sic). Mas aí ele não quer partido. (...) E nós tínhamos feito,... imposto um Congresso para discutir a manutenção do partido. Modificado, né? A adoção de um partido modificado, mas com concepção muito clara da luta armada dirigida pelo partido. E lá, mesmo os elementos mais xiitas, no estado do Rio, estavam todos unidos, pela luta armada, com partido. (AC1998)

Reduzidos em função do afastamento da maior parte da Corrente (que ingressou na ALN), as lideranças que viriam a formar o PCBR decidiram romper com o PCB, contudo, procuraram operar a ruptura dentro da metodologia partidária. Diante das intervenções arbitrárias perpetradas pela Comissão Executiva do PCB em setembro de 1967, uma reunião da *corrente* foi marcada para outubro na cidade de Niterói. A ela compareceram, de acordo com Gorender (2003), cerca de trinta militantes, entre os quais Flávio Koutzii, (RS), Hélcio Pereira (MG), Bruno Maranhão (PE), a maior parte do Estado da Guanabara e Rio de Janeiro, ninguém de São Paulo. Segundo Apolônio: “Nós, do Estado do Rio fizemos uma conferência regional para discutir se ficávamos ou não no PCB. E

decidimos por unanimidade sair do PCB”. (AC1998). Mesmo divergindo seriamente do PCB, os dirigentes do PCBR acreditavam que o rompimento formal, franco e dentro dos métodos leninistas era uma questão de princípio. Nesse sentido, Apolônio de Carvalho faz uma crítica à forma de rompimento de Marighella: “Marighella não rompeu, Marighella manobrou, entende?” (idem).

Apesar do rompimento, motivado pela acirrada disputa interna, o PCBR manteria muito da metodologia de trabalho e organização do PCB, e inevitavelmente algumas de suas características, como observa Della Vechia: “como sabemos, todo processo de rompimento também conserva algo daquilo que se busca superar” (Della Vechia, 2005:15)

O local de nascimento do PCBR é uma questão imprecisa nas memórias de seus militantes. Segundo Lúcio e Apolônio de Carvalho, o local de fundação é a cidade de Niterói; de acordo com Gorender, em seu livro “Combate nas Trevas”, o PCBR foi fundado em 17 de abril de 1968, num sítio fluminense da Serra da Mantiqueira. Estiveram presentes ao Congresso de fundação aproximadamente vinte e cinco delegados, alguns ex-membros do CC e representantes de vários Estados. Desta reunião saíram quadros importantes para o PCdoB, ALN, PCBR e Dissidência Leninista do Rio Grande do Sul.

O PCBR discutia ainda seu programa, organização e formas de luta enquanto outras organizações já estavam constituídas, como o grupamento comunista, a exemplo do Agrupamento Comunista de São Paulo, de acordo com o depoimento de Apolônio de Carvalho:

Então, nós rompemos com o partido e fomos iniciar um trabalho, mas isso se dá quando a decisão sobre o congresso sob a imposição destes três partidos⁸⁷ que recusavam a orientação do V Congresso, ela se define em 66, metade de 66. Há as assembléias de base em todo o partido. É um trabalho solidário, e comunitário. Todo mudo tem que participar, né, ouvir, né? Depois você tem as conferências municipais em cada município. Depois você tem as conferências regionais em cada região. E aí se elegem os delegados para o congresso. Isso pega praticamente um ano, 8, 10, 12 meses, mais de um ano! De maneira que nós vamos em 68 nos dar conta, de que (já que nós não temos muitas ilusões no congresso) nós estamos nos atrasando na realidade brasileira. (AC1998)

De acordo com Della Vechia (2005), do primeiro Comitê Central saído de sua conferência em abril de 68 (na cidade de Niterói), constam 20 membros; a

⁸⁷Apolônio de Carvalho está se utilizando aqui de um jargão partidário. Os “três partidos” a que se refere são na verdade as três organizações estaduais do PCB onde a Corrente era majoritária: Rio de Janeiro, Guanabara e São Paulo.

fonte dessa informação é um depoimento de Apolônio de Carvalho. Ressalta que em alguns outros depoimentos a versão era de 15 membros, como vimos acima, para Jacob Gorender o número é de 25. De qualquer maneira, ao elencar os principais nomes, cita: Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho (codinome Lima) e Mario Alves (Villa). Este último foi eleito o secretário político mas não pôde assumir por estar doente, sendo substituído nesta tarefa por Lima, (Villa assumiria o cargo em 69) De acordo com o autor, embora reproduzisse no essencial a estrutura do PCB, algumas diferenças se fazem notar:

... é extinta a função de secretário geral, cargo que historicamente (e em muitos casos continua sendo) central na estrutura dos partidos comunistas. (Della Vechia, 2005: 94)

O cargo de Secretário Geral é substituído pelo de Secretário Político, basicamente com as mesmas funções, mas sem a pecha stalinista que acompanha a primeira designação. De acordo com Della Vechia, a escolha do secretário político foi marcada por uma “disputa ao contrário” entre Mario Alves e Apolônio de Carvalho cada um exaltando as qualidades do outro e o indicando para o cargo.

Os demais membros identificados pelas entrevistas do referido autor são: Salatiel Teixeira Rolim (Penaforte), responsável pelas finanças, Miguel Batista dos Santos, (que já era membro do CC do PCB), Nicolau Tolentino Abrantes dos Santos (Jason, futuro responsável pela questão militar), Bruno Costa de Albuquerque Maranhão (ex-dirigente da juventude no PCB), Augusto Henrique Maria D’Aurelie Olivier (ex-tenente), Jover Teles, Armando Frutuoso, Jair (codinome de militante operário cujas entrevistas de Della Vechia não conseguiram identificar seu verdadeiro nome), Hilda (Funcionária Pública de Rio de Janeiro) e Lincoln Bicalho Roque. Mais tarde, Hilda, Jover teles, Lincoln e Armando Frutuoso romperão com o PCBR e passarão para o PCdoB. Este ponto será desenvolvido mais à frente.

O nome escolhido é um testemunho do peso da herança pecebista na nova organização, segundo Gorender:

Tão grande era o congestionamento de novas siglas na esquerda que se resolveu aproveitar a velha sigla do PCB (ainda uma vez, a preocupação da legitimação pela continuidade⁸⁸) e lhe acrescentar o adjetivo Revolucionário, do qual viria a qualificação distintiva. (Gorender, 2003:113)

⁸⁸ Como o leitor terá deduzido, Gorender está fazendo uma referência ao PCdoB.

Em que pese a discussão acerca da sigla parecer trivial, para os comunistas, o nome do partido deve representar da maneira mais sintética possível, as opções políticas de seus membros. A escolha da sigla PCBR não foi decidida de improviso, e deu ensejo a um processo de discussão de relativas proporções, de acordo com Lúcio:

A gente vinha do Partido Comunista Brasileiro, uma das discussões, além desta sobre o comando do partido, do comando político militar sob a direção do partido, queria colocar só que era o revolucionário. Porque a gente achava que era redundante também, uma redundância, porque partido comunista que não é revolucionário, não é partido comunista. É, mas o PCB diz que é revolucionário, e o PCdoB também diz, e aí, como é que fica? Porque a coisa é redundante de fato. A gente achava que todo partido comunista é revolucionário, é natural que seja revolucionário. É até burocrático dizer que é revolucionário, mas tinha que se diferenciar do PCB. (LC,2008)

Além do convite sempre presente de Marighella para fazer parte da ALN, outra organização, também oriunda das fileiras do PCB assediou o PCBR. O PCdoB vinha tentando, em meio a revezes e vitórias, atrair ex-militantes do PCB para suas fileiras. A primeira tentativa de se aproximar organicamente do PCBR foi por cima, isto é, a partir de uma reunião de cúpula, conforme relatado por Gorender. O PCdoB convidou representantes do novo movimento a uma reunião por intermédio de Arruda, que já havia saído do PCB e se unido aos seus companheiros de stalinismo.

Gorender e Mário Alves tiveram uma reunião de um dia inteiro com Pomar, Amazonas e Grabois, mas nenhum acordo foi conseguido. Divergiam sobretudo quanto à filiação à China e a Albânia. Os recentes fundadores do PCBR defendiam independência face aos partidos Estados socialistas internacionais. Também divergiam quanto a aspectos doutrinários fundamentais, como por exemplo, a herança stalinista.

Fracassada a tentativa diplomática, o PCdoB investiu numa tática mais polemica: a tática do “entrismo”, que consiste basicamente em infiltrar militantes em outra organização com o intuito de operar um processo de cisão.

No congresso de fundação do PCBR Jover Teles, Armando Frutuoso, Lincoln Bicalho Roque, Hilda (que entraram para o Comitê Central) e mais um delegado (cujo nome não foi possível precisar) já estavam acertados com o PCdoB. Segundo Gorender o fato já era conhecido, mas “preferimos não levantar

a questão desta duplicidade, uma vez que desviaria a reunião de sua finalidade de formalizar a existência do novo partido.” (Gorender, 2003:112-113)

De acordo com entrevista concedida por Gorender e citada por Della Vechia, Jover Teles já era militante do PCdoB antes do rompimento da corrente com o PCB, (o que fortalece a hipótese de que o PCdoB já estivesse empenhado há bastante tempo em atrair militantes do PCB):

Quer dizer, o Jover Teles, ele fez parte desta cisão nesse processo. Ele entrou em contato com o PCdoB (ele sempre teve boas relações com o João Amazonas, com o Maurício Grabois) ele teve contato com esses dirigentes do PCdoB, ele aderiu a eles. Mas já adotaram essa tática de não revelar imediatamente, então passou um período como militante ainda do PCB. Antes da expulsão, ele já tinha e depois no processo de formação do PCBR do qual ele participou, ele também já era membro do PCdoB. quer dizer ele tinha uma dupla face. Aí então, depois da fundação do PCBR em maio de 68, poucos meses depois ele romperia definitivamente. (Gorender, 1998 apud Della Vechia, 2006 op cit)

Ainda no primeiro semestre de vida do PCBR, Jover Teles iniciou as escaramuças para a dissidência em favor do PCdoB, provavelmente a pressa se deu em função de risco de que fosse denunciado e desmoralizado dentro do coletivo partidário:

Na edição de 25 de agosto de 1968, o Jornal do Brasil publicou longos trechos do documento *Um reencontro histórico*, lançado pelo pretense Comitê estadual da maioria revolucionária do PCB da Guanabara. O documento respondia afirmativamente a uma carta do Comitê Central do PCdoB, que convidava os divergentes a se agruparem sob sua bandeira. (Gorender, 2003:114)

O PCBR era citado em capítulo especial como foquista e chamado de “aborto da ideologia da pequena burguesia e materialização da terceira posição entre o marxismo-leninismo e o revisionismo” (ibid, pág115).

A resposta ao artigo de Jover Teles veio em 1º de setembro, também no jornal do Brasil, em artigo redigido por Mário Alves, sob o título de “Reencontro Histórico ou reles mistificação” (idem).

Os partidos marxistas – argumentou o PCBR – têm a obrigação da solidariedade com todos os países socialistas, mas precisam também sustentar uma atitude de independência com relação aos partidos comunistas já no poder, sem distinção preferencial por qualquer deles. A atitude do PCdoB consistiu em trocar a subordinação incondicional ao PC da União Soviética, característica do partido prestista, pela obediência também incondicional ao PC da China e a seu líder Mao Tsé Tung. Troca que não erradicava o mal essencial da cópia servil de modelos de outros países. (...) se é útil e necessário aprender com os ensinamentos das revoluções vitoriosas, a pretensão de copiá-las resulta estéril. (idem)

O texto de Jover Teles criticava o PCBR nos marcos das divergências entre China e URSS, na medida em que o PCBR defendia a posição de independência (o que será desenvolvido mais adiante). O “dissidente” recorria a desqualificação clássica de associar diferenças políticas à influência da pequena burguesia. O fato de Jover Teles escolher precisamente esse argumento para desencadear sua cisão não é fortuito. O PC do B, de modo geral, utilizou para atrair militantes o argumento da tradição, da representatividade internacional, o pertencimento a uma organização internacional. Eram temas muito caros aos dirigentes do PC do B e, talvez por isso, acreditasse com tanta convicção que rompimentos como o protagonizado por Jover Teles, atrairiam centenas de militantes, ávidos por se incorporarem à “internacional de Mao Tsé Tung”, ao “verdadeiro Partido Comunista do Brasil, fundado em 1922 e de tão gloriosas tradições”. Para decepção de Amazonas, Grabois e Arruda, a estratégia não surtiu o efeito esperado. Além dos militantes que já estavam articulados ao PCdoB, nenhum autor menciona um dissidente sequer. De qualquer modo, a dissidência provocada pelo PCdoB já estava consumada.

De volta ao congresso de fundação do PCBR, nota-se que essa organização operou mudanças substanciais em relação a sua matriz, o PCB. Em questões fundamentais, entretanto, o PCBR manteve formulações do antigo partido. O primeiro aspecto a destacar é a análise da economia brasileira e do caráter da revolução no Brasil:

Em seu documento fundador, a célebre “Linha Política”, parte-se da caracterização do desenvolvimento capitalista do Brasil, embora dependente e associado ao capitalismo internacional. A libertação se daria mediante uma revolução popular, que poderia eliminar o latifúndio via uma ampla reforma agrária e expulsar o imperialismo, abrindo caminho assim para o socialismo: “A estrutura econômica do Brasil é essencialmente capitalista” (Linha Política, 1968:206). Mas não é uma economia desenvolvida, dado o seu caráter dependente e associado ao imperialismo e ao predomínio do latifúndio. A economia agropecuária no centro sul apresenta um predomínio de relações capitalistas de produção, graças ao investimento de capitais, mas não suprime o latifúndio. No norte-nordeste imperam as relações semifeudais típicas do latifúndio.

O texto argumenta que a burguesia se tornou classe dominante no Brasil paralelamente ao momento em que o socialismo passa a desempenhar um papel decisivo no cenário internacional e o movimento operário ganha um papel independente. Desse modo, a burguesia tende a buscar alianças com o imperialismo e o latifúndio e a evitar aproximação com o movimento operário por temer que este ultrapasse os marcos do reformismo e ponha em questão o seu domínio enquanto classe. Partindo dessa análise, “a revolução brasileira não pode ser uma revolução democrático-burguesa” (Linha política, 1968:209)

Assim, nas condições do capitalismo do Brasil, a revolução deveria necessariamente ser “uma revolução popular, capaz de derrubar o poder da minoria latifundiária e burguesa, libertar completamente o país da dominação imperialista, eliminar o latifúndio (...) abrindo caminho para o socialismo”. Quanto ao caráter da revolução, esta seria em seu momento inicial “antiimperialista e antilatifundiária”, mas “para triunfar de um modo conseqüente e irreversível, deverá conduzir a transformações socialistas” (Linha Política, 1968:209). Para isso, seria indispensável o papel dirigente do proletariado.

Ao poder instituído pela revolução popular, como forma de assentar as bases para as transformações socialistas, cumpriria as seguintes tarefas:

1. Dissolução das forças armadas e de todo o aparelho de repressão do Estado Burguês latifundiário, substituindo-o pelo exército popular e pelas milícias populares armadas, que se formarão no curso da luta revolucionária pelo poder;
2. Nacionalização das empresas pertencentes ou associadas ao capital monopolista, (...)
3. Reforma agrária radical que elimine a propriedade latifundiária, (...)
4. Reconstrução econômica do país, mediante controle pelo Estado Popular do comércio exterior, do câmbio e dos setores básicos da economia, e a planificação do desenvolvimento econômico, (...)
5. Reforma radical e ampliação do sistema educacional, (...)
6. Garantia das mais amplas e efetivas liberdades democráticas às massas trabalhadoras e populares, (...)
7. Política exterior independente, (...) Solidariedade irrestrita às revoluções populares na América Latina.

O poder instaurado pela revolução popular será, assim, um governo de transição, que “criará as bases para a passagem à ditadura do proletariado” (idem) explicando: a tese fundamental era que a luta revolucionária levaria ao poder um governo popular, mas em uma economia ainda capitalista. O novo poder, então, dado o seu caráter revolucionário, tomaria as medidas propostas para converter a economia brasileira em economia socialista. Na prática significa que o PCBR

defendia a passagem direta do caráter socialista da revolução, negando a tese da revolução por etapas.

A tese pecebista de revolução em duas etapas, que seguia as análises do VI congresso da III internacional Comunista, foi mantida pela ALN, mas não pelo PCBR. Embora o PCBR falasse em uma “revolução popular”, esta deveria se converter em socialista de forma mais ou menos imediata.

Outras organizações, a exemplo da VPR, VAR – Palmares, POC, PRT e MR-8 defendiam a revolução diretamente socialista, o que, além da convicção, traduzia o afastamento das análises do PCB. Segundo Ridenti, “Para eles, não propugnar o caráter socialista da revolução implicava prender-se ainda às teses do pecebistas” (Ridenti, 1993:pág 33). Mas o fato é que, segundo Ridenti, o distanciamento das avaliações feitas pelo PCB era bem menor do que parece, boa parte destas organizações, como é o caso do PCBR, defendia a passagem direta ao socialismo porque o Brasil já haveria atingido o capitalismo. Assim, não se negava a revolução por etapas, simplesmente acreditavam que a primeira etapa estava superada.

No que tange à forma de atuação, o PCBR negava a premissa pecebista do caminho pacífico, considerado reformista. A luta armada, especialmente no campo era tida como decisiva para a vitória da revolução. Na Linha Política, a crítica ao caminho pacífico é bastante enfática, relacionando esta tese aos efeitos do XX Congresso do PUCS, o qual, a despeito de proporcionar a denúncia ao stalinismo, também trouxe embutida a nova linha da URSS de coexistência e atuação pacíficas. Na avaliação do documento, é preciso combater essas “teses surgidas a partir da realização do XX Congresso do PUCS e que afetaram profundamente o movimento comunista” (Linha Política, 1968: 216).

Argumenta que os fatos da conjuntura desmentem agudamente a avaliação de um caminho pacífico. De acordo com a avaliação de seu documento fundador, o mundo estaria correndo o risco de uma nova guerra mundial, que só poderia ser derrotada com a energia dos países socialistas e na medida que o imperialismo for convulsionado por revoluções de libertação nacional.

Dessa forma, no movimento de reconstrução do partido revolucionário, é preciso combater as tendências reformistas e burguesas que ganharam força com o desenvolvimento do capitalismo no Brasil e “penetraram na classe operária, não

ficando imune a elas os comunistas” (Linha Política, 1968:226). O PCBR chega a fazer coro com o PCdoB em “combater as tendências liquidacionistas” (idem).

Relacionadas com as idéias burguesas estão a “subestimação do caminho armado (...), a manutenção das formas tradicionais de organização” (idem), a defesa do caminho pacífico ao socialismo, etc.

A crítica à ALN se expressa de duas formas principais, em primeiro por seu programa, uma vez que a ALN postulava uma revolução de libertação nacional. O documento destaca que ao combater a ditadura, luta-se por “um governo popular revolucionário e não a chamada “redemocratização”” (Linha política, 1968:223). Não despreza as lutas democráticas, mas não as considera um fim em si mesmas.

Em segundo, pelo foquismo atribuído principalmente à ALN que, no momento em que foi redigido o documento, era praticamente a única em sua categoria, de modo que só podemos entender à críticas como sendo endereçadas à seus antigos companheiros de Corrente. Segundo o PCBR, o militarismo extremado, foquista, era filho do dogmatismo, do revisionismo e do sectarismo. A militarização estaria relacionada ao desprezo pelo movimento de massas e condenada ao isolamento: “se expressa no isolamento dos comunistas em relação às massas e às demais forças populares, na incapacidade de forjar a frente popular antiimperialista” (Linha Política, 1968:227). O depoimento de Apolônio de Carvalho demonstra de maneira sintética as críticas atribuídas à ALN:

A ALN se considerava portadora de uma missão messiânica: dirigir a esquerda revolucionária, constituir do velho [PC], uma fórmula brasileira, uma espécie de elo brasileiro no sentido original da Revolução Cubana Embora se apoiasse muito, (...) eu acho que o Marighella se apoiou muito na visão do Régis Debray da Revolução Cubana (...) nos seus aspectos essenciais, ou seja, a unidade das forças da revolução cujo devir escorre inteiramente da linha Cubana. (AC1998)

Apesar de manifestar diferenças notáveis em relação ao PCB, os militantes do PCBR, desde a base até seus quadros mais importantes manifestavam o mesmo sentimento de urgência e otimismo tão comum aos comunistas, ao menos dos brasileiros, lembrando das palavras de Carlos Eugênio Paz: “O que acontece, você se torna comunista hoje, aí você vai dormir, amanhã de manhã, quando você acordar você vai achar que o capitalismo está acabando, que ele está numa crise, que dessa vez é a crise final” (CP,2008). Os militantes do PCBR, a exemplo dos seus pares da ALN, do PCdoB, do PCB e de toda a

constelação da esquerda acreditavam sinceramente que estavam vivendo um momento de mudanças radicais, que mesmo a ditadura no Brasil era uma evidência da crise do capitalismo e que o socialismo era uma alternativa não apenas possível como provável. Como já mencionado em outras partes deste trabalho, aquela era uma época de grande efervescência política e cultural, de modo que mesmo os conservadores não duvidavam que tais mudanças pudessem realmente acontecer.

De acordo com Ridenti, a defesa do caráter socialista (ou não) estava associada de maneira unânime em todas as organizações e partidos à idéia de que o capitalismo estava em crise. Que o socialismo avançava em todo o mundo e que a economia brasileira refletia essa crise, manifesta na estagnação econômica. Segundo Ridenti, em nota de pé de página: “A crença generalizada das esquerdas na estagnação econômica do capitalismo brasileiro era compartilhada por economistas nacionalistas como Celso Furtado e Ignácio Rangel” (Ridenti, 1993:34)

De um modo geral as organizações armadas do período analisado possuíam alguns pressupostos comuns. Em primeiro lugar, a análise da economia brasileira como vivendo uma estagnação e crise, o que engendraria as condições objetivas para a revolução. Como decorrência disso, acreditavam que faltavam apenas as condições subjetivas, ou seja uma vanguarda revolucionária de novo tipo. Vanguarda esta que deveria pegar em armas, de modo que no curso da luta se desenvolveria o exército popular e o embrião do futuro Estado revolucionário.

Para o documento fundador do PCBR, a Linha Política, a luta revolucionária no Brasil, estaria inserida num contexto mundial marcado pela passagem do capitalismo ao socialismo e no agravamento das contradições entre o capitalismo e o socialismo, entre as classes dominantes e revolucionárias e entre os próprios países imperialistas, “gerando uma crise sem precedentes para o capitalismo” (Linha Política, 1968:213)

Nesta ótica, desde a Segunda Guerra Mundial, o sistema socialista estaria crescendo e colocando em crise o capitalismo. Mas isso, por si só não seria suficiente para a derrocada de tal sistema. Os sucessos do socialismo seriam inspiradores, mas não poderiam substituir a luta revolucionária.

O avanço do socialismo aguçaria as contradições do capitalismo, obrigando-o a expandir o imperialismo sob a forma de colonialismo ou neocolonialismo:

Assim, o poderio do sistema socialista e os êxitos da luta de libertação dos povos, de um lado, debilitam o sistema imperialista e isolam cada vez mais o imperialismo estadunidense; mas, por outro lado, provocam o aumento da agressividade dos círculos militares dos Estados Unidos, que ampliam sua ação guerreira no Vietnã, intervêm pela força em outros países e tentam afogar em sangue as lutas populares no mundo inteiro. (Linha Política, 1968:215)

A América Latina, a Ásia e a África seriam o elo mais fraco do capitalismo e portanto, o centro das contradições, “a revolução antiimperialista e popular que se realiza no chamado mundo subdesenvolvido é parte integrante da revolução mundial” (Linha Política, 1968:214). O aumento da violência imperialista explicaria as ditaduras militares da América Latina, a guerra do Vietnã, e estaria pondo o mundo sob o risco de uma nova guerra mundial. Contudo, na medida em que essa agressividade é motivada pelo desespero, permitiu aos militantes do PCBR, lê-la enquanto um fator positivo, pois seria o sintoma de que o capitalismo estaria em séria crise. Esta análise era compartilhada pela maioria, senão todas as organizações daquele período.

O imperialismo não poderia aumentar sua violência sem se desgastar cada vez mais, é o que se observaria à época com a guerra do Vietnã, a crescente oposição ao imperialismo na África e na Ásia, e no próprio território dos Estados Unidos, especialmente entre a população negra. Além do exemplo cubano e a perspectiva da revolução continental:

O acontecimento de maior relevância no continente consiste em que os povos de vários países iniciam uma nova etapa no movimento de libertação nacional e começam a seguir o caminho da luta armada sob a forma de guerra de guerrilhas. (...) O grandioso exemplo de Cuba socialista, onde prossegue vitoriosa a construção da nova sociedade, inspira os povos latino-americanos à luta revolucionária. (idem)

Diante da agressão imperialista, a perspectiva que se abre aos revolucionários é a da luta armada. Destaca a realização da OLAS como um dos marcos da expansão da luta armada no continente, da necessidade de opor ao imperialismo uma estratégia revolucionária. No entanto, faz reservas à adoção automática do modelo cubano, pois “é necessário levar em conta,

obrigatoriamente, as condições peculiares de cada país, ao elaborar-se a perspectiva da luta revolucionária” (Linha Política, 1968:218).

Sobre a relação entre países capitalistas e países socialistas argumenta: “A política leninista de coexistência entre Estados de regimes sociais diferentes é necessária para a construção do socialismo” (idem), entretanto só é correta quando sustentada numa aguda luta de classes no plano internacional. E não pode ser aplicada à coexistência entre países oprimidos e opressores.

Acreditava-se que a radicalização da direita era uma evidencia de sua decadência e superação. A fim de ilustrar o espírito da época, que se manifestava também no PCBR, Della Vechia cita um artigo de Mario Alves, de dezembro de 1962 falando da decadência da direita e do imperialismo:

Extremada ala direita dirigida por homens como Carlos Lacerda, que se opõem a qualquer compromisso e atuam como brigada de choque da reação. Em seu conjunto essas forças representam o que há de mais obsoleto na estrutura econômico e social e se encontram em franco declínio, do ponto de vista histórico. (Alves, 1962:263 apud Della Vechia, 2006:60)

E mais adiante:

Entre os fatores que condicionam a conduta política da burguesia nacional, não se deve omitir a própria ação do imperialismo norte-americano, compreendendo o papel ascendente deste setor capitalista no Estado brasileiro, as tendências da nova situação mundial, assim como a elevação da consciência nacional na América Latina após a Revolução Cubana, os círculos monopolistas do Estados Unidos procuram formular uma tática mais flexível nas relações com as classes dominantes em nosso país. Esforçam-se por ampliar a base social de sua dominação, através de um compromisso com os setores políticos que representam a burguesia nacional, considerando que a velha oligarquia vinculada ao latifúndio e subserviente ao capital estrangeiro perde rapidamente a influencia sobre o povo e já não constitui um suporte firme para a sustentação de seus interesses. (Alves, 1962:232 apud Della Vechia, 2006:61)

Os autores da Linha política, avaliando a conjuntura brasileira, vêem a possibilidade de que, inclusive, a ditadura venha a ser substituída por um regime de fachada democrática. E caso isso viesse a acontecer, a luta armada pela revolução deveria continuar:

...cabe às forças revolucionárias desmascarar a manobra da reação e revelar ao povo o conteúdo antipopular do novo regime, prosseguindo a luta pelos objetivos da revolução. Necessária para derrubar a ditadura militar, a luta armada continuará a ser necessária se, após a queda do regime ditatorial, se mantiver no país o Estado da burguesia e dos latifundiários, base da dominação imperialista. (Linha Política, 2006:224)

Para o PCBR, a luta armada poderia ter como uma de suas primeiras conseqüências o recuo da ditadura. As forças revolucionárias, dentro dessa lógica,

deveriam manter “sua independência diante da posição latifundiária-burguesa representada pelo MDB e pela “Frente ampla””. (Linha política, 1968:224) Defendiam que as contradições entre os setores burgueses fossem aproveitadas, “mas, ainda nesse caso, deve ser evitada qualquer confusão entre a oposição popular e a oposição latifundiária-burguesa” (Linha Política, 1968:225) não deixando que as direções ligadas ao reformismo e à traição viessem a assumir a direção do movimento de massas desvirtuando-o do caminho revolucionário.

A exemplo de todas as organizações armadas do período, o PCBR também defendia uma frente única popular para desencadear o processo revolucionário:

A frente única popular, que se há de forjar no fogo da própria luta, incluirá operários industriais, trabalhadores agrícolas e camponeses, estudantes e intelectuais, setores das classes médias, grupos religiosos progressistas, elementos das forças armadas etc. (...) excluindo a burguesia e os latifundiários que constituem a minoria reacionária dominante. (Linha Política, 1968:221)

Diferenciando-se do PCB, o PCBR não coloca a burguesia nacional em sua proposta de Frente Única:

Em virtude das características de sua formação histórica, a estrutura capitalista no Brasil, mantém-se, portanto, estreitamente subordinada ao sistema imperialista e intimamente vinculada ao latifúndio. (...) em tais circunstâncias, a burguesia brasileira não exerceu e nem pode exercer, a missão revolucionária desempenhada por essa classe em outros países, na época das revoluções burguesas. (Linha Política, 1968: 207)

A frente, que exclui a burguesia, diferença marcante com o PCB, é mais ou menos a proposta comum de praticamente todas as outras organizações do período. Uma especificidade entretanto, como já seria esperado, era a questão do partido: “Mas só poderá ser conseqüente [a Frente única] se tiver por base um sólido núcleo de forças de esquerda” (Linha Política, 1968:221, 222), pois esse núcleo de esquerda é que deverá formar o partido revolucionário, orientado pelo marxismo-leninismo:

Nesse sentido, a responsabilidade principal recai sobre o partido marxista leninista. Ao participar da frente única das forças populares, caberá preservar a independência de classe do proletariado nos terrenos ideológico, político e organizativo. Somente assim a classe operária poderá assumir o papel dirigente no movimento revolucionário (Linha Política, 1968:222)

O documento reconhece que podem existir contradições entre a burguesia nacional e o imperialismo, entretanto, tais contradições têm um limite estreito, pois

As contradições entre a burguesia e o imperialismo não têm caráter antagônico e podem ser resolvidas. Ou pelo menos atenuadas através de concessões mútuas dentro do processo de integração da economia brasileira no sistema imperialista. (ibid pág 208)

Quanto à burguesia média, admite um certo potencial de mobilização, mas limitado por sua tendência reformista.

A direção do proletariado, todavia, não excluiria a participação de outras classes nesta frente, os assalariados agrícolas, as massas camponesas, estudantes e intelectuais, e pelas camadas médias. Nesse processo adquiriria papel importante o antagonismo entre o proletariado e a burguesia. Por isso, os revolucionários deveriam combater as tendências ao reformismo. Ao mesmo tempo buscar a ação conjunta com seus aliados naturais, o proletariado agrícola e as massas camponesas. A luta por uma reforma agrária ampla e radical não deveria ser confundida com a supressão dos camponeses ricos. Quanto a estes, pelo menos em princípio, propunham conseguir sua neutralidade.

Quanto às camadas médias, distinguiriam entre os setores mais abastados, que tenderiam para as forças reacionária e os assalariados, que estariam mais abertos às agitações da classe operária.

O documento reconhece que, naquele momento, as organizações da esquerda revolucionária estavam dispersas em várias organizações. O processo de construção de uma unidade ideológica deveria se buscada “Através da ação comum, do diálogo franco e da luta de opiniões” (Linha Política, 1968:228). Em que pese tal proposta, a atuação conjunta da chamada esquerda armada naquele período se resumiu basicamente a ações, muito pouco se conseguindo em matéria de avanço orgânico da esquerda como um todo. Avaliando essa questão, Apolônio de Carvalho desabafa:

Ganhamos posições relativas aqui e ali, mas não conseguimos ganhar a chamada esquerda armada. Para uma ação comum, uma estratégia comum, uma tática comum. (...) comum, mesmo nós com partido, e eles sem partido, mas uma tática militar comum. As decisões sendo tomadas sob a auréola do partido conosco, sob os outros, as decisões seriam tomadas sob a auréola do comitê político-militar. (AC1998)

Como já mencionado, o PCBR afirmava que era fundamental a existência de um partido guiado pela teoria marxista, que este partido deveria ser construído ao mesmo tempo que a guerrilha, que era o meio desse partido chegar ao poder. A organização partidária conjugaria as lutas de massas e as ações armadas nas cidades com a luta armada no campo. A reconstrução de um partido orientado pelo marxismo-leninismo era tida como tarefa essencial:

A reconstrução do partido precisa ser realizada em estreita vinculação com a preparação e o desenvolvimento da luta armada, em função da qual devemos colocar a política de organização, a mobilização de quadros e a distribuição de recursos materiais. Não há, portanto, contradição entre a construção do partido e a organização da guerrilha e outros tipos de luta armada, desde que seja considerada a tarefa principal do partido para a tomada do poder. (Linha Política, 1968:225, 226)

Salientava que o partido deveria se reconstruir em meio às lutas nas empresas, nas fazendas etc. e que, em situação de ditadura, deveria “dominar as regras da vida clandestina” (Linha política, 1968:228), evitando a penetração de agentes infiltrados nas suas fileiras e, ao mesmo tempo, aberto para absorver o melhor dos ativistas surgidos no processo de luta.

O documento situa a reconstrução do partido revolucionário no contexto das polêmicas do movimento comunista internacional, polêmicas que refletem a tensão entre os princípios revolucionários e o revisionismo (mas não cita a URSS, que poderia facilmente ser identificada com o revisionismo nem a China, que poderia ser identificada com a permanência de aspectos importantes do stalinismo). Crítica ao mesmo tempo o PCB e o PCdoB por tentarem aplicar mecanicamente as posições da URSS e China:

Nesse sentido, condenamos a posição, tanto do chamado PCB, que aceita de modo incondicional e acrítico, sem discussão, as opiniões do PUCS, como o Partido Comunista do Brasil, que incorre no mesmo erro em relação ao Partido Comunista da China. (Linha Política, 1968:229)

O formato organizativo conservava no essencial a estrutura herdada do PCB e seus métodos de funcionamento, mas é inegável que não se pode reduzir as diferenças (e semelhanças) entre o PCBR e o PCB apenas às suas formas organizativas. As diferenças se manifestavam também por uma prática diversa, inegavelmente mais democrática. É evidente que num contexto de aguda repressão, as condições para a prática democrática eram precárias. Mesmo assim,

de acordo com Cláudio Gurgel, as decisões tomadas pela direção via de regra tinham a chancela do coletivo:

É claro que em tudo isto existe um risco alto de alegações quanto a segurança justificarem a omissão do debate. Isso é fato, existe esse risco. (...) [mas] eu não me lembro, no partido, no PCBR da denúncia de que algum companheiro, no sentido de ter havido alguma decisão para a qual não tivesse havido debate, uma discussão. (...) Às vezes até havia decisões que eram tomadas, gravíssimas e que eram objeto de recurso de um companheiro e reabria-se o processo de discussão. (CG,2008)

Em se falando de organização partidária leninista, o centralismo democrático é um ponto fundamental. O PCBR jamais abriu mão do centralismo democrático. Mesmo nos períodos mais duros existiu a preocupação da participação do coletivo nas decisões. É claro que em circunstâncias de cerco cerrado da repressão, em que as condições de comunicação e segurança eram muito frágeis ou até mesmo inexistentes, decisões podem ter sido tomadas sem amplas discussões. Mas importa observar que nas memórias dos militantes o centralismo democrático aparece como um princípio respeitado pela direção. O que demonstra que o funcionamento da máquina partidária em conjunturas favoráveis foi de tal maneira democrático, que a direção política foi capaz de conquistar a confiança do coletivo. Em sua entrevista, Gurgel aborda a questão do centralismo democrático:

Para nós, isso era uma coisa séria. Nós entendemos o centralismo democrático como parte integrante de uma organização leninista. Agora, nós não tínhamos a idéia do centralismo democrático como uma coisa, algo que significasse a supressão do debate, da discussão... Não, nós tínhamos a compreensão que o objeto da discussão que o Lênin faz, e como ele compreende o centralismo democrático é o debate que ele fez com a rosa Luxemburgo, ou seja, as circunstancias, elas vão determinar o grau abertura dos debates, da extensão dos debates, da amplitude dos debates, a verticalidade dos debates. (CG,2008)

Para enfatizar o exemplo de mudança de atitude, e do rompimento com as práticas mais características com o que se denomina de stalinismo, poderíamos citar o caso de uma reunião do comitê central ocorrida em 1969 e relatada por Della Vechia, quando existia uma grande polêmica a respeito da continuidade ou não da luta armada. De um lado Jacob Gorender, Apolônio de Carvalho, Marcelo Mello e outros argumentavam que a classe média brasileira estava se deixando atrair para o Estado ditatorial em função de seus êxitos econômicos, de outro Mario Alves, Bruno Maranhão e mais alguns, que faziam coro com a militância do nordeste eram contrários a qualquer recuo. Em votação, a questão ficou empatada

em 10 a 10. Ocorre que um dos pontos da pauta da reunião era o afastamento de um de seus membros, Salatiel Rolim (que apoiava a posição de Mario Alves), sobre o qual pesavam denúncias de desvio de comportamento e indisciplina. Qualquer um dos membros do Comitê Central favoráveis ao recuo, poderia ter levantado a questão do afastamento de Salatiel e, tão logo definida a questão, obter a maioria na votação. Entretanto nenhum deles o fez, e foi justamente Mario Alves quem levantou a questão do membro a ser afastado, mesmo sabendo que com esta ação o equilíbrio manifestado na votação seria rompido. Apolônio de Carvalho, em entrevista citada por Della Vechia fala sobre o que se passou em sua cabeça naquela reunião:

Nós tínhamos na Comissão Executiva do PCBR, uma situação de paridade, de empate. Éramos 10 a 10. Pela ida imediata à guerrilha rural no nordeste e 10 pelo recuo relativo na luta armada no Rio, (...). Essa era a situação. Por isso mesmo, como nós estávamos na base de um empate, eu não quis fazer qualquer proposta de desligamento, de exclusão de Salatiel nesse momento, porque eu quebraria a situação de equilíbrio no interior de nossa comissão executiva, no interior da Direção, a favor da faixa que eu representava, então eu silencieei, o que era profundamente errado, mas achei que num outro sentido era ético, (...). Mas agora, ao momento dado, quando ficou clara a ausência de quaisquer notícias de Salatiel, Mário Alves, ele mesmo propôs a exclusão de Salatiel do Comitê Central e do PCBR. Veio, portanto, de Mário Alves a proposta da sua saída (Apolônio de Carvalho, 2003 apud Della Vechia 2006:125).

Outros exemplos poderiam ser elencados no intuito de demonstrar a prática notoriamente mais democrática no interior do PCBR, no entanto, por questão de espaço, considero mais apropriado partir para o próximo ponto.

Um dos objetivos deste trabalho é demonstrar a maneira como as três principais organizações cindidas a partir do PCB se apropriaram em medidas e intensidades diferentes das experiências e da formação pecebista. Perguntado quanto aos aspectos do PCB mantidos ou modificados no PCBR, Cláudio Gurgel responde:

Eu acho que ele manteve um apreço pela discussão teórica, manteve uma reverência para com a União Soviética, manteve a idéia de uma organização leninista com todas as suas características, manteve a estrutura, como se estruturar. Era semelhante, era a organização de base, era comitê de zona, era comitê regional, a forma de se estruturar, era a mesma. Manteve como parte da visão leninista, uma idéia de movimento de massa, que foi [instigada] ainda que em situação de ditadura aberta que nós estávamos vivendo depois do AI.5. E, o que não manteve, o culto à personalidade, que era uma coisa muito combatida dentro do PCBR, o alinhamento internacional, que também nós não tínhamos essa idéia de alinhamento internacional. Tínhamos um diálogo com todos os setores internacionais revolucionários. Não manteve também a rejeição a luta armada, muito pelo contrário, defendia que o processo revolucionário dependia da intervenção

armada como parte das condições nacionais. Não manteve a visão política internacional de coexistência pacífica, rejeitava esta posição também. (CG,2008))

Respondendo a mesma pergunta, Lúcio coloca em relevo a questão da formação. A formação política, conquistada pela via do estímulo à leitura, mas também em função da experiência como militante, através do aprendizado prático nas tarefas de organização, disputa de posições, dos debates, na atuação sindical e estudantil é que teria permitido aos militantes que vieram a romper com o PCB, desenvolver os elementos essenciais a formulação de uma nova proposta de ação e organização, ou seja, o PCB teria formado aqueles que o sepultaram:

O partidão deu uma puta formação pra gente. Deu mesmo, o partidão deu o instrumental que ira destruí-lo fatalmente. A gente tinha a condição de formular uma nova linha política e ideológica. E condição política e ideológica de formar outras pessoas, dar curso de formação teórica. Porque o PCB deu isso pra gente e ao mesmo tempo foi a sepultura, foi o coveiro dele. (LC,2008)

Mais adiante, ainda segundo Lúcio, a formação política no PCB não se restringia a mera leitura de textos marxistas, mas também a elementos da cultura universal, da arte, da literatura, etc:

Tudo aquilo que o partidão deu a gente tem que reconhecer que o PCB deu uma boa formação teórica pra gente, a formação política que ele deu. A gente tinha que ler bem, não apenas livros marxistas, leninistas, agente tinha que ter um conhecimento também (inaudível) de cultura, leitura de poesia, teatro, cinema, tinha que ter uma abrangência, entende? Universal, de cultura. (LC,2008)

A organização foi fundada em congresso, pagando o preço da demora em organizar um fórum como este, mas por outro lado, demonstrando visível preocupação com a legitimidade das decisões. O Comitê Central era o órgão dirigente, e tal como no PCB, o dia a dia da organização se dava sob o comando de uma Comissão Executiva. Como vimos, o cargo máximo do partido era o Secretário Político (equivalente ao cargo de Secretário Geral), os demais membros da executiva possuíam funções análogas aos mesmo cargos no PCB, finanças, organização, etc., exceto pelos responsáveis pela frentes de massa e militar, inexistente no PCB.

Abaixo do Comitê Central, haviam os Comitês Regionais, num escalão imediatamente inferior, os Comitês Zonais e logo depois as Organizações de Base (células).

A gente tinha esta estrutura zonal, ligada ao comitê regional, todo CZ era ligado a um Comitê Regional, e em todo lugar agente tinha uma executiva. A organização de base era uma célula que tinha a mesma estrutura que tinha o Comitê Central: secretário político, secretário de organização, secretário de agitação e propaganda. (LC,2008)

Diferindo de grande parte das outras organizações, o PCBR tinha critérios muito rígidos de militância. Para ser considerado militante do PCBR, o candidato deveria se submeter a uma experiência de tempo indefinido em alguma Organização Para Partidária (OPP). Os chamados “opepistas”, realizavam vários tipos de tarefa, inclusive ações armadas, (embora isso fosse muito raro). De acordo com Lúcio, no começo os opepistas tinham alguns direitos (não diz quais), mas não tinham acesso a nenhum documento da organização e tão pouco às reuniões que decidiam as tarefas que eles deveriam realizar. Depois, decidiu-se que os opepistas não teriam qualquer direito, apenas a obrigação de realizar as tarefas ordenadas pelo partido.

Ainda segundo Lúcio, depois que a repressão se tornou mais dura, o tempo de passagem pelas OPPs diminuiu e os candidatos se tornavam militantes com uma exigência cada vez menor de experiência. Não ficou claro quanto tempo durou este tipo de pré-filiação, mas alguns documentos de 1972⁸⁹, ainda falavam dos opepistas, sinal de que permaneceram, pelo, menos por um período aproximado de quatro anos. A experiência em uma OPP era um dos critérios para a militância no PCBR:

A gente tinha critério de militância, e a gente tinha uma organização para-partidária, é importante, o critério de militância para a gente, para ser militante da organização, tinha que cumprir todos os deveres do militante. (...) se tivesse que ser convocado para uma ação armada, não tinha dúvidas, tem que fazer. (LC,2008)

Della Vechia também menciona as OPPs como característica original do PCBR para a seleção de militantes:

O PCBR tinha criado uma estrutura pré-partidária, denominada de OPP (Organização Para Partidária) que deveria ser a “porta de entrada” dos militantes na organização. Serviria para selecionar o ingresso de militantes com um maior cuidado quanto a sua firmeza ideológica e preparo político. No entanto, o acirramento da luta política e a disputa com as outras

⁸⁹ Teses de Janeiro, Resoluções da Reunião Nacional de Janeiro de 1972. PCBR.

organizações de esquerda, irá levar quase que ao abandono a participação prévia nas OPPs para posterior ingresso no partido. (Della Vecchia, 2006:132)

A existências das OPPs demonstra que além das permanências da estrutura pecebista, o PCBR foi capaz de inovar organizativamente. Demonstra também, que a despeito do refluxo imposto pelo fechamento da ditadura, tal organização conseguiu manter algum contato com o movimento social. Por último, o recurso às OPPs, pode ser considerado uma saída criativa para diminuir os riscos de infiltrações da repressão.

Todas as organizações, de uma maneira ou de outra valorizavam de uma forma mais acentuada alguns aspectos da militância; a ALN, como vimos, tinha em alta conta a disposição e a destreza para as ações armadas, a qual ocupava um papel de relevo; no PCdoB, o tempo de partido, a tradição e a experiência eram os elementos de maior destaque e comumente associados aos argumentos de autoridade. No PCBR, como já deve ter ficado evidente, o aspecto mais valorizado da militância era a formação política. Interrogado sobre a questão, Lúcio não tem dúvidas em afirmar:

A gente deve ao partidão, a formação política. A formação militar é treinamento, é adestramento, é condicionamento, não é difícil fazer. Agora a formação política ideológica (...) é o que diferencia você do traidor. (LC,2008)

Para o PCBR, o que se valorizava em primeiro lugar no militante era sua qualidade como organizador e sua formação política, diferindo também neste aspecto em relação a ALN, para quem a ação revolucionária (sinônimo de luta armada) era o critério número um:

O ideal para ser um militante dirigente é você saber organizar, você ter condição de dar assistência política, formar outros militantes, que é uma das formas de organização, saber recrutar pessoas, e você ser um bom agitador também, saber como se dirigir às massas. Quando você estiver em algum segmento, em algum setor, que você estiver engajado, você saber quais são os problemas que você tem naquele setor. (...) Pra ser da direção então, mais ainda a responsabilidade político e ideológica. De não entregar, não botar em risco a estrutura da gente. (LC,2008)

A importância da formação política ia além das atividades de natureza orgânica. A exemplo de outras organizações, tais como a ALN, o PCBR também faz uma discussão sobre o comportamento de militantes na prisão, sobre a “necessidade de definir e aplicar uma política de comportamento, de organização,

de aprofundamento auto-crítico dos que vacilaram perante a repressão e de justiça aos traidores” (Teses de Janeiro, 1972:14). “Vacilar diante da repressão” significa dar informações, ainda que sob tortura; a orientação era resistir até a morte, se necessário. O documento institui uma consigna, o da “preservação política dos quadros acima de sua preservação pessoal” (idem), e coloca esse ponto como critério para ser reconhecido como revolucionário: “A posição do revolucionário preso diante do inimigo deve ser de fidelidade ao povo e ao seu partido. Não vacilar e não conciliar diante da morte ou da mutilação”. (idem) Para o PCBR, assim como também para a ALN “A única base para o comportamento coerente e revolucionário é a formação ideológica dos quadros”. (idem)

Contudo, além da herança leninista, o PCBR também era uma organização armada. O que significa que, se de um lado seus dirigentes possuíam uma larga experiência de atuação partidária e organização de lutas em nível sindical, tiveram também de aprender, ou de adaptar a experiência consolidada a uma situação nova, de luta armada contra um estado ditatorial.

Na direção executiva, ao menos dois militantes já possuíam alguma experiência militar, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender. O primeiro participou da Guerra Civil Espanhola ao lado dos republicanos e da resistência à ocupação nazista na França (Apolônio de Carvalho chegou a obter a patente de Coronel do exército Francês). Gorender combateu nas forças da FEB durante a Segunda Guerra Mundial. Todavia, as condições em que se dava a luta armada no Brasil eram qualitativamente diferentes do que tinham vivido estes militantes.

Desde o início, os dirigentes do PCBR se preocuparam com os possíveis efeitos da iniciativa armada no partido. Como se vivia numa época de ânimos muito acirrados, poderia acontecer, como de fato aconteceu em alguns momentos, de se atribuir às ações armadas um peso desproporcional ao que enunciava a estratégia do traçada. Frente à maior parte das organizações armadas do período, o PCBR nunca abriu mão de equacionar luta armada e luta de massas. Mesmo quando as possibilidades de atuação nas aglomerações eram praticamente nulas, os documentos do PCBR procuravam propor alternativas, conforme veremos mais à frente. De acordo com Della Vecchia:

...o PCBR procurou defender uma posição intermediária, reconhecendo a necessidade da preparação para a luta no terreno militar, mas não limitando a política a esta esfera. Avaliava como correta a existência paralela a luta armada de um trabalho no movimento de massas que possibilitasse a criação de lideranças nos movimento sociais que pudessem encaminhar a política

neste terreno. A dinâmica da luta política, no entanto, fará com que, na prática, a opção militarista passe a se tornar preponderante. (Della vecchia,2006:89,90)

A insistência em atuar no movimento de massas, além de ser um traço distintivo em relação a outras organizações aliadas, como a ALN e a VPR, derivava de uma interpretação da Revolução Cubana. Para Marighella, por exemplo, o papel de relevo atribuído à guerrilha no desfecho daquela revolução é muito forte. Ao passo que para os dirigentes do PCBR, a revolução não teria sido vitoriosa sem a participação da sociedade civil e do movimento de massas. Daí o relativo desprezo à mobilização social num caso e a sua defesa intransigente no outro. Na verdade, ambas as organizações eram reconhecidamente influenciadas e inter-relacionadas com a Revolução Cubana (embora não somente), e definiam suas estratégias em função de suas respectivas leituras.

O caminho da revolução no Brasil, se daria, obrigatoriamente pela luta armada, mas “é preciso coordenar várias formas de lutas de massas, pacíficas e não pacíficas, legais e ilegais”. (Linha Política, 1968:219). O PCBR propõe uma atuação combinada entre cidade e campo, utilizando todas as maneiras de mobilização, como forma de desenvolver o movimento popular. Mas adverte que embora as atividades legais e pacíficas sejam importantes, “com o emprego exclusivo de tais meios a revolução não pode ser vitoriosa” (idem); elas devem estar a serviço da estratégia prioritária do ponto de vista da tomada do poder, “Todas as demais formas de luta devem servir ao desenvolvimento da luta armada e não lhe constituir obstáculo” (idem). Não bastaria um apoio passivo da opinião pública à luta armada, mas um apoio ativo, a guerrilha deveria se alimentar deste apoio, é como se a guerrilha fosse o braço armado de um corpo que caminha em direção a tomada do poder. Falando sobre as condições no Brasil para a luta armada argumenta:

As condições concretas do Brasil indicam que a guerra de guerrilhas é o meio mais adequado para começar a desenvolver a luta armada popular e criar o núcleo inicial do exército revolucionário. Somos um país de grande extensão territorial, com regiões montanhosas e selvas tropicais, que oferecem terreno propício à guerra irregular; no interior do país vive uma população de trabalhadores rurais e camponeses sujeitos a brutal exploração e constituindo uma base social, potencialmente, revolucionária; de outro lado, o desenvolvimento desigual do capitalismo levou a que se constituíssem no centro-sul do país e na faixa litorânea as grandes aglomerações urbanas, que também representam um importante potencial revolucionário, (...) a guerra popular no Brasil, em seu início, deve ter como cenário principal o campo. Ao mesmo tempo, é possível desencadear nas

idades diversas formas de luta armada, desde ações de massas até as guerrilhas urbanas e suburbanas. (Linha Política, 1968:219, 220).

O PCBR, a exemplo de praticamente todas as outras organizações da esquerda armada, não faz qualquer referência ao tamanho e distribuição das forças armadas, da qualidade e características de suas tropas, do seu número e recursos bélicos, etc. Por outro lado, a análise do PCBR busca pensar o território brasileiro em suas especificidades, a região centro-sul, norte-nordeste, as características predominantes da classe trabalhadora e camponesa, em cada um delas, o tipo de relação de trabalho, etc. No documento “Teses de Janeiro”, por exemplo o PCBR faz um balanço (que por agora não nos interessa) sobre o trabalho do partido nas regiões do país que aparecem codificadas, ex: I-UNO, II-UNO, I-DUO, etc. Lúcio, dirigente do PCBR na clandestinidade (que me cedeu o documento) explicou que estes códigos não correspondem aos estados da federação e sim a divisões regionais do Brasil feitas a partir de critérios econômicos e políticos pensados pela organização:

A gente não se baseava pela divisão política formal da burguesia, e sim pela questão econômica. A gente mudou a concepção também, a gente se baseava pela importância econômica do setor. Então a gente achava que no sudeste tinha a área econômica que a gente ia pegar, e no campo, no nordeste era fundamental, área estratégica pra gente. (LC,2008)

Sobre o início das operações de guerrilha, o documento afirma que “não é possível esperar o surgimento de uma situação de crise revolucionária para, somente então, desfechar a insurreição armada”, (Linha Política, 1968:220). Num país de dimensões territoriais tão extensas, “a guerra revolucionária deve ser iniciada nas regiões onde há condições favoráveis” (idem). Não é a crise revolucionária que vai desencadear a luta armada mas, ao contrário: “as guerrilhas funcionarão como detonadores do movimento insurrecional, fustigando e desmoralizando as forças armadas da reação, galvanizando a consciência popular” (idem). Com o tempo as ações armadas deverão se estender a todas as regiões do país. Para começar, “o primeiro passo é a criação, sob a direção do partido, do comando unificado político-militar, que deverá dirigir o movimento armado” (idem).

O movimento armado nas cidades, deve ter por base a classe operária nas cidades, o mesmo acontecendo com a luta armada no campo que só poderia

sobreviver com o apoio das massas camponesas. Para tanto, a luta armada não pode ser indiferente às lutas e demandas dos trabalhadores da cidade e do campo. Deve apoiá-las e sustentar-se de seu apoio ativo. A lógica de todo o documento é desenvolver a luta armada mas, ao mesmo tempo, criar um impetuoso movimento de massas que sirva de base de apoio para a sobrevivência da guerrilha, fonte de novos guerrilheiros e do futuro exército revolucionário, bem como lastro político para o futuro Estado popular. Neste sentido, a análise do PCBR mantém com coerência os princípios do leninismo, (da estratégia de fazer surgir a partir das lutas econômicas, os melhores lutadores do povo) e diferencia-se num dos pontos centrais de debralismo, que é o da independência o quanto maior da guerrilha em relação à sua base social. O PCBR, cujos dirigentes certamente leram o texto de Debray, têm plena consciência disso:

A luta de guerrilhas deverá se entrelaçar com as greves econômicas e políticas da classe operária (...) A conjugação das ações de massas e da luta armada nas cidades com a luta armada e as ações de massa no campo é, portanto, indispensável para dividir e paralisar as forças repressivas, aprofundar a crise do regime reacionário e provocar sua derrocada. Dentro dessa concepção – e ao contrário do que prega a chamada teoria do foco –, a luta armada não constitui um processo independente que baste a si mesmo. (idem)

De acordo com Gorender, em finais de 1968, Mário Alves viaja a Cuba, consegue o reconhecimento de sua organização e treinamento guerrilheiro para seus militantes. Estes, entretanto, deveriam ser encaminhados pela ALN, que havia se tornado a “menina dos olhos” da ilha no que se refere às organizações brasileiras. O que o deixa transtornado. Sergio Sister que havia se reunido com Mario Alves logo após o seu retorno de Cuba relatou em seu depoimento a Della Vechia que “nunca tinha visto ele tão aborrecido como naquele momento, em função do resultado de sua viagem” (Della Vechia,2005:89).

Em síntese, o PCBR manteve os princípios pecebistas de organização, e na sua estratégia de luta adotou a tática do enfrentamento armado. Ocorreu entretanto, que uma parcela expressiva de seus militantes, influenciados pelo espírito da época, pelo exemplo cubano, pelo chinês, pela guerra do Vietnã e mesmo pelos êxitos iniciais de outras organizações da época, tais como a ALN, a VPR, o MR8 etc. tenderam a atribuir à luta armada um peso maior do que o determinado na estratégia da organização. Nesse sentido houve uma grande pressão das bases sobre a direção para intensificar as ações armadas. A direção resistiu enquanto pode, mas a pressão era tanta que, segundo Salles, o PCBR

chegou a avisar as bases com antecedência quando ocorreria seu primeiro assalto a banco.

Mesmo assim, o PCBR não conseguiu evitar algumas dissidências. Lúcio em seu depoimento, narra o processo de ruptura de um grupo de militantes do nordeste que acabou por aderir a ALN:

...em dezembro de 68⁹⁰, a gente teve um racha. Teve um pessoal que queria fazer da frente militar, um setor independente em todos os sentidos. Aí baixou o centralismo como se diz, e a gente aceitou, outros não, foram afastados do PCBR. (LC,2008)

Embora a pressão de muitos militantes de base existisse, no sentido de uma adesão mais incondicional da organização ao militarismo, é preciso enfatizar que em nenhum momento o PCBR abriu mão de sua estratégia ou modificou sua interpretação do processo revolucionário da forma como o concebeu em seu documento fundador, a “Linha Política”. Se a atuação armada em algum momento adquiriu um volume maior do que o movimento de massas, isso se deu em função das dificuldades deste último tipo de atuação e nunca pelo seu abandono, de modo que deve ser recusada qualquer associação do PCBR ao foquismo.

Um bom exemplo da característica não foquista e não militarista deste partido, é sua forma de financiamento. Como se sabe, a ALN se mantinha exclusivamente pelas ações armadas (salva raras e irrisórias exceções), no caso do PCBR, dentre os dois militantes entrevistado o financiamento não armado aparece com um certo destaque em relação ao “confisco” e a “recuperação” (financiamento via ação armada):

O partido vivia das contribuições de militantes e filiados, e aliados, o partido tinham uma rede razoável de aliados na classe média, as camadas médias da população em geral. Aqui, o pessoal chamava de “PL” que eram os profissionais liberais (...) também, a partir de um certo momento, daquilo que se chamava de “recuperação”, eram as operações armadas, bancos, carro pagador, etc. como se organizava? Agente tinha uma organização de apoio chamada RUA: era Rede Urbana de Apoio. Essa Rede Urbana de Apoio era geralmente coordenada por um “PL”, ou seja, um aliado, que era assistido por um dirigente. E ele então, fazia uma articulação daqueles colaboradores, que não só colaboravam financeiramente como também colaboravam em situações extraordinárias, para escoltar um companheiro que estivesse clandestino, ou acolher algum que estivesse fugitivo, ou de ceder a sua casa para uma atividade partidária, uma reunião, ou um sítio para um encontro mais amplo, ou coisa dessa natureza. (CG,2008)

⁹⁰ O processo se concluiu no início de 1969.

De acordo com Lúcio, o partido combinava as duas formas de financiamento:

Além daquelas finanças tradicionais pacíficas, do salário de militante, de aliados, que davam uma parte do salário, a gente tinha ações que chamávamos ... as finanças ilegais agente chamava de finanças brancas, e as de confisco eram finanças vermelhas. (LC,2008)

Na medida do aumento da repressão e diminuição da rede de aliados em proporção praticamente direta, o PCBR foi obrigado a recorrer ao financiamento ilegal de forma cada vez mais intensa. Isso não significou, que o abandono de outras formas de financiamento, muito pelo contrário. Já na primeira edição de seu jornal “O Militante”, correspondente ao período de maio – junho – julho de 1973, figura um longo artigo sobre o desvio do “confisquismo”, ou seja, justamente sobre a tendência de transformar o financiamento via ação armada, na principal forma de financiamento do partido. O crescimento do confisquismo, segundo o documento, teria ocorrido em função das quedas, do aumento da repressão e do isolamento do partido em relação às bases operárias, numa “deformação política na maneira de sustentar e financiar a luta” (O Militante, 1973;4⁹¹). De acordo com o texto, as ações de confisco, positivas no sentido de que “demonstravam uma mudança de qualidade na prática da esquerda” (idem), acabavam por limitar o alcance desta repercussão, na medida em que o valor obtido pelos confiscos se consumiam na manutenção das organizações e não era utilizado para ampliar a luta:

Não adiantam as milhares de ações feitas, nem adiantam os bilhões conseguidos (ou a se conseguir) se tais ações se perderam no vazio ou se tais bilhões não foram aplicados corretamente. (...) o que foi construído com os bilhões da burguesia, apropriados justamente pela esquerda? (idem)

Depois de ressaltar os perigos da perpetuação deste desvio, o documento faz apontamentos para a formas ideais de manutenção do partido:

A auto-crítica que ora nos propomos a iniciar, quando nos lançamos na perspectiva de acumulação e uso planificado das finanças que temos de conseguir, deverá forçosamente ser acompanhada de um planejamento administrativo (sic⁹²) a médio e a longo prazo e da reformulação de alguns pontos de prática, acumulados neste período. (...)

A ativação de finanças brancas, a contenção dos gastos, a opção de cada elemento do coletivo por uma vida humilde, a eliminação dos gastos supérfluos e da prática de soldos e “ordenados” que soam (e na realidade são) como pagamentos de unidades econômicas e militares do capitalismo

⁹¹ O artigo sobre o confisquismo começa na página dez mas continua de forma irregular no jornal uma segunda parte do artigo está na pág 4 e uma ultima na página 12.

⁹² O “sic” consta no documento original.

(individualizando o uso de um dinheiro coletivo que ao sobrar não é devolvido à organização), são algumas das medidas internas a se readotar urgentemente. (O Militante, 1973:12)

De acordo com Lúcio, o partido fazia uma distinção entre as ações com um fim político e aquelas realizadas apenas com o objetivo de financiar a organização:

A gente não fazia o confisco como um fim em si, o que a gente chamava de confisquismo. Mas meramente tática imediata, não era mais um fim. Tanto que a gente não assumia que era ação armada revolucionária, às vezes, um assalto, a gente não falava mais. (LC,2008)

Definidos seu programa e princípios gerais, cabe agora avaliar resumidamente as dimensões da nova organização. Segundo Apolônio de Carvalho, o PCBR chegou a se estruturar em vários Estados, em que pese a existência de outras organizações, que constituíam uma espécie de perigo, no sentido de atrair as bases do PCBR mais propensas ao militarismo e acentuar a pressão interna por mais ações:

E aí nós temos: Estado do Rio, Guanabara, temos Rio Grande com Jacob Gorender, temos o Paraná dividido, e temos as faixas estudantis do Espírito Santo e do Nordeste. Mas temos contra nós forças muito poderosas. Inclusive aquelas que seria depois as entidades armadas mais em evidência: tínhamos a ALN, tínhamos a VPR, Tínhamos a VAR, temos dissidências como a Ala Vermelha, que flutuam com a idéia de partido, e temos a ação popular também. (AC1998)

O PCBR não conseguiu atrair muitos militantes em São Paulo devido ao prestígio que Marighella possuía neste Estado. Mas conseguiu a maior parte dos militantes da Corrente no nordeste, e uma grande parte dos dissidentes nos estados do Rio de Janeiro, Guanabara e Minas Gerais. De acordo com Gorender, o partido surgiu com alguma força:

Tínhamos uma base pequena em São Paulo, incapaz de concorrer com a força de atração marighellista. Mas contávamos com a Corrente Revolucionária do Estado do Rio e da Guanabara, influente no meio estudantil e nas categorias profissionais de bancários, jornalistas e publicitários. No nordeste, da Bahia ao Ceará, tínhamos uma base de apoio muito superior a qualquer facção dissidente do PCB e capaz de competir nos meios de esquerda. Em Pernambuco nossos companheiros derrotaram a AP nas eleições de 1968 para a diretoria da União Estadual de Estudantes. Do Paraná, recebemos a adesão de Manoel Jacinto Correia, militante comunista prestigioso em Londrina. (Gorender, 2003:112)

De acordo com dados fornecidos por Lúcio, além da UEE/PE, desde os idos de 1966, o PCBR possuía bases estruturadas no Estado da Paraíba (como Corrente) no setor estudantil/intelectuais/artistas. O caso particular de Lúcio é bastante ilustrativo das tarefas que essa organização definia internamente e externamente como setores de enraizamento. Antônio Soares (Lúcio), "Toinho Help" (apelido dado em 1966)- era presidente da UPES (União Pessoaense dos Estudantes Secundaristas) em 1968. A chapa composta pelos militantes da Corrente, foi eleita diretamente pelos presentes ao 1º Congresso da entidade, com cerca de mil estudantes comparecendo àquele evento realizado abertamente no Seminário Arquidiocesano da Paraíba. Ao mesmo tempo, Lúcio acumulava o cargo de presidente do Cineclube Linduarte Noronha - fundado em 1966. Foram tarefas abertas como frentes de luta no setor de massas. Lúcio enquanto membro da Corrente, também desempenhou a tarefa de assistente da Juventude Comunista do PCB naquela região.

O enraizamento dos militantes da corrente nas bases dos movimentos sociais foi fator decisivo para o crescimento do futuro PCBR. Durante o processo de ruptura com o PCB, apenas um militante ficou no PCB, devido à grande influência dos agitadores-propagandistas-organizadores do PCBR cenário regional.

Ainda no nordeste, a Ação Popular, no setor secundarista, era muito menor que o PCBR. Apenas no setor universitário essa corrente, que era majoritária na UNE, conseguia rivalizar com esses dissidentes do PCB, e o equilíbrio era muito grande. Aliados a alguns representantes da Dissidência Interna do PCB no setor universitário, o PCBR conseguiu eleger mais delegados nordestinos ao Congresso da UNE em Ibiúna em Outubro/1968 que a AP (corrente mais poderosa do Movimento Estudantil da época). Nesta região, o PCBR sempre foi mais forte que qualquer outro agrupamento comunista. Tal fenômeno provinha desde as bases do PCB. A Corrente, nesta região, tinha bases entre os artistas e intelectuais, bem como uma rede de contribuintes financeiros que advinha desde então. De modo que, quando saíram do PCB, conservaram maioria dos militantes que estavam na base e nas direções intermediárias e de cúpula.

No Sudeste, tal partido contava com a figura histórica da oposição ao Sindicato dos Metalúrgicos/RJ (em mãos do PCB), João de Deus, do Comitê

Estadual-RJ (fluminense) da FNM - Fábrica Nacional de Motores - em Xerém (Município de Duque de Caxias - RJ). Nesta mesma fábrica, tinham também entre seus militantes, Getúlio de Oliveira Cabral, que viria a ser o Secretário Político e Comandante Político-militar (com treinamento em Cuba, inclusive) em 1971/72 (ano de seu assassinato pela repressão em 29 de dezembro). Ambos, lideranças de massa do PCB do Estado do Rio (oposição metalúrgica) bem como da Direção Estadual. Assim, o PCBR conseguiu manter, se não a maioria, uma fração substancial dos dissidentes do PCB nesta região.

Também obtive algumas adesões de outras organizações que não o PCB. Segundo Della Vechia, no mesmo período da saída de Jover Teles, um grupo de militantes da AP da Guanabara ingressou no PCBR. Em documento justificando sua adesão à organização, os novos militantes afirmavam: “o PCBR uniu militantes revolucionários e constitui-se hoje no partido qualitativamente superior aos demais”. (Della Vechia, 2005:99)

Em seu primeiro ano, as únicas prisões sofridas pelo PCBR foram de militantes do movimento estudantil. Embora o PCBR não fosse uma das maiores forças no movimento estudantil desempenhou um papel relevante neste setor, com importante participação nas lutas contra o fechamento do calabouço (casa de estudante e restaurante universitário) e na criação da FUEC (Frente Única dos Estudantes do Calabouço) cuja principal liderança era Elinor Brito (militante do PCBR).

A participação do PCBR nas lutas de massa (predominantemente estudantis, embora sua prioridade declarada fosse os assalariados agrícolas e o operariado urbano), revela uma semelhança de atuação com PCdoB, que também investia grande parte de seus quadros no setor da juventude, e uma diferença fundamental com a ALN.

Como vimos em capítulo anterior, os militantes já articulados com o grupo de Marighella limitavam este tipo de atuação para evitar exposição à repressão, preferindo as tarefas mais discretas (segurança das passeatas, por exemplo) às diretorias das entidades estudantis (que eram fichadas pelo DOPS). Enquanto o PCBR procurava se estruturar nas bases, os marighelistas procuravam agir com discrição, muitos se afastando completamente do movimento estudantil. Assim, enquanto o PCBR tinha entre seus quadros a maior liderança do

Calabouço, aqueles eram ilustres desconhecidos, no seu depoimento, Carlos Eugênio Paz afirma:

Por exemplo, eu não tava no dia e na hora que o Edson Luis morreu. Porque eu não ia no calabouço, nem passava perto do Calabouço. A gente dizia, ali, vai ter uma merda qualquer hora dessas, por que era tido e sabido que ali era um ninho do movimento de esquerda. (CP,2008)

Essa diferença de atuação tinha sua raiz em concepções orgânica, de atuação e de estruturação diferentes, que davam ensejo a práticas distintas:

Esta forte participação no movimento estudantil, estava relacionada a política que o PCBR defendia de ligar as lutas de massas à ação militar, posição distinta da ALN que entendia que a ação no movimento de massas tinha como objetivo unicamente o recrutamento de militantes para a ação armada. (Della Vechia,2008:107)

No livro de Ventura, (Ventura, 1998) é narrada uma audiência feita com Costa e Silva. Para tal foi eleita uma comissão com estudantes e intelectuais, dentre os quais estavam Franklin Martins e Marcos Medeiros. O primeiro foi militante do PCBR e depois se ligou ao MR.8, o segundo também era militante do PCBR e candidato pelo partido à presidência da UNE no congresso de Ibiúna. Segundo Della Vechia, as ações de massa do PCBR ficaram circunscritas em sua maioria ao movimento estudantil devido a repressão muito mais intensa sobre o movimento sindical. Este versão também é confirmada por Apolônio de Carvalho, em depoimento a Silva Junior.

Com o fechamento do regime depois do AI.5, o PCBR também aderiu ao militarismo, isolando-se politicamente e entrando num ciclo perverso de assaltos (para se auto-financiar) e prisões. É preciso ressaltar no entanto que, mesmo as organizações que optaram por não aderir em absoluto à luta armada, tiveram uma grande dificuldade de atuação no movimento sindical e social de uma forma geral. No entanto, há fortes indícios de que, mesmo nos momentos de maior repressão, o PCBR procurou de alguma forma manter seu contato com as bases estudantis e principalmente operárias (que eram sua prioridade), tema que será desenvolvido à frente. Por ora, acredito ser relevante observar um exemplo de como o PCBR buscava combinar luta armada e luta de massas, fazendo Propaganda Armada com um grupo de militantes e buscando capitalizar o resultado político da ação com outro grupo inserido nas bases. De acordo com o depoimento de Lúcio:

Aí o que a gente fazia? Propaganda armada na frente de massas. Porque o pessoal que tivesse na frente de massas que quisesse fazer panfletagem, fazia armado, por que a ditadura não permitia que se fizesse de outro jeito.

Quem ia fazer panfletagem? Ia ser preso. Eu lembro que a Ação Popular foi fazer uma panfletagem junto com a gente no Recife e foram presos, todo mundo. Em 69, logo depois do AI.5, eu tava lá clandestino e eu vi o pessoal ser preso 6 horas da tarde no Recife, pela avenida Sul, por ali, e a gente tava armado, viessem pra cima da gente pra ver o que ia acontecer. A gente ia meter bala nos caras, um cara não ia levar a gente preso. Todo mundo armado! Todos os quadros, todos os militantes do PCBR estavam armados naquela propaganda armada. A gente chamava de Grupo de agitação e Propaganda (GAP) (...) era a luta armada dentro do movimento de massas, para que? Para ser capitalizada pela base da gente no setor. Chegava assim, numa fábrica, fazia uma panfletagem, armado todo mundo. E depois um militante de base lá dentro capitalizava aquele trabalho. E ele não se identificava como militante, entendeu? Continuava clandestino. O trabalho era clandestino e era legal, lá dentro. A gente fazia isso dentro dos setores de massa, setor estudantil setor operário, no campo também, na chamada guerrilha local. A gente mandava alugar um sitiosinho, pequenininho assim, pegava um sitio e tudo, e a gente ficava na área do campo fazendo trabalho de subversão. (LC,2008)

Na tentativa de apoiar a luta armada num movimento de massas, o PCBR propõe uma forma de organização absolutamente inédita no movimento de esquerda brasileiro, as OIMs (Organizações independentes de Massa). De acordo com Della Vechia, “a idéia das OIMs contrapõe-se diretamente com toda a tradição política vinculada a política stalinista da chamada III Internacional” (Della vechia, 2006:90).

A idéia das OIMs é estimular a organização de ativistas independentes, podendo contar com um ou dois, ou até nenhum militante do partido. “Não deve ser confundida com os núcleos para-partidários [OPPs] ou núcleos de frente única. Tal confusão a estreitaria como *organização de ativistas* e revelaria um gritante sectarismo”. (Linha de Massas, 1970, apud Della Vechia, 1968: 268)

O objetivo é educar o movimento sindical que, em função de seus métodos artesanais, não conseguia existir em situação de dura repressão como era o caso da realidade brasileira àquela época.

... todo trabalho de massas depende de um mínimo de organização anterior, que se desenvolve no nível das parcelas avançadas, um trabalho entre “as cabeças”; um trabalho que consiste em formar a espinha dorsal para se atingir a grande massa. (Della Vechia, 2006:267)

A linha das OIMs estava relacionada à leitura de que com o aumento da repressão no Brasil, o movimento revolucionário acentuava, seu desvio militarista. Assim o estímulo ao movimento de massas, ainda que independente da organização partidária seria um tônico natural para as organizações revolucionárias, podendo a médio ou longo prazo despertar a vanguarda atuante no período de 1967/68. E fazer ressurgir um movimento de massas que, além de

celeiro natural de quadros para a revolução, desempenharia o papel de apoiar a luta armada.

O fato de as OIMs serem independentes, não significaria que o partido deixaria de intervir em sua linha política e organização, mas que só interferiria em última instância. A existência de um núcleo organizado de ativistas era considerada como um grande passo para a revolução.

Quanto mais se aguça a militarização e a repressão, mais o fator organização cresce de importância no movimento de massas, mais o espontâneo perde terreno mais o trabalho de massas depende do núcleo dos elementos avançados, a primeira condição é se possuir uma estrutura clandestina em cada local de trabalho ou estudo, formada pelos ativistas (idem)

Por volta do ano de 1972, na ocasião em que o PCBR entra em seu quarto ano de existência, o número de quedas já era substancial. Em momento algum, o partido desiste de sua linha de combinar a luta armada com a luta de massas. Contudo o refluxo desta última é cada vez maior, o número de aliados diminui e o partido é obrigado a recorrer com mais frequência às ações armadas como meio de sustentar seus militantes vivendo na clandestinidade.

Como medida paliativa, o PCBR tenta remanejar seus quadros de uma região para outra como forma de despistar a repressão:

Essa mudança de 72 já foi em decorrência das imposições da luta armada. A mudança orgânica na estrutura da gente, a gente teve que ser menos burocrático. A gente teve que ser menos burocrático no sentido de fazer um revezamento de uma região pra outra, de um quadro queimado de uma região pra outra. (LC,2008)

Em torno de 1970, alguns dirigentes do PCBR, segundo Della Vecchia, iniciaram um movimento de reavaliação da conjuntura nacional e da correlação de forças. Tais dirigentes começaram a apontar para os equívocos das avaliações anteriores, impregnadas com uma dose de otimismo exagerado em relação às possibilidades de atuação do movimento revolucionário no pós-AI.5. Segundo o autor, Jacob Gorender e Apolônio de Carvalho tiveram essa postura mais cautelosa e tendiam para um abrandamento da luta armada:

Talvez o primeiro a alertar para esse fato tenha sido Jacob Gorender, dirigente do PCBR e que, juntamente com Apolônio de Carvalho, defendia uma posição de recuo na questão militar, entendendo que a classe média tenderia a ser cooptada em função do crescimento econômico do país e que isto isolaria qualquer tentativa de luta armada. No entanto, entre os que romperam com o PCB, nem mesmo em seu partido (Partido Comunista Brasileiro Revolucionário) Gorender conseguiu ser ouvido. Mario Alves e parte da direção do PCBR defendiam outra posição, achando que não era o momento de recuar. A reunião do Comitê Central, convocada para janeiro de

1970, em que seria discutida essa questão, nem chegou a se realizar em função de um conjunto de prisões e mortes de seus dirigentes, entre eles o assassinato de Mario Alves, o que levará o PCBR, assim como os demais grupos da época, a intensificação das ações militares. (Della Vecchia, 2006:68)

Nesta ocasião, em 1970, a repressão conseguiu desfechar um duro golpe sobre o PCBR. Mario Alves estava morto, Apolônio de Carvalho e Jacob Gorender foram presos em meio a outros importantes dirigentes e fundadores do partido. A nova direção, composta por militantes em sua maioria sem a experiência da antiga composição rechaçou a proposta de recuo de Gorender e Apolônio. Mantiveram porém, a linha fundamental do PCBR de combinar o trabalho de massas com a lua armada, em que pese todos os obstáculos a esta atuação.

Em 1972, o novo Comitê Central elabora um documento de balanço e proposta de atuação a partir de uma reunião nacional realizada em janeiro daquele ano. O documento, intitulado “Teses e Janeiro”, faz uma nova leitura da conjuntura nacional e internacional, mantendo muitos pontos em comum com a “Linha Política”, mas também propondo novas medidas para atuação no cenário político brasileiro.

No que tange à conjuntura nacional, conservaram-se no essencial as avaliações do documento fundador. Com algumas sutis modificações, tais como o deslocamento na avaliação da contradição manifesta no plano internacional entre o imperialismo em sua segunda fase e o socialismo. Tal conflito não oporia os blocos de países socialistas e capitalistas, mas principalmente capital X trabalho e burguesia e proletariado. As lutas de emancipação do terceiro mundo e mesmo no interior dos países centrais continuariam dando o tom dessa contradição. Subjacente a essa modificação estava uma crítica mais dura à linha da URSS de coexistência pacífica. A URSS e os países socialistas europeus, neste contexto, estariam se comportando de maneira oportunista e traidora, buscando meios de coexistência pacífica com o capitalismo.

A posição chinesa, no entanto, teria um conteúdo proletário. Ressalta os méritos da Revolução Cultural e a posição pela não coexistência pacífica com o imperialismo, em que pese seus desvios burocráticos e seus equívocos no relacionamento com as organizações revolucionárias do terceiro mundo.

Os movimentos revolucionários no terceiro mundo são o fator mais importante das contradições do capitalismo naquela etapa. Novos caminhos estariam sendo apontados, ao mesmo tempo em que o “seguidismo” à URSS, China e até mesmo a Cuba, estariam em crise. Iniciativas como a OLAS e a Tricontinental teriam nascido falidas por terem sido feitas artificialmente, sem critérios, o que teria possibilitado a adesão de várias organizações oportunistas e não revolucionárias.

Na medida em que o movimento revolucionário cresce na América Latina, o imperialismo estaria tentando reforçar sua influência por meio de ajuda técnica ao aparato repressivo dos países de terceiro mundo, bem como sua unificação, estímulo a novos golpes de Estado e a militarização de alguns regimes como era o caso do Brasil e do Uruguai.

Em alguns países da América latina, tais como o Peru, a burguesia nacional estaria tentando estabelecer uma certa independência face ao imperialismo, ainda que nos marcos do capitalismo. No caso do Chile, não apenas a burguesia, mas também os movimentos sociais teriam a hegemonia nesse processo. Ressalta que a posição de Cuba neste processo é de apoio às lutas de libertação, no entanto este apoio está impregnado de alguns equívocos e desvios:

A posição de Cuba é na AL é de apoio aos movimentos revolucionários. É, neste sentido, uma posição revolucionária. No entanto, no entanto, partindo de uma análise incorreta de sua própria revolução e fugindo aos métodos marxista-leninistas de análise, ignora a realidade de cada país e tenta transpor, mecanicamente, sua concepção de revolução para todo o continente. Isto contribui decisivamente para o ascenso em determinado período, do foquismo na AL. Procura ainda colocar os países em sua dependência. (Teses de Janeiro, 1972:4)

O Brasil estaria sendo preparado para ser uma espécie de assessor do imperialismo e da repressão na região, um país imperialista regional:

A ditadura brasileira representa para o imperialismo, não só um instrumento de dominação interna, mas também, um instrumento de dominação na AL [América Latina] (principalmente na América do Sul) (Teses de Janeiro,1972:5)

A ação do imperialismo em unificar a repressão em nível continental tornava o movimento revolucionário da mesma forma continental, na medida em que as forças revolucionárias da América Latina deveriam enfrentar de modo unificado as forças da repressão.

Em relação à conjuntura nacional, sua característica principal seria dada pelo isolamento da vanguarda revolucionária em relação à massa. Para o PCBR, o golpe ditatorial não teria sido ocasional, mas preparado com muita antecedência através da formação de uma camada anticomunista nas forças armadas e na burguesia ligada aos interesses imperialistas. Sendo portanto, um projeto de longo prazo, uma espécie de laboratório do imperialismo, “O exemplo brasileiro deverá servir de padrão para a dominação de outros povos” (Teses de Janeiro, 1972:5)

A ditadura se caracterizaria por seu conteúdo anti-popular, de dependência ao capital monopolista, aumento da concentração de renda e piora no nível de vida da população em geral na cidade e no campo, sob a hegemonia do capital imperialista e do latifúndio.

Questionando os pretensos méritos econômicos do regime, afirma que a saída para o mercado externo não representava qualquer avanço para a economia nacional, e que o modelo adotado de desenvolvimento via endividamento externo traria pesadas conseqüências para a população.

Na “Linha Política”, como vimos, falava-se na possibilidade da ditadura ser substituída por uma democracia de fachada no curso da luta revolucionária, o que não aconteceu. O documento, afirma que os quadros da ditadura estariam empenhados em formar quadros civis para assumir o governo e a repressão,

Atualmente, com a formação de quadros civis (...) abre-se um processo que permitirá ao exército se retirar do papel de governo e de repressão ostensiva às forças populares. O exército continuará sendo o partido político no poder, procurando utilizar os elementos civis como um fachada para iludir o povo. (teses de Janeiro, 1972:7)

A ditadura estaria se mantendo no poder, de um lado pelo clima de terror e de outro por meio de uma massiva propaganda política. Contudo, vanguarda e maior parte da massa não estariam sendo iludidas por tais propagandas. A capacidade da ditadura em se manter no poder se devia ao isolamento entre a vanguarda e a população, de modo que o descontentamento popular não estava sendo canalizado sob a forma de lutas. Situação agravada ainda pelos métodos artesanais utilizados pela vanguarda em sua atuação política.

A constatação do isolamento entre vanguarda e massa era praticamente a mesma na ALN e no PCBR neste período. As alternativas apontadas para superar esse impasse são substancialmente diferentes num caso e no outro. Para a ALN a

saída estaria na intensificação das ações armadas, para o PCBR estaria numa política de enraizamento nas concentrações populares e estratégicas:

... deve ser desenvolvido um trabalho de aprofundamento e aprimoramento das formas de propagandas política, para que ela possa ser aplicada, de forma mais conseqüente e eficaz, como instrumento político. O fundamental é a propaganda setorizada, para ampliar a sua penetração e facilitar o seu entendimento. (Teses de Janeiro, 1972:8)

Falando mais diretamente da vanguarda revolucionária e seu isolamento, o documento atribui à imaturidade, a maior parte de seus equívocos. Isso de expressaria na confusão entre o burocratismo do PCB e o conceito de partido revolucionário, conduzindo setores importantes da vanguarda a negar a necessidade desta organização e, ainda, a desprezar as formas de atuação junto às massas, como sendo reformista. O texto fala de uma “política de pêndulo”, onde a vanguarda desorientada oscila entre um desvio e outro, sem conseguir encontrar o caminho certo:

Politicamente, a vanguarda se caracteriza por sua imaturidade e indefinição. Isto leva as organizações à “política de pêndulo”, ou seja, um curto espaço de tempo passar de um extremo a outro; de um desvio ao desvio oposto. O golpe de 64 fez com que larga parcela da vanguarda existente, inspirada nos ideais da Revolução Cubana, negasse o reformismo, mas assumisse uma posição foquista. Ao negar o reformismo, a vanguarda existente também passou a negar a tarefa de conscientizar as massas. O trabalho de organização das massas passou a ser taxado de “reformismo”. A negação do reformismo levou também à negação da necessidade do Partido da Classe Operária. Confundindo-se o burocratismo e o reformismo do PCB com a necessidade histórica do Partido Comunista. (Tese de Janeiro, 1972:8)

De outro lado, a política de pêndulo se manifestava nas outras organizações que rompendo com o reformismo, e defendendo a necessidade da luta armada, pautaram-se por uma prática “massista”, ou seja, abandonaram a tarefa de criar uma organização clandestina e caíram numa prática “insurrecionalista”, uma espécie de extremo oposto, onde só se faziam as agitações nas bases, mas sem apontar para a necessária luta armada:

Era o massismo que predominava no ascenso do ME até 1968. Embora ligado às massas, suas concepções massistas e insurrecionalista impediram a montagem de uma organização clandestina de massas e a capitalização do ascenso de massas para a luta armada e a guerra prolongada. (idem)

Sem citar nomes ou siglas, o documento critica ainda algumas organizações que, defensoras num primeiro momento da luta armada, aderiram ao massismo e ao obreirismo depois das primeiras quedas.

Em função do aumento da repressão, a vanguarda revolucionária teria sido obrigada a um recuo compulsório, do qual ainda não estava plenamente consciente e ainda não preparada, posto que a nova situação exigia novos métodos de atuação política.

Em virtude disto, as organizações da esquerda revolucionária procuravam uma atuação de unidade na prática, o que abria a possibilidade de uma reavaliação dos erros cometidos, de um “ESFORÇO AUTO-CRÍTICO PARA A SUPERAÇÃO DO DESVIOS ANTERIORES” (Teses de Janeiro, 1972:9, grifo no original). Os dirigentes do PCBR acreditavam que essa unidade de ação poderia evoluir para a adoção de estratégias e táticas comuns que, sabemos, no caso do PCBR apontava para o modelo partidário leninista: “deve-se evoluir para o nível de posições táticas e estratégicas comuns, incentivando-se o processo de luta interna, respeitando-se os princípios de relacionamento revolucionário” (Idem).

Embora existisse, de acordo com o documento, um clima de insatisfação com a ditadura entre as classes revolucionárias, “a ausência de apresentação de uma alternativa revolucionária” (idem) impedia que este sentimento fosse transformado em manifestações concretas de oposição política ao Estado ditatorial. Deveria-se buscar, portanto, novas formas de organização da massa, pois as tradicionais foram, ou destruídas, ou cooptadas para fazer o jogo da ditadura.

Assim, os principais objetivos do partido revolucionário seriam:

A quebra do isolamento político entre a vanguarda e as classes e camadas revolucionárias; o lançamento da guerrilha rural; a ampliação da rede de guerrilha urbana; lançamento e estruturação da guerrilha local; construção e enraizamento do Partido; construção da frente única, a unidade da esquerda revolucionária. (Teses de Janeiro, 1972:10)

A quebra do isolamento “não deve ser compreendida como um momento, mas como um processo” (idem), que consistiria basicamente na ação da vanguarda em dirigir as lutas das classes e camadas revolucionárias. A guerrilha rural “representa a abertura de uma alternativa revolucionária (...) sem ela as massas ficam sem saída política e tendem à imobilidade” (idem). A guerrilha rural deveria ter por base a frente única das camadas revolucionárias, tendo como seu núcleo fundamental os assalariados agrícolas e urbanos e pequena burguesia,

deveria ainda ser apoiada por uma forte guerrilha urbana e de uma guerrilha local nas principais concentrações de assalariados agrícolas.

A guerrilha rural era uma espécie de válvula de escape, acreditava-se que, fossem quais fossem as dificuldades e correlação de forças, haveria um novo impulso qualitativo tão logo a guerrilha rural fosse desencadeada. Essa hipótese pode ser reforçada, inclusive, pelas palavras de Apolônio de Carvalho:

Aí vamos fazer um protesto armado. Eu digo protesto porque nós não tivemos uma guerra de guerrilhas no seu sentido mais lato. (...) um movimento de guerrilha urbana, não chegamos ao campo. Um movimento de guerrilha urbana sem ligação estreita em nosso programa, em nossa prática, em nossa propaganda com os problemas da população. Nós tivemos uma guerrilha urbana, obcecados pela guerrilha rural que [decidiria de tudo], aí está um dos erros de Marighella, mas de todos nós naquela época. (...) obcecados pelo caráter decisivo da guerrilha rural, então se há de colher meios, armas, formar quadros para a guerrilha rural. A guerrilha urbana seria uma coisa secundária, um instrumento inicial, original. (AC1998)

A rede de guerrilha urbana deveria se basear nos principais centros urbanos, (cita a região I-UNO) que além de fustigar e dividir as forças do inimigo, deveriam servir de fronteira interna:

Isso significa o apoio político, material e especializado à guerrilha rural na atual fase. A operacionalidade da Guerrilha Urbana deve espelhar o nível de enraizamento do Partido, da Esquerda Revolucionária e da frente única nas cidades. (Teses de Janeiro, 1972:10)

A guerrilha local é um conceito inexistente nas teorias da ALN, ao que parece é uma formação parecida com a guerrilha urbana, só que atuante nas regiões de assalariados agrícolas, ou seja, nas cidades do interior. Tem um caráter tático, de assessoramento da guerrilha rural, por outro lado, reflete uma preocupação do PCBR em pensar uma forma de luta que colocasse o partido em contato com os assalariados agrícolas, base fundamental da guerrilha rural. O PCBR não aborda o campesinato de forma genérica, mas se preocupa em diferenciar e definir dentro desta classe social os setores objetivamente mais interessados nas transformações de cunho socialista:

O lançamento e estruturação da rede de guerrilha local, deverá ser nas áreas de maior potencialidade revolucionária de assalariados agrícolas. A guerrilha local terá como objetivo, não só dispersar o inimigo, afrouxando o cerco nas cidades, como também a preparação de quadros para a guerrilha rural, além de as ligar à luta política os assalariados agrícolas. (idem)

Quanto à construção do partido, a estratégia era buscar seu enraizamento nas principais áreas de concentração de assalariados agrícolas e urbanos, cita

novamente a região I-UNO. A frente única deveria ser construída nas classes e camadas revolucionárias, deveria se tornar uma organização de massas, a ser construída de baixo para cima, de um setor para a unidade dos setores. A unidade das esquerdas revolucionárias, fundamental naquela fase deveria se buscada na adoção de uma tática e de um programa comum em torno da frente única.

No que toca à organização partidária, de acordo com o documento, devido à falta de clareza sobre a fase então vivida, o CC anterior àquele, teria cometido os seguintes erros:

a) a não determinação de objetivos políticos claros, o que gerou uma prática dispersiva; b) a política de concentração não foi estabelecida em cima de critérios políticos existentes, mas sim em função de oportunidades práticas e de problemas de segurança; c) a falta de controle político do coletivo partidário, o que possibilitou o crescimento de desvios existentes e o aparecimento de novos. (Teses de Janeiro, 1972:12)

Devido à falta de critérios explícitos, áreas de maior interesse estratégico foram abandonadas em função de outras de menor interesse e a ação armada era desenvolvida de forma assistemática. Grandes contingentes foram deslocados para o agit-propismo⁹³. No trabalho de campo teriam se manifestado os desvios do movimento estudantil. A direção nacional teria se diluído nas tarefas regionais, saído de uma visão estrategista e globalista para uma visão taticista. A falta de compreensão teria se manifestado também na luta armada:

A inexistência de uma definição precisa sobre a natureza política do trabalho militar, não possibilitou a interação entre o trabalho militar e o trabalho de massas. Isto levou o Partido a concentrar seus melhores quadros militares em áreas urbanas secundárias. (teses de Janeiro, 1972:12)

A política de concentração deveria ser definida em função dos objetivos estratégicos, que seriam a quebra do isolamento político, construção e enraizamento, formação das bases da guerrilha nos principais centros urbanos, da guerrilha local no seio dos assalariados agrícolas, sobrevivência da esquerda revolucionária e unidade da esquerda revolucionária.

Para a consecução dos objetivos mencionados, o partido deveria se estruturar entre: “a) Assalariados agrícolas, b) Operariado, c) Camponeses, NESTA ORDEM DE PRIORIDADE”. (Teses de janeiro, 1968:13 grifo no original). A hierarquização das prioridades, no que se refere às classes sociais,

⁹³ “Agit-propismo”, no jargão partidário, designa o desvio de fazer agitação e propaganda como um fim em si mesmo, de forma desarticulada a estratégia definida pela organização.

revela o forte apego à teoria marxista, segundo a qual o assalariado, ou seja, aquele sobre o qual é extraída a mais valia, é o sujeito social mais propenso à revolução. Diversamente do PCdoB e da ALN, para os quais o camponês era o elemento chave da revolução brasileira, o PCBR via sobretudo no assalariado agrícola, (que pode ser considerado uma espécie de proletariado rural) o sujeito prioritário para a construção do partido e da guerrilha rural, em segundo o operariado e só em terceiro lugar, o camponês.

No esforço de superação das debilidades, o documento via na reestruturação partidária uma necessidade premente, diferentemente da ALN, para a qual a solução passava pela intensificação das ações armadas e a autonomia dos grupos era fundamental. Para o PCBR, a solução passava por uma rigorosa centralização e mobilidade da direção, no sentido de estar a cada momento assessorando diretamente a região que mais necessitasse ou que fosse tida como estratégica. Vale ressaltar que a saída apontada não é militar nem político-militar, mas política e centralista:

... torna-se necessário a formação de uma direção nacional centralizada, unificada política e ideologicamente, com infra-estrutura e mobilidade própria. O Partido deverá ser reestruturado de cima para baixo. Os interesses nacionais acima dos interesses regionais, os interesses regionais acima dos interesses zonais, os interesses zonais acima dos interesses setoriais, e assim por diante. (Teses de Janeiro, 1972:13)

No mesmo momento em que se defende um maior poder da direção, também se fala da necessidade do controle coletivo. De acordo com o documento, o controle do coletivo seria tanto mais efetivo quanto melhor for o nível ideológico. Novamente, a saída apontada passa pela formação política – é marcante, nos documentos do PCBR, a ausência de referência à formação militar quando comparado aos documentos da ALN. A noção de “autonomia tática” ou qualquer coisa parecida é algo impensável no PCBR. Ao mesmo tempo, também está presente no PCBR a lembrança de como os princípios de controle coletivo eram desrespeitados no PCB. Mas ao invés de abandonar o modelo leninista, tal organização aposta em investir na sua aplicação de fato.

O princípio leninista do controle de baixo para cima, não poderá assumir só um aspecto formal, repetido constantemente, sem contudo, ser feito na prática. Terá de ser acompanhado do interesse coletivo, e dos objetivos gerais do partido e da Guerra Revolucionária e da prestação de contas pela direção, do encaminhamento das posições do Partido. (Teses de Janeiro, 1968:13)

Falando pela primeira vez na formação militar, designada de “formação técnica” afirma que:

Esta preparação, que irá complementar a formação político-ideológica dos quadros, deve ser definida em cima de critérios políticos que atendam as nossas necessidades táticas e estratégicas. (idem)

O documento fala da necessidade de o partido se estruturar na medida de seu crescimento, sem desperdiçar energia em tarefas que não são essenciais, por exemplo a questão da logística, de acordo com o documento:

O trabalho de logística, de criação de serviços necessários ao funcionamento da organização devem acompanhar as necessidades de crescimento orgânico do partido. Devemos superar o desvio de logística – pela – logística. (Teses de janeiro,1972:14)

Um ponto importante na política de estruturação do PCBR, é a sua via de comunicação e socialização dos debates com as bases e periferias do partido, neste sentido, o documento fala da necessidade de um instrumento de agitação mais profissional, um jornal, na melhor tradição leninista:

As tarefas de propaganda do Partido devem ser centralizadas nacionalmente e seguir a seguinte ordem de prioridade: a) formação político – ideológica do partido e da Esquerda Revolucionária; b) Formação Político – ideológica dos aliados e elementos a serem ganhos para a perspectiva revolucionária; c) unificação de nossas tarefas de agitação junto às massas.

Para melhor encaminhamento dessas tarefas, deve ser criado um instrumento especializado que deverá cumprir os seguintes objetivos: a) incorporar à prática do Partido o acervo técnico científico existente sobre o assunto; b) sistematizar toda a prática de propaganda que já se desenvolveu, se desenvolva e se tenta desenvolver; c) desenvolver intercâmbio entre os diversos setores de propaganda do Partido; d) criar e aperfeiçoar novos instrumentos para a prática política do partido. (idem)

A política de segurança também é tocada, “Deve ser estabelecida pela direção nacional uma política de segurança” (idem), ou seja, o estabelecimento de uma prática nacional somando e sistematizando as experiências bem sucedidas nas regiões, bem como alertando para as falhas mais comuns. A estruturação leninista favorece sobremaneira este tipo sistematização.

Em relação a discussão sobre a Frente única, esta deveria “partir do caráter da revolução brasileira em sua etapa atual: REVOLUÇÃO POPULAR, ANTI-IMPERIALISTA E ANTI-LATIFUNDIÁRIA, QUE ABRA CAMINHO AO SOCIALISMO” (Teses de janeiro, 1972:15 – grifo no original), essa frente deveria ser composta pelas camadas sociais que são parte deste tipo de revolução: “operários industriais, os assalariados agrícolas, camponeses, estudantes,

intelectuais e camadas médias da população” (idem), o programa da frente deve atender aos interesses destes setores.

Tais forças de caracterizam por sua heterogeneidade, “a força revolucionária mais conseqüente, pelos seus interesses e objetivos de classe, é o proletariado, que está chamado a desempenhar o papel hegemônico” (idem).

É preciso notar que na definição de prioridades para enraizamento e estruturação, o PCBR priorizou os assalariados agrícolas, em seguida os assalariados urbanos. Tal ordem pode estar associada a uma leitura de proletarização das relações de trabalho no campo; e nesse caso o assalariado agrícola é tido como parte do proletariado, distinguido apenas pelo seu meio de existência, ou tal opção pode estar associada a uma questão tática, pois o PCBR considerava que a guerrilha no campo decisiva e, logo, era essencial a estruturação nesta região. O trabalho político seria feito no sentido de recrutar o assalariado rural para a ação estratégica, mas sob um programa formulado a partir da ótica do proletariado. De acordo com entrevista de Lúcio no dia 22 de janeiro, o recrutamento de trabalhadores rurais também estava associado à preocupação de iniciar a luta contando com elementos conhecedores da região e mais bem preparados fisicamente para a vida no campo. Na mesma entrevista, Lúcio falou sobre a tendência do camponês, e talvez também do operariado agrícola, em apresentar anseios pequeno-burgueses como a conquista de terra para enriquecimento individual. De qualquer modo, para o PCBR, “A base da Frente Única Popular é a aliança operário-camponesa” (idem).

Continuando a discussão sobre a frente única construída a partir da mobilização de massas, o documento conclui que a Frente Única “só poderá efetuar-se no curso da própria guerra do povo” (idem). Assim, a construção da frente única não se resolve tão somente pelo contato da ação armada conjunta entre a esquerda revolucionária, não pode prescindir da participação de grandes contingentes.

A Frente das Esquerdas Revolucionárias até aquele momento não teria conseguido perceber essa necessidade, teria primado, ou pelo “baluartismo”; o exagero das ações armadas, desvencilhadas das bases e pretendendo substituí-las ou pelo “cupulismo”; o desvio em pretender que a frente estaria constituída mediante acordos entre as organizações sem nenhuma participação da base. Tais desvios teriam dado ensejo a que, no seio da esquerda revolucionária, as

organizações desprezassem o trabalho entre as massas e investissem em se fortalecer pela via da cooptação e absorção de outras organizações:

No relacionamento entre as organizações, predominou até a pouco tempo atrás – e ainda subsistem resquícios disso – o sectarismo, o baluartismo e o cupulismo, que se refletiram numa política de força e de tentativas de absorção das organizações mais fracas pelas mais fortes. Somente no curso da própria luta, num processo mais ou menos demorado, será possível superar essa atomização. (Linha Política, 1968:16)

Essas críticas atingiam em cheio as concepções orgânicas destas organizações. Na medida em que o PCBR considerava essencial que as discussões travadas na frente revolucionária fossem socializadas nos coletivos das organizações, suas próprias propostas de organização deveriam se discutir. O PCBR poderia conseguir divulgar nas organizações aliadas suas divergências a respeito do modelo organizativo, mantendo viva a principal polêmica surgida no interior da Corrente Revolucionária. Este princípio leninista prima pela politização e formação dos militantes e, para algumas organizações como a ALN, era inaceitável, pois significaria mudanças substanciais na sua política de organização descentralizada, e mesmo nos seus critérios de evolução interna, onde os mais militaristas tinham hegemonia, correndo o risco de perdê-la para os militantes mais politizados e menos destros na arte militar:

Integrar os coletivos no processo de luta interna entre as organizações, é a condição imediata e necessária para forjar o programa da frente de Esquerda Revolucionária e a consciência da necessidade desta unidade. (idem)

Falando sobre suas relações com as outras correntes da esquerda armada, o PCBR reconhece suas limitações em influir em suas linhas, exatamente porque, do ângulo das ações efetivas, algumas das outras organizações encontravam-se em processo bem mais desenvolvido:

As possibilidades de influir sobre outras forças e de atraí-las à ação conjunta dependem, em grande parte do papel que desempenhamos efetivamente no terreno revolucionário. O atraso em que nos encontramos no terreno da tarefa básica, não nos credencia a influir sobre outras forças que, neste aspecto já deram passos mais efetivos. (idem)

Ciente de seu atraso em relação a organizações como a ALN, VPR, MRT e outras, especialmente no que se refere às ações armadas, o PCBR defendia a linha de “unidade pela base”, ou seja, de que o programa, tática e estratégia da frente se dessem a partir da mobilização de massas. Essa posição, além de refletir coerência com os princípios leninistas defendidos, tinha a vantagem adicional de

se centrar no setor de atuação onde o PCBR era mais forte do que as outras organizações.

Frente ao argumento de que a ação faz a vanguarda, e que a luta armada deve ser apoiada no movimento de massas, tese defendida em palavras por todas as organizações, o PCBR convidava: então vamos as massas, e a partir de sua mobilização definiremos o programa e a organização da frente:

... a UNIDADE PELA BASE, ao nível de massas, deve ser o centro de nossa política de Frente Única, e nela devemos concentrar nossos esforços decisivos. A unidade pela cúpula ajuda a impulsionar a Frente Única e deve ser colocada sempre em função da unidade pela base. (idem- Grifo no original)

Como proposta de programa para Frente Única:

- _ As tarefas do Governo Popular Revolucionário;
- _ A luta contra a ditadura como centro de nossa tática;
- _ As reivindicações econômicas e políticas do povo (arrocho, liberdades democráticas, etc)
- _ A luta armada para a tomada do poder. (Teses de Janeiro, 1972:17)

Os critérios para a participação na Frente Única seriam a aceitação de seu programa e métodos de atuação. Visto que entre seus métodos está a luta armada, tática negada por algumas organizações que atuam no movimento do massas, e que também existiam organizações que embora armadas não viessem a integrar tal frente, não se exclui que existam alianças com estes setores, que são mencionados sob a expressão genérica de “outras forças”. tais alianças deveriam ser efetuadas nos seguintes níveis:

- a) Ação conjunta no plano tático – acordos para lutas comuns no movimento de massas e para ações armadas imediatas;
- b) Cooperação no plano estratégico – aliança para uma ação comum no terreno da luta armada, incluindo a Guerrilha Rural. (idem)

A seguir, o documento fala da necessidade para seguir trabalhando para a unidade com outras forças revolucionárias, que deveria se dar da seguinte forma:

- a) Com agrupamentos de caráter militar, tendo em vista sobretudo a cooperação no terreno da tarefa decisiva;
- b) Com outras organizações revolucionárias, visando principalmente a aliança para o trabalho de massas no movimento universitário e no movimento operário. (idem)

Aparentemente o documento distingue o segundo grupo, (organizações revolucionárias) do primeiro grupo (outras forças). Essas “outras forças” eram sobretudo, grupos menores que não concordavam com a luta armada, mas que não

obstante, aceitavam atuar de forma conjunta com o PCBR no movimento operário. De acordo com Lúcio, alguns destes grupos eram inclusive trotskistas.

Embora a frente seja tida como uma política de razoável importância, o PCBR tinha consciência de que qualquer espécie de fusão estava ainda distante de seus horizontes. Provavelmente isso se dá em função de sua opção orgânica, posto que a maior parte das outras organizações negava a necessidade e a operacionalidade de um partido organizado em moldes leninistas rigorosos:

A unidade orgânica ou a fusão com outras forças revolucionárias está fora do âmbito da política de frente e só pode ser realizada quando houver identidade ideológica, ou seja: de programa, de tática e de organização. (idem)

Fazendo uma discussão sobre a política militar adotada, o documento afirma que a falta de uma experiência anterior teria dado margem a alguns equívocos em sua linha militar: “coexistem os aspectos de transposição mecânica de outras realidades que refletiram em concepções entre si contrárias, de tendências foquistas e insurrecionalistas” (tese de janeiro, 1972:18). Tal afirmação parece num primeiro momento endossar a hipótese muito comum na historiografia sobre o ecletismo e indefinição no PCBR (a qual será desenvolvida mais adiante), mas é importante salientar que a direção do partido, através deste documento dá ciência de seus equívocos. Seria ecletismo se insistisse em combinar as duas formas de ação. Se o desdobramento da linha traçada não se deu conforme o pretendido, tal fato não se deveu a qualquer indefinição, mas às dificuldades de atuação na conjuntura em que se vivia.

Também teria contribuído para a prática militar deformada a “falta de clareza teórica e a incapacidade política do conjunto partidário” (idem) o que teria levado o coletivo partidário a confundir “forma com conteúdo” (idem), gerando “falta de conjugação nas tarefas do trabalho de massas e do trabalho militar, com a disciplina partidária” (idem)

Tal falta de clareza e de experiência, teria se traduzido na atomização das esferas de atuação do partido: a frente militar e a frente de massas teriam atuado de maneira desarticulada, neste sentido, os desvios apontados como os mais frequentes são:

O tecnicismo: “principalizando o aspecto técnico em detrimento de seu conteúdo político. A subestimação da formação política dos quadros, restringindo sua prática às ações militares” (Teses de Janeiro, 1972:18 grifo do autor);

O Gapismo: a expressão deriva da sigla “GAP” (Grupo de Agitação e Propaganda), gapismo quer dizer a mesma coisa que “agit-propismo”, que é tomar a agitação e propaganda sem uma necessária articulação com a construção do partido e tática da luta armada. No caso em questão, o desvio gapista se deu pela prematura agitação da luta armada, sem que ainda existisse um trabalho político nas bases, não atraindo novos militantes para o partido e ainda complicando seu enraizamento nas concentrações operárias: “o erro do gapismo foi a transposição das tarefas de Guerrilha Urbana para uma organização de setor de massas” (idem)

O Confisquismo: que consiste em tornar o financiamento ilegal via (ações armadas), em forma predominante de sustento da máquina partidária. (este ponto já foi desenvolvido acima).

O elitismo: “a falsa visão de que o simples desempenho de tarefas militares conferiam um valor especial sobre os demais quadros, refletia uma concepção mística do combatente revolucionário ao nível dos “samurais” (idem). Como se vê, no PCBR não existia hierarquia entre militantes que desempenhavam tarefas militares e não-militares, a sobrevalorização do guerrilheiro, conceito tão caro à ALN chegava a ser descrito com jocosidade pelo PCBR.

No que tange à guerrilha Rural, na avaliação do documento, o PCBR não teria sido capaz de avaliar corretamente as etapas precisas que levariam ao seu desencadeamento, o que teria sido responsável por alguns erros de encaminhamento:

Isso levou o Partido a uma visão amadorista e eclética em relação ao problema. A visão pronta e acabada da guerra, revelava nitidamente a sua origem foquista, desligada da realidade. (idem)

Embora o partido reconhecesse a importância da guerrilha rural, segundo o documento, subestimou sua importância: “não percebíamos toda a sua importância política, como elemento catalisador de todas as outras formas de luta” (idem). Como já mencionado, a guerrilha rural era uma espécie de válvula de escape, uma reserva de esperanças. Na medida em que não chegou a acontecer da maneira como planejada, persiste ainda hoje um mistério acerca de seus possíveis resultados. O PCBR, da mesma forma que várias outras organizações de seu tempo, acreditava que a guerrilha rural reverteria o processo de descenso da luta armada no Brasil. E chegava mesmo a atribuir a situação de refluxo e isolamento ao não lançamento da guerrilha rural: “esta incompreensão foi a causa do atraso de

seu lançamento, que por sua vez, constitui um dos fatores do atual isolamento entre a vanguarda e a massa, pela falta de perspectiva que isso causou”. (idem)

A visão simplificadora do desencadeamento da guerrilha rural teria levado a que não se avaliasse de forma mais precisa as tarefas a serem realizadas no campo. A visão sobre a situação no campo teria permanecido circunscrita a uma visão acadêmica da realidade. Conseqüentemente, não se teria investido na formação de quadros para estas tarefas. A falta de uma visão precisa da sua articulação com a luta nas cidades também teria sido um elemento do retardamento da preparação da guerrilha rural.

No entanto, em face das dificuldades vividas pela vanguarda nas cidades, a guerrilha rural era vista como uma alternativa para o desenvolvimento da luta revolucionária: “Dentro deste ponto de vista, o lançamento da guerrilha rural assume um papel importante, por seu caráter alternativo para a tomada do poder pelas massas”. (Teses de Janeiro, 1972:19) Assim, “torna-se necessário definir os aspectos técnicos que envolvem o lançamento do FOCO” (idem, grifo do autor) A utilização de termo “foco” não significa nenhuma aproximação com o foquismo, o princípio do foquismo é a instalação de um núcleo inicial de combatentes sem a necessidade de um trabalho político anterior, o que não ocorre na proposta do PCBR.

No caso de alguma outra organização lançar prematuramente o foco rural, sem ainda preencher os critérios e condições considerados essenciais pelo PCBR, a posição do partido deveria ser a de solidariedade:

...a nossa posição será a de solidariedade revolucionária. Entendemos que a melhor ajuda a um foco prematuramente lançado, é acelerar a criação das condições que cremos devem anteceder ao seu lançamento (idem)

As condições necessárias para o desencadeamento da guerrilha rural seriam dadas pela observância de três aspectos fundamentais: o político dado pelo nível de enraizamento e organização da Frente Revolucionária, o militar, dado pela articulação entre os grupos armados rurais, urbanos, locais e pelos grupos de agitação e propaganda, e o logístico, ou seja a organização de uma eficiente rede de sustentação à guerrilha.

Falando sobre a guerrilha urbana, de acordo com o documento, seria impossível negar o importante papel que os grandes centros urbanos desempenhavam na revolução: a grande politização e concentração populacional,

a facilidade de absorção na massa e os meios de comunicação com esta, a locomoção facilitada, etc. No entanto, estava sujeita a fraquezas específicas pelos seguintes motivos: a secundaridade de seus objetivos, sua base pequeno-burguesa, a força da repressão, etc.

Na atuação nas cidades, vários desvios teriam pautado a atuação do PCBR: o imediatismo, um dos principais, se expressa especialmente na atuação militar, se expressa na insistência em praticar ações para arrecadar fundos em detrimento das ações de conteúdo político, sem perceber que se descaracterizava o conteúdo político da tática e acentuava-se o isolamento com as massas. O liberalismo, ou seja, uma conduta pequeno-burguesa, e o espontaneísmo, entendido como a prática da ação pela ação, sem a definição de objetivos centrais. Uma parte destes desvios, de acordo com o documento, pode ter se dado por influência das outras organizações, das quais o PCBR teria ido a reboque.

A fim de combater estes desvios e atingir uma qualidade de atuação compatível com a importância dos grandes centros urbanos, era uma necessidade imediata uma política de remanejamento e de formação de quadros para a guerrilha urbana.

Sobre a guerrilha local, segundo o documento, sua base social fundamental era o setor de assalariados rurais. A guerrilha local possibilitaria a formação de quadros para a guerrilha rural, bem como um meio de apoio logístico mais imediato a esta frente.

As tentativas aparentemente infrutíferas de desencadeamento da guerrilha local, teriam desconsiderado as realidades regionais e se utilizado de métodos estudantescos, ou seja inapropriados para a base que se queria mobilizar.

Falando sobre o movimento de massas, o documento afirma que seria preciso organizar em primeiro lugar, os elementos mais avançados da massa, em torno do programa do Governo popular revolucionário, sob a forma de OIMs (Organização Independente de Massa). Os integrantes destas organizações “não serão considerados militantes do partido, mas núcleos da frente única e será dentre esses elementos que o partido recrutará seus quadros” (teses de janeiro, 1972:21). Além da organização leninista para dentro, o PCBR também pensou uma política de organização da sua periferia.

A organização das OIMs, todavia, só deveria ser feita no momento em que já existisse um núcleo revolucionário na região ou setor. As OIMs deveriam

se constituir em meio para organizar o ativista independente, disperso e desejoso de lutar contra o patrão e ao mesmo tempo, um meio de romper o isolamento com a classe operária.

O documento identifica ainda no período um renascimento do obreirismo e do massismo, possivelmente em função do recuo de alguns ativistas assustados com as dificuldades da luta armada. Era importante que os militantes do PCBR estivessem atentos aos riscos de cair em desvios massistas e obreiristas.

Era preciso também saber distinguir entre organizações de massa e organizações de vanguarda. As formas legais de luta não deveriam ser desprezadas, mas deveria se ter a consciência de seu caráter secundário.

A política de concentração deveria ser as grandes concentrações operárias, organizar os trabalhadores por empresa e fazer propaganda do socialismo, mas sem descuidar do trabalho onde este já existisse. Também deveria se investir na construção de núcleos da Frente única dentro das camadas médias da população.

Desde o primeiro artigo do jornal “o Militante”, fala sobre a necessidade de aprimorar os métodos e estabelecer objetivos precisos na organização do movimento de massas. O PCBR não creditava muita importância à organização sindical legal, visto que os sindicatos mais aguerridos já haviam sido fechados ou se encontravam sob o controle da ditadura por meio de sindicalistas pelegos. Por esta razão, nem a massa nem a vanguarda acreditariam nesta via de mobilização.

Seria necessário construir organizações de massa que se caracterizassem pela independência frente ao regime e tivessem como objetivo derrotar a ditadura. As organizações de massa deveriam possuir um nível de organização tal que lhes permitissem atuar e existir de maneira orgânica e duradoura, não poderiam ser organizações passageiras, que se formassem num processo de lutas, como por exemplo uma greve, e logo depois se dispersassem.

Tais organizações, por terem como centro de sua política a derrota da ditadura, deveria atuar também no sentido de apoiar a luta armada, tática fundamental para a consecução deste objetivo. No entanto, atuar em consonância com a luta armada não implica a visão reducionista de simplesmente construir celeiros de futuros guerrilheiros, ou organizações de mero apoio logístico, “Não é transformar tais organizações em embriões ou puro apoio logístico dos grupos armados revolucionários” (O Militante Nº1, 1973: 1). A luta armada dependia para

seu sucesso de um vigoroso movimento de massas, e a atuação política dos trabalhadores, dessa forma contribuía para a luta armada. O sectarismo poderia levar a que se subestimasse o conteúdo político deste movimento, de modo que o partido deveria ter a precaução de “não atribuir medidas que descaracterizem seu conteúdo” (idem).

O desenrolar do movimento de massas faria surgir, a vanguarda mais combativa, que por falta de alternativa encontrava-se em estado de passividade. A matéria não desconsiderava a hipótese de que, no seio do movimento de massa se realizassem ações armadas ou que alguns de seus ativistas pudessem vir a compor grupos de guerrilha, mas essas possibilidades deveriam surgir da mobilização, num processo de evolução política, e não como um objetivo inicial e declarado que poderia inclusive ter conseqüências fatais para a segurança e aprofundar o isolamento político. Os militantes do PCBR deveriam evitar a timidez em assumir seus objetivos, sob o risco da acabarem se concentrando unicamente em lutas reivindicatórias, aproximando-se do reformismo.

Para tanto, o partido deveria aproximar e organizar os ativistas mais avançados; “O primeiro passo (...) consiste em ter nas mãos a sua parcela avançada, ter em suas mãos o elemento natural mais consciente da massa, que não seja estranho e seja aceito em seu meio” (idem)

Organizados então os ativistas mais aguerridos, deveria-se atuar de maneira profissional e responsável. Evitando-se sacrificar todo o trabalho em aventuras inseqüentes:

Exemplificando: levar-se hoje a palavra de ordem de greve para a massa, no seu trabalho inicial, apresentar formas de organização de ascenso é sacrificar o desenvolvimento do trabalho, é colocar-se o trabalho próximo da derrota, pela facilidade da repressão destruir seu núcleo inicial. (O Militante, nº1,1973: 2)

O objetivo não era contactar ativistas e convidá-los para a luta armada ou para que contribuíssem em seu auxílio, mas formar um movimento de massas, que se construísse a partir da base e que no seu desenvolvimento estivesse conjugado com a luta armada. No sentido de que esta, em última instância iria depor a ditadura, a existência dessa organicidade permitiria que as ações armadas refletissem favoravelmente nas concentrações operárias, que se organizassem formas de apoio logístico mais profissionais e sofisticadas, que se travassem a

médio ou longo prazo lutas com reivindicações políticas cuja preparação se desse de maneira combinada com ações armadas etc.

Compreender o aspecto prolongado da guerra, não é só saber que até a tomada do poder, poderiam decorrer muitos anos, mas compreender que nesse período, se desenvolve um processo irregular de lutas, com formas violentas ou não, com choques diretos ou não, com ações de vanguarda e de massa, com áreas libertadas ou não; combatiam entretanto a ilusão que (em sentido figurado) iriam-se acumulando as revoltas até explodir tudo de uma vez, assim como a suposição de que a saída do isolamento se daria através de “ascensões de massa”, de revoltas uniformes em nível nacional”. (idem)

Não se trata de atribuir uma forma ao movimento de massas (armado, grevista, insurrecionalista etc) e à luta revolucionária, mas um conteúdo, um projeto de construção de longo prazo, com desfechos a serem determinados no curso de seu desenvolvimento e não a priori. Os desfechos futuros seriam desdobramentos da organização inicial, dentro de novos moldes de estruturação adequados às condições impostas por uma conjuntura repressiva. A vitória da luta armada se daria não pelo seu crescimento, de vitória em vitória, e pelo surgimento de mais e mais grupos inspirados nos vitoriosos núcleos de combatentes, mas a própria ascensão da luta armada estaria condicionada pelo seu entrelaçamento com as lutas de massa a partir de um trabalho de organização de classe. Não existe a idéia de um núcleo combatente inicial, organizado de maneira independente da população. Nem uma hierarquização das formas de luta. A estratégia delineada recusa de forma terminante qualquer característica do foquismo.

Uma vez que a conjuntura de repressão impedia formas de organização nos moldes tradicionais do movimento sindical, se impunha a necessidade de novas formas de organização:

O que o processo revolucionário pede hoje, é uma mudança de perspectiva, uma mudança de prática, a quebra de velhos esquemas de luta já “capengas” e ultrapassados e a adaptação e a criação de formas de luta condizente com a realidade atual. (idem)

As novas formas de organização deveriam partir de um pequeno núcleo de ativista “vanguardinhas”, (os elementos mais avançados) aos quais não se deveria atribuir tarefas que estivessem além de suas forças. A região de atuação política seria preferencialmente o local de trabalho, objetivando desenvolver um

trabalho de discussão e mobilização molecular. Somente na medida do crescimento de suas forças e de acordo com as normas de segurança é que se ampliaria a região de atuação:

O próximo passo (...) será a sua organização com outros elementos de seu nível em núcleos que poderíamos designar de “vanguardinhas” (...) os objetivos iniciais destas células, são: 1. (...) Engajá-lo [o núcleo] politicamente na nova prática que o processo exige. 2. Centro catalisador de novos elementos que surjam. 3. Centro diretor e assistente dos contatos em nível mais baixo. (idem)

O documento avaliava que existiam condições positivas, que favoreciam o trabalho nas bases operárias e também condições negativas com as quais se deveria ter cautela. Entre as condições positivas estavam: “a perspectiva não legalista e não sindicalista da massa” (ibid pág 3), ou seja, o descrédito generalizado com as instituições do sindicalismo oficial, “a existência de uma prática de violência de massa” (idem).

Entre as condições negativas elencadas, está o imediatismo da massa, que não tem por característica natural pensar a longo prazo, mas principalmente por objetivos imediatos, a existência de vários elementos novos e sem tradição de luta sindical, um certo reformismo, mesmo em seus elementos mais conscientes e a inatividade política que naquele período somavam nove anos, desde o golpe de 64.

O texto fala também sobre os critérios que deveriam ser estabelecidos para o ingresso de ativistas na “vanguardinhas”, os quais deveriam ser:

1. Ser revolucionário, aceitar a LU. AR. [luta armada] e a violência (...) 2. se proponha a encaminhar o trabalho de organização e luta de classe (...) 3. Obedeça ao centralismo interno de tal organismo. (idem)

O início do trabalho de organização ilegal das massas se iniciaria a partir do estabelecimento destas “vanguardinhas”, tais organismos deveriam se auto-sustentar orgânica e financeiramente, e evoluir de acordo com as suas forças. Para tanto, deveriam estabelecer seus objetivos de acordo com este critério.

Qualquer investimento que venha de “fora”, qualquer ajuda que seja dada em função de violentá-la em seu crescimento ou de algum “surto momentâneo de ativismo”, é uma ajuda duvidosa, é o mesmo que afogar-se uma semente com água além do que necessita. (idem)

O desenvolvimento político deveria se dar por “suas próprias pernas”, ou seja, aprendendo e crescendo através da superação das dificuldades surgidas na sua atuação, uma organização local, de ativistas inexperientes, enfrentando

problemas locais, de pequena complexidade, crescendo e se colocando tarefas um pouco mais complexas, vencendo obstáculos qualitativamente mais complexos e assim crescendo enquanto quadros políticos, um crescimento lento, mas seguro e real, palpável, que se daria simultaneamente ao enraizamento nas concentrações operárias.

Na medida do crescimento, a organicidade também se desenvolveria, e evoluiria de um estágio quase artesanal para uma organização de revolucionários profissionais: “paralelo e intimamente unida à ampliação política de tais núcleos, deverá crescer a sua infra-estrutura, aparelhagem, finanças e propaganda próprias, além de suas tarefas com métodos (artesanais ou não)”. (idem) Evitar atividades que ponham em risco a segurança: “lançar um panfleto geral (...) com métodos e palavreados estudantilistas (...) revelaria para a ditadura nossa presença” (idem). Nas “teses de Janeiro”, o trabalho no movimento estudantil era tido como secundário, por não ser classe e nem fração de classe, mas era tido como muito importante, em função de seu caráter de celeiro de revolucionários.

O movimento estudantil de base eminentemente pequeno burguesa, costumava apresentar o desvio de centrar-se demasiadamente em suas próprias questões. Portanto a linha do PCBR deveria ser a de levar ao ME o programa da Frente Única de modo a comprometer e ganhar os melhores ativistas para a causa dos trabalhadores.

Deveria se organizar núcleos nas camadas de desempregados e marginais, mas com a consciência de que essa fração de classe apresentaria uma tendência maior para desvios de todo o tipo. Por fim, os intelectuais também deveriam ser organizados. Pelas suas condições, esse setor poderia ser muito útil na comunicação com a massa, por se tratar de um grupo de melhores condições infra-estruturais, deveria criar seus próprios instrumentos de comunicação.

Para romper com seu caráter pequeno burguês, e incentivar a prática política revolucionária a organização clandestina dos estudantes era a melhor tática, diretórios acadêmicos não deveriam ser desprezados mas seriam secundários.

Quanto ao movimento camponês, o documento avaliava que a formação política da vanguarda no campo era a tarefa mais importante, dado o baixo nível ideológico da vanguarda nestas regiões. A base de concentração fundamental seria entre os assalariados agrícolas. A bandeira da aplicação das leis trabalhistas no

campo era tida como um dos melhores meios de mobilização. A construção do partido e da luta política no campo seria um processo de longo prazo. O PCBR deveria perseguir a construção qualitativa e não qualitativa nestas regiões, atraindo os melhores ativistas e, ao mesmo tempo, aprofundando o conhecimento da realidade no campo. Conforme o avanço do trabalho no campo, o partido deveria se empenhar para colocar à disposição desta frente os meios necessários ao trabalho no campo.

A proposta do PCBR para romper o isolamento não deve ser elencada, como muitas vezes se faz no rol de objetivos irrealizáveis que a esquerda dos anos 60 colocaria para si e que estavam muito além de suas forças. O PCBR se preocupou em pensar uma estratégia que se adaptasse à conjuntura da época. Embora se baseasse nos pressupostos leninistas, não impunha modelos fechados, os núcleos de base deveriam se estruturar de acordo com as possibilidades de segurança, encaminhar lutas conforme o nível de consciência de sua base, aumentar numérica e especialmente na medida das possibilidades e não da vontade.

Embora consciente que essa pequena análise sobre a trajetória e perfil do PCBR possua inevitáveis lacunas, acredito que seja possível chegar a algumas conclusões. Em primeiro lugar, é preciso afastar a hipótese de que o PCBR, como o endurecimento da repressão tornou-se uma organização marcadamente militarista. Mesmo nos momentos mais desfavoráveis, tal organização insistiu na aproximação com o movimento social, o chamado movimento de massas. Se não conseguiu e necessitou recorrer às armas numa frequência maior do que queria, isso não se deveu a uma adesão ao militarismo, mas sim às necessidades de sobrevivência e às formas possíveis de atuação.

Essa primeira conclusão tem o intuito de contestar uma afirmação muito comum em relação ao PCBR, a de que este partido primou por um ecletismo em sua prática.

Segundo Salles o PCBR tentará equacionar o modelo de partido leninista com a guerrilha. Criticando formalmente o foquismo, o PCBR adotaria alguns de seus pressupostos, como a idéia de que a revolução pode ser desencadeada por um pequeno núcleo de combatentes. De acordo com este autor, durante toda sua existência, o PCBR reflete a tensão entre o foquismo e o leninismo e “dois anos após o seu surgimento, o PCBR ainda se dedicava ao esclarecimento de sua linha

militar”. (Salles, 2005:224). Como forma de provar este ecletismo, Salles procura demonstrar uma contradição na própria concepção de luta armada neste partido. Segundo seu ponto de vista, a contradição estava na defesa por parte desta organização da atuação concomitante na cidade e no campo, armada e desarmada. A defesa da atuação armada e no campo poderia ser associada ao foquismo, a atuação no meio sindical e de massas, ao leninismo, logo, a tentativa de atuar em todas essas frentes constituiria ecletismo. Contudo, por tudo o descrito neste capítulo, não consigo ver nenhuma contradição na formulação do PCB. Tal organização defendia realmente que a luta armada se desse ao mesmo tempo que o movimento de massas, de que seu desencadeamento acontecesse de maneira mais ou menos imediata (sem esperar o movimento de massas). Por um lado, havia um debate com o PCB, que, apesar de defender a linha do caminho pacífico, se reivindicava comunista. O próprio PCB, através de sua referência à Revolução Russa e concordância com as resoluções das Conferências Internacionais dos Partidos Comunistas e Operários, de 1957 e 1960, admitia o recurso às armas como última alternativa e a partir de um vigoroso movimento de massas. Ora, na leitura do PCB, bem como de todos aqueles que participaram da Corrente Revolucionária, o Brasil tinha uma forte tradição de movimento de massas, e se naquele momento esta força estava adormecida era justamente em função da ação cupulista e desmobilizadora do próprio PCB. Assim, acreditava-se que não era preciso esperar uma ascensão do movimento de massas exatamente porque se avaliava que este despertaria de forma mais ou menos espontânea no bojo da luta revolucionária, ou seja, o PCB jamais defendeu a luta armada desassociada deste movimento de massa, não abandonou seus pressupostos teóricos em sua estratégia de tomada do poder.

Citando documento elaborado por este partido em 1972, Salles propõe que a existência de um setor militar, subordinado à estrutura política da organização partidária é mais um indício do referido ecletismo:

a organização militar do partido é dirigida por este, mas não se confunde com ele. O partido é a organização de vanguarda da classe operária e como tal se rege pelos princípios leninistas de organização. A sua O. M. (organização militar) é um instrumento do partido para encaminhar a luta armada e obedece aos princípios e leis da guerra revolucionária (Informes do Interior, 1972:8 apud Salles, 2005, op cit)

Ocorre que o foquismo tem como princípio justamente a independência da frente guerrilheira a qualquer partido. De modo que a citação apontada, longe de aproximar o PCBR do foquismo, o afasta. Aliás é preciso lembrar que o leninismo não exclui em nenhuma de suas formulações o recurso às armas, é famosa a frase de Lênin que fala da necessidade de “substituir a arma da crítica pela crítica das armas”.

O PCBR é indubitavelmente leninista, e acreditava que naquele contexto a luta armada era uma tática a ser usada decisivamente pela esquerda revolucionária. Se estava correto ou não, esta é uma análise que o historiador deve fazer com o necessário distanciamento, procurando, na medida de suas forças não misturá-la às suas convicções individuais, e sobretudo não deformar o objeto estudado de modo que ele se encaixe nas suas hipóteses. O fato é que o PCBR não abriu mão em momento algum dos princípios leninistas de organização e trabalho de base.

Em várias passagens de seus documentos e nas entrevistas de seus militantes, a recusa ao foquismo é flagrante. Os dirigentes do PCBR tinham aguçada consciência de que os militantes de uma determinada frente tendia a priorizar sua forma de atuação em detrimento de outras. Assim, aqueles designados pelo trabalho de massas tinham uma predisposição a secundarizar a luta armada e vice versa. Nesse sentido, a direção do PCBR enfatizava que as duas formas de atuação deveriam estar interligadas, uma em função da outra. Dadas as condições de difícil atuação e de forte isolamento político, nem a luta armada evoluiu para a guerrilha rural e o exército revolucionário, nem o trabalho nas cidades se transformou num vigoroso movimento de massas. Nessa estratégia, em momento algum existiu uma oscilação entre o foquismo e o leninismo como querem algumas leituras. Sobre este aspecto, o PCBR criticava as outras organizações que optavam por uma destas vias, desprezando a outra:

Algumas forças integrantes da frente única, sobretudo setores revolucionários pequeno-burgueses, assumem posições ultra-esquerdistas, que se traduzem principalmente na concepção foquista da revolução. Outras forças potencialmente revolucionárias adotam, em determinadas fases, posições reformistas, dedicando-se apenas á luta de massas em suas formas elementares e subestimando a luta armada. (Teses de Janeiro, 1972:15)

O que caracteriza uma organização é a síntese de seu programa e da sua atuação, o programa e político do PCBR é sem dúvida leninista, sua prática

também primou por uma atuação nestes moldes. Mesmo face ao isolamento em relação às grandes camadas da população, a direção apontada era da conjugação entre luta armada e de massas. Não se pode atribuir ecletismo ou indefinição organizativa ao PCBR (como se uma parte de seus militantes optasse por uma estratégia e o restante por outra) por que não logrou realizar o que tinha traçado. Isso faz parte de um balanço de sua atuação que foi orientada por uma política definida, mas que não obstante, não foi vitoriosa. Praticamente a totalidade dos militantes do PCBR defendiam e acreditavam na necessidade um partido leninista que não ficasse restrito somente à luta sindical.

Concluindo, acredito que as palavras de Apolônio de Carvalho, melhores que quais quer outras, revelam o sentido da orientação do PCBR:

Trabalhamos como partido. Temos um comitê político militar, (...) para ação militar, mas subordinado à direção do território. (...) temos um raio de ação que vai do Ceará ao Rio Grande do Sul. E temos um programa. Temos uma alternativa. (...) Nós temos isso... (...) A nossa prática responde a esses objetivos, pelo menos digamos até, digamos, quase o fim do PCBR. (AC1998)

O PCBR não foi vencido pela repressão. Ainda hoje tal organização permanece existindo em vários Estados brasileiros congregando militantes que ainda ousam sonhar com um novo mundo.

CONCLUSÃO.

O exemplo da Revolução Russa foi decisivo para o aumento e fortalecimento do movimento comunista em todo o mundo. E especialmente a partir da internacional, pela difusão do modelo leninista de partido na mesma escala. A Revolução Chinesa e a Revolução Cubana tiveram papel determinante para a relativização deste modelo de organização, em meio a um conturbado momento de debates internacionais, depois do XX congresso do Partido Comunista da União Soviética e das denúncias dos crimes de Stalin. Estas primeiras conclusões, não muito originais, põem em relevo um aspecto central para este trabalho, o caráter profundamente histórico e inter-relacionado internacionalmente do movimento comunista.

A internacionalização do modelo leninista, via III Internacional, pensada numa situação de defensiva por Lênin, foi utilizada num momento posterior com êxito por Stalin e pela burocracia a ele associada. A defesa de Stalin, desde o entre-guerras até sua morte, foi para a maior parte dos comunistas, também a defesa do socialismo e da URSS contra as campanhas anticomunistas da direita em praticamente todos os países.

A inter-relação entre os partidos comunistas e os Estados socialistas com as organizações internacionais do comunismo foram complexas e comportaram diversos momentos. Durante a existência do Komintern, até 1943, ela foi notadamente mais forte; não queremos dizer que os partidos comunistas eram totalmente dependentes desse organismo, mas o peso do Komintern na linha e na organização dos partidos comunistas foi maior durante este período. Inclusive porque os dirigentes da III Internacional se empenhavam mais para isto, precisavam mais do apoio dos partidos comunistas dos outros países. Como também havia, de um modo geral, e no PCB em particular, um maior desejo de proceder assim, de estar relacionado a tal instituição, de fazer parte da tradição revolucionária mundial. Some-se ainda que até 1943, o contexto político mundial não deixava muita margem a hesitações. Havia a luta concreta contra o fascismo, que se constituía em movimento mundial, e tinha representantes mesmo no Brasil. A luta comunista, neste momento, era muito mais internacional, o PCB chegou a estimular a que seus militantes lutassem na segunda guerra mundial. Apolônio de Carvalho, por exemplo, lutou na guerra civil-espanhola e na resistência à ocupação nazista na França chegando a patente de Coronel do exército francês. No período do Kominform, a influência dos centros de referência internacionais sobre o movimento

comunista foi muito menor, mas longe de ser insignificante, palavras-de-ordem como o desarmamento nuclear e a luta pela paz tornaram-se mundiais fundamentalmente devido à existência deste organismo.

O período que vai da dissolução do Kominform, em 1956 em diante é quando a hegemonia soviética dentro do movimento comunista é radicalmente diminuída. Este período está associado não apenas às cisões no PCB, que discutimos na presente dissertação, mas também a formação de inúmeras organizações não só no Brasil como em todo o mundo. Assim, o processo de dissidência e fim da hegemonia do PCB está indiscutivelmente associado ao fim da hegemonia soviética sobre o movimento comunista mundial, embora este fato, por si só, não seja suficiente para explicar todo o processo.

As denúncias dos crimes de Stalin, durante o XX Congresso do PCUS, marcam o início deste processo. Motivadas por disputas internas dentro do PCUS, tais revelações tiveram grande impacto para os militantes comunistas em todo o mundo. No caso brasileiro, as repercussões foram significativas, mas não a ponto de dar ensejo ao surgimento de nova organização. A saída do grupo reunido em torno de Agildo barata não enfraqueceu significativamente o PCB, e sua repercussão mais imediata foi o reavivamento dos quadros mais caracteristicamente stalinistas. Alguns dos quais seriam os futuros fundadores do PCdoB, mas que a essa época estavam entre os principais dirigentes do PCB.

No desdobramento deste processo é que os dirigentes stalinistas serão afastados dos organismos de direção. A postura adotada por João Amazonas e Maurício Grabois de oposição à linha da “declaração Política de Março de 1958” se explica muito mais pela necessidade de combater a nova direção, que os substituíam, do que propriamente pelo seu conteúdo, afinal, estes mesmos dirigentes já haviam defendido posições muito semelhantes entre o período de 1945 e 1947.

No plano nacional, a oposição à linha do “caminho pacífico” e à “descentralização do movimento comunista” pelos dissidentes stalinistas do PC do B não se explica somente pela rejeição ao conteúdo destas propostas, mas também, e principalmente, por que estas faziam parte do bojo das resoluções do XX Congresso do PUCS. No plano internacional, a mesma atitude por parte do maoísmo, tem também nessa motivação, um de seus elementos mais relevantes. Nesse sentido, o maoísmo foi uma alternativa aos mais críticos em relação a Krushev.

A Revolução Chinesa e a Revolução Cubana forneceram novos modelos de atuação e novas perspectivas para a tomada do poder. Os novos Estados socialistas e de suas propostas de atuação e organização, foram muito populares entre os militantes comunistas no Brasil e no mundo. Mas a difusão destes novos modelos não se explica apenas por este fator. Além da enorme simpatia conquistada, foi fundamental por um lado, a ação dos Estados chinês e cubano no sentido de ampliarem sua influência sobre o movimento comunista internacional, ainda que com táticas diferentes. As iniciativas no sentido de aproximar revolucionários de outros países, tiveram parte de seu êxito facilitado pela crise por que passavam os defensores da antiga tradição, depois do XX Congresso e dos atritos entre China e URSS. De outro lado, nenhum resultado se teria conquistado se não existissem muitos militantes dispostos a abandonarem os partidos comunistas tradicionais e buscar novas formas de luta e atuação, ou seja, houve uma dialética entre os novos Estados socialistas e a vanguarda revolucionária, principalmente no chamado terceiro mundo.

No caso brasileiro, além desta dialética, somou-se a crise do PCB depois do golpe de 1964 e a descrença de enormes contingentes de militantes com a linha do caminho pacífico. A atuação da direção do PCB, no intuito de calar seus opositores também contribuiu enormemente, quantitativa e qualitativamente, para o processo de ruptura que iria sofrer a partir de 1967. Quantitativa, por causa do tamanho da ruptura, que congregou a maior parte dos divergentes e, qualitativa, em função do perfil e das propostas defendidas pelos dissidentes.

No PCB, o período pós 1956, foi marcado por uma rejeição real do legado stalinista, gerando algumas notáveis iniciativas em busca de uma prática e uma relação interna mais democrática. Todavia, as marcas desta tradição permaneceram ainda muito fortes, como também continuaram a existir dentro das novas organizações surgidas a partir de sua cisão e, mesmo em organizações e partidos que não se formaram a partir do PCB. Contudo, a permanência de algumas práticas herdadas deste fenômeno, não deve ser traduzida como a permanência deliberada e consciente deste (exceto no caso do PCdoB).

Dentro do PCB, o legado stalinista persistiu sob a forma de uma “tentação autoritária”. O autoritarismo embora não seja exclusividade do stalinismo, lhe é típico, e é favorecido pela aplicação enrijecida do leninismo. Também o trotskismo (embora não faça parte desta pesquisa) sofre deste mal, as inúmeras cisões nas duas tradições comunistas revelam uma coisa em comum, a grande dificuldade, ou mesmo

impossibilidade de a minoria atuar e existir dentro da estrutura partidária. Daí o grande número de rupturas e cisões que se verificam na história do movimento de esquerda comunista.

Essa mencionada “tentação autoritária” voltou a se manifestar com força quando, no período pós-golpe de 1964, a direção chefiada por Prestes necessitou combater a Corrente Revolucionária.

As dissidências do PCdoB, ALN e PCBR constituem, dessa forma, um mesmo processo, marcado pela crise do modelo leninista-soviético, e pela extremada rigidez estrutural, que em todos os casos dificultou o diálogo, a existência de minorias de opinião e mesmo que as “maiorias” conseguissem modificar a linha determinada pela direção. Mas esse processo é dividido em dois momentos.

O primeiro momento, que desencadeou a dissidência do PCdoB, foi marcado pela perseguição e descenso na estrutura partidária dos militantes que haviam ocupado os mais importantes postos da direção entre os anos de 1945 e 1957. Isto foi decisivo. Os dissidentes buscaram reproduzir em sua nova agremiação, de maneira muito parecida, o PCB existente durante o período que estavam na direção. (chegando mesmo a desconsiderar a parte da história do PCB em que eles ainda participaram, mas não eram dirigentes – o período pós 1957) O programa defendido no início, inclusive mantém a maior parte das premissas do “Manifesto de Agosto”.

Tal atitude tinha como objetivo, legitimar pela tradição e pela historicidade a nova organização. O PCdoB inicialmente buscou o reconhecimento do PCUS, sem sucesso. Todavia, a infrutífera tentativa fazia parte de uma estratégia: ser reconhecido como o verdadeiro partido comunista do Brasil. E assim, com o apelo da tradição, atrair para si grande parte dos militantes do PCB, especialmente os mais suscetíveis à nostalgia do stalinismo do pré-56. A aproximação com a China foi o segundo passo, uma espécie de “plano b”. Daí em diante, o PCdoB iria se apresentar como o “único partido comunista do Brasil legítimo”, pois a URSS teria se burocratizado e a filiação ao maoísmo se devia a isto. Para o PCdoB, muito mais do que para a ALN e o PCBR, (e mesmo que para o PCB) a filiação internacional era muito importante. As referências sobre este aspecto são constantes em todos os documentos e pronunciamentos públicos. Exatamente porque isto faz parte dos princípios do stalinismo, só haver um partido comunista em cada país, seção do organismo dirigente da revolução mundial.

As dissidências do PCBR e da ALN fazem parte de um segundo momento (pós-64). A diferença dos dissidentes com o PCB não era fundamentalmente o

programa, mas a linha de atuação. A formação, e posterior ruptura da Corrente Revolucionária foi decisiva para a radical diminuição de tamanho do PCB. Os integrantes da Corrente representaram uma possibilidade real de mudança na práxis do PCB. Da manutenção do leninismo e do estabelecimento de debates democráticos. Os métodos com que a Corrente foi combatida têm grande influência da práxis stalinista, são herdeiros dela. Assim, os integrantes da Corrente decidiram romper com o stalinismo e com sua práxis, que os combatia. Num determinado momento, os próprios integrantes da Corrente se dividiram sobre o caminho a ser adotado e essa divisão determinou o surgimento das duas principais organizações. Mas tanto o PCB quanto a ALN mantiveram muito da linha do PCB pós-V Congresso, período em que os principais organizadores da Corrente também estavam entre os principais dirigentes do PCB.

A ALN manteve em linhas gerais o programa do PCB pós V congresso: revolução democrática e antiimperialista de libertação nacional. A diferença maior era com relação aos meios de implementá-lo. Os primeiros escritos de organização de Marighella, revelam uma “inspiração antitética” em relação ao PCB. A ALN foi, sem dúvida, inspirada por Cuba (mas também pelos chineses em menor medida). Não obstante, em toda a sua existência, tal organização foi absolutamente independente de suas referências e contatos internacionais, muito embora os próprios cubanos tenham tentado interferir constantemente na linha e mesmo na direção desta. Esse fato ilustra a complexidade das relações entre os comunistas brasileiros e seus centros de referência internacionais. Se é possível afirmar que a ALN foi absolutamente independente em sua linha, o mesmo não pode ser dito de uma de suas principais dissidências, o Movimento de Libertação Popular (MOLIPO), formado diretamente a partir da interferência dos cubanos e enviados para o Brasil. Assim, se de um modo geral as organizações comunistas brasileiras eram independentes, algumas em particular não o eram.

Beneficiada pela repercussão positiva de sua revolução dentre militantes comunistas, Cuba procurou capitalizar essa simpatia de forma orgânica. O Estado Cubano estimulou, treinou e abrigou exilados políticos de esquerda em seu território. O objetivo deste procedimento era possibilitar que novas revoluções acontecessem na América Latina, em especial, e mesmo na África e Ásia, como forma de criar Estados parceiros e também se fortalecer frente ao isolamento e ameaças dos Estados Unidos à sua revolução. Com frequência, os cubanos tentaram interferir na linha e na estratégia das organizações que abrigou. Isto é, tentaram “moldar” o movimento guerrilheiro de

acordo com o que se acreditava ter mais chances de sucesso e, além disso controlar a direção destas organizações e partidos. Nesse sentido, os cubanos agiram no intuito de se firmarem como centros dirigentes de um processo revolucionário intercontinental. Essas interferências por parte dos cubanos chegaram a criar algumas rugas e incidentes com as organizações aliadas (como no caso da ALN e do PCBR), mas apesar disso, tais incidentes jamais chegaram a ponto de que Cuba negasse ajuda a qualquer organização. Nas discussões do movimento comunista internacional, Cuba foi uma das maiores aliadas da URSS (até mesmo porque dependia em certo sentido desta para sobreviver e evitar uma invasão norte americana) e colocou-se ao lado dela contra os chineses. Ao mesmo tempo, para poder se construir como alternativa na América Latina, necessitava combater os partidos comunistas do continente, tão aliados da URSS quanto ela, se bem que menos influentes, mas que defendiam a linha soviética da coexistência com o capitalismo e do caminho pacífico. Nesse intrincado jogo diplomático, Cuba sempre desfrutou de uma certa complacência da URSS, que nunca negou ajuda econômica e só verbalmente a combateu.

A ALN, embora rejeitando antiteticamente o PCB em seu início, implementou medidas de centralização que de certa forma o lembravam, na medida que o cerco da repressão se fechava. Na verdade, a ALN começou com um modelo de organização muito parecido ao preconizado por Cuba, e gradualmente foi readquirindo características mais típicas do leninismo pecebista. A concepção de frente única (de que nenhuma organização tomaria o poder sozinha) e de revolução de libertação nacional (ou seja, de que a tomada do poder não significaria a implantação imediata da ditadura do proletariado), na ALN permitiu a que esta atuasse em conjunto com o PCdoB apesar das pronunciadas diferenças. Essa aliança, feita depois da morte de Marighella e Joaquim Câmara Ferreira, consistiu numa divisão de tarefas da revolução, com o PCdoB se encarregando da guerrilha rural e a ALN se encarregando da luta urbana para desviar a atenção da repressão. Isso significa que, mesmo atuando essencialmente nas cidades, a ALN não abandonou a estratégia da revolução pelo campo.

O PCBR implementou um modelo de partido referenciado no leninismo com democracia e, com fortes críticas ao modelo cubano. A militância no PCB foi fundamental para a escolha deste modelo. Mas a experiência da Corrente foi fundamental para a práxis mais democrática do leninismo verificada no PCBR. Foi talvez a primeira experiência de leninismo com democracia na esquerda brasileira, com arraigada independência aos centros internacionais.

Nenhuma das organizações analisadas foi foquista, não se reivindicavam foquistas e não tiveram uma prática que pudesse ser classificada como tal. O foquismo aliás se existe como conceito jamais existiu enquanto prática, nem mesmo em Cuba. Alegações que ponham em relevo o isolamento político durante o período da ditadura militar como forma de demonstrar a vigência dos princípios debralistas de independência face à sociedade são meias verdades, e portanto, meias mentiras. Isso porque o isolamento não fazia parte do planejamento de atuação de qualquer uma delas, se existiu foi por força da ação da repressão e da propaganda política da ditadura militar.

O PCdoB, a ALN e o PCBR, em primeiro lugar, são os exemplos mais representativos do fim do monopólio que o PCB tinha do comunismo até 1956. Reproduzem heranças e permanências deste partido, assim como praticamente toda à esquerda. Mas não reproduzem estas características do mesmo modo. Apontamos no movimento comunista três pontos basilares que, os quais, longe de pretenderem resumir todas as suas qualidades, nos servem de guia nesta conclusão. Estas coordenadas estão presentes em todas as organizações analisadas. São elas, a *tradição*, a *atuação* e a *organização*.

A tradição consiste na referência constante à historicidade do movimento revolucionário, seus mártires e mitos, seus eventos fundadores e marcantes, em suma, sua memória. O PCdoB é aquele que apresenta esta característica de forma mais forte e marcante. A reverência ao passado de lutas e às revoluções que inspiraram desde o início os revolucionários, a continuidade e a persistência coerentemente stalinista da tradição da III Internacional. Os elementos da organização também persistem, como também o da atuação revolucionária, mas busca-se dialogar e se diferenciar das outras organizações fundamentalmente a partir de seu legado, ou seja pela sua *legitimidade* histórica.

A atuação, fundamental para qualquer comunista, é a ação em si, a *transformação* da realidade ao invés da mera interpretação desta. A busca do novo, da superação dos velhos esquemas. Esse é o elemento mais forte da ALN. O legado histórico não é esquecido, mas negam-se as formulas rígidas. Para se diferenciar ante as outras organizações, os militantes da ALN buscavam o crescimento pela prática, tida como o critério de verdade frente ao que se considerava estar superado. Acima de tudo, a ALN representou a encarnação da luta revolucionária direta contra o poder, o objetivo final dos comunistas.

O elemento mais forte do PCBR é a organização. A reivindicação da teoria revolucionária, aplicada à prática concreta sem as amarras do stalinismo. A busca de uma práxis leninista calcada numa organização democrática. Do partido enquanto elemento consciente da classe trabalhadora em sua organização para longo prazo. O passado não é deixado de lado, mas é apreendido de uma forma mais crítica, busca-se interpretar a teoria marxista em função do contexto. O PCBR busca desmistificar os ícones. A ação deve ser precedida pelo planejamento, pelo método leninista, visando à construção do partido nos setores estratégicos da sociedade. Nenhuma forma de luta seria em si estratégica, mas tão somente o método mais indicado em cada ocasião específica.

Não pretendemos com isso mutilar nenhuma destas organizações de seus elementos constitutivos. É claro que os três pilares acima apontados não esgotam a complexidade do assunto, nossa preocupação é sobretudo apontar, dentro dos marcos da herança pecebista, os elementos que nos parecem ser mais superlativos e característicos.

A resistência armada à ditadura militar no Brasil, não logrou o sucesso desejado. Isso sabemos hoje, na época não era possível. Mas essa luta, embora derrotada, deixou o seu legado. O movimento de esquerda renasceu em fins da década de 70, e entre seus principais protagonistas estavam muitos ex-guerrilheiros. Certamente, muito do que veio a ser o Partido dos Trabalhadores (PT), deveu-se aos ensinamentos e experiências que estes militantes conseguiram trazer, mas isso, é uma outra história.

FONTES E BIBLIOGRAFIA:

Periódicos e revistas das organizações de esquerda:

A Classe Operária: 1961-1964 e 1966 1974 – (PCdoB).

Novos Rumos: 1959-1964 (PCB).

O guerrilheiro: 1970- 1972 (ALN).

Voz Operária: 1966-1973 (PCB).

O Militante: 1973 (PCBR)

Documentos:

MARIGHELLA, Carlos. *A crise brasileira*, 1966. (mimeo)

MARIGHELLA, Carlos. *Algumas questões sobre guerrilha no Brasil*. Havana, outubro de 1967. In: *Escritos de Marighella*. São Paulo – SP: Editorial Livramento. 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Carta à Comissão executiva do PCB*. Rio de Janeiro dezembro de 1966. In: *Escritos de Marighella*. São Paulo – SP: Editorial Livramento. 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Chamamento ao povo brasileiro*. Dezembro de 1968. In: *Escritos de Marighella*. São Paulo – SP: Editorial Livramento. 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Críticas às teses do Comitê Central*. Junho de 1967. In: *Escritos de Marighella*. São Paulo – SP: Editorial Livramento. 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Ecletismo e marxismo*. 1967. In: *Escritos de Marighella*. São Paulo – SP: Editorial Livramento. 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Entrevista de Carlos Marighella a Conrad Drets*. Revista Front, Novembro de 1969. (panfleto)

MARIGHELLA, Carlos. *O papel da ação revolucionária na organização*. Maio de 1969. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2006.

MARIGHELLA, Carlos. *Operações e táticas Guerrilheiras*. Dezembro de 1968.

MARIGHELLA, Carlos. *Pequeno Manual do Guerrilheiro urbano e outros textos*. Junho de 1969. Assírio & Alvin. Coletânea de textos organizada por Adérito Lopes.

MARIGHELLA, Carlos. *Porque resisti à prisão*. Rio de Janeiro – RJ: Brasiliense. 1965.

MARIGHELLA, Carlos. *Pronunciamento do Agrupamento Comunista de São Paulo*. 1968. In: *Escritos de Marighella*. São Paulo – SP: Editorial Livramento. 1979.

MARIGHELLA, Carlos. *Quem samba fica, quem não samba vai embora*. São Paulo – SP, Dezembro de 1968. In: NÓVOA, Jorge e NOVA, Cristiane. *Carlos Marighella: o homem por trás do mito*. São Paulo, Unesp 1999.

MARIGHELLA, Carlos. *Respostas ao questionário de pensamento crítico*. Havana, outubro de 1968.

MARIGHELLA, Carlos. *Sobre Problemas e princípios estratégicos*. Janeiro de 1969.

NOVOS RUMOS. Em defesa da unidade do Movimento Comunista. Editorial de *novos Rumos* Nº 152 de 5 a 11 de Janeiro de 1962. In: CARVALHO, Ferdinando de. *IPM-709. O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. Biblioteca do Exército. Vol. 3, 1967.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Carta dos cem. Agosto de 1961. In: CARVALHO, Ferdinando de. *IPM-709. O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. Biblioteca do Exército. Vol. 3, 1967c.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Esquema para discussão. (documento elaborado pela Comissão executiva fazendo balanço crítico da orientação do PCB antes do Golpe militar) In: CARVALHO, Ferdinando de. *IPM-709. O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. Biblioteca do Exército. Vol. 4, 1967b. (fragmento)

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB) Resolução política da Conferência nacional de 1962. In: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta pro um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo – SP: Hucitec, 1982.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO (PCB). Resolução sobre a política de organização do partido, 1962.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). Linha Política. Partido Comunista Brasileiro Revolucionário (PCBR). Abril de 1968. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2006.

PARTIDO COMUNISTA BRASILEIRO REVOLUCIONÁRIO (PCBR). *Teses de Janeiro*. Janeiro de 1972.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Declaração de março de 1958. In: CARONE, Edgar, *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo – SP. Difel, vol 2, 1982.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Em marcha para um grande partido comunista de massa. Informe político da Comissão Executiva ao Pleno do Comitê Nacional. Dezembro de 1946. In: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta pro um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo – SP: Hucitec, 1982.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Informe político da Comissão executiva ao Comitê Nacional. 4 de Janeiro de 1946. In: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta pro um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo – SP: Hucitec, 1982.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Manifesto de agosto de 1950. Comitê Nacional do Partido Comunista do Brasil, Rio de Janeiro – RJ, 1º de Agosto de 1950. In: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta pro um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo – SP: Hucitec, 1982.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCB). Projeto de resolução sobre o XX Congresso, 1956. In: VINHAS, Moisés. *O Partidão: a luta por um partido de massas (1922 – 1974)*. São Paulo – SP: Hucitec, 1982.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). Em defesa do Partido. Resolução da Conferencia Extraordinária do PCB, Fevereiro de 1962. In: CARVALHO, Ferdinando de. *IPM-709. O*

Comunismo no Brasil. Rio de Janeiro – RJ. Biblioteca do Exército. Vol. 3, 1967c.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). Guerra Popular, caminho da luta armada no Brasil, 1969.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). Manifesto programa. Fevereiro de 1962. In: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2006.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). Resposta a Nikita Kruschey, julho de 1963. in: CARVALHO, Ferdinando de. *IPM-709. O Comunismo no Brasil*. Rio de Janeiro – RJ. Biblioteca do Exército. Vol. 3, 1967c. (fragmento)

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). O Golpe de 1964 e seus ensinamentos. Agosto de 1963.

PARTIDO COMUNISTA DO BRASIL (PCdoB). União dos brasileiros para livrar o país da crise, da ditadura e da ameaça colonialista, Junho de 1966. in: REIS FILHO, Daniel Aarão & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. São Paulo – SP. Expressão Popular. 2006.

Teses e dissertações:

DELLA VECHIA, Renato da Silva. *Origem e Evolução do Partido Comunista Brasileiro Revolucionário*. Porto Alegre – RS: Dissertação de Mestrado, UFRS, 2005.

PANDOLFI, Dulce Chaves. *Rasgando a Fantasia: um estudo sobre a identidade do Partido Comunista Brasileiro*. Niterói-RJ: Tese de Doutorado. UFF, 1994.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil – PCdoB: propostas teóricas e prática política (1962-1976)*. Campinas - SP: Dissertação de Mestrado. UNICAMP, 2000.

SALES, Jean Rodrigues. *O impacto da revolução Cubana sobre as organizações comunistas brasileiras (1959-1974)*. Campinas – SP. Tese de Doutorado. UNICAMP, 2005.

SILVA JUNIOR. Edson Teixeira. *Um combate ao silêncio: a Ação Libertadora Nacional (ALN) e a repressão política*. Niterói – RJ: Tese de Doutorado, UFF, 2005.

Depoimentos:

Entrevista com realizada com Antonio Soares de Lima Filho, (Lúcio) “LC2008” realizada em 6 de Janeiro de 2008.

Entrevista com Apolônio de Carvalho “AC1998” realizada em 1998 e gentilmente cedida por este.

Entrevista com Carlos Eugenio Sarmiento Coelho da Paz “CP2008” realizada em 29 de Janeiro de 2008 no Rio de Janeiro.

Entrevista com Cláudio Gurgel “GC2007” realizada em 26 de Novembro de 2007.

Bibliografia:

ANDERSON, Perry. *Marxismo Ocidental / Nas Trilhas do materialismo Histórico*. São Paulo. Boitempo editorial, 2004.

BARÃO, Carlos Alberto. *A influencia da Revolução Cubana sobre a esquerda brasileira nos anos 60*. In: MORAES, João Quartim de & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções*. Volume 1, Campinas – SP; Editora da Unicamp, 2003.

BETTO, Frei. *Batismo de Sangue; os dominicanos e a Morte de Marighela*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1983.

BERTOLINO, Oswaldo. *Maurício Grabois: Uma vida de Combates*. São Paulo - SP: Anita Garibaldi, 2004.

BOURDIEU, Pierre. *O poder simbólico*, Rio de Janeiro/ Lisboa: Bertrand Brasil/ difel, 1989.

CARDOSO, Ciro Flamarion. *Os métodos da história*. Rio de Janeiro – RJ: Graal, 1983.

CARDOSO, Ciro Flamarion & VAINFAS, Ronaldo (org). *Os domínios da história*. Rio de Janeiro – RJ: Campus, 1997.

CARONE, Edgard. *A quarta república (1945 –1964)*. São Paulo - SP: Difel, 1980.

CARONE, Edgard. *Da Esquerda à direita*. Belo Horizonte: Nossa Terra, 1991.

CARONE, Edgard. *O marxismo no Brasil. (das origens a 1964)*. Rio de Janeiro - RJ: Dois Pontos, 1986.

CARONE, Edgard. *O PCB (1922-1982)*. Rio de Janeiro: Bertrand, 1973

CARONE, Edgard. *O PCB. 1922 a 1943*. São Paulo - SP: Difel, v.1, 1982a.

CARONE, Edgard. *O PCB. 1943 a 1964*. São Paulo – SP: Difel, v.2, 1982b.

CARONE, Edgard. *O PCB 1964 a 1982*. São Paulo - SP: Difel, v.3, 1982c.

CARVALHO, Ferdinando. *O Comunismo no Brasil (IPM-709)*. Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca do Exército, v.1 1966a.

CARVALHO, Ferdinando. *O Comunismo no Brasil, I – A construção, I – A infiltração. (IPM-709)*. Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca do Exército, v.2 1966b.

CARVALHO, Ferdinando. *O Comunismo no Brasil, III – A agitação e propaganda, IV – A movimentação de massas. (IPM-709)*. Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca do Exército, v.3 1967.

CARVALHO, Ferdinando. *O Comunismo no Brasil, V – a ação violenta. (IPM-709)*. Rio de Janeiro – RJ: Biblioteca do Exército, v.4 1967b.

CORRÊA, Hércules. *Memórias de um stalinista. Rio de Janeiro - RJ: Ópera nostra, 1994*.

COUTINHO, Carlos Nelson. *Gramsci e a América Latina*. Rio de Janeiro - RJ: Paz e terra, 1998.

CUTURA E REVOLUÇÃO. Congresso cultural de Havana. Coimbra, ed. Centelha, 1977.

DEBRAY, Regis. *A neve queima*. Belo Horizonte – MG: ed Vega, 1978.

DEBRAY, Régis. *Revolução na Revolução*. Havana: casa de Lãs Américas, 1967.

DEL ROIO, Marcos. *O Impacto da Revolução Russa e da Internacional Comunista no Brasil*. In: MORAES, João Quartim de & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil: O Impacto da Revoluções*. Volume 1, Campinas – SP; Editora da Unicamp, 2003.

DEUTSCHER, Isaac. *Stalin, a História de uma tirania*. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 1970.

DIAS, Giocondo. *Os objetivos dos comunistas*. São Paulo - SP: edições MR, 1983.

FERNANDES, Florestan. *Da guerrilha ao socialismo*. São Paulo: T.A. Queiroz, 1979.

FERNADES JUNIOR, Ottoni. *O baú do guerrilheiro. Memórias da luta armada urbana no Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: Record, 2004.

FERREIRA, Jorge. *Prisioneiros do Mito. Cultura e Imaginário político dos comunistas no Brasil (1930-1956)*, Niterói: EdDUFF; Rio de Janeiro:MAUAD,2002.

GABEIRA, Fernando. *O que é isso companheiro?* Rio de Janeiro:editora Guanabara,1998.

GORENDER, Jacob, *Combate nas trevas*. São Paulo: Ática: 1998.

GRAMSCI, Antonio. *Cadernos do cárcere*, volume 3. Rio de Janeiro:civilização Brasileira, 2002.

GRAMSCI, Antonio. *Concepção Dialética da História*. Rio de Janeiro; Civilização Brasileira, 1978.

GUEVARA, Ernesto “Che”. *A guerra de guerrilhas*. Rio de Janeiro: compositora Gráfica Lux Ltda.

HOBSBAWN, Eric. *A era dos extremos: o breve século XX (1914 – 1991)*. São Paulo - SP: Companhia das Letras, 1995.

HOBSBAWN, Eric. (org) *História do Marxismo*. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1985b.

JOSÉ, Emiliano. *Carlos Marighela*. São Paulo: Sol & Chuva, 1997.

LENIN, V. I. *O estado e a Revolução. O conceito marxista de poder*. Niterói – RJ. Diálogo, [sd]

LENIN, V. I. *Que fazer?* Hucitec, São Pulo - SP 1998.

LÖWY, Michael. *As Aventuras de Karl Marx Contra o Barão de N6unchhausen. Marxismo e positivismo na sociologia do conhecimento*. São Paulo – SP. Cortez, 1994.

MATTOS, Marcelo Badaró. *Novos e Velhos sindicalismos no Rio de Janeiro (1955-1988)*. Rio de Janeiro - RJ: Vício de Leitura, 1998.

MARX, Karl. *Crítica ao programa do Gotha*. www.dominiopublico.org.br.

MARX, Karl.& ENGELS, Friedirich. *Manifesto do Partido Comunista*. www.dominiopublico.org.br.

MARX, Karl. *Miséria da Filosofia*, Rio de Janeiro: Editora Leitura, 1965.

MENDONÇA, Sônia Regina de. *Estado e Economia no Brasil*. Rio de Janeiro - RJ: Graal, 1986.

MENDONÇA, Sônia Regina de. & FONTES, Virginia Maria. *História do Brasil recente*. São Paulo - SP: Ática, 2001.

MORAES, João Quartim de. *A Influencia do Leninismo de Stalin no Comunismo Brasileiro*. In: MORAES, João Quartim de & REIS FILHO, Daniel Aarão (orgs). *História do Marxismo no Brasil: O Impacto das Revoluções*. Volume 1, Campinas – SP; Editora da Unicamp, 2003.

NOVA, Cristiane. NOVOA, Jorge (orgs) *Carlos Marighela, o homem por trás do mito*. São Paulo: Unesp, 1999.

PAZ, Carlos Eugenio Sarmiento Coelho da. *Nas trilhas da ALN*. Rio de Janeiro - RJ: Bertrand Brasil, 1997.

PAZ, Carlos Eugenio Sarmiento Coelho da. *Viagem à luta armada*. Rio de Janeiro - RJ: Civilização Brasileira, 1996.

PRADO JUNIOR, Caio. *A revolução Brasileira*. São Paulo - SP:

REIS FILHO, Daniel Aarão & MORAES, João Quartim de (org) *História do Marxismo no Brasil*. Editora da UNICAMP, 2003, Vol.1

REIS FILHO, Daniel Aarão., & SÁ, Jair Ferreira de. *Imagens da Revolução*. São Paulo - SP: expressão Popular, 2206.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *A revolução faltou ao encontro*. São Paulo, Brasiliense, 1990.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Ditadura e sociedade: a reconstrução da memória*. In: Seminário 40 anos do Golpe de 1964: ditadura militar e resistência no Brasil. Rio de Janeiro - RJ: 7 Letras, 2004, pág 119-139.

REIS FILHO, Daniel Aarão. *Versões e ficções, o seqüestro da História*. São Paulo, Perseu Abramo, 1997.

RIDENTI, Marcelo. *O fantasma da revolução brasileira*. São Paulo: Editora da UNESP, 1993.

ROLLEMBERG, Denise. *O apoio de Cuba à luta Armada no Brasil*, Rio de Janeiro: MAUAD, 2001.

SALES, Jean Rodrigues. *Partido Comunista do Brasil: definições ideológicas e trajetória política*. In: RIDENTI, Marcelo & REIS FILHO, Daniel Aarão. *História do Marxismo no Brasil: Partidos e Movimentos após os anos 1960*. Volume 6. Campinas – SP. Editora da Unicamp, 2007.

SIRKIS, Alfredo. *Os Carbonários*. São Paulo: Global , 1994.

STALIN, Joseph. *Em defesa do socialismo científico*. São Paulo - SP: Anita Garibaldi, 1990.

STALIN, Joseph. *Materialismo Dialético e Materialismo histórico*. São Paulo - SP: Global, 1978.

THOMPSON, Paul. *A voz do passado: história oral*. Rio de Janeiro - RJ: Paz e Terra, 1987.

TUNG, Mao Tsé. *O livro vermelho*. São Paulo - SP: Martin Claret, 2003.

TUNG, Mao Tsé. *Sobre a prática e sobre a contradição*. São Paulo - SP: Expressão Popular, 1999.

VENTURA, Zuenir. *1968: O ano que não terminou*. São Paulo., nova fronteira, 1988.

VINHAS, Moisés. *O Partidão. A Luta Por um Partido De Massas. 1922-1974*. São Paulo-SP, Editora Hucitec, 1982.